José dos Santos Carvalho

Iconografia e Simbólica do Políptico

de São Vicente de Fora

Ao Fernando, do Tio

muito amigo,

José

ICONOGRAFIA E SIMBÓLICA
DO
POLÍPTICO DE SÃO VICENTE DE FORA

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO

ICONOGRAFIA E SIMBÓLICA DO POLÍPTICO DE SÃO VICENTE DE FORA

LISBOA
1965

À MEMÓRIA DE MEUS PAIS

A MEUS IRMÃOS:

DR. JOÃO DOS SANTOS CARVALHO JÚNIOR
DR.ª MARIA ADELAIDE DOS SANTOS CARVALHO
DR. JOAQUIM DOS SANTOS CARVALHO
DR. MANUEL DOS SANTOS CARVALHO
DR. ANTÓNIO DOS SANTOS CARVALHO
DR.ª MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS CARVALHO
DR.ª MARIA DA ASCENSÃO DOS SANTOS CARVALHO
ENG. JORGE DE DEUS DOS SANTOS CARVALHO
DR.ª MARIA DE DEUS DOS SANTOS CARVALHO
DR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS CARVALHO

Foi tão privilegiado do céu o Reino de Portugal, que a ele entre todos os do mundo escolheu a Divina Providência para o fazer anunciador, pregoeiro e pregador das boas novas do sagrado Evangelho, nas três partes do Orbe, onde menos notícia havia da sacrossanta Fé da Igreja Romana.

JORGE CARDOSO, *Agiológio Lusitano*, Lisboa, 1652.

Das excessivas despesas que os gloriosos reis de Portugal fizeram, e dos imensos trabalhos que os nossos toleraram nestes descobrimentos e conquistas, o principal motivo foi para abrir caminho à pregação do sagrado Evangelho e à conversão da gentilidade, trazendo ao grémio e obediência da Igreja Católica aquelas remotas e bárbaras nações.

Agiológio Lusitano

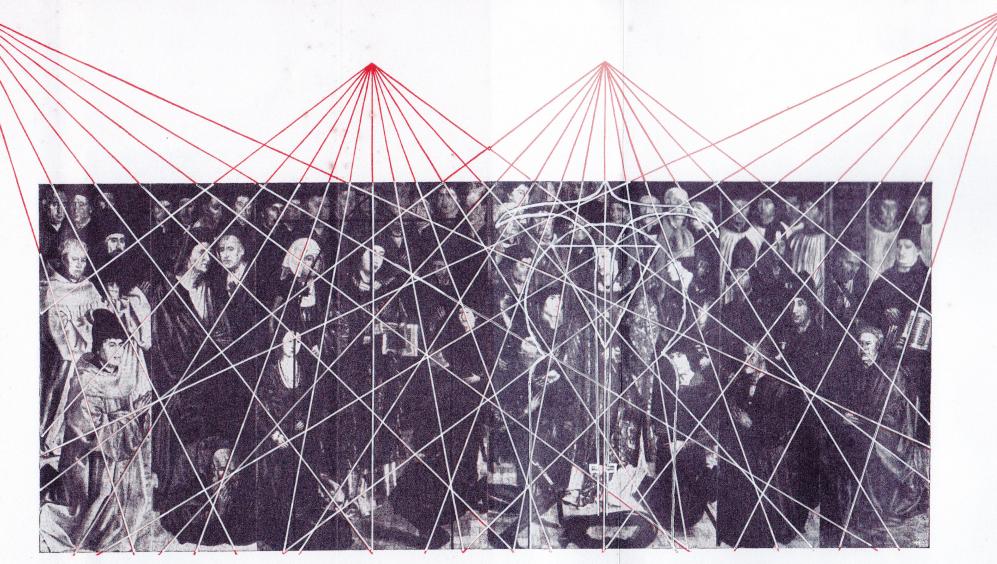
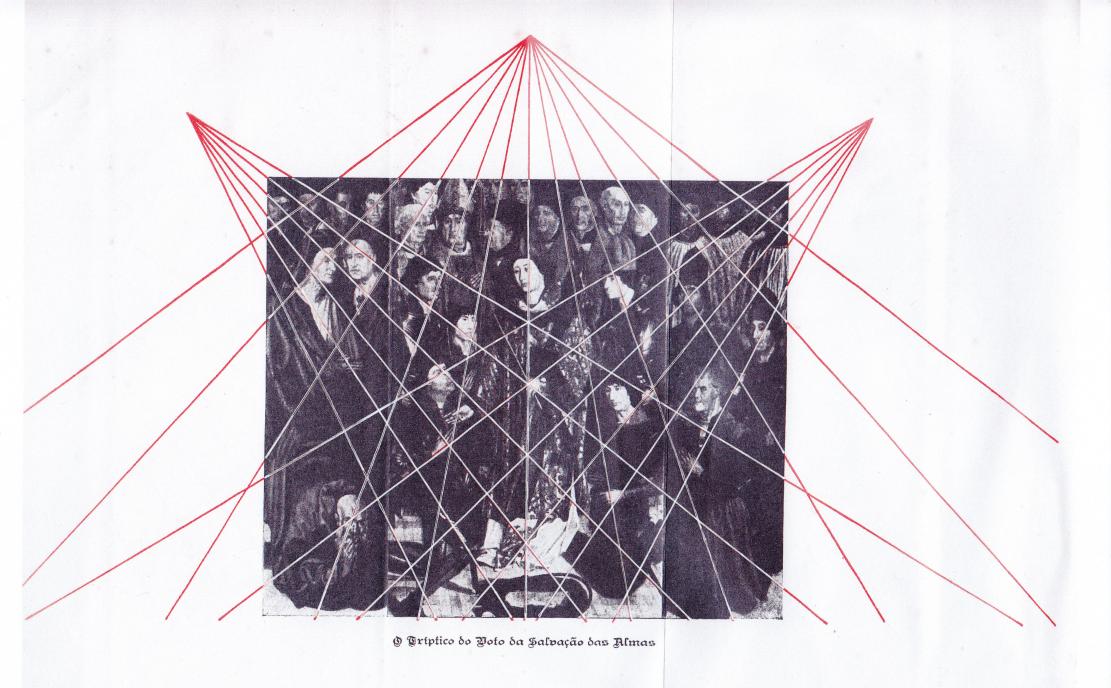
...E que fama poderá igualar a vossa, se sulcando mares escondidos, fordes abrir as portas à infidelidade e idolatria, que o demónio tem ferrolhadas no centro daquelas regiões para não darem entrada à Fé do Evangelho? Imortal, santa, religiosa será vossa fama na história da Pátria e da Igreja...

(Fala do Infante D. Henrique a João Gonçalves Zargo e a Tristão Vaz).

CANDIDO LUSITANO, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1758.

O POLÍPTICO
DE
«PORTUGAL, DEFENSOR E APÓSTOLO DA FÉ»

O Políptico de Portugal, Defensor e Apóstolo da Fé

O Tríptico do Voto da Salvação das Almas

PAINEL DA VIDA ETERNAL
E
PAINEL DA DILATAÇÃO DA FÉ

Painel da Vida Eternal

Painel da Dilatação da Fé

PAINEL DA VIDA ETERNAL

(c. 1468)

1 — D. DUARTE: 11.º Rei de Portugal; filho de D. João I; intrépido combatente na tomada de Ceuta; falecido em 1438, na idade de 46 anos.
2 — 1.º DUQUE DE BRAGANÇA D. AFONSO: 2.º conde de Neiva; 8.º conde de Barcelos; filho legitimado do Rei D. João I; intrépido combatente dos mouros na tomada de Ceuta; falecido em Dezembro de 1461, na idade de 90 anos.
3 — INFANTE SANTO D. FERNANDO: Filho de D. João I; falecido em Fez, cativo dos mouros, em 1443, com 41 anos de idade.
4 — ARCEBISPO DE LISBOA D. PEDRO DE NORONHA: Embaixador ao reino de Aragão para tratar o casamento do Infante D. Duarte com a Infanta D. Leonor de Aragão; falecido em 1452 com 56 anos de idade.
5 — 2.º CONDE DE VILA REAL D. FERNANDO DE NORONHA: 2.º capitão de Ceuta; intrépido guerreador dos mouros; camareiro-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V; falecido em 1445.
6 — PRIOR DO CRATO D. FREI NUNO DE GÓIS: Combatente dos mouros na defesa de Ceuta; falecido em 1442, em idade avançada.

PAINEL DA DILATAÇÃO DA FÉ

(c. 1448)

7 — PORTUGAL, PESCADOR DE ALMAS: Figura alegórica representando o Povo Português, mareante e propagador da Fé de Cristo entre os pagãos do mundo desconhecido.
8 — LANÇAROTE DA FRANCA, na figura do APÓSTOLO SÃO JOÃO: Cavaleiro da casa do Infante D. Henrique e por ele armado cavaleiro depois da viagem de seis caravelas da companhia de Lagos de que foi capitão; principal capitão da expedição nacional à ilha de Tider; nascido em 1399 (?). Obs.: Era almoxarife e coudel de Lagos.
9 — SOEIRO DA COSTA, na figura do APÓSTOLO SANTO ANDRÉ: Capitão duma das caravelas da expedição nacional a Tider, por ocasião da qual foi armado cavaleiro. Obs.: É tradição ter sido um dos Doze de Inglaterra; em 1448 tinha mais de 63 anos de idade; a representação de Santo André foi identificada pelo Dr. Sousa Gomes.
10 — GONÇALO VELHO: Nobre fidalgo; mareante dos Descobrimentos e intrépido guerreador dos mouros em terra e no mar; povoador da Ilha de S. Miguel; generoso abastecedor de mantimentos aos defensores de Ceuta.
11 — JOÃO GONÇALVES, «O ZARGO»: Cavaleiro, criado do Infante D. Henrique; intrépido combatente contra os mouros na tentativa da tomada de Tânger; achador e povoador da Ilha da Madeira, a qual se tornou uma base de abastecimento de mantimentos aos navios dos Descobrimentos; nascido cerca de 1392.
12 — VICENTE DIAS, na figura do APÓSTOLO SÃO TOMÉ: Armador e capitão duma das caravelas da expedição nacional a Tider; descobridor da Ilha de Santiago, segundo o sábio Wieder.
13 — GOMES PIRES: Patrão da caravela del-Rei, tendo feito nela várias viagens, à costa de África, por mandado do Infante D. Pedro, com o fim de comerciar pacìficamente com os seus habitantes; comandante da caravela del-Rei na expedição nacional a Tider.

PAINEL DO VOTO DA CRUZADA

Painel do Voto da Cruzada

PAINEL DO VOTO DA CRUZADA

(c. 1468)

14 — RAINHA D. ISABEL: Mulher de D. Afonso V; filha do Infante D. Pedro; falecida em 1455 com 22 anos de idade. Obs.: Identificação do Dr. José de Figueiredo.

15 — D. AFONSO V: 12.º Rei de Portugal; filho do Rei D. Duarte; porfiado guerreador dos mouros; nascido em 1432. Obs.: Identificação do Dr. Joaquim de Vasconcelos.

16 — INFANTA D. ISABEL, DUQUESA DE BORGONHA: Filha do Rei D. João I; viúva do duque Filipe-o-Bom falecido em 15 de Junho de 1467; nascida em 1397.

17 — CARDEAL D. JAIME: Falecido em 1459 com 25 anos de idade. *Identificação do Dr. Belard da Fonseca.* Obs.: sobre a primitiva face da figura foi pintada a do Príncipe D. Afonso, filho do Rei D. João II.

18 — INFANTE D. HENRIQUE: Filho do Rei D. João I; governador e administrador da Ordem de Cristo, a qual tinha por principal obrigação guerrear os infiéis; intrépido combatente contra os mouros em Ceuta, Tânger e Alcácer-Ceguer; falecido em 1460 com 66 anos de idade. Obs.: Identificação de Columbano Bordalo Pinheiro.

19 — PRINCIPE D. JOÃO: Filho do Rei D. Afonso V; nascido em 1455. Obs.: Sobre a primitiva face da figura foi pintada a do Príncipe D. Afonso falecido em 1491 com 16 anos de idade. Obs.: Identificação do Dr. José de Figueiredo.

20 — MARQUÊS DE VALENÇA D. AFONSO: Filho primogénito do 1.º duque de Bragança D. Afonso; 4.º conde de Ourém; combatente na tomada de Alcácer-Ceguer; falecido em 1460 na idade de 58 anos.

21 — 2.º DUQUE DE BRAGANÇA D. FERNANDO: Filho segundogénito do 1.º duque de Bragança D. Afonso; 3.º conde de Arraiolos; 1.º marquês de Vila Viçosa; 3.º conde de Neiva; 5.º conde de Ourém; 9.º conde de Barcelos; capitão de Ceuta; famoso guerreador dos mouros em Ceuta, Tânger e Alcácer-Ceguer; nascido em 1403.

22 — CONDE DE GUIMARÃES D. FERNANDO: Filho do 2.º duque de Bragança; intrépido guerreador dos mouros; nascido em 1430. Obs.: Futuro 3.º duque de Bragança; 6.º conde de Ourém; 4.º conde de Arraiolos; 2.º marquês de Vila Viçosa; 4.º conde de Neiva; e 1.º duque de Guimarães.

23 — CONDE DE VIANA D. DUARTE DE MENESES: Famoso guerreador dos mouros, tendo sido morto por eles na serra de Benacofú, em 1464, na idade de 50 anos, sacrificando-se para salvar a vida do Rei D. Afonso V. Obs.: À data da sua morte era alferes-mor do reino e capitão de Alcácer-Ceguer.

24 — PINTOR NUNO GONÇALVES: Cavaleiro da casa real e pintor do Rei D. Afonso V. Obs.: Identificação do Dr. José de Figueiredo.

25 — DOUTOR NUNO GONÇALVES: Mestre de leis pela Universidade de Bolonha; conselheiro, desembargador e juiz dos feitos do Rei D. Afonso V; futuro chanceler-mor do reino. Obs.: Foi pintor, tendo-se aperfeiçoado em Itália.

26 — CONDE DE ODEMIRA D. SANCHO DE NORONHA: Comendador-mor da Ordem de Santiago da Espada; intrépido guerreador dos mouros; regente do reino do Algarve. Obs.: Havia sido, durante largos anos, capitão de Ceuta; falecido em 1471.

27 — CAPITÃO DE CEUTA D. PEDRO DE MENESES: 3.º Conde de Vila Real; intrépido guerreador dos mouros; nascido em 1441. Obs.: Futuro 1.º marquês de Vila Real e 7.º conde de Ourém.

28 — CONFESSOR DE D. AFONSO V, D. RODRIGO DE NORONHA: Bispo de Lamego; filho do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha. Obs.: Foi capelão-mor, regedor da Casa da Suplicação e chanceler-mor; eleito bispo de Lamego em 1463.

29 — CAPITÃO DE ALCÁCER-CEGUER D. HENRIQUE DE MENESES: Conde de Valença; alferes-mor do reino; intrépido guerreador dos mouros; 3.º conde de Viana (do Minho); 4.º conde de Viana (do Alentejo); nascido em 1443.

30 — RUI DE SOUSA: Cavaleiro que salvou o estandarte do Rei, na serra de Benacofú, na mesma peleja em que morreu D. Duarte de Meneses; nascido em 1423.

PAINEL DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO

Painel da Pregação do Evangelho

PAINEL DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO

(c. 1448)

31 — D. AFONSO V: 12.º Rei de Portugal; nascido em 1432. Obs.: Sobre a primitiva face da figura foi pintada a do Rei D. João II.

32 — PRINCIPE D. FERNANDO: Filho do Rei D. Duarte; 12.º governador e administrador da Ordem de Santiago da Espada; nascido em 1433. Obs.: Futuro 6.º condestável de Portugal, duque de Beja, duque de Viseu e governador e administrador da Ordem de Cristo.

33 — CONDESTÁVEL D. PEDRO: Filho do Infante D. Pedro; governador e administrador da Ordem de Avis; 5.º condestável de Portugal; nascido em 1430. Obs.: Futuro Rei de Aragão; falecido em 1466.

34 — D. JOÃO: Filho do Infante D. Pedro. Obs.: Foi conhecido pelo nome de D. João de Coimbra, na Flandres.

35 — INFANTE SANTO D. FERNANDO: Filho do Rei D. João I, falecido em 1443, cativo dos mouros. Obs.: Sobre a primitiva face da figura foi pintada a do Príncipe D. Afonso, filho do Rei D. João II. *Identificação do Dr. José Saraiva.*

36 — D. JAIME: Filho do Infante D. Pedro; nascido em 1434. Obs.: Futuro cardeal D. Jaime de Portugal, falecido em 1459.

37 — MESTRE VASCO RODRIGUES: Chantre da sé de Braga; cónego de S. Salvador de Vilar dos Frades. Obs.: Havia sido catedrático de cânones na Universidade de Salamanca; em 1448 tinha cerca de 70 anos de idade.

38 — BISPO DE ÉVORA D. ÁLVARO DE ABREU: Grande orador; embaixador ao Duque de Borgonha; glorioso combatente na tentativa da conquista de Tânger; falecido em 1440. Obs.: Foi regedor da Casa da Suplicação.

39 — CÓNEGO JOÃO RODRIGUES: Deão da sé de Lisboa; cónego de S. Salvador de Vilar de Frades; confessor do Rei D. Afonso V e da Rainha D. Isabel; capelão-mor da Rainha D. Isabel.

40 — LICENCIADO JORGE DA COSTA: Cónego de S. Salvador de Vilar de Frades; licenciado em teologia; pregador e mestre da Infanta D. Catarina, filha do Rei D. Duarte; nascido em 1406. Obs.: Futuro arcebispo de Lisboa e cardeal (Cardeal de Alpedrinha). *Identificação do Dr. Belard da Fonseca.*

41 — DOUTOR AFONSO NOGUEIRA: Cónego de S. Salvador de Vilar de Frades; incansável pregador; Doutor em ambos os direitos pela Universidade de Bolonha. Obs.: Futuro bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa.

42 — BISPO DE VISEU D. JOÃO VICENTE, «O MESTRE JOÃO»: Geral perpétuo da Congregação dos Cónegos Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades; incansável pregador; reformador da Ordem de Cristo; nascido em 1380. Obs.: Havia sido Mestre de medicina na Universidade de Lisboa, físico-mor do reino e médico do Rei D. João I e dos Infantes seus filhos.

43 — DOUTOR DIOGO AFONSO, «O MANGA-ANCHA»: Doutor em ambos os direitos; Mestre em Artes; lente de leis na Universidade de Lisboa; famoso orador. Obs.: Foi reitor da Universidade de Lisboa, embaixador ao concílio de Basileia, desembargador e juiz dos feitos do Rei D. Duarte e chanceler-mor, regedor da Casa da Suplicação e desembargador do Rei D. Afonso V.

44 — ÁLVARO GONÇALVES DE ATAÍDE: Armado cavaleiro pelo Infante D. Pedro na tomada de Ceuta; embaixador ao concílio de Constança; aio do Rei D. Afonso V e do Príncipe D. Fernando. Obs.: Futuro conde de Atouguia.

45 — CÓNEGO PEDRO EANES, «O SARRABODES»: Cónego da sé de Lisboa. Obs.: Havia sido capelão do Infante D. Fernando.

46 — RUI DA CUNHA: Prior da colegiada de Guimarães; embaixador ao Papa Eugénio IV; combatente na defesa de Ceuta e na tentativa da tomada de Tânger.

47 — BISPO DE CEUTA D. FREI JOÃO MANUEL: Filho natural do Rei D. Duarte; provincial da Ordem do Carmo; licenciado em Teologia; lente da cadeira de prima de Teologia na Universidade de Lisboa; grande pregador; glorioso combatente na tentativa da tomada de Tânger; duas vezes embaixador ao Papa Eugénio IV; embaixador à Hungria; nascido cerca de 1406. Obs.: Futuro bispo da Guarda e capelão-mor de seu irmão o Rei D. Afonso V.

PAINEL DA DEFENSÃO DA FÉ
E
PAINEL DA SANTA GLÓRIA

Painel da Defensão da Fé

Painel da Santa Glória

PAINEL DA DEFENSÃO DA FÉ

(c. 1448)

48 — INFANTE D. PEDRO: Filho do Rei D. João I; duque de Coimbra; Regedor e Defensor do Reino por El-Rei; intrépido combatente contra os turcos e mouros; nascido em 1392.
49 — INFANTE D. JOÃO: Filho de D. João I; 10.º governador e administrador da Ordem de Santiago da Espada; 3.º condestável de Portugal; falecido em 1442 com 42 anos de idade.
50 — D. DIOGO: Filho do Infante D. João; 11.º governador e administrador da Ordem de Santiago da Espada; 4.º condestável de Portugal; falecido em 1443 com 19 anos de idade.
51 — INFANTE D. FERNANDO: Filho do Rei D. João I; governador e administrador da Ordem de Avis; intrépido combatente na tentativa da tomada de Tânger, tendo então a idade de 35 anos.
52 — CONDE DE AVRANCHES D. ÁLVARO DE ALMADA: Fronteiro de Ceuta; capitão-mor do mar; alcaide-mor do castelo de Lisboa; famosíssimo cavaleiro guerreador dos turcos e mouros; armado cavaleiro pelo Infante D. Pedro na tomada de Ceuta; embaixador de Portugal à Inglaterra; cavaleiro da Jarreteira. Obs.: É tradição ter sido um dos Doze de Inglaterra.
53 — AIRES GOMES DA SILVA: Armado cavaleiro pelo Infante D. Pedro na tomada de Ceuta; regedor da Casa do Cível; nascido em 1399.
54 — MARTIM DE TÁVORA: Meirinho-mor da corte; embaixador a Arzila para o resgate do Infante D. Fernando, do qual havia sido escudeiro; um dos capitães do condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, na sua expedição a Castela.
55 — FERNÃO LOPES DE AZEVEDO: Famoso combatente contra os mouros na tomada de Ceuta, na defesa dessa cidade e na tentativa da tomada de Tânger; embaixador do Rei D. Duarte e do Regente D. Pedro ao Papa Eugénio IV.

PAINEL DA SANTA GLÓRIA

(c. 1468)

56 — INFANTE D. PEDRO, na figura do APÓSTOLO SÃO PEDRO: Falecido em 1449 na idade de 57 anos. Obs. Expõe sobre uma bolsa a relíquia de SANTO ANTÓNIO identificada pelo Dr. Belard da Fonseca.
57 — D. FREI JOÃO ÁLVARES, na figura do APÓSTOLO SANTIAGO: Secretário do Infante D. Fernando e seu companheiro de cativeiro em Fez, donde trouxe as suas relíquias; nascido cerca de 1406-1408; dom abade do mosteiro de Paço de Sousa.
58 — OLIVIER DE LA MARCHE: «Pannetier» e cronista dos duques de Borgonha; nascido cerca de 1426. Obs.: Identificação do Dr. Belard da Fonseca.
59 — BISPO DE SILVES D. ÁLVARO AFONSO: Português, legado *a latere* do Papa Calisto III a D. Afonso V, para lhe pedir socorro contra os turcos, em 1456. Obs.: Nomeado bispo de Évora em 1468.
60 — DOUTOR JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA: Doutor em leis; quarto neto do Rei D. Afonso III; regedor da Casa da Suplicação; embaixador do Rei D. Afonso V ao Papa Calisto III para o informar do propósito desse Rei «de passar ao Oriente com armada e exército para recuperar Constantinopla e exterminar os infiéis». Obs.: Veio a ser o 1.º barão de Alvito e, por dez vezes, foi embaixador de Portugal a diversas cortes.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO

DO

POLÍPTICO

DE

SÃO VICENTE DE FORA

NOTA PRELIMINAR

Desde os tempos do liceu que o autor do presente trabalho sentia profunda atracção pelos painéis de São Vicente admirando ingènuamente a sua beleza e cogitando no mistério do seu significado histórico, transcendente por certo.

Todas as obras relativas a essas maravilhosas pinturas foram por ele lidas e meditadas, levando-o a exultar com os esclarecimentos que iam aparecendo, daquilo que, todavia, continuava a ser intrincado enigma, pois na identificação das figuras não havia uma só que fosse unânimemente considerada definitiva, nem mesmo a do Infante D. Henrique.

Assim, ainda hoje pesam sobre essas pinturas as palavras de Vergílio Correia: «Contemplam-se esses painéis, tão raros pela composição como brilhantes pela execução, um pouco com a tristeza dos arqueólogos perante as inscrições cretenses ou etruscas indecifradas».

Um mero acaso levou o autor a passar da fase admirativa perante os Painéis para a da investigação da resolução do problema que eles encerravam.

No dia 11 de Novembro de 1962, folheando a revista «Colóquio» [1]*, deparou com o retrato de D. João de Coimbra, filho do Infante D. Pedro, existente no Museu Real de Bruxelas e pintado por Van der Weyden, magistralmente identificado pelo arquitecto José Cortez.*

Havia o Dr. Belard da Fonseca, depois de argutíssimas deduções, reconhecido na figura principal do Políptico de São Vicente de Fora o Cardeal D. Jaime de Portugal, também filho do Infante D. Pedro.

Desta maneira surgiu ao autor do presente trabalho a ideia da possibilidade de D. João ser uma das restantes figuras do Políptico e estar colocado junto do Cardeal D. Jaime, seu irmão.

Foi este o ovo de Colombo, fio condutor para se deslindar a meada do «Mistério dos Painéis».

A presente obra constitui, assim, o resumo dos resultados das investigações a que o autor vem procedendo desde o dia 11 de Novembro de 1962.

Note-se que ele expõe o seu pensamento sem quaisquer preocupações de não poder errar. Com júbilo tomará conhecimento de quaisquer observações

---

[1] Número 7, do mês de Fevereiro de 1960.

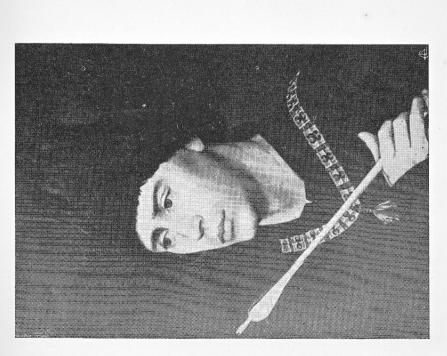
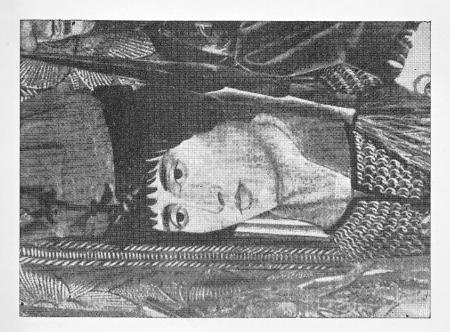
que modifiquem ou invalidem as suas deduções, pois nada mais deseja que a descoberta da verdade, «em prol da nossa terra».

À leitura de variadíssimas obras ele teve de recorrer. Isso o levou a iniciar o presente trabalho com esta introdução constituída pelo essencial para se compreender a génese do Políptico sem se tornarem necessárias múltiplas leituras.

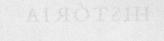
Porém, com pouco dispêndio, poderá o leitor adquirir uma modesta colecção de livros (1)*, actualmente existentes no mercado, com cujo estudo ficará mais completamente informado.*

Essencial será também que obtenha uma reprodução do Políptico, a cores.

---

(1) Vide o final deste livro.

Retrato de D. João de Coimbra, por Van der Weyden
(Museu Real de Bruxelas)

Retrato de D. João, filho do Infante D. Pedro
(Painel da Pregação do Evangelho)

I

HISTÓRIA

OS FILHOS DE D. JOÃO I

Sendo ainda mestre de Avis, o futuro Rei D. João I teve um filho natural chamado D. Afonso, nascido, talvez, em 1377, o qual combateu «na guerra que o imperador Segismundo fazia aos Turcos» [1] e veio a ser conde de Barcelos e, depois, duque de Bragança, tendo falecido em Dezembro de 1461.

Casou D. João I com D. Filipa de Lencastre, filha do nobre inglês João de Gaunt, duque de Lancaster, e irmã do rei de Inglaterra Henrique IV.

Foram os seguintes os filhos deste casal que atingiram a maioridade: D. Duarte, nascido em 1391; D. Pedro, nascido em 1392; D. Henrique, nascido em 1394; D. Isabel, nascida em 1397; D. João, nascido em 1400; e D. Fernando, nascido em 1402.

D. Duarte reinou durante cinco anos, falecendo em 1438. Era homem de boa estatura de corpo, com grandes e fortes membros, rosto redondo algum tanto enverrugado, com os cabelos corredios e os olhos moles.

D. Pedro foi duque de Coimbra e «Regedor e Defensor do Reino» durante a menoridade de D. Afonso V. Morreu no recontro de Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449.

D. Henrique foi duque de Viseu, governador do mestrado da Ordem de Cristo, propulsor dos descobrimentos marítimos e guerreador porfiado dos mouros. Faleceu em 1460 na idade de 66 anos.

D. Isabel casou em Janeiro de 1430 com o duque de Borgonha e conde de Flandres Filipe-o-Bom de quem ficou viúva em 15 de Junho de 1467, recolhendo-se então a um convento de irmãs cinzentas da Ordem de S. Francisco que havia fundado em 1456.

D. João foi governador da Ordem de Santiago da Espada e 3.º condestável de Portugal, tendo falecido em 1442 com 42 anos de idade.

D. Fernando foi governador e administrador da Ordem de Avis tendo estado cativo dos mouros durante seis anos, falecendo como um santo mártir, em 1443, na idade de 41 anos. Por isso foi considerado como o «Infante Santo».

---

(1) Vergílio Correia, *Monumentos e Esculturas*, 2.ª edição, pág. 151.

OS FILHOS DE D. DUARTE

O Rei D. Duarte, casou em 1428 com a Infanta D. Leonor de Aragão. O arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha foi recebê-la e a conduziu para o Reino, como procurador de D. João I (1).

Foram os seguintes os filhos deste casal que atingiram a maioridade: D. Afonso, nascido em 1432; D. Fernando, nascido em 1433; D. Leonor, nascida em 1434; D. Catarina, nascida em 1436; e D. Joana nascida em 1439.

D. Afonso foi o quinto rei de Portugal desse nome e morreu em 1481.

D. Fernando foi o 5.º condestável de Portugal, duque de Viseu, duque de Beja e pai do Rei D. Manuel I. Casou com sua prima D. Beatriz, filha do Infante D. João e neta do conde de Barcelos e futuro duque de Bragança D. Afonso.

D. Leonor casou em 1451 com Frederico III, Imperador da Alemanha.

D. Catarina morreu solteira.

D. Joana casou em Maio de 1455 com o Rei Henrique IV de Castela.

Fora do matrimónio teve D. Duarte um filho ilegítimo, D. Frei João Manuel, que foi provincial da Ordem do Carmo, bispo de Ceuta e depois bispo da Guarda e capelão-mor de seu irmão o Rei D. Afonso V. Na tentativa da tomada de Tânger muito se distinguiu o então Frei João, quer combatendo, pelo que «recebeu muitas feridas», quer socorrendo os cristãos com «as absolvições da bula da Cruzada que trazia» e com palavras de esforço, fé e devoção. Foi licenciado em Teologia e lente da cadeira de prima de Teologia na Universidade de Lisboa (2).

OS FILHOS DO INFANTE D. PEDRO

O Infante D. Pedro casou em fins do ano de 1428 com D. Isabel, filha do Conde de Urgel, da família real de Aragão.

Foram os seguintes os filhos deste casal: D. Pedro, nascido em 1430; D. Isabel, nascida em 1433; D. Jaime, nascido em 1434; D. João, cujo ano de nascimento se desconhece sendo talvez o de 1435; D. Filipa, nascida em 1437; e D. Beatriz ou Brites.

---

(1) José Soares da Silva, *Memórias del-Rei D. João I*, tomo II, pág. 942.

(2) António Domingues de Sousa Costa, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, Braga, 1960, pág. 148.

D. Pedro foi o 5.º condestável de Portugal, tendo sido nomeado por seu pai o Infante D. Pedro, regente do reino, por morte do condestável D. Diogo, filho do infante D. João, em 1443. Foi também governador do mestrado da Ordem de Aviz, por morte do infante D. Fernando no cativeiro de Fez, também em 1443.

Em 1445 foi mandado por seu pai a Castela com tropas para ajudar D. Álvaro de Luna, sendo armado cavaleiro pelo Infante D. Henrique antes de partir.

Depois do recontro de Alfarrobeira D. Pedro fugiu para Castela donde voltou a pedido do rei D. Afonso V, em 1457, para o ajudar na Cruzada contra os infiéis em Marrocos.

Deste modo combateu valentemente ao lado do Rei até que em fins de 1463 seguiu para Barcelona solicitado pelos aragoneses que o haviam tomado por seu legítimo rei «como só e principal herdeiro que era da casa de Urgel, e assim a quem pertenciam de direito os reinos de Aragão» (1).

Reinou, em Aragão sòmente três anos pois veio a falecer em Barcelona em 28 de Junho de 1466.

Foi retratado pelo pintor Jaime Huguet na figura de um dos reis magos no chamado retábulo do condestável existente no museu da capela de Santa Águeda em Barcelona, o qual representa a Epifania (2).

Por sua morte foi feito o inventário dos seus bens, existindo o catálogo da magnífica livraria que deixou constituída por 96 ou 97 volumes de teologia, astrologia, filosofia, poesia e história (3), o qual catálogo é minucioso sobre a parte material dos volumes mas, quanto a autores e assuntos, nem tudo é claro. Sòmente do livro número 27 intitulado *Liber de viris ilustribus* (que podemos identificar como sendo o livro desse título da autoria do papa Pio II) o catálogo informa que está escrito em letra antiga (4).

D. Isabel, segunda filha do Infante D. Pedro, foi rainha de Portugal por ter casado com seu primo coirmão o Rei D. Afonso V.

Morreu em 1455 na idade de 22 anos.

D. Jaime, combateu em Alfarrobeira, onde ficou prisioneiro, tendo então perto de dezassete anos (5).

Foi depois recolhido na corte do duque de Borgonha Filipe-o--Bom, o qual era casado com a sua tia a Infanta D. Isabel.

---

(1) Rui de Pina, *Crónica Del-Rei D. Afonso V*, vol. III, pág. 30.
(2) Augusto L. Mayer, *Historia de la Pintura Española*, pág. 104.
(3) Carolina Micaelis de Vasconcelos, *Tragédia de la Insigne Reina D. Isabel*, pág. IX.
(4) Ibidem, pág. 128.
(5) Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, pág. 309.

De Bruges seguiu para Roma onde o Papa lhe deu o cargo de protonotário apostólico e pouco depois, em 1453, o nomeou bispo de Arrás. Neste mesmo ano foi eleito arcebispo de Lisboa mas continuou em Itália tendo enviado um administrador para Portugal.

Em 1456, o Papa Calisto III fê-lo cardeal de Santo Eustáquio, pertencendo à classe dos cardeais diáconos (1).

Em 1458, assistiu ao conclave que elegeu papa o cardeal Aeneas Silvyus Piccolomini, o qual tomou o nome de Pio II.

Morreu em Florença, em Agosto de 1459, na idade de 25 anos, sendo sepultado na igreja de S. Miniato num magnífico túmulo com estátua jacente. A face da estátua foi esculpida tempos depois da morte do cardeal, porém as suas mãos foram moldadas no cadáver (2).

O cardeal D. Jaime tinha ido para Florença a fim de acompanhar o Papa Pio II, que ia a Mântua preparar a cruzada contra os Turcos (3).

A causa da sua morte deve ter sido a tuberculose visto três anos antes dela «se lhe ter rompido uma veia no peito» (4) o que é de interpretar como uma hemoptise. De resto é evidente a extrema magreza do rosto da estátua tumular e das mãos» ossudas, esguias e de dedos compridos.» (5)

D. Jaime foi considerado como um santo na ocasião da sua morte, na Itália e com certeza também em Portugal, pelo menos na corte e entre os membros da família real, seus próximos parentes (6).

Foi também certamente considerado como um mártir bem-aventurado, acrescentamos nós, visto que os médicos lhe disseram «que escaparia à morte, se tivesse acesso a mulher» ao que ele retorquiu «que antes queria acabar tão cedo, que manchar seu corpo» (7).

«Parece que D. Jaime, nunca chegou a receber a consagração episcopal, por lhe faltar a idade competente. Não sabemos mesmo se chegou a receber a ordenação sacerdotal. Em tudo o que sobre ele vimos escrito nunca se alude, a semelhante facto. Nem o sacerdócio era necessário para o cardinalato. Até ao século passado, era frequente existirem cardeais sem ordens sacras; isto é, simples leigos que os Papas elevavam àquela dignidade» (8).

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, pág. 50.

(2) Ibidem, pág. 46.

(3) Cruz Pontes, *A Capela do Cardeal Português em Florença à Luz de Novos Documentos*, in Diário de Notícias«», de 5-12-1963.

(4) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, pág. 38.

(5) Ibidem, pág. 48.

(6) Ibidem, pág. 45.

(7) Ibidem, pág. 39.

(8) António Leite, *O Mistério dos Painéis*, «in Brotéria», vol. LXVIII, n.º 6, de 1959.

D. João, tinha quinze anos pouco depois do recontro de Alfarrobeira (1).

Acolhido pela sua tia D. Isabel seguiu a carreira das armas e logo em 1452 o vemos combatendo ao lado do duque de Borgonha Filipe-o-Bom, marido daquela senhora.

Os seus serviços foram recompensados pelo duque que o armou cavaleiro do Tosão de oiro, em Maio de 1456. Após esta cerimónia dirigiu-se a Leyde onde então se encontrava a corte, para agradecer e apresentar aos duques as suas despedidas, visto seguir em breve para o reino de Chipre onde se ia casar com a bela e jovem herdeira do trono, Carlotta de Lusignan.

Mas, antes de partir, imortalizou-o Van der Weyden com o seu painel, num retrato existente no Museu Real de Bruxelas, identificado pelo arquitecto José Cortez (2).

Em Chipre teve o título de príncipe de Antioquia e não chegou a dois anos a sua vida aí, pois morreu envenenado.

OS FILHOS DO INFANTE D. JOÃO

O Infante D. João casou em 1424 com D. Isabel sua sobrinha, filha do conde de Barcelos e futuro 1.º duque de Bragança D. Afonso e da condessa D. Beatriz Pereira, filha única do condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Foram os seguintes os filhos deste casal: D. Diogo, nascido em data desconhecida, talvez ainda em 1424; D. Isabel; e D. Beatriz.

D. Diogo sucedeu a seu pai nos cargos de administrador do mestrado da Ordem de Santiago da Espada e de condestável (4.º condestável de Portugal). Mas poucos meses os exerceu visto ter morrido em 1443 na idade de 19 anos (3).

D. Isabel casou em Agosto de 1447 com o rei João II de Castela, vindo a ser mãe da Rainha D. Isabel, mulher de D. Fernando, os chamados Reis Católicos.

D. Beatriz ou Brites casou também em 1447 com seu primo o Infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte, vindo a ser mãe do rei D. Manuel.

---

(1) Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João*, Lisboa, 1947, pág. 309.
(2) José Cortez, *Dom João de Coimbra*, «*Retrato por Rogier Van der Weyden*, Colóquio, n.º 7, de Fevereiro de 1960.
(3) Júlio Dantas, *Outros Tempos*, 2.ª edição, pág. 77.

OS FILHOS DO 1.º DUQUE DE BRAGANÇA

D. Afonso, filho natural de D. João I, casou em 1401 com D. Beatriz Pereira Alvim, filha única do 7.º conde de Barcelos, 3.º conde de Ourém, 2.º conde de Arraiolos e 2.º condestável de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira.

D. Nuno dotou a filha com o condado de Barcelos, pedindo então a D. João I que concedesse este título ao seu genro que assim se tornou o 8.º conde de Barcelos.

O casal teve os seguintes filhos: D. Afonso, nascido em 1402; D. Fernando, nascido em 1403; e D. Isabel.

D. Afonso foi o 4.º conde de Ourém, por doação do seu avô, o Santo Condestável, em 1422, e o 1.º e único marquês de Valença por carta, datada de 1451, do rei D. Afonso V.

Morreu solteiro em 29 de Agosto de 1460, ainda em vida de seu pai que faleceu em Dezembro de 1461.

Repousa na cripta da igreja da colegiada da vila velha de Ourém, numa rica arca tumular cuja tampa é coberta com o vulto jacente, um magnífico retrato esculpido (1).

O segundo filho do 1.º Duque de Bragança foi D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos por doação de seu avô D. Nuno Álvares Pereira, em 1422. D. Afonso V fê-lo marquês de Vila Viçosa em 1455. Por morte de seu irmão D. Afonso herdou o título de conde de Ourém. E, pelo falecimento do seu pai, foi o 9.º conde de Barcelos e o 2.º duque de Bragança.

D. Isabel, a terceira dos filhos do 1.º duque de Bragança D. Afonso casou com o seu tio o Infante D. João.

OS FILHOS DE D. AFONSO V

O Rei D. Afonso V casou em 1447 com a sua prima coirmã D. Isabel, filha do Infante D. Pedro, a qual faleceu em 1455 na idade de 22 anos.

Este casal teve dois filhos: D. Joana, nascida em 1452 e D. João, nascido em 1455.

D. Joana foi jurada princesa herdeira do reino passados oito dias após o seu nascimento; porém, depois de nascer o seu irmão D. João passou a ser designada como infanta.

---

(1) Vergílio Correia, *Três Túmulos*, pág. 118.

Era formosíssima, tinha os olhos verdes (1) e «o cabelo louro e em grau tão subido que passando a verdades os idiomas do encarecimento, antes pareciam raios que cabelos» (2).

O seu rosto era redondo e alvo, as faces rosadas, o nariz meão e afilado e a boca grossa (3).

Entrou para o convento de Jesus, em Aveiro, a 30 de Julho de 1472, nunca mais abandonando a vida monástica (4).

Faleceu em 1490, vindo a ser beatificada.

Deixou em testamento (5), o rubi grande de um anel a seu irmão o Rei D. João II e dois pendentes, um com três pedras e outro com uma esmeralda ao seu sobrinho D. Jorge, filho natural de D. João II.

Também mandou entregar a Jorge da Silva o espinho da coroa de Nosso Senhor Jesus Cristo que fora da Rainha D. Isabel sua mãe, «que o houve do Infante D. Pedro, seu pai» (6).

Existe no museu de Aveiro uma pintura que é tradicionalmente considerada como sendo o retrato da Infanta Santa Joana.

Segundo o Dr. José de Figueiredo (7) esse painel apresenta todas as características da época em que viveu a Infanta, não pode em caso algum ser obra de Nuno Gonçalves e não foi realizado do natural. Seria uma cópia dum retrato pintado por Nuno Gonçalves, feita por um artista estrangeiro.

O outro filho de D. Afonso V veio a ser o Rei D. João II.

«Foi el-Rei D. João II homem de corpo mais grande que pequeno, muito bem feito, e em todos os seus membros mui proporcionado; teve o rosto mais comprido que redondo, e de barba em boa conveniência, povoado. Teve os cabelos da cabeça castanhos e corredios... O nariz teve um pouco comprido e derribado algum tanto, sem fealdade» (8).

No ano de 1494 o Rei estava muito doente por se lhe ter declarado «clara e mortal hidropisia», ficando muito inchado (9). Por atribuir a Setúbal um clima contrário à sua doença, saiu dessa vila para Évora, «na entrada do inverno», onde esteve até Julho de 1495. Neste ano morreu.

---

(1) António Gomes da Rocha Madahil, *Iconografia da Infanta Santa Joana*, pág. 52.
(2) Ibidem, pág. 59.
(3) Frei Diogo do Rosário, *Flos Sanctorum*, Lisboa, 1741, pág. 881.
(4) *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana*, leitura de António Gomes da Rocha Madahil, pág. 107.
(5) Ibidem, pág. 153.
(6) Ibidem, pág. 187.
(7) José de Figueiredo, na introdução ao 1.º vol. de *Documentos* do *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*.
(8) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. João*, II, Coimbra, 1950, pág. 202.
(9) Ibidem, pág. 190.

Existe na igreja de S. Brás em Évora uma escultura que representa esse santo, sendo «tradição oral em Évora, reforçada por alguns escritores antigos e modernos que «D. João II serviu de modelo para esse S. Brás» (1).

OS FILHOS DO INFANTE D. FERNANDO

O Infante D. Fernando casou em 1447 com sua prima D. Beatriz, filha do Infante D. João.

Este casal teve, além de outros, os seguintes filhos: D. Diogo, duque de Viseu, assassinado por D. João II em 1484; D. Manuel, duque de Beja, que foi rei de Portugal; D. Leonor, rainha de Portugal pelo seu casamento com seu primo o Rei D. João II; e D. Isabel que casou com o 3.º duque de Bragança, D. Fernando.

OS FILHOS DO 2.º DUQUE DE BRAGANÇA

D. Fernando, 2.º duque de Bragança teve, além de outros, os seguintes filhos: D. Fernando, nascido em 1430 (2); D. João, que foi condestável de Portugal e marquês de Montemor-o-Novo; D. Afonso, que foi conde de Faro; D. Brites, que casou com D. Pedro de Meneses, 3.º conde de Vila Real; e D. Guiomar, que casou com D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Valença.

D. Fernando foi feito conde de Guimarães em 1462-1463 pelo rei D. Afonso V.

Casou em 1447 com D. Leonor de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, 1.º capitão de Ceuta e 1.º conde de Vila Real.

Sucedeu a seu pai no ducado de Bragança em 1478 e foi executado, por conspiração contra o rei D. João II, em 1483.

O PRINCIPE D. AFONSO

O Príncipe D. João, futuro Rei D. João II, casou em 1471 com sua prima coirmã D. Leonor, filha do Infante D. Fernando e, portanto, irmã do duque de Viseu D. Diogo e do duque de Beja D. Manuel, o futuro rei do mesmo nome.

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — As Personagens e a Armaria*, pág. 55.

(2) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, pág. 233.

Deste casal nasceu em 18 de Maio de 1475 o Príncipe D. Afonso que era loiro e muito meigo, «com cara de inglês», segundo observou o viajante alemão Nicolaus von Popplau. Os seus cabelos eram como o ouro e a pele rosada e branca segundo a descrição de Cataldo Sículo (1).

Ainda muito criança esteve como refém em Moura, em poder da Infanta D. Beatriz, por parte de Portugal, onde também estava em refém, em poder da mesma Infanta, por parte de Espanha, a Princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel. Estes reféns ou terçarias haviam sido estipulados pelos dois governos como fiadores da paz que se assinara entre os dois países, depois da grande luta em que andaram empenhados e que teve como feito de armas culminante a batalha de Toro (2).

Em 1483, depois da Páscoa, por ter morrido o Rei D. Afonso V, foram desfeitas «as terçarias» que já não fazia sentido prolongarem-se e os jovens reféns voltaram à casa dos seus respectivos pais (3). Tinha então o Príncipe cerca de 8 anos.

Em 1490, na idade de 15 anos, casou com a princesa D. Isabel sua prima, a mesma que tinha estado com ele nas terçarias de Moura.

No dia 12 de Julho de 1491, estando a corte em Santarém, o Príncipe montou a cavalo e andava em corridas nas margem do Tejo.

Porém, quebrou-se o loro dum estribo e o Príncipe caiu do cavalo com tanta infelicidade que, sendo arrastado, ficou logo sem fala e como morto, falecendo no dia seguinte. Tinha pouco mais de 16 anos.

O desgosto do Rei foi tremendo. Morria-lhe o único filho legítimo e ficavam perdidas as esperanças de o governo da peninsula hispânica, pollticamente unificada, pertencer a um príncipe português.

A FAMILIA NORONHA

O rei D. Fernando de Portugal teve uma filha natural chamada D. Isabel que casou com D. Afonso, conde de Gijon e Noronha, filho também ilegítimo do rei Henrique II de Castela.

A condessa D. Isabel, depois de enviuvar, voltou para Portugal, trazendo consigo seis filhos e tendo recebido para si e para eles bom agasalho do rei D. João I (4).

---

(1) Elaine Sanceau, *D. João II*, págs. 186 e 348.
(2) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal*, *Dicionário Histórico*, *etc.*
(3) Elaine Sanceau, *D. João II*, pág. 176.
(4) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª edição, pág. 47.

Alguns dos irmãos Noronhas vieram a ter importante papel na vida da nação. Assim, D. Pedro de Noronha foi arcebispo de Lisboa desde 1424 a 1452; D. João de Noronha combateu no descerco de Ceuta; D. Fernando de Noronha foi o 2.º conde de Vila Real e o 2.º capitão de Ceuta por ter casado com D. Brites de Meneses filha do 1.º conde de Vila Real e 1.º capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses; D. Sancho de Noronha foi o quarto capitão de Ceuta, o 1.º conde de Odemira, comendador-mor da Ordem de Santiago e regente do Algarve com o título de adiantado; e D. Constança de Noronha que foi a segunda esposa do conde de Barcelos D. Afonso, com quem casou em 1420, não tendo deixado descendência.

O INFANTE D. PEDRO

Nasceu em 1392.

Era homem de grande corpo e de poucas carnes, tendo o rosto comprido, o nariz grosso, os olhos um pouco moles (1) e tinha os cabelos louros (2) como inglês (3).

Em 1415 acompanhou o pai e os seus irmãos D. Duarte e D. Henrique na conquista de Ceuta servindo-se valorosamente da espada que sua mãe para o efeito lhe ofereceu e aos irmãos e tinha, na ocasião, mandado fazer e guarnecer, em Lisboa (4).

Depois de tomada a cidade o rei D. João I armou cavaleiros aos seus filhos e o infante D. Pedro armou depois vários cavaleiros entre os quais a Álvaro Vaz de Almada que viria a ser conde de Avranches e a Aires Gomes da Silva, filho do alferes-mor João Gomes da Silva.

No ano de 1420 o Papa Martinho V declara, na bula *In eminenti specula*, que havia na cidade de Ceuta um eremitério da invocação e título de Santiago, e que o mui nobre varão D. Pedro, duque de Coimbra, *para defensão da fé católica e para conversão dos infiéis e povos circundantes que viviam no erro* pretendia erigir o dito eremitério em convento da Ordem dos Menores, no qual um guardião e frades professos da dita Ordem permanentemente servissem ao Senhor das Virtudes, e que, tanto pelo exercício da pregação como pelo exemplo do seu viver edificante, aliciassem outros (5).

---

(1) Rui de Pina, *Crónica Del-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 110.

(2) Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Edições S. I. T., Lisboa, 1947, pág. 79.

(3) Rui de Pina, *Crónica Del-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 110.

(4) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, edição da Academia das Ciências de Lisboa, pág. 126.

(5) João Martins de Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 252.

Em 1425 o Infante D. Pedro partiu para a Hungria com vários companheiros, entre os quais Álvaro Vaz de Almada, futuro conde de Avranches, e Álvaro Gonçalves de Ataíde, futuro conde de Atouguia, tendo prestado grandes serviços ao imperador da Alemanha Segismundo na guerra contra os turcos otomanos, inimigos da fé de Cristo.

Em 1427, o mesmo Infante foi eleito cavaleiro da Jarreteira (1).

Em 1428 voltou para a pátria, partindo da Hungria para Veneza, onde chegou a 5 de Abril, cidade que nesse tempo «atingira o apogeu do fausto e poderio. O seu formidável expansionismo mercantil que irradiava do fulcro lagunário para toda a área circunvizinha da Europa Oriental, remontando aos pontos mais distantes e carreando as riquezas mais exóticas, reservava-lhe primazia indiscutível no complexo económico europeu ansioso de contactos com o Oriente» (2).

D. Pedro, em Veneza, procedeu a um inquérito minucioso ao seu nível económico e social. Percorre os mercados e armazéns, assiste ao armazenamento do ouro, observa o movimento marítimo do porto, o que os navios carregam e descarregam. Penetra no grande arsenal, visita os sessenta barcos que estão nas carreiras, em fases diversas do seu fabrico, e informa-se da tonelagem, da altura do bordo, do pano e da equipagem dos que se encontram já lançados. Enfim faz uma visita de estudo de tudo quanto respeita à navegação e ao comércio (3).

Não desdenhou, no seu minucioso inquérito, de visitar a Ilha de Murano e o seu convento dos Camáldulos de São Miguel, grandes cosmógrafos e fabricantes de cartas. Entre estes se notabilizara o muito citado Fra Mauro, que assim teria estado em contacto com D. Pedro (4).

No seu caminho para Roma passou por Pádua e Florença.

Na primeira destas cidades, conseguiu obter uma relíquia de Santo António, «*parte do casco ainda com cercilho*», que trouxe para Portugal (5).

Em Florença ter-se-ia, possìvelmente, o Infante encontrado com Paolo Toscanelli, grande conhecedor dos assuntos de astronomia e geografia que já possuia as três noções fundamentais: esfericidade da terra, sua habitabilidade e existência de antípodas nas quais, justamente, se encontrava a India. Toscanelli teria concluído que, para

---

(1) Francis M. Rogers, *Infante Dom Pedro*, pág. 32.

(2) Júlio Gonçalves, *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos*, pág. 205.

(3) Ibidem, pág. 226.

(4) Ibidem, pág. 227.

(5) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, Lisboa, pág. 54.

se chegar aos antípodas, «tanto bastava caminhar para o Oriente como para o Ocidente» (1).

A digressão de D. Pedro que, sendo política, fora também científica, deu-lhe gradualmente noções de cosmografia, geografia económica e arte de navegar, especializando-lhe o fundo da sua cultura (2).

Em fins do ano de 1428 celebraram-se os casamentos dos dois irmãos D. Duarte e D. Pedro com duas princesas de Aragão, D. Leonor e D. Isabel, respectivamente, que eram filhas de dois inimigos políticos irreconciliáveis, que ardendo em ódio, se degladiavam pela posse do trono vago pela morte, sem descendência, do Rei Martinho I (3).

Em 1438 faleceu o rei D. Duarte que deixou dito a Frei Gil Lobo, seu confessor, «que sua derradeira vontade era que o Príncipe seu filho casasse com D. Isabel, filha do infante D. Pedro (4).

No seu testamento, D. Duarte determinava que a regência do reino, até que o Rei D. Afonso V atingisse a maioridade (14 anos) ficasse inteiramente entregue à sua viúva, a Rainha D. Leonor de Aragão.

A Rainha mandou chamar o Infante D. Pedro por seu irmão o Infante D. Henrique e os três acordaram, «que com a Rainha ficasse o cargo da criação dos seus filhos, e a governança e ministração de toda a fazenda; e ao Infante D. Pedro ficasse o regimento da justiça e o título de Defensor dos reinos por El-Rei».

Contra este acordo se levantou o povo de Lisboa por não querer ser governado por uma mulher, de mais a mais estrangeira, e entender que sòmente o infante D. Pedro deveria defender e reger o reino, visto ser o mais velho dos filhos de D. João I ainda vivos.

Processou-se assim uma verdadeira revolução que terminou pela vitória do terceiro estado contra quase toda a nobreza e a maior parte do clero.

O doutor Diogo Afonso, o «Manga-Ancha», foi o cérebro da revolta actuando sobre a grande força de então, os mesteirais de de Lisboa. O Infante D. João incentivou-a deliberadamente, afirmando sempre que sòmente o filho mais velho de D. João I deveria reger o reino.

A favor de D. Pedro estavam, dos membros da Nobreza, pràticamente, só os seus criados; dos prelados, ùnicamente o bispo de Évora D. Álvaro de Abreu o apoiava.

---

(1) Júlio Gonçalves, *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos*, pág. 236.
(2) Ibidem, pág. 243.
(3) Ibidem, pág. 236.
(4) Rui de Pina, *Crónica Del-Rei D. Afonso V*, vol. I, pág. 23.

O povo de Lisboa elegeu o capitão-mor do mar Álvaro Vaz de Almada como seu alferes, para o comandar e acordou, na Câmara, que o reino deveria ser regido pelo Infante D. Pedro, sòzinho.

À população da cidade foi dado conhecimento deste acordo, pois as pessoas que couberam no refeitório do convento de São Domingos foram dele certificadas pelo cónego da Sé, Pedro Eanes Sarrabodes, que para tal fim subiu ao púlpito, apressando-se depois todos os presentes em o assinar (1).

«Sendo o acordo acabado de assinar, o mandaram intimar e notificar à Rainha que, sendo-lhe notificado, responde com muita quietação e modéstia, com palavras graves, repreendendo o atrevimento do povo e cidadãos da cidade de Lisboa em se quererem intrometer em eleger Regente e lhe quererem tirar a ela o governo que El-Rei D. Duarte seu senhor, que estava em glória, lhe deixara e depois fora confirmado e jurado pelo mesmo Infante D. Pedro, que injustamente lho procurava tirar, e sendo também jurado pelos mais Infantes e nobreza do Reino, protestando que não seria por sua culpa se sobre isso houvesse no Reino alguma guerra; de que os mensageiros tornaram mui descontentes para a cidade, e a cidade e o povo ficou em maior ódio com ela».

«Foi logo levado ao Infante D. Pedro, à cidade de Coimbra, o qual o recebeu e aprovou, agradecendo-o com grandes promessas e oferecimentos que fez a todo o povo e cidade de Lisboa, prometendo governar com grande satisfação e de cumprir e manter todas as condições escritas nele. E assim foi também mandado e notificado a todas as cidades e vilas do reino, que o aprovaram com grandes festas. E sendo levado ao Infante D. Henrique, o não houve por bem e o reprovou, com declaração que não encontrava, nem lhe parecia mal dar-se o governo ao Infante D. Pedro, antes estava muito bem, mas repreendeu o modo da eleição, por tomarem os cidadãos e o povo de Lisboa tanto atrevimento que, havendo no reino tantas pessoas da Casa Real com as quais primeiro se havia de tratar, e a elas pertencia a determinação do caso, eles se atrevessem a eleger governador de própria autoridade, avisando-os que nas cortes, que cedo se haviam de fazer, o requeressem e tratassem da matéria da eleição e que então daria o seu parecer, dizendo mais que se espantava muito do Infante D. João, seu irmão, o aprovar e consentir nele; e finalmente os avisou que não inquietassem a paz e o sossego do reino, significando-lhes os grandes inconvenientes que havia e impediam pôr-se em execução antes das Cortes, principalmente as grandes divisões do reino, autorisando seu parecer

(1) Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro*, págs. 104 e segs.

com muitas razões graves e de maduro conselho, dignas de tal príncipe.»

«Muito quebrantou os ânimos dos cidadãos de Lisboa e povo a resistência do Infante D. Henrique. E porque também lhes disse que em pessoa havia de ir a Coimbra a ver-se com seu irmão sobre isso e, até ele não vir, não fizessem novidade alguma, não era menor o impedimento que se lhes oferecia do Infante D. Afonso, do qual sabiam que claramente repreendia tal acordo e por nenhum modo queria consentir se desse ao Infante D. Pedro; e por esta razão lho não levaram, nem trataram de o confirmar por ele, porque era notório que não havia de o fazer. E, sabendo o Infante D. João que o Infante D. Henrique o reprovava, confiado que a seu rogo o aprovaria e haveria por bem, se foi a ver com ele para lhe persuadir que o assinasse e houvesse por bem e lhe pediu e rogou com muita instância, afirmando-lhe que se fizera com sua autoridade e encarecendo a necessidade em que o reino estava de ser assim e os grandes danos que havia pela diversidade de governadores, e quanto ia em ser antes um só que muitos, o qual não devia ser outro que o Infante D. Pedro em quem não faltava nenhuma das qualidades necessárias e ser o irmão mais velho de todos eles. E finalmente lhe pediu com muitos encarecimentos pusesse ao pé do acordo com ele e assinassem ambos estas palavras — *hoc confirmat Deus quod operatus est nobis*».

«Não pôde o Infante D. João acabar com seu irmão quisesse assinar, antes, importunando-lhe, estranhou muito o fazer tanto por isso, repreendendo o parecer de todos os que o seguiam como por ser cousa tanto contra suas honras deles mesmos e contra o juramento que tinham feito quando se repartiu o governo, com muitas outras razões de muito fundamento. Não podendo o Infante D. João acabar com seu irmão que assinasse, muito sentido e apaixonado se partiu dele, mas todas as pessoas bem entendidas e apaixonadas o tiveram por muito acertado como de príncipe tão prudente e tudo o contrário por errado como cousa feita por povo tão inconsiderado como todas suas cousas são».

«Mui descontente estavam os cidadãos de Lisboa e oficiais da câmara da resposta do Infante D. Henrique; e posto que até então duvidaram de mandá-lo ao Infante D. Afonso que estava na sua vila de Barcelos, contudo ordenaram mandar-lho e aos condes seus filhos que também se não achavam na cidade de Lisboa; o qual ele repreendeu e estranhou aos cidadãos que o levaram com as mesmas razões que o Infante D. Henrique; nem foi recebido com menos descontentamento dos condes de Ourém e Arraiolos».

O Infante D. Pedro partiu de Coimbra, com muita gente armada e acompanhado por vários fidalgos, para ir assistir às Cortes que se

iam realizar em Lisboa. Chegando perto desta cidade, o seu povo e o Infante D. João instaram com ele para aceitar a missão de reger o reino até à maioridade do Rei D. Afonso V. Depois de hesitar, anuiu ao pedido, tendo prestado na Sé, perante o bispo de Évora D. Álvaro de Abreu (1), solene juramento pelos Santos Evangelhos de bem reger o reino.

As Cortes que depois se reuniram acordaram, sob proposta do Infante D. João e depois de o doutor Diogo Afonso Manga--Ancha ter ponunciado «uma oração bem copiosa», que o Infante D. Pedro ficasse como único regente do reino.

«Foi geralmente por todos aprovado o que o doutor Diogo Afonso disse em sua oração, de que se fizeram autos solenes, escritos por quatro notários públicos da mesma cidade, em o qual assinaram os Infantes e com eles alguns prelados e fidalgos que foram presentes, mas o conde de Arraiolos o não quis assinar, nem quis nunca conhecer ao Infante D. Pedro por governador, nem nomeá-lo por esse *(nome de Regente)*, posto que obedeceu a seus mandados melhor que muitos que o assinaram, e se claramente o não encontrou, foi por ver quão pouco importaria, pois todos o festavam com grande aplauso e mostras de alegria, excepto ele e o Infante D. Afonso seu pai e o Infante D. Henrique, aos quais nunca pôde parecer bem, por terem jurado e assentado outra coisa, como fica dito, mas como fossem sem remédio, não trataram dela (2)».

«E logo o mesmo Infante governador avisou a Rainha, por carta sua, da eleição que nele era feita e o mesmo fizeram alguns fidalgos que ali se acharam, escrevendo-se em nome de todos, em que lhe pediam o houvesse assim por bem e quisesse vir com El-Rei à cidade, onde lhe seria feito todo o serviço que era razão, para em sua presença se tratarem algumas coisas que a seu estado, serviço e bem do Reino, eram necessárias. Com este recado mandou o Infante, Álvaro Gonçalves de Ataíde, homem fidalgo, e bem entendido, de quem fiava muito».

«Recebeu a Rainha este recado com grande sentimento e tristeza e, por conselho dos que com ela estavam, substancialmente respondeu que não havia razão para os que estavam em Lisboa com o povo dela pudessem ajuntar cortes, nem chamá-las, sem mandado de El-Rei, seu filho e seu dela, nem ela as havia por tais, antes tudo o que nas ditas cortes se fizera havia por nulo e que, se os Infantes seus irmãos o houvessem por bem, se começassem de novo e ela iria a elas, mas que havia de ir com nome e exercício de

(1) Note-se que o arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, «agravado» pelo povo da cidade, se havia retirado para Castela, não se encontrando pois na capital do reino nesta ocasião.

(2) Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro*, pág. 132.

regente e que desta maneira iria com El-Rei seu filho à mesma a celebrá-las e assistir a elas; e que de outra maneira não iria, nem haveria por válida cousa alguma que nelas se fizesse. A qual resposta mandou tomar por autos públicos para sempre constar de sua repugnância».

«Com esta resposta se tornou Álvaro Gonçalves aos Infantes que, vendo-a tão contrária e resoluta contra o que tinham ordenado, acordaram mandar com os mesmos requerimentos o doutor Afonso Nogueira, famoso teólogo, e o provincial dos religiosos de S. Francisco da observância, que fora confessor de El-Rei D. Duarte *(Frei Gil Lobo)*, como pessoas espirituais de muitas letras e autoridade. Os quais para trazerem a Rainha ao que pretendiam lhe deram muitas razões cheias de bons e santos conselhos e avisos, e a não puderam mover de seu propósito; e com esta resposta se tornaram [1].

O Infante D. Pedro teve por si o seu irmão D. João, os mesteirais de Lisboa, o povo das vilas e cidades e os letrados entre os quais o licenciado em Teologia Frei Gil Lobo, os doutores «in utroque jure», Afonso Nogueira e Diogo Afonso (o Manga-Ancha) e o doutor Lopo Afonso que depois nomeou escrivão da puridade. Dentre os poucos membros da nobreza seus partidários, destacaram-se Álvaro Vaz de Almada, capitão-mor do mar e alcaide de Lisboa que veio a ser conde de Avranches, na Normandia, Álvaro Gonçalves de Ataíde, futuro 1.º conde de Atouguia e Aires Gomes da Silva que o Infante D. Pedro nomeou, mais tarde, regedor das justiças da casa do cível.

Pela Rainha estavam, pràticamente, todos os fidalgos do reino sendo dos mais importantes: o conde de Barcelos (futuro 1.º duque de Bragança), D. Afonso; seus filhos, os condes de Ourém e de Arraiolos; seus cunhados, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, e D. Sancho de Noronha futuro 1.º conde de Odemira; D. Frei Nuno de Góis, prior do Crato; D. Duarte de Meneses, alferes-mor do reino; e Leonel de Lima, futuro 1.º visconde de Vila Nova de Cerveira.

O Infante D. Pedro, logo que ficou senhor do poder, demitiu dos seus cargos oficiais os partidários da Rainha e designou a Álvaro Gonçalves de Ataíde para aio do Rei D. Afonso V e ao Mestre Frei Gil Lobo para mestre do mesmo Rei.

A Rainha não aceitou a decisão das Cortes e fugiu para a fortaleza do Crato, contando com a dedicação do seu fiel partidário, o velho dom-prior Dom Frei Nuno de Góis.

O Regente «por segurar as comarcas do reino, em que tinha alguma suspeita, encomendou a da Beira ao Infante D. Henrique

---

(1) Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro*, págs. 133 e 134.

e a de Entre Tejo e Odiana ao Infante D. João e mandou à cidade do Porto Aires Gomes da Silva para com a cidade fazer defensa e resistência a quaisquer rebates que naquela comarca sobreviessem».

O Infante D. Pedro, acompanhado pelos Infante D. João e pelos condes de Ourém e de Arraiolos, seguiu com as suas tropas contra o Crato e outras fortalezas do prior D. Frei Nuno de Góis. Em caminho recebeu a grata notícia de o Papa Eugénio IV ter concedido, verbalmente, a dispensa para se poder realizar o casamento da sua filha D. Isabel com o Rei D. Afonso V, visto serem primos coirmãos. Os embaixadores que tal conseguiram foram o prior da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Rui da Cunha, e o provincial da Ordem do Carmo D. Frei Manuel, o qual veio a ser bispo de Ceuta, primaz de África e, depois, bispo da Guarda.

A bula com a dispensa foi mais tarde enviada de Roma, em mão de Fernão Lopes de Azevedo, «que lá tornou por embaixador» (1).

A Rainha, sabendo da aproximação das tropas do Regente, partiu para Castela onde então os Infantes de Aragão, seus irmãos, tinham enorme influência sobre o fraco Rei João II.

Em Outubro de 1442 morreu o Infante D. João, com grande desgosto de D. Pedro, que logo em nome do Rei fez condestável e mestre da Ordem de Santiago da Espada ao filho de D. João, de nome D. Diogo, o qual também morreu no começo do ano seguinte.

Como não hávia mais nenhum filho varão do infante D. João ficou vago o cargo de condestável que o Regente deu a seu filho mais velho, D. Pedro. Mas o conde de Ourém, D. Afonso, mandou pedir essa mesma dignidade ao infante D. Pedro afirmando que o cargo pertencia aos descendentes do seu avô o condestável D. Nuno Álvares Pereira e portanto lhe era devido. O Regente não satisfez o pedido, concitando para sempre o entranhado ódio do Conde de Ourém, o que «foi a causa principal da morte e destruição do infante D. Pedro»,

Em 5 de Junho de 1443 morreu em Fez o Infante D. Fernando a quem os porfiados esforços do Infante D. Pedro não conseguiram arrancar do cativeiro, tendo mandado a Arzila Martim de Távora, como embaixador, para conseguir o seu resgate.

Reinava então em Castela o fraco Rei João II que era «mais para ser regido que para regedor» (2) entregando-se por completo nos braços de quem soubesse assenhorar-se da sua vontade, governando-o a ele e por conseguinte ao Reino.

---

(1) Rui de Pina, *Crónica de El-Rei D. Afonso V*, vol. I, pág. 143.
(2) Augustin Blánquez Fraile, *Historia de España*, Barcelona, 1943, pág. 154.

Eram os Infantes de Aragão irmãos da Rainha D. Leonor, viúva do Rei D. Duarte de Portugal, que disputavam o valimento perante o Rei João II ao condestável D. Álvaro de Luna, tendo este pedido auxílio militar ao Infante D. Pedro, regente do reino de Portugal.

Por isso, o Regente resolveu enviar a Castela o seu filho D. Pedro, condestável de Portugal, com mil homens de cavalo e, quatro mil de pé, sendo um dos seus capitães Martim de Távora [1].

Como o condestável D. Pedro não tinha ainda sido armado cavaleiro, seu pai, o Infante D. Pedro, quis que tal fizesse o seu irmão, o Infante D. Henrique, o qual se deslocou expressamente para esse fim de Lagos a Coimbra. Passou-se isto no ano de 1445.

Neste mesmo ano, o Infante D. Pedro escolheu para mestre da Infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso V, a qual tinha então nove anos de idade, o cónego de S. Salvador de Vilar Jorge da Costa que viria a ser o célebre «Cardeal de Alpedrinha».

Em Janeiro de 1446, o rei D. Afonso V atingiu a maioridade para governar, isto é, os catorze anos de idade.

Por isso, o infante D. Pedro fez reunir cortes gerais para lhe fazer entrega do poder, nas quais o doutor Diogo Afonso (o Manga--Ancha), em nome do Infante D. Pedro, fez uma «louvada oração».

Três dias depois o Rei, por intermédio do mesmo doutor Diogo Afonso, declarou às cortes que não tinha ainda idade para por si só reger sem perigo de si mesmo e das coisas que regesse, nem tivera a prática e a experiência delas como para rei cumprir; e era por isso necessário tomar alguma pessoa que no regimento o ensinasse e ajudasse; e por todos os respeitos, causas e razões, não havia em seus reinos outro mais pertencente que o mesmo Infante D. Pedro, seu tio e padre; e que por isso ele o escolhia para que «tornasse com ele a reger e governar seus reinos, assim como dantes fazia, até ele se sentir em disposição para por si só o poder fazer».

Esta resolução do Rei desagradou muito à maioria da nobreza, sobretudo ao duque de Bragança D. Afonso, ao seu filho mais velho o conde de Ourém D. Afonso e ao conde de Odemira D. Sancho de Noronha.

Em 1447 o Infante D. Pedro escolheu o bispo de Viseu D. João Vicente para confessor, esmoler-mor e capelão-mor de D. Isabel, filha do infante D. João, que se havia tornado rainha de Castela pelo seu casamento com o rei João II.

Em Maio de 1448 [2], o Rei D. Afonso V recebeu solenemente a sua esposa D. Isabel, em Santarém, «com as cerimónias e bênçãos,

---

[1] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 87.

[2] António Gomes da Rocha Madahil, *Subsídios para uma Edição Crítica da Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina, pág. 61.

pela Santa Igreja em tais casos ordenadas» e tomou conta do governo do reino, o qual foi deixado pelo Infante D. Pedro, com a melhor vontade.

Logo que disto soube, o duque de Bragança D. Afonso partiu da vila de Chaves e «com estrondo de gente armada se foi à cidade do Porto, a Guimarães e a Ponte de Lima, onde aos criados do Infante D. Pedro tirou os ofícios que tinham del-rei e a todos com infâmia de traidores deitou fora».

As intrigas dos seus inimigos perante o Rei levaram o Infante D. Pedro a sair da corte para os seus domínios de Coimbra, em Julho de 1448.

Os inimigos de D. Pedro logo conseguiram que o Rei tirasse «todos os ofícios que os criados do seu tio na corte tinham, de qualquer qualidade que fossem». Assim tirou a alcaidaria do castelo de Lisboa ao conde de Avranches D. Álvaro de Almada, o ofício de regedor da justiça da casa do cível a Aires Gomes da Silva e o ofício de vedor da fazenda a Luís de Azevedo. O condestável D. Pedro foi também então destituído do seu ofício.

O conde de Arraiolos D. Fernando e o conde de Avranches D. Álvaro de Almada que eram, respectivamente, capitão de Ceuta e fronteiro da mesma cidade (1), vieram a Lisboa interceder pelo Infante D. Pedro perante o Rei D. Afonso V, mas nada conseguiram.

Em Outubro de 1448, aquele Rei mandou vir à corte o duque de Bragança D. Afonso, o qual, com muita gente armada, pretendeu passar pelas terras do Infante D. Pedro, duque de Coimbra. Este Infante impediu, porém, o passo ao duque de Bragança obrigando-o a fazer um desvio pela serra da Lousã (2), «por onde marchou padecendo trabalhos, frios e neves, que nos seus muitos anos lhe puseram em perigo a vida, mas livrando com ela, o muito frio que padeceu deu ocasião a uma queixa, que lhe inclinou o pescço de sorte que nunca melhorou dele ficando daquele modo enquanto viveu» (3).

Então o Rei D. Afonso V mandou «cartas de percebimento de guerra por todo o reino, com declaração de querer, por desobediência e deslealdade do Infante D. Pedro, ir contra ele.»

O Infante resolveu então seguir ao encontro do Rei, fazendo-se acompanhar pelos seus cavaleiros e homens de armas, para lhe demonstrar inteira lealdade e pedir vingança contra os seus caluniadores. Entre os fidalgos que o acompanharam encontravam-se

---

(1) D. Augustin Manuel e Vasconcelos, *Vida de D. Duarte de Meneses*, Lisboa, 1627, pág. 81, verso.

(2) Gastão de Melo e Matos, in *Revista Portuguesa de História*, tomo V, vol. II.

(3) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, pág. 39.

o Conde de Avranches, D. Fradique de Castro, Aires Gomes da Silva, Martim de Távoa e Rui da Cunha.

O Rei, sabendo da saída de D. Pedro, foi ao seu encontro com um poderoso exército.

As duas forças enfrentaram-se junto do ribeiro de Alfarrobeira e da escaramuça resultou a morte do Infante D. Pedro ferido no coração por uma seta que atravessou a cota de malha por ele vestida, colocada por cima duma roupeta comprida de veludo carmesim (1) e coberta por uma jórnea (2) também de veludo carmesim (3).

Então foram aprisionados dois filhos do Infante, D. João e D. Jaime, crianças de quinze e dezasseis anos (4) mas que já combateram no recontro, tendo mesmo D. Jaime sido encarregado de comando por seu pai (5).

O Rei D. Afonso V, aconselhado pelos inimigos do seu tio e sogro, o Infante D. Pedro, não consentiu que o cadáver deste fosse enterrado, ficando «em uma pobre casa, onde entre corpos já vasios de almas e fedorentos, jouve três dias sem candeia nem cobertura nem oração que por sua alma pública se dissesse nem ousasse de dizer, o que foi grande prasmo e vitupério da casa real».

«E acabados os três dias o corpo do Infante, por homens de prema (6), e com consentimento del-Rei foi levado em uma escada à igreja de Alverca, onde por então foi vilmente e com grande desacatamento soterrado».

O duque de Borgonha Filipe-o-Bom mandou então ao Rei D. Afonso, o Deão de Vergy como embaixador pedindo «para seu corpo (do infante D. Pedro) a sepultura que lhe El-Rei D. João, seu padre (pai), em sua real capela ordenara».

«E porque na primeira denegação que El-Rei fez à sepultura do Infante o dito embaixador requereu que lhe mandasse dar seus ossos para os levar a Borgonha, onde a duquesa sua irmã lhes daria sepultura honrada e merecida, receoso El-Rei de os furtarem da igreja de Alverca, onde devassamente jaziam, os mandou tirar e levar ao castelo de Abrantes, cuja guarda e segurança encomendou a Lopo de Almeida, que depois foi primeiro conde de Abrantes.

Sòmente em 1455 a rainha D. Isabel cobrou alento pelo nascimento do príncipe-herdeiro D. João para pedir ao Rei «que com devidas exéquias e cerimónias se desse ao Infante D. Pedro

---

(1) Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro*, Livro III, pág. 113.

(2) Jórnea: Vestuário antigo que era um manto largo, aberto aos lados e sem mangas. «Grande Dicionário da Língua Portuguesa», 10.ª edição.

(3) Duarte Nunes de Leão, *Crónica e Vida Del-Rei D. Afonso V*, págs. 80 e 81, e Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, 2.º Volume, pág. 100.

(4) Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, pág. 308.

(5) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 89.

(6) Homens de prema: Homens obrigados por força.

a sepultura que na capela del-rei D. João seu padre lhe fora apropriada, e que seus ossos fossem a ela trasladados com aquela honra e solenidade que sem a desaventura de sua morte merecia» o que conseguiu apesar de «que isto fosse pelo duque de Bragança e por seu filho o marquês muito contrariado».

A Rainha também então conseguiu que o Rei levantasse o labéu de traidor e desleal a D. Pedro e que perdosase a todos os que o tinham acompanhado em Alfarrobeira, mandando-lhes restituir os bens que lhes haviam sido confiscados.

Os ossos do Infante foram trazidos de Abrantes para o mosteiro da Trindade em Lisboa e depois para o mosteiro de Santo Elói da mesma cidade, e daí levados para a igreja de Santa Maria da Vitória (Igreja da Batalha).

«E concertado o dia em que os haviam de levar à Batalha, El-Rei e a Rainha se foram diante para os esperar no mosteiro da Batalha, a que foram chamados e vieram todos os senhores e senhoras principais do reino, salvo o Infante D. Fernando e o marquês de Valença que tomaram outra opinião contrária ao prazer e contentamento da Rainha. E o cargo principal da trasladação e acompanhamento da dita ossada ficou ao Infante D. Henrique, o qual ia vestido não de dó preto mas de aluz (1) escuro» (2).

A TRAGÉDIA DO INFANTE SANTO

Nasceu o Infante D. Fernando em 29 de Setembro, dia do Arcanjo São Miguel, no ano de 1402 (3).

Em 1437, o Rei D. Duarte resolveu mandar uma expedição a Tânger com o fim de conquistar essa cidade aos mouros, a qual foi chefiada pelo Infante D. Henrique coadjuvado pelo seu irmão o Infante D. Fernando e sendo condestável o conde de Arraiolos D. Fernando.

O Infante D. Fernando, antes de partir, fez testamento, no qual dispunha dos seus haveres, entre as quais bastantes «vestimentas» religiosas, como mantos, capas, almátigas (dalmáticas) com seus colares, alvas, sobrepelizes, estolas e manípulos. Ao convento de S. Francisco de Alenquer deixou um manto de baldoquim vermelho com ouro e almátigas desse mesmo pano e, ao convento de S. Francisco de Leiria, vários livros entre os quais um «Evangeliorum».

(1) Aluz: tecido espesso e felpudo.
(2) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 138.
(3) José Soares da Silva, *Memórias del-Rei D. João I*, Tomo I, pág. 482.

Ordenava que, no caso de morrer, o seu corpo fosse enterrado no mosteiro de frades de S. Francisco da cidade de Ceuta, devendo esses frades dizer no dia do seu enterro quatro missas oficiadas, respectivamente, à honra da Assumpção da Virgem Maria, a Todos os Santos, à Cruz e aos Anjos.

A sua sepultura deveria ser no mosteiro de Santa Maria da Vitória, na capela do fundador, «no derradeiro arco, e o outro arco na outra parede que está junto com ele por altar», tendo o encargo da sepultura o Infante D. Henrique ou o conde de Arraiolos D. Fernando ou o bispo de Évora D. Álvaro de Abreu.

Mais determinava que no caso do Rei D. Duarte, pelos seus muitos afazeres, não poder ser o testamenteiro, substabelecesse o testamento ao «Infante Dom Pedro, meu irmão, a quem sempre houve grande amor e muito prazer em minha vontade».

Mandava também que no altar situado junto ao seu túmulo se colocasse «uma imagem de São Miguel com uma cruz grande na mão, como alferes que é da cruz».

Estabelecia legados em dinheiro a alguns dos seus servidores: vinte mil reais brancos a Martim de Távora que havia sido escudeiro da sua casa; quarenta mil reis a seu amo Rodrigo Esteves e outro tanto à ama sua mulher; seis mil reis ao seu capelão Pedro Eanes; quatro mil réis a Mor Gonçalves morador (sic) em Elvas; e cinco mil reis a Nuno Gonçalves «que foi escrivão da Câmara».

No dia 17 de Agosto de 1437, estando tudo pronto para a armada seguir, foi o rei D. Duarte com os Infantes e a gente nobre ouvir missa à Sé de Lisboa, a qual foi dita pelo bispo de Évora D. Álvaro de Abreu revestido de pontifical. Acabada a missa organizou-se uma procissão para se levarem para os navios as relíquias que o Rei mandou na armada (1), seguindo na procissão o Rei e os Infantes e levando o bispo de Évora nas mãos a Bula da Cruzada, ainda paramentado de pontifical tal como estivera durante a missa (2).

A 22 de Agosto seguiu a armada para Ceuta indo o Infante D. Fernando disposto «a todo perigo e trabalho pela Santa Fé, sob guarda do alferes de Jesus Cristo São Miguel, que em seu estandarte levava pintado (3).

Dois dias depois da chegada da armada a Ceuta, os Infantes e «toda a gente» foram em procissão solene à Ribeira, para trazer

---

(1) Frei João Álvares, *Obras*, vol. I, edição crítica por Adelino de Almeida Calado, pág. 156.

(2) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 24; Rui de Pina, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, Lisboa, 1790, pág. 137.

(3) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 24.

da nau capitânia as bandeiras da Cruzada e del-Rei, indo a presidir o bispo de Évora D. Álvaro de Abreu revestido de pontifical.

Passados dias, as tropas partiram por terra para Tânger tendo o infante D. Henrique feito alguns cavaleiros no arraial estabelecido junto à cidade.

Na primeira investida contra Tânger foram comandantes, nos vários pontos estratégicos, os infantes D. Henrique e D. Fernando, o conde de Arraiolos, o Bispo de Évora, e o capitão-mor do mar Álvaro Vaz de Almada.

Foi extremado o valor dos portugueses distinguindo-se, além de muitos outros cavaleiros, os infantes D. Henrique e D. Fernando, o Bispo de Évora, o Conde de Arraiolos, o capitão Álvaro Vaz de Almada, Fernão Lopes de Azevedo, o provincial da Ordem do Carmo Frei João (futuro bispo de Ceuta) e o capitão-donatário do Funchal João Gonçalves. Porém, dia a dia aumentava o número de mouros, de modo que os portugueses vieram a ficar cercados e isolados dos navios, não tendo já que comer e nem sequer água para beber.

Do Bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu, diz Francisco José Freire: «Nestes últimos combates não houve português que não se distinguisse...; e maior crédito é para o famoso nome de D. Álvaro de Abreu, Bispo de Évora, contá-lo a História pelo primeiro entre todos. É singular a sua glória nos fastos da sua igreja; porque além de exercitar com zelo extremoso o ofício de prelado, ora confessando, ora exortando, até foi soldado daqueles a quem coube maior número de mortos, ficando em dúvida gloriosa se desempenhava melhor as obrigações do cajado, se as da espada (1).

Também existem referências a actos de valentia de Fernão Lopes de Azevedo (1) e de João Gonçalves, capitão-mor do Funchal, o qual «recebeu uma ferida em um dos olhos de um virotão que dos inimigos lhe atiraram com que lhe quebraram um olho. E, como naquele tempo chamavam *zargo* a quem não tinha mais que um olho, ficou-lhe o nome por insígnia e honra da sua cavalaria; porque nela deu tais mostras e se assinalou por tão cavaleiro, que não foi pouca a ajuda de seu esforço e indústria na guerra, para o Infante D. Henrique se salvar e recolher do mar (2)».

O resultado da espedição foi um grande desastre, apesar da valentia dos portugueses, pois «os cercadores se viram cercados», como calculara o Infante D. Pedro.

---

(1) Cândido Lusitano (Francisco José Freire), *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1758, págs. 119 e 136.

(2) Doutor Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*, Funchal, 1873, pág. 23.

«A fundamentada previsão de D. Pedro permite-nos pôr o problema das responsabilidades de Tânger de maneira um pouco diversa do que o fez Domingos Maurício. Nas condições em que partiu a expedição estava assegurado o seu *fracasso* em tomar Tânger, e por isso esta responsabilidade cabe em grande parte a D. Duarte; mas o *desastre* resultou dos erros do comando do chefe da expedição, D. Henrique (1)».

O reembarque dos portugueses sòmente foi conseguido depois de se comprometerem a entregar aos mouros a cidade de Ceuta, tendo ficado como refém o infante D. Fernando que se fez acompanhar por alguns portugueses para o servirem, dentre os quais o seu amo Rodrigo Esteves, o seu colaço (irmão de leite) João Rodrigues e o seu secretário João Álvares.

O Infante e os seus companheiros seguiram logo para Arzila.

O Infante D. Henrique não quis voltar a Portugal, ficando em Ceuta, até conseguir a libertação do infante seu irmão. Poucos dias depois chegou a Ceuta o infante D. João com socorros, seguindo logo para Arzila com o fim de libertar o seu irmão por meio de negociações. Porém chegando em frente do porto de Arzila sobreveio tal tempestade que o navio foi levado ao Algarve.

Ao fim de sete meses de estadia em Arzila, o Infante D. Fernando e os seus companheiros foram transferidos para Fez, seguindo o infante montado num burro lazarento e desferrado, com uma sela velha e remendada e os arções rotos e despregados, «que bem parecia coisa feita por escárneo. Nesta besta fizeram cavalgar ao Infante, e lhe meteram uma vara na mão» (2).

Em Fez o Infante foi encerrado numa masmorra onde com os seus companheiros «jaziam com muito trabalho e imundície. E muitas vezes lhes não consentiam que fizessem fora suas necessidades. E padeciam grande tribulação de piolhos, e fome e misérias que seria largo contar».

Os mouros puseram grilhões nos pés do Infante e, a princípio, deixaram-no sair da masmorra com a côndição de ir cavar na horta ou tratar dos seus cavalos na cavalariça.

Todo o tempo que o Infante viveu naquele cárcere, «de dia e de noite tinha lume em lâmpada que os seus lhe mantinham, por seus trabalhos e encaminhamentos, e tinha consigo um grande livro de papel, que era breviário, em que eram escritas muitas e devotas orações» (3).

---

(1) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 136.

(2) Frei João Álvares *Obras*, edição crítica por Adelino de Almeida, Calado, vol. I, pág. 171.

(3) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 97.

Tudo suportou com a maior resignação, portando-se como verdadeiro santo, durante seis anos de cativeiro, vindo a falecer no dia 5 de Junho de 1443. E o corpo era «em tão deleitoso esguardamento, como vista angélica (1).»

Na madrugada do dia da sua morte o confessor que o vigiava de dia e de noite revezando-se com o físico, levantou-se para ver se dormia, pois estava muito doente, «quando esguardou no rosto do Infante viu-lhe sair mui grande claridade, e gesto alegre e muito risonho» (2). Mais tarde o Infante contou que tinha tido uma visão, aparecendo-lhe Nossa Senhora «assentada num alto estrado junto de muitas gentes formosas», e que aos pés da Virgem se ajoelhou o Arcanjo São Miguel, pedindo-Lhe que terminasse as paixões do seu devoto (o Infante); e que depois São João Evangelista se ajoelhou também aos pés da Virgem rogando-Lhe que tivesse piedade daquele seu servo e devoto» (3).

Por determinação do rei de Fez, foi feita uma perfunctória embalsamação ao cadáver do Infante, tendo-lhe sido extraídos os intestinos e as vísceras torácicas e abdominais e enchendo-se as cavidades com sal, murta e louro seco e cosendo-se depois os bordos da abertura das cavidades.

Os companheiros do finado Infante, às escondidas dos mouros, meteram esses despojos, misturados com sal, em duas panelas que enterraram num canto da masmorra.

O cadáver do Infante foi levado depois para uma das portas da vila de Fez, tendo-lhe sido atada uma corda nas pernas e enforcado (pendurado) nu com a cabeça para baixo nas ameias da muralha. Esteve ali o corpo durante quatro dias sendo então metido num caixão de madeira «e o puseram pendurado por cordas naquele lugar onde estava dantes nu. E depois meteram dois agujeiros de madeira pelo muro e sobre que pregaram o moimento acerca das ameias».

Desde o começo do cativeiro do Infante que «começou justamente a pronunciar-se seu nome com o epíteto de Santo» (4). «Morreu santamente e com esperança de ser santo e bem-aventurado» (5).

O secretário do Infante D. Fernando, João Álvares, foi resgatado por mandado do Infante D. Pedro, saindo do cativeiro no ano de 1448. O mesmo João Álvares foi depois a Arzila para resgatar

(1) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 107.
(2) Ibidem, pág. 102.
(3) Ibidem, págs. 103 e 104.
(4) Francisco José Freire, *Vida do Infante D. Henrique*, pág. 139.
(5) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 14.

o colaço do Infante, João Rodrigues, trazendo-o para o reino em 1450.

«No primeiro dia do mês de Junho de 1451 chegou a Santarém, onde estava o rei D. Afonso V, João Álvares trazendo as relíquias da fressura, coração, tripas e tudo o que foi tirado do corpo do Infante quando os mouros em Fez o mandaram abrir, as quais relíquias tirou de lá secretamente o dito João Álvares e as trouxe a estes reinos. E estas relíquias vinham metidas numa caixa de madeira coberta de damasquim preto, com forcadura preta e fechadura e pregadura dourada. E o dito rei mandou a João Álvares, e a João Rodrigues que levassem as ditas relíquias ao Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória da Batalha» [1], onde se realizaram várias cerimónias entre as quais uma Missa de Vários Mártires.

Em meados de 1451, João Álvares ingressou na Ordem de Avis.

Por incumbência do rei D. Afonso V e do Infante D. Henrique, redigiu o «Trautado da Vida e Feitos do Muito Vertuoso S.^or^ Ifante D. Fernando».

Em 1467 estava na Flandres aonde o chamara a duquesa de Borgonha D. Isabel para tratar da instituição de uma capela, em Lisboa, dedicada à memória de D. Fernando [2].

AS SANTAS VIDAS DO INFANTE D. FERNANDO E DO CARDEAL D. JAIME

Do Dr. Rocha Madahil [3] tira o autor os elementos seguintes.

O misticismo dos dois foi até memorado já, *conjuntamente*, e a propósito da Infanta Santa, em 1755, na Introdução ao *Epitome da vida de S.ta JOANNA, Princeza de Portugal*, e não será com certeza descabido transcrever aqui essa patriótica evocação que antecede o texto da *Breve narratione* [4] vertido para português:

> «...Desta conjunção, verdadeiramente máxima, se produziram dois frutos de exquisito gosto para a mesa do Paraíso, quais foram os Infantes D. Fernando e D. Jaime, aquele filho e este neto de D. João I, Rei de Portugal, de costumes tão

---

[1] *Vida do Infante Dom Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 125 e *Obras de Frei João Álvares*, Vol. I, pág. 257.

[2] Frei João Álvares, *Obras*, edição crítica de Adelino de Almeida Calado, vol. I, pág. X.

[3] António Gomes da Rocha Madahil, *Iconografia da Infanta Santa Joana*, pág. 151.

[4] Breve narratione Della Vita della Beata Giovanna Principessa di Portogallo Dell'Ordine di San Domenico. Appellata communemente la Santa Principessa. Raccolta da un Religioso dell'istess'Ordine di lei Deuoto. In Roma, Nella Stamp. della R. C. A. MDCXCIII.

exemplares, que sempre foram venerados por claríssimos espelhos de Santidade. D. Fernando morreu cativo entre os Mouros Africanos, pelos cruéis tratos daqueles bárbaros, porém recreado na morte de celestiais aparições que lhe seguraram o seu feliz trânsito para o Paraíso.

D. Jaime foi Arcebispo de Lisboa e Cardeal promovido à Púrpura por Calisto III; e em Florença deixou os seus despojos, venerados até hoje como relíquias. Afirmam dele as histórias, que na sua última enfermidade aconselhado dos Médicos a manchar a pureza para recuperar a perdida saúde, com generosa constância lhes respondeu: *Malo mori, quam foedari* (1).

Já aqui se oferece à vista um precioso ramo, ornado de admiráveis frutos de heróicas acções, que no decurso dos séculos se contemplou brotar do Real tronco Português, para que se visse verificado o dito do Apóstolo: *Si radix sancta, & rami* (2). Será pois Santa Joana, Princesa de Portugal, digno ramo deste Régio tronco, o Sujeito deste livro, no qual se narrará sucintamente a história da sua vida, para que se forme uma perfeita ideia da perfeição cristã, bem digna de ser admirada; e quisera Deus que fosse imitada também».

De D. Jaime trata como de Varão Santo o *Agiológio Lusitano*, no dia 15 de Abril (3).

OS TESTAMENTOS DO REI D. AFONSO IV E DA RAINHA D. BEATRIZ

Em D. António Caetano de Sousa (4) se encontram estes testamentos dos quais o autor tira os apontamentos seguintes.

No seu testamento D. Afonso IV «porque as obras devotas que os homens fazem em este mundo terreal prazem a Deus», instituiu na «ouvia principal da igreja catedral de Lisboa com outras capelas darredor» que havia mandado construir, uma capela com colégio de capelães «querendo mais acrescentar em esta obra para Deus ser louvado e para me dar el galardom nossa santa glória do Paraíso».

Mais ordenou no seu testamento «a serviço de Deus um hospital para que sejam manteúdos para sempre homens e mulheres pobres».

---

(1) Antes morrer, que manchar-me.

(2) Se a raiz é santa também o são os ramos.

(3) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, pág. 53.

(4) D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, Livros I e II, págs. 334 e seg.

Num codicilo de 1354, a Rainha D. Beatriz deixou à sua filha, Rainha de Castela, as contas dos azeviches longas com grãos de aljôfar grosso e contas de ouro e à Infanta D. Maria um relicário com três safiras, uma em cada canto, um rubim grosso, no meio, e quatro grãos de aljôfar.

No seu testamento, datado de 1358, a mesma Rainha D. Beatriz encomenda a sua alma ao Senhor Jesus Cristo «para ser recebidas na «santa luz da glória do Paraíso» e roga aos frades menores que «me deem o hábito seu (de S. Francisco), à hora da minha morte, onde quer que me aconteça para ser em ele enterrada».

OS TESTAMENTOS DA RAINHA D. ISABEL

Em D. António Caetano de Sousa [1] se encontra uma carta de D. Afonso V datada de 21 de Maio de 1456 validando os dois testamentos da rainha D. Isabel visto eles não terem sido feitos nas condições legais pois não havia testemunhas em ambos e o segundo não era assinado nem acabado.

O primeiro testamento foi feito em Fevereiro de 1452 portanto em vésperas do nascimento da princesa D. Joana.

Principiava da seguinte maneira: «Primeiramente encomendo a minha alma ao Senhor Deus pedindo-lhe humildosamente que pelos merecimentos da sua amorosa Encarnação e da sua dorida Paixão e mui gloriosa Ressurreição, pelos rogos e merecimentos da Bem-Aventurada Virgem Maria sua madre, e de S. João Evangelista, e de todos os Anjos e Santos e Santas, ao postumeiro dia de minha morte, a mande receber em sua santa glória, onde viva em perdurável folgança. Amen».

D. Isabel instituia seus testamenteiros a D. João, bispo de Viseu, e a Álvaro Gonçalves seu capelão-mor e confessor, sendo o principal legado destinado à construção de um convento dedicado a S. João Evangelista, para os cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades, no qual seria «sepultada a ossada do Senhor Infante meu Padre, cuja alma Deus haja, assim honradamente como pertence a uma tal pessoa como ele é».

O segundo testamento feito, talvez, nas vésperas do nascimento do príncipe D. João, em 1455, repete mais ou menos o primeiro e não foi acabado pela Rainha.

Apesar de ilegais, D. Afonso V confirmou-os por inteiro, «havendo em lembrança o muito grande e leal amor que nos em

---

(1) D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, 1.ª parte, pág. 61.

sua vida sempre teve e quanto sempre trabalhou de seguir e cumprir em todo nossa vontade, pelo qual nós a amámos sempre mui muito em sua vida e agora amamos muito mais sua alma e mui afectuosamente lhe desejamos salvação».

Termina a carta pelo desejo do Rei de que «o Senhor Deus por sua infinda misericórdia queira encaminhar e por alma da dita Rainha receber ...todos os seus legados e piedosos mandados... e de sua grande e piedosa liberalidade lhe queira outorgar a sua santa glória. Amen.

A fazenda e jóias da rainha D. Isabel «ficaram», isto é, foram herdadas pela infante D. Joana (1).

OS TESTAMENTOS DO INFANTE D. HENRIQUE

Conhecem-se dois testamentos henriquinos: o primeiro, sumário, de 1436; o segundo, extenso e complexo, do outono de 1460 (2).

No primeiro, D. Henrique perfilhou o sobrinho e afilhado o infante D. Fernando e doou-lhe todos os bens que possuisse na ocasião do seu falecimento, reservando apenas o terço para bens de alma. Desta maneira o infante D. Fernando, agora filho adoptivo do tio e considerado legítimo para todos os efeitos legais, ficou constituido herdeiro universal dos móveis e imóveis daquele e até dos bens e rendimentos da coroa pelo Navegador usufruidos à hora da morte.

O segundo testamento é constituído pelo testamento pròpriamente dito e por 15 cartas das Capelas ou seja, prescrições de sufrágios por sua alma, pelas almas das suas obrigações e pelos defuntos da Ordem de Cristo. Assim, todos os sábados, em sua vida como depois da sua morte, as entidades a que se destinavam aqueles documentos ou neles são mencionadas haviam de mandar celebrar missa pelas intenções indicadas.

E quis o dante, mesmo após o seu falecimento, que a missa fosse não a de Defuntos, como poderia parecer mais razoável, nos dias em que a liturgia a permitisse, mas a votiva *de Santa Maria in Sabbato*, decerto por sua devoção especial à Virgem Maria. Tal devoção atestada, em seu pais pela *Crónica de D. João I*, é confirmada nos irmãos D. Duarte e D. Pedro por seus escritos e, quanto ao Infante Santo, pela respectiva Crónica.

---

(1) António Gomes da Rocha Madahil, *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del-Rei D. Afonso V*, Aveiro, 1939, pág. 79.

(2) A. J. Dias Dinis, O. F. M., *Estudos Henriquinos*, págs. 110 e segs.

Desceu D. Henrique à minúcia de indicar a comemoração a fazer na missa, aliás, obrigatória, do Espírito Santo.

Esta oração é a seguinte: «*Ó Deus que instruistes os corações dos fiéis com as luzes do Espírito Santo, fazei que nos regulemos segundo o mesmo Espírito e gozemos sempre da sua consolação*».

O costume de consagrar o sábado à SS.ma Virgem desenvolveu-se não só no culto privado, mas também na vida litúrgica a partir da Idade Média [1].

Na missa da SS.ma Virgem para os sábados reza-se a seguinte oração: «Ó Deus, que fizestes que o Vosso Verbo, à mensagem do Anjo, Se fizesse carne no seio da bem-aventurada Virgem Maria, concedei aos Vossos servos ante vós prostrados, que, confessando-a verdadeira Mãe de Deus, tenhamos perante Vós um auxílio na Sua intercessão».

O Evangelho desta missa é de São Lucas e começa assim: «Naquele tempo: Foi enviado por Deus o anjo Gabriel a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem...».

Deduzimos pois que o infante D. Henrique tinha especial devoção pelo mistério da Encarnação.

De Frei Manuel da Esperança [2] tira o autor o seguinte que demonstra a mesma devoção em Frei Aimaro e na sua confessada a rainha D. Filipa de Lencastre.

«D. Frei Aimaro era inglês e confessor da rainha D. Filipa de Lencastre. Era religioso da observância. Do meio das grandes trevas, em que ficou a notícia de suas muitas virtudes, vemos cintilar ainda a cordeal devoção que sempre teve ao sagrado mistério da Encarnação do Santo Filho de Deus nas entranhas da puríssima Senhora, e pelo mesmo respeito o Arcanjo S. Gabriel que lhe trouxe a embaixada do céu. Na dita Rainha, de quem era confessor, foi também notável este espírito e bem podemos cuidar que ele o alentasse com os seus santos conselhos. Donde veio tomar ela por divisa nas suas armas reais a figura do mesmo sagrado mistério, como se vê no convento de S. Francisco de Leiria».

Noutro lugar do mesmo livro [3] diz Frei Manuel da Esperança: «D. Filipa era devotíssima da Virgem Nossa Senhora e mui em particular da sua Anunciação, em tanto que tomou este mistério por timbre de suas armas que ainda hoje vemos no dito convento de Leiria, onde pôs a sua santa imagem que se chamava *Nossa Senhora do Anjo*. D. Frei Aimaro fundara na mesma cidade a ermida de

---

[1] Dom Gaspar Lefebre, *Missal Quotidiano e Vesperal*, pág. 1078.
[2] Frei Manuel da Esperança, *História Seráfica*, Parte II, Livro XII, pág. 689.
[3] Pág. 563.

Nossa Senhora da Encarnação. Ordenou também a festa do dito S. Arcanjo e compôs o seu ofício que muito tempo se rezou em Portugal e ainda se reza na nossa religião (a Ordem de S. Francisco)».

O TESTAMENTO DE D. AFONSO V

Em D. António Caetano de Sousa [1] se encontra o testamento do rei D. Afonso V.

Desse testamento tira o autor o seguinte: «Primeiramente encomendo a minha alma a ti Deus meu criador que me formaste do limo da terra e me remiste pelo teu precioso sangue ... E a ti Virgem Maria nossa Senhora e advogada peço e assim a toda a corte celestial e em especial ao Senhor Santo António que ante o Senhor Deus queiram ser rogadores por mim...».

«E por meus testamenteiros e executores leixo ao príncipe meu filho e ao arcebispo de Lisboa que ora é (D. Jorge da Costa) e Gonçalo Vaz meu vedor de fazenda...».

«...ao príncipe meu filho ... lhe faço memória e lembrança de Dona Filipa minha prima (filha do infante D. Pedro) que criei que pelo amor de Deus hajam dela memória e do seu desamparo...».

O testamento é datado de 28 de Abril de 1475.

ALGUNS PAPAS DO SÉCULO XV

Por morte de Gregório XI, reuniram-se em conclave os cardeais residentes em Roma e, obedecendo à pressão do povo que reclamava um papa italiano, elegeram *Urbano VI* (8 de Abril de 1378). Meses depois, os cardeais franceses, animados pelo rei Carlos V, pronunciaram a invalidade dessa eleição e escolheram outro papa que tomou o nome de *Clemente VII*. O primeiro ficou a residir em Roma, o segundo fixou-se em Avinhão [2].

O cisma prolongou-se depois da morte dos dois pontífices e só terminou com a eleição unânime de Martinho V, em 1417. Os prelados de Portugal, desde 1385, aderiram a Urbano VI e deram a Clemente VII a denominação de antipapa.

Por iniciativa do imperador alemão Segismundo reuniu-se em Constança, na Suiça, um concílio ecuménico, do qual saiu um papa

---

[1] D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, 1.ª parte, pág. 10.

[2] P. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª edição, pág. 125.

indubitàvelmente legítimo, Martinho V, eleito a 8 de Novembro de 1417, que era o cardeal Otto de Colonna (1).

Martinho V morreu em Fevereiro de 1431 sucedendo-lhe o cardeal Gabriel Condelmario que tomou o nome de Eugénio IV, o qual havia escapado pouco tempo antes a uma gravíssima doença, por ter sido tratado pelo médico e sacerdote português, Mestre João, fundador da Congregação dos Cónegos Seculares de São Salvador de Vilar.

A Eugénio IV sucedeu, em Fevereiro de 1447, Nicolau V, e a este pontífice seguiu-se, em Março de 1455, Calisto III.

A Calisto III sucedeu, em Agosto de 1458, o papa Pio II, que era então o cardeal Aeneas Sylvius Piccolomini.

Piccolomini foi, em 1442, secretário do imperador da Alemanha Frederico III, tendo sido ordenado sacerdote em 1447. Dois meses depois foi nomeado bispo. Em combinação com Afonso V, rei de Nápoles, arranjou o casamento do imperador Frederico com a infanta D. Leonor, irmã do rei de Portugal D. Afonso V, sobrinha, portanto, do infante D. Pedro (2).

De Francis Rogers (3) traduz o autor os elementos seguintes.

«Aeneas Sylvius Piccolomini teria provàvelmente cedido aos incitamentos de Isabel de Borgonha que desejaria preservar nos seus tratados em língua latina a memória do infante D. Pedro e das suas viagens. Ele estava ja familiarizado com a reputação do Duque de Coimbra por fontes imperiais e papais, principalmente, os registos das campanhas e recompensas do imperador Segismundo, informações dadas pela embaixada do conde de Ourém ao concílio de Basileia (a qual visitou Amadeu III de Saboia de quem Piccolomini foi secretário), narrações da imperatriz D. Leonor e conversações com o cardeal D. Jaime de Portugal.

Qualquer que fosse a fonte da sua inspiração, prodigalizou encómios ao infante D. Pedro e aludiu às suas viagens em três obras diferentes escritas em latim: Sobre Homens Ilustres (De Viris Illustribus), História da Boémia e História da Europa».

O papa Pio II, morreu em Agosto de 1464, sucedendo-lhe Paulo II que morreu em Julho de 1471.

A Paulo II sucedeu Sisto IV, falecido em Agosto de 1484.

(1) Hubert Jedin, *Concílios Ecuménicos*, São Paulo, 1961, pág. 90.
(2) Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, 1961, pág. 75.
(3) Ibidem, pág. 84.

OS CONCILIOS DE CONSTANÇA E DE BASILEIA

Concílios ecuménicos são as assembleias dos bispos e de outros determinados detentores do poder jurisdicional que, convocados pelo Papa e sob a sua presidência, tomam decisões sobre assuntos relativamente à fé cristã e à disciplina eclesiástica (1).

Para se resolver o problema do grande cisma do ocidente o imperador da Alemanha Segismundo e o papa João XXIII *(sic)* convocaram em 1413, toda a cristandade para se reunir num concílio de união na cidade de Constança (Suiça).

Portugal, em 1416, enviou ao concílio uma embaixada de que fazia parte Álvaro Gonçalves de Ataíde, a qual conseguiu do novo papa Martinho V a bula *Rex Regum*, de 1418, pela qual este pontífice convidava os príncipes e todos os cristãos, a pedido do rei de Portugal, a associarem-se na luta contra os mouros, mandava aos prelados portugueses que pregassem a Cruzada, sempre que o rei o pedisse em vista duma expedição e concedia indulgência plenária aos cruzados ou aos que fornecessem combatentes à sua custa, com as demais garantias de que gozavam os cruzados da Terra Santa.

(Lembremo-nos que em 1415 tinha sido tomada pelos portugueses a cidade de Ceuta).

O Concílio de Basileia foi instalado em 1431 tendo promulgado entre 1433 e 1436, decretos notáveis relativos à reforma eclesiástica.

Em Janeiro de 1436 o rei D. Duarte enviou como embaixador ao concílio o conde de Ourém D. Afonso, acompanhado por vários teólogos e letrados, entre os quais Frei Gil Lobo, provincial da ordem dos franciscanos da observância e Mestre em Teologia, e o doutor nos direitos civil e canónico e mestre em Artes, Diogo Afonso, por alcunha «o Manga-Ancha».

Este último demonstrou muito talento e erudição em Bolonha, defendendo com grande brilho perante prelados e doutores, «um auto muito solene de conclusões, as quais foram em Leis e em Decretais e em outras artes liberais», estando «posto em uma mui alta e nobre cadeira, e seu livro ante si, segundo é costume dos escolares e lentes» (2).

Entre muitos outros assuntos a embaixada levava dois encargos: obter nova bula da Cruzada e assegurar a posição de Portugal nas Canárias (3).

---

(1) Hubert Jedin, *Concílios Ecuménicos*, São Paulo, 1961, pág. 1.

(2) Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, 1.ª parte, pág. 716.

(3) P. Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, pág. 17.

Foi durante a permanência desta embaixada em Bolonha que se conseguiu a bula da Cruzada «Rex Regum» (1).

De Acenheiro (2) tira o autor o seguinte, respeitante ao Concílio de Basileia.

«Sendo feito Concílio em Alemanha, em Basileia, pelo Imperador Segismundo, Santo Senhor, o Papa e Cardeais e toda a Cristandade, porque o Imperador de Constantinopla tinha algumas divisões na fé, que se chamava Paleólogo, veio ao dito Concílio; o qual foi feito no ano de Cristo de mil quatrocentos e trinta e seis, e este vitorioso Príncipe mandou lá seus embaixadores, a saber, Dom Afonso, Conde de Ourém, filho do Duque de Barcelos, este por embaixador; e Doutores da Embaixada Vasco Fernandes de Lucena, Doutor e grande orador, e o Doutor Diogo Afonso Mangancha; e para defensores da fé de Cristo, D. Antão Bispo do Porto, e Mestre Frei Gil Lobo da Ordem de São Francisco, e Frei João de São Tomé da Ordem de Santo Agostinho, foi havido por outro Agostinho, que disputaram sobre a fé muito inteiramente, havendo vitória, converteram e tiraram das erronias o dito Imperador de Constantinopla, que ficou católico, e quis Deus aí neste estado que ele adoecesse e se finou, e no dito Concílio o enterraram e lhe fizeram mui solenes exéquias; e a dita Embaixada de Portugal se veio com honra e com vitória, e requereu concórdia e paz entre os Reis de França e de Inglaterra».

A ORDEM DE CISTER

Os frades da Ordem de Cister ou Ordem de São Bernardo usavam como hábito uma cogula de burel branco (3). Daí o serem designados muitas vezes como os «monges brancos».

Havia vários conventos desta Ordem em Portugal sendo o de Alcobaça o mais importante.

O Dom Abade de Alcobaça era, por inerência, o esmoler-mor dos reis de Portugal.

Competia ao esmoler-mor del-Rei, além de outras obrigações, superintender «em todas as funções reais que pertencem à esmola» e, «quando el-Rei faz alguma promessa ou voto a Deus e aos Santos, dá conta ao esmoler-mor para que ele tenha lembrança de o advertir, em tempo conveniente, de se dar satisfação ao voto» (4).

---

(1) P. Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, pág. 15.

(2) Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Lisboa, 1936, pág. 245.

(3) Frei Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, págs. 36 e 588.

(4) Frei Manoel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, pág. 390.

As ordens militares de Avis, de Cristo e de Santiago foram originadas da Ordem de Cister, seguindo a sua regra, usando os seus cavaleiros e freires, por esse motivo, a cogula branca dentro dos conventos e nas cerimónias religiosas.

A ORDEM DE S. FRANCISCO

De F. Félix Lopes [1] tira o autor o seguinte.

«A Ordem Franciscana é a grande Família de todos os que professam a Regra de S. Francisco de Assis e se chamam por isso Franciscanos ou Frades Menores. Em três ramos se divide: a Ordem dos Frades Menores Observantes ou simplesmente dos Franciscanos; a Ordem dos Frades Menores Conventuais, também chamados simplesmente Conventuais; e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos ou simplesmente Capuchinhos».

«A Ordem dos Frades Menores Observantes ou simplesmente Franciscanos era e é governada por um Ministro Geral periòdicamente eleito em assembleias chamadas Capítulos Gerais».

«A Ordem dos Frades Menores dividia-se em Províncias ou grupos de conventos governados por um Prelado Ordinário e chamado Ministro Provincial ou simplesmente Provincial, também periòdicamente eleito em assembleias ditas Capítulos Provinciais nos quais se reuniam representantes de todas as casas da Província».

«A Província de Portugal compreendia todos os conventos de Portugal».

«Dos frades, uns eram clérigos outros eram simplesmente leigos.

S. Francisco de Assis organizou a sua «*Ordem de Frades Menores*» em 1223 e no ano seguinte foi fundada uma Ordem para mulheres, a «Ordem das Claristas» ou «Ordem de Santa Clara».

Foi instituida, depois, com o nome de «Ordem Terceira», uma espécie de filiação da Ordem, com uma regra especial para se viver santamente no mundo, destinada àqueles que não podiam abraçar a vida religiosa num convento.

A Ordem de S. Francisco foi uma «Ordem de pregadores, missionários e viajantes, que se propunham viver fora do claustro, levar o verbo e o exemplo de Cristo ao povo e aos infiéis [2]».

Os Franciscanos criaram os símbolos, as devoções e os ritos duma religião para o povo; e foram mitigadores fraternos das suas

---

(1) F. Félix Lopes, Introdução e Notas à *Conquista Espiritual do Ocidente*, pelo P.e Frei Paulo da Trindade.

(2) Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, pág. 71.

aflições ou defensores dos seus direitos violados, por cuja vitória não hesitaram em imiscuir-se muitas vezes aos seus movimentos de revolta (1). O seu proselitismo alimenta a ambição de se dilatar ràpidamente a toda a Terra e a toda a Humanidade, muito particularmente aos infiéis (2).

Foi em 1209 que São Francisco assistindo à missa, tomou particular atenção à leitura do Evangelho, na passagem em que Jesus envia os seus discípulos a pregar. Habituado a ver nos textos litúrgicos indicações da vontade de Deus para a sua própria conduta, foi aqui que encontrou o caminho que procurava (3).

Logo se lhe juntaram discípulos, para quem São Francisco compôs uma regra principalmente baseada na pobreza, humildade e penitência.

Depois da fundação da Ordem das Claristas, sentiu no coração o desejo divino de salvar as almas dos infiéis e não lhe parecia poder dar a Deus uma melhor prova do seu amor do que oferecendo a própria vida para a salvação das almas, sobretudo dos Sarracenos. Assim, partiu, por terra, para Marrocos, mas uma doença impediu-o de aí chegar.

Assistiu depois ao Concílio Geral de Latrão, em 1215, onde se procurava reanimar o entusiasmo geral para a libertação dos lugares santos, organizando-se uma nova Cruzada.

Consultando o céu para conhecer a vontade de Deus chegou à conclusão de que devia trabalhar para a salvação das almas indo levar-lhes a palavra divina em vez de se santificar por elas na solidão.

Foi assim que com todo o ardor combativo distribuiu os seus irmãos por todos os caminhos do mundo para ganhar todas as almas para Cristo, no Capítulo da Ordem que se realizou na festa do pentecostes do ano de 1217.

Seguiram irmãos para a Península Hispânica, Hungria, Alemanha, França e Oriente.

S. Francisco seguiu também juntamente com a Cruzada que ia a libertar os lugares santos, com o fim de encorajar os soldados a viver como bons cristãos para merecerem a vitória, e de procurar penetrar entre os Muçulmanos para lhes pregar a Fé católica e colher a palma do martírio. Os cruzados foram derrotados em Damieta e S. Francisco conseguiu ter várias conversações com o sultão não obtendo porém a sua conversão nem o martírio para si próprio.

Em 1220 cinco irmãos que tinham sido mandados para Marrocos sofreram aí o martírio, sendo os seus restos enviados para Portugal,

---

(1) Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, pág. 71.
(2) Ibidem, pág. 72.
(3) P. Achille Léon O. F. M., *Histoire de L'Ordre des Frères Mineures*.

pelo príncipe D. Pedro, irmão de D. Afonso II, que então estava na Mauritânia.

Neste mesmo ano, São Francisco voltou para Assis a fim de presidir ao segundo capítulo anual da Ordem que se realizava sempre no dia de São Miguel.

Nesse capítulo anunciou aos irmãos que, por motivo de uma doença dos olhos que havia contraído no Oriente, deixava o cargo de ministro geral da Ordem.

O ideal de Francisco, cavaleiro de Cristo, era o de uma vida pobre e apostólica, vida errante, sem preocupação do menor conforto.

Em 1223 saiu a regra definitiva dos Franciscanos que começa por esta declaração de princípios: «A regra e a vida dos Frades Menores consiste em observar o Santo Evangelho de N. S. J. C. vivendo na obediência, sem bens próprios e em castidade».

O *ideal apostólico* da Ordem reside na pregação e na ida em missão para os infiéis. Quanto aos irmãos que quisessem ir para os Sarracenos e outros infiéis, deveriam pedir permissão aos seus Ministros provinciais, pois sòmente os que por eles fossem reconhecidos como aptos, deveriam seguir.

Falecido S. Francisco apareceram várias correntes de pensamento entre os irmãos. Assim os *espirituais* queriam que fossem mantidos a todo o custo os direitos estritos da Pobreza, com o risco de entravar o apostolado e o desenvolvimento normal da Ordem. Porém vários deles exageraram e julgaram-se chamados a inaugurar uma nova era na humanidade: o período do «Espírito Santo». Deixaram de existir no século XIV, mas o seu espírito sobreviveu muito tempo ainda. Estes foram os «Observantes».

Outros Franciscanos julgavam o ideal de pobreza do Fundador exagerado e impraticável e reclamavam a sua supressão, a fim de salvaguardar a vida da Ordem e a sua influência no mundo, pelas missões, a pregação e a organização da vida conventual que reclamava largos meios. Estes foram os «Conventuais».

Santo António foi partidário duma solução média, aceitando as concepções mais ousadas da ciência e do apostolado sem nada sacrificar do ideal de pobreza e de fervor.

Como aparece o irmão António em Assis?

O futuro Santo António era frade crúzio em Coimbra, tomando as ordens eclesiásticas em 1220 (1). Havia então nessa cidade um convento de franciscanos, onde hoje é a convento de Santo António dos Olivais. O irmão Fernando assistiu à chegada das relíquias dos cinco franciscanos que haviam sido martirizados em Marrocos, as quais fizeram despertar na sua alma a vocação para o apostolado.

---

(1) F. Gomes Teixeira, *Santo Antônio de Lisboa*, pág. 55.

Ao olhar para aquele ataúde, parecia-lhe ouvir uma voz que clamava: «vai evangelizar como eles iam; ou vai morrer como eles morreram!» No seu espírito, deslumbrado pela nobreza moral e importância social da instituição monástica que Francisco de Assis fundara e em cuja regra entrava a obrigação de missões em terra de infiéis, nasceu então a aspiração de mudar de hábito e a alistar-se como soldado voluntário da pobreza naquele exército de pobres. Assim, passou à Ordem de S. Francisco, trocando, o hábito de linho branco dos Cónegos de Santo Agostinho pelo manto de burel, comprido e com capelo redondo (1), e o nome de Fernando pelo de António.

«Tanto que se viu amortalhado no hábito, tratou logo de pôr em execução seus bons desejos que era ir a terra de infiéis pregar a lei de Jesus Cristo, até derramar o sangue por ela. Ansioso do martírio, partiu o zelador da verdade evangélica, para Marrocos e fazendo grandes diligências o não conseguiu; e assim a nau que o levava, obrigada de contrários ventos, voltando outras vezes para Portugal, dando vista ao norte da Sicília, tratou de buscar nela abrigo. São Francisco mandou-o aperfeiçoar-se nas letras e, passados dois anos, deu-lhe patente de pregador e leitor da sagrada Teologia (o primeiro que houve em sua Ordem). Exercitava António o serviço de Mestre, e nem por isso deixava o da pregação. Era tanto o concurso que acudia a seus sermões que às vezes constava o auditório de mais de trinta mil pessoas, trazendo assim à Igreja Católica mais gente com a sua ortodoxa doutrina e frutífera pregação que muitos príncipes cristãos com suas poderosas armas e exércitos vitoriosos» (2).

Santo António, morreu em 1231, sendo sepultado na basílica do convento de Santa Maria de Pádua. Faltou-lhe a espada do martírio, mas nem por isso deixou de ser mártir no desejo (3).

São Francisco e os seus primeiros companheiros, inaugurando a sua vida apostólica, não tinham outra ambição do que imitar Cristo e os Apóstolos, pregando familiarmente a Boa Nova à gente do povo e dando a todos o exemplo das virtudes que eles ensinavam. Com o tempo, revelou-se a necessidade de estudarem as ciências espirituais, em especial a teologia, sendo a primeira cátedra regida por Santo António, na Universidade de Bolonha.

Ràpidamente foram fundadas várias províncias da Ordem, por toda a Europa.

O que foi notável na fundação da província inglesa, e caso único na história das províncias da Ordem, é que ela logo se orienta para os estudos, como se eles tivessem sido a sua principal razão de

---

(1) Pedro Dinis, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, pág. 134.
(2) George Cardoso, *Agiológio Lusitano*, tomo III, pág. 658.
(3) Frei Manoel da Esperança, *História Seráfica*, 1.ª parte, pág. 334.

ser. Enquanto que por toda a parte a vida franciscana tinha aparecido sob o aspecto duma vida apostólica baseada na pobreza, na Inglaterra ela mostrou-se sob o duplo aspecto da pobreza e da ciência. Em Oxónia (Oxford) e Cambridge levava-se vida santa e dedicada ao estudo. No primeiro destes conventos aparece *Roger Bacon* que estava persuadido fazer um serviço aos teólogos provando-lhes a necessidade de conhecerem a filosofia, as matemáticas, a astronomia, a geometria, a geografia, a óptica e as outras ciências experimentais. Bacon predisse as descobertas da pólvora, do microscópio, do telescópio, dos aerostatos e das locomotivas a vapor. Foi mérito de Oxford e em particular de Roger Bacon forçar a atenção sobre a utilidade das ciências naturais para a filosofia e a teologia. Morreu em 1294.

Com a rainha D. Filipa de Lencastre veio, a quando do seu casamento, o seu confessor Frei Aimaro, religioso da observância de São Francisco [1] que depois foi o primeiro bispo de Ceuta. Tinha «cordeal devoção pelo sagrado mistério da Encarnação do Santo Filho de Deus nas entranhas da puríssima Senhora, e pelo mesmo respeito o Arcanjo São Gabriel que lhe trouxe a embaixada do céu. Na dita Rainha, de quem era confessor, foi também notável este espírito, e bem podemos cuidar que ele o alentasse com os seus santos conselhos. Ordenou também a festa do dito Santo Arcanjo, e compôs o seu ofício, que muito tempo se rezou em Portugal [2].

A presença de Frei Aimaro na corte portuguesa talvez explique a profunda religiosidade dos filhos de D. João I assim como a invulgar cultura e o espírito de curiosidade científica dos Infantes D. Pedro e D. Henrique.

Era costume antigo serem os franciscanos os pregadores da bula da Cruzada, pois já no tempo do rei D. Afonso IV o eram [3].

Era também costume as mulheres pertencentes à Ordem Terceira dos Seculares vestirem o respectivo hábito depois de enviuvarem. Assim procederam, por exemplo, a rainha Santa Isabel, depois da morte de D. Dinis, seu marido, e D. Isabel de Aragão quando ficou viúva do Infante D. Pedro [4].

A Rainha Santa Isabel trazia sempre consigo, encerrado num cofre, o hábito religioso da Ordem de Santa Clara, ou para sua mortalha se falecesse primeiro, ou para se vestir com ele no caso de enviuvar [5].

---

(1) Visconde de Paiva Manso, *História Eclesiástica Ultramarina*, pág. 30.
(2) Frei Manoel da Esperança, *História Seráfica*, 2.ª parte, pág. 689.
(3) Ibidem, pág. 316
(4) Ibidem, pág. 49.
(5) Frei Manoel da Esperança, *História Seráfica*, 22.ª parte, pág. 291.

D. Constança de Noronha, segunda mulher do 1.º duque de Bragança D. Afonso, depois de viúva «professou a regra terceira de S. Francisco com tanta estimação do seu hábito humilde que o trazia patente». A sua sepultura na igreja do convento de S. Francisco em Guimarães está coberta com uma pedra, na qual «se vê a sua figura com hábito, cordão e toalha soqueixada ao modo de Terceira e um livro aberto entre as mãos em sinal de devoção [1].

Entre os leigos, estava muito difundida a devoção de desejarem serem amortalhados no hábito de franciscano. O Rei D. Fernando por exemplo, quis ser enterrado no hábito de frade da Ordem de São Francisco [2].

No convento de São Francisco de Lisboa havia uma academia para o estudo da Teologia. «Os graus eram de bacharel, licenciado e mestre na santa teologia, o qual é o mesmo que *Doutor* pelo estilo de Coimbra» [3].

A CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS SECULARES DE SÃO SALVADOR DE VILAR DE FRADES

Nos começos do século XV entrou na universidade de Lisboa como estudante um membro da nobreza chamado João e com ilustres apelidos.

Estudou lógica e filosofia e depois passou à medicina «em que veio a ser o mais douto homem do seu tempo». Mas ao mesmo tempo dedicava-se ao estudo da teologia «assistindo às lições dela com grande fruto».

«Esmerou-se porém na medicina, que foi a sua profissão principal, e nela se graduou Doutor com universal aplauso da Universidade e assistência do melhor da Corte».

«Pouco depois foi provido em uma Cadeira da mesma faculdade que regeu sete anos» tendo publicado «um livro doutíssimo de Medicina».

«Conhecido era o santo Varão e estimado em palácio pela nobreza e muito mais pela virtude a que de novo se ajuntava o título da sua grande sabedoria. Via-se naquele tempo a Corte ilustrada com muitos Príncipes, filhos do senhor Rei D. João I de boa memória, dotados de excelentes partes e reais prerrogativas. Tais eram D. Duarte que sucedeu no cetro, D. Pedro Duque de Coimbra, D. Henrique Duque de Viseu, D. João Mestre de Santiago,

---

(1) Frei Manoel da Esperança, *História Seráfica*, 1.ª parte, pág. 180.
(2) António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. I, pág. 648.
(3) Frei Manoel da Esperança, *História Seráfica*, 1.ª parte, pág. 211.

D. Fernando Mestre de Aviz e D. Isabel pouco depois Duquesa de Bolonha. De todos recebia o Mestre João singulares honras sendo sempre o primeiro médico que era chamado para as suas doenças e o seu parecer ouvido como de oráculo. Fez neles em diversos tempos admiráveis curas e no Infante D. Fernando uma tão estupenda que correu na Corte com o nome de milagrosa. De um acidente sincopal havia chegado aos últimos períodos da vida e quando todos o choravam morto, o Mestre João lhe acudiu com tão presentâneos e eficazes remédios que em breve tempo cobrou perfeita saúde, guardando-o o Céu por meio do santo Varão para mais feliz e mais gloriosa morte, tão gloriosa e tão feliz que mereceu por ela o sobre Régio apelido de Infante Santo, conseguindo nas masmorras de Fez coroa mais soberana do que aquela que lhe poderia dar a sorte se o fizera primeiro na ordem do nascimento».

Assim, ao Mestre João «deve Portugal e a Igreja um mártir insigne».

«Por este tempo o Infante D. Duarte que nos últimos anos del-Rei seu pai tomou as rédeas do governo o nomeou seu médico da Câmara e logo Físico-mor do Reino, cargo de suma estimação naquela idade».

Resolveu então o Mestre João ordenar-se sacerdote continuando porém, por algum tempo, «na leitura da Cadeira e na assistência da Casa Real».

Mas logo a seguir decidiu-se «a reformar o clero primeiro com exemplos e depois com estatutos».

«Para este fim, desprezando juntamente por amor de Cristo as honras e as riquezas, renunciou a Cadeira e o cargo de físico-mor» e mesmo aos ilustres apelidos que até ali usara, passando a chamar-se João Vicente.

Resolveu então juntar-se com outros sacerdotes em congregação com o fim de lutarem contra os maus exemplos que se notavam entre os membros da sua classe. Os primeiros padres que correspoderam ao seu apelo foram os doutores Martim Lourenço e Afonso Nogueira, pertencentes a famílias nobres.

Martim Lourenço, era Mestre de filosofia e doutor em teologia pela universidade de Lisboa. Grande pregador, veio a ser confessor e esmoler do Infante D. Fernando. Faleceu antes de 15 de Fevereiro de 1437 (1).

O padre Afonso Nogueira veio a ser arcebispo de Lisboa e, por isso, o autor apresentará os seus dados biográficos, adiante, juntamente com os de outros arcebispos desta cidade.

---

(1) Domingos Maurício, *O Infante Santo*, «Brotéria», vol. X, 1930, pág. 26.

Então, como vínhamos dizendo, os padres João Vicente, Martim Lourenço e Afonso Nogueira resolveram organizar uma nova congregação, «vivendo vida comum, à maneira dos sagrados Apóstolos, sem votos».

Sòmente em 1425 conseguiram casa pela cedência que o arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (agradecido ao Mestre João por o ter curado de uma gravíssima enfermidade) lhes fez do antigo mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades que havia pertencido aos monges beneditinos e estava agora vago.

Instalaram-se então com outros companheiros nesse convento e logo ganharam «o glorioso renome dos *Bons Homens de Vilar de Frades*».

«Era o Mestre João Prelado e superior de todos e como tal lhes fez certas leis e estatutos». Todos vestiam de pardo pobre e grosseiro e «abraçavam estreitamente as três virtudes essenciais ao estado religioso: a castidade, a pobreza e a obediência».

«Assim perseveraram alguns tempos, sendo a sua fama tão notória e admirada na Corte que El-Rei D. João I mandou vir a ela os dois primeiros fundadores por uma ordem tão apertada que não admitia réplica nem escusa alguma. Obedeceram ambos com sujeição de vassalos e com humildade de santos. E quando partiam para Lisboa pediu o padre Afonso Nogueira licença ao Mestre João para no tempo da sua ausência ir visitar os santuários de Itália, principalmente os de Roma. Chegados pois os dois padres sobreditos à Corte, foram recebidos del-Rei e dos Infantes com estimação igual à sua fama e logo se lhes declarou o negócio para que eram chamados».

Tratava-se de seguirem para a Flandres acompanhando a Infanta D. Isabel agora duquesa de Borgonha pelo seu casamento por procuração com o duque Filipe-o-Bom, que se havia realizado no Paço da Alcáçova em Lisboa sendo celebrado pelo bispo de Évora D. Álvaro de Abreu [1] o qual tinha sido embaixador à Borgonha para tratar desse casamento [2], em 1428.

O motivo da escolha destes dois padres para esta missão foi determinado pelo facto de o Rei D. João I, depois de ter sido ajustado o casamento, ter resolvido «com os do seu Conselho que o Infante D. Fernando acompanhasse a Infante sua irmã preparando-se logo para este efeito uma lusidíssima armada».

«O Infante desejando ajudar-se e servir-se em ocasião tão célebre das pessoas do Mestre João e do Doutor Martim Lourenço

---

[1] D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, pág. 70.

[2] Joseph Soares da Silva, *Memórias para a História del-Rei D. João I*, Livro II, pág. 942.

como de homens que ele bem conhecia insignes e excelentes em sangue, letras e virtudes pediu a El-Rei seu pai que os mandasse vir de Vilar para este efeito, porque ainda que via os navios cheios de marinheiros e soldados fiava menos da valentia dos soldados e da indústria e arte dos marinheiros e confiava mais nas orações daqueles dois servos de Deus e com sua companhia nem receava a fúria dos inimigos nem a dos elementos. Tão alto era o conceito que formava destes santos varões o Infante Santo e com ele os outros Infantes e El-Rei seu pai e todos os grandes do reino que todos aprovaram e seguiram a eleição de sujeitos tão capazes para uma jornada de tanto crédito e fama, em que ia empenhado o esplendor e glória da nação portuguesa».

Assim, partiu a Duquesa acompanhada pelo seu irmão D. Fernando, pelo bispo de Évora D. Álvaro de Abreu, pelo conde de Ourém D. Afonso e por muitos fidalgos entre os quais os padres João Vicente e Martim Lourenço.

Chegaram ao porto de Eclusa após óptima viagem e logo depois se realizou o casamento, durando as festas oito dias, tendo então o Duque instituído a Ordem do Tosão de ouro.

Passados dois meses, os dois padres pediram licença à Duquesa para «irem visitar os santuários de Roma e prosseguir no estabelecimento da nova congregação que em Portugal deixaram fundada».

Chegados a Roma e passados «alguns meses de assistência, ordenou o Mestre João a Martim Lourenço que viesse por Borgonha para o Reino a dar calor aos companheiros que haviam ficado em o convento de Vilar, enquanto ele solicitava a confirmação que pretendia da Sé Apostólica. Governava por aquele tempo a barca de S. Pedro o Sumo Pontífice Martinho V e assistia na Cúria, com muita mão no governo, por sua grande inteligência e talento, o Cardeal de S. Clemente, Gabriel Condelmário. Com este teve o Mestre João em poucos dias tão intima entrada que mais parecia de amigo que de pretendente; com cujo favor propôs o seu requerimento ao Pontífice, alegando tão vivas razões e tão virtuosos e bem ponderados motivos que o Pontífice lhe concedeu quanto pedia ... No meio tempo que esta diligência se fazia adoeceu o cardeal referido, de uma enfermidade tão aguda que os médicos não conhecendo os princípios, nem atinando com os remédios dela começaram a vacilar no modo da cura e o enfermo na esperança da vida. Já os médicos lha contavam por instantes e os domésticos preparavam os aparatos fúnebres quando o Mestre João tomou à sua conta o remédio daquela que mais parecia morte do que enfermidade... Confiado mais na esperança dos auxílios divinos que na valentia dos remédios humanos se aplicou a curar o enfermo e foi a cura tão bem sucedida que geralmente se teve por milagrosa porque em breves dias o

restituiu vivo e levantado aos mesmos olhos que pouco antes o viam prostrado e quase choravam defunto».

Porém, «a morte esperada e temida perdoou ao Cardeal de S. Clemente, assaltou, não temida nem esperada ao Sumo Pontífice Martinho V por cujo falecimento foi eleito o dito cardeal em pastor supremo, com o nome de Eugénio IV».

«Enquanto estas coisas sucederam voltou o Doutor Afonso Nogueira de Itália e levou ao convento e padres de Vilar as constituições e hábito que trouxera de Veneza dos Cónegos da Congregação de S. Jorge em Alga».

Esta Congregação havia sido fundada «pelos anos de mil e quatrocentos». «Duvidaram os Padres, por este tempo, da cor e forma do hábito que deviam trazer e eram mui diferentes os pareceres até que se conformaram todos em que se recorresse à intercessão Sacratíssima a quem haviam escolhido por Mãe e Protectora. Encomendou-se nomeadamente este negócio ao grande Padre S. Lourenço Justiniano que já resplandecia entre os mais como o sol entre as outras luzes, como a rosa entre as outras flores. Depois de muita oração, ásperas penitências e copiosas lágrimas se dignou a Senhora de revelar três coisas: *A primeira, que era servida, que os filhos desta congregação vestissem de azul e branco, cores de que a mesma Senhora se vestira enquanto viveu neste mundo. A segunda, que nas saudações usassem das palavras Deo gratias, de que a mesma Senhora também usara nesta vida. A terceira, que quando ao entrar da noite se faz sinal com o sino, rezassem nove vezes a Ave Maria em honra e memória das nove horas que o Anjo S. Gabriel esteve com a mesma Virgem Sacratíssima quando lhe deu a embaixada da Encarnação do Verbo*».

«Esta revelação verdadeiramente maravilhosa e de suma honra e glória para a nossa Congregação (a dos Cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades) consta da tradição antiquíssima que dura e permanece desde os nossos primeiros princípios; particularmente nas pinturas também antiquíssimas dos conventos da Congregação de Veneza como refere Thomasino por estas palavras: *Huius vero sententiae vestigium non temnendum praebent passim per Caenobia nostra Beatae Virginis Icones caeruleo pallio amictae, cui utrinque patres nostri supplices astant.* A mesmo tradição se conserva em os conventos da nossa Congregação de Portugal, onde vemos a Senhora vestida de azul dando o hábito da mesma cor aos nossos padres que de joelhos o estão recebendo».

Das antigas Constituições dos Cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades consta que «*a cor do hábito destes que vivem a regra dos Apóstolos fosse celestina (que os nossos chamam azul) e a túnica de cor alva, porque destas cores usara a Benta Virgem enquanto era nesta vida*».

«...Esta é a tradição antiquíssima das pinturas que se usam na Igreja Católica pois não se achará retrato da Senhora, dos antigos (e ainda geralmente dos modernos) em que a Senhora não apareça ou com manto ou com túnica azul. Daremos um exemplo que vale por muitos, qual é os quadros de que estão cobertos em grande parte as paredes da igreja do convento da Esperança desta cidade de Lisboa onde se representam em antiquíssimas e riquíssimas pinturas, os mistérios da vida da Virgem Santíssima e em todos se vê a mesma Senhora vestida de azul».

Chegado então o padre doutor Afonso Nogueira a Vilar de Frades, os respectivos padres avisaram logo «ao Mestre João, que procurasse confirmar a sua Congregação de Portugal à maneira da Congregação de S. Jorge em Alga. Achou este aviso já na cadeira pontifícia a Eugénio, o qual como fundador que fora da Congregação de Veneza e como grande amante que era das virtudes e partes do Mestre João lhe concedeu liberalìssimamente tudo o que continha a nova súplica».

Concedeu assim pois o Papa Eugénio IV, além de outros benefícios, que os cónegos seculares de S. Salvador de Vilar de Frades fossem imediatos à Sé Apostólica e isentos dos Ordinários, dando-lhes poder de fazerem constituições e de trazerem hábito azul à maneira dos cónegos de S. Jorge em Alga.

A forma do hábito era semelhante à das togas com que os cardeais entravam em consistório naqueles tempos. Eram também essas capas muito semelhantes às que usavam os senadores de Veneza.

Estava ainda em Roma o padre João Vicente quando vagou a Mitra de Lamego por morte do bispo D. Luís do Amaral em 1431. O Papa Eugénio IV, «não se esqueceu da obrigação em que estava ao Mestre João» e assim o proveu na Mitra de Lamego.

Quando o novo bispo se despediu do Papa, este deu-lhe por sua mão um roquete «(favor singular) e juntamente novas graças, isenções e privilégios para a sua Congregação de S. Salvador de Vilar de Frades, ordenando de seu moto próprio que fosse Geral perpétuo da mesma Congregação, com poderes (enquanto a ela) de núncio apostólico».

«Também lhe deu outra comissão tão honrada que merece particular memória». É que, celebrando-se então o concílio de Basileia, o duque João da Bretanha «duvidava de enviar a ele os seus embaixadores porque não queria que cedessem o primeiro lugar aos do Duque de Borgonha».

«O Papa sabendo que o nosso Bispo havia de voltar por Borgonha e tendo conhecido por experiência a sua grande capacidade lhe mandou (passando-lhe as ordens necessárias) que como legado seu fosse de Borgonha à Bretanha rogar e persuadir ao Duque que

mandasse os seus embaixadores ao Concílio no qual se decidiria a dúvida da precedência sem prejuízo e sem ofensa das partes».

Assim o Bispo seguiu para a Borgonha «a despedir-se daqueles Príncipes, nos quais achou extraordinárias demonstrações de estimação e carinho. Daqui passou à Bretanha e avistando-se com o Duque tanto lhe soube dizer que o persuadiu a que viesse em tudo quanto queriam o Papa e os Padres do Concílio. Logo partiu para Portugal tomando imediatamente conta do governo da diocese de Lamego.

Em 24 de Abril de 1442, a Congregação dos Cónegos Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades tomou posse do antigo convento de Santo Elói de Lisboa que o Infante D. Pedro, regente do reino, lhes havia dado, vindo para esse efeito de Vilar a Lisboa o padre doutor Afonso Nogueira. Foi eleito por D. João Vicente para primeiro reitor do convento de Santo Elói, o Cónego de São Salvador de Vilar de Frades e deão da Sé de Lisboa (1), João Rodrigues.

Depressa chegaram ao conhecimento da Rainha D. Isabel os merecimentos do padre João Rodrigues, pelo que ela o nomeou seu confessor e capelão-mor.

«Seguiu logo El-Rei o exemplo da Rainha e quis que o mesmo padre fosse também seu confessor, e o foi juntamente de ambos, singularidade raras vezes vista em outras cortes e muito menos na de Portugal».

Em 1445, o Infante D. Pedro quis que o padre João Rodrigues fosse o mestre da Infanta D. Catarina, filha do Rei D. Duarte, a qual tinha, então, nove anos de idade. O padre João Rodrigues «se desculpou com eficazes razões e indicou para esse ofício ao padre Jorge da Costa (futuro Cardeal de Alpedrinha), «assegurando-lhe que não acharia quem melhor o pudesse servir naquela incumbência».

Em 1446, D. João Vicente foi promovido a bispo de Viseu e para lá seguiu. Porém, daí o chamou o Infante D. Pedro para ir a Castela com a Rainha D. Isabel (filha do Infante D. João), mulher do Rei D. João II daquela reino, com título de seu confessor, esmoler e capelão-mor (2).

A escolha de D. João Vicente para conselheiro da Rainha D. Isabel foi motivada pelo facto de o Rei D. João II estar inteiramente dominado pelo condestável D. Álvaro de Luna «único valido e primeiro ministro do mesmo Rei».

---

(1) Frei Luís de Sousa, *História de São Domingos*, 1.ª parte, pág. 664.

(2) D. Joaquim de Azevedo, *História Eclesiástica do Bispado de Lamego*, Porto, 1887.

Havia assim em Portugal o «receio que tinham os prudentes de que a nova Rainha dotada de um espírito augusto e coração altivo, não se havia de abater à sujeição indigníssima do Privado, a quem el-Rei seu marido vivia totalmente sujeito, donde com razão temiam que nascesse alguma grave discórdia em prejuízo de uma e outra Coroa».

«Esta consideração deu larga matéria ao discurso dos maiores ministros daquele tempo, os quais resolveram e aconselharam a El-Rei que mandasse com a Rainha alguma pessoa de tanta suposição, autoridade e talento que bem a pudesse aconselhar nos casos e perigos que se podiam temer justamente. E logo El-Rei e o Infante D. Pedro (que ainda governava) e todo o Conselho de Estado puseram os olhos em D. João, bispo de Viseu».

«Sem detença o mandaram chamar El-Rei e o Infante, escrevendo-lhe uma carta tão cheia de honras e louvores que não se distinguia bem se era decreto ou se era panegírico».

«Veio o santo bispo, temeroso do que podia ser e foi recebido de toda a casa real com singularíssimas demonstrações de afecto, bem merecidas de sua fama e não menos de sua presença: a fama apregoava virtudes e milagres; e a presença confirmava os pregões da fama e ainda a acusava de diminuta. O rosto arrugado e macilento (indícios de muita idade e de muita penitência) povoado de veneráveis cãs, banhado de uma alegria santa; a modéstia e a composição dos olhos e do vestido; o peso e gravidade das palavras; tudo era uma clara prova, não só do que a fama dizia mas de que dizia muito menos do que era».

Partiu então o bispo de Viseu para Castela, acompanhando a Rainha, já no ano de 1447.

Por estes tempos, ingressou na Congregação do Vilar o padre Vasco Rodrigues [1].

Natural de Braga, seguira ele para Salamanca onde na respectiva Universidade fez os primeiros estudos e se laureou em Cânones.

«E prosseguindo as escolas veio a conseguir a honra de Mestre público naquele grande teatro das letras, obrigação que encheu com tanta eminência que chegou a ser preclaro o seu nome em toda a Espanha. Muitas vezes o consultaram grandes Príncipes e Senhores acerca dos negócios que lhe ocorriam de maior importância e até os Sumos Pontífices se serviram do seu talento em benefício público».

Assim, o Papa Gregório XI o encarregou, juntamente com o arcebispo de Toledo D. João Tenório e o bispo de Tui D. João de Castro, de apreciarem as queixas que então havia contra a Ordem

---

(1) P.e Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, pág. 656 e segs.

dos Eremitas da Pobre Vida e de que, se verificassem a má fama que corria deles, a extinguissem. «Foi esta função honradíssima para Vasco Rodrigues e em grande prova da celebridade e estimação em que era tido o seu nome pois o Sumo Pontífice o nomeava para tão grande negócio e o igualava com dois prelados tão grandes e tão ilustres. Resultou da visita, extinguirem os ditos juizes apostólicos todos os Eremitas que havia em Castela, Navarra e Aragão, e deixaram sòmente os deste Reino, por sua exemplar vida, com grande glória dele e dos Eremitas da Serra de Ossa, cuja Congregação deve muito a Vasco Rodrigues». A sentença foi dada em 16 de Fevereiro de 1378.

Pouco depois da morte do Rei D. Fernando de Portugal começaram as guerras entre o nosso país e Castela.

Apesar de ser catedrático e benquisto na Universidade de Salamanca, resolveu Vasco Rodrigues voltar para Portugal, tendo-o o arcebispo de Braga, D. Lourenço da Lourinhã, nomeado seu provisor e vigário-geral. Governou então a diocese durante largo tempo (pois o arcebispo estava ausente, acompanhando o Rei D. João I), sendo vulgarmente chamado o *Arcebispo Pequeno*. Foi eleito chantre da Sé de Braga e, «sobre a estimação universal em que era tido no Reino, crescia a que lograva fora dele e, particularmente, na cabeça do mundo, onde a sua sabedoria era venerada por fama».

Por morte do arcebispo D. Lourenço, sucedeu-lhe D. Martim Afonso Pires, o qual entregou o governo da diocese nas mãos de Vasco Rodrigues, «estimando-o como pessoa das mais autorizadas, não só da diocese mas do reino».

A D. Martim Afonso sucedeu, em 1416, D. Fernando da Guerra, «e este foi o tempo em que Vasco Rodrigues, mais que nunca, governou aquela diocese».

Assim, teve ocasião de conhecer o Mestre João e os padres Martim Lourenço e Afonso Nogueira e, sobretudo pelas pregações de Martim Lourenço, «propôs consigo deixar o mundo e abraçar de todo o coração a Cruz de Cristo», recebendo o hábito dos Cónegos de S. Salvador de Vilar, cerca de 1446, tendo então quase setenta anos de idade.

Voltemos ao bispo D. João Vicente, em Castela. Pelos seus conselhos, a Rainha D. Isabel fez ver ao seu marido, o Rei D. João II, quanto era desprimoroso o deixar-se dominar completamente pelo condestável D. Álvaro de Luna.

«Convencido El-Rei da evidência e persuadido da força destas razões, abriu os olhos até então ou cegos ou divertidos e conheceu nos desacertos do governo os danos do bem público sendo causa de todos a sua desatenção e desacordo e a malícia e a insolência do Privado». Assim o valido «foi preso e despojado de riquezas

e dignidades e finalmente degolado em cadafalso público», no dia 2 de Junho de 1453.

«Não deixaremos de referir o maravilhoso caso sucedido por este tempo à ilustríssima e virtuosa portuguesa D. Beatriz da Silva porque nos obrigam algumas razões: a primeira porque esta senhora foi juntamente com o nosso Fundador para Castela em companhia e serviço da Rainha D. Isabel e afirma o Padre Paulo que o santo Bispo a confessava e era seu mestre espiritual; a segunda porque ele foi o que mitigou a ira da Rainha que ainda determinava passar a maiores excessos no castigo de D. Beatriz; a terceira, porque neste caso foi vista a Mãe de Deus vestida de azul e branco e a notícia deste aparecimento da Senhora vestida de tais cores foi sem dúvida de grande consolação e alegria para o santo Prelado; e a quarta e última porque na instituição da Ordem da Conceição de que foi fundadora a mesma D. Beatriz teve grande parte o Padre Isidoro Tristão, Cónego nosso.

O caso passou desta maneira.

Entre as damas que acompanharam a Rainha D. Isabel nesta jornada foi uma D. Beatriz da Silva, filha de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e irmã de D. Diogo da Silva, primeiro conde de Portalegre e de D. João de Meneses que depois fundou a religião dos Amadeus em Itália. Era esta senhora a mais formosa dama que então conhecia e celebrava a Espanha e ainda era mais honesta que formosa.

Em Castela «começou logo D. Beatriz a ser o alvo de grandes empenhos» e «eram muitos os pretendentes». «Mas a emulação tumultuária dos competidores levou-os algumas vezes a virem às mãos junto a palácio com ruido escandaloso». «Não tinha D. Beatriz nestes desconcertos outra culpa mais que a sua beleza e muitas vezes se indignava contra si própria desejando ser feia, para não ser pretendida. Não lhe valeu porém o seu recolhimento e inocência prevalecendo a suspeita de que ela, não só era, mas dava causa aos alvorotos sucedidos, os quais sendo notórios à Rainha, com austeridade portuguesa, a mandou prender em um aposento do palacio, solitário e escuro. Mas daquelas trevas lhe nasceu a luz mais luminosa e daquela solidão a mais soberana companhia.

Era D. Beatriz muito devota da Virgem Santíssima a quem recorreu como à consoladora dos afligidos, sempre misericordiosa, sempre propícia, sempre benéfica. Chorava com inocentes lágrimas não a sua culpa mas a sua desgraça e mais sentia incomparàvelmente a perda da opinião que a da liberdade. Antes querendo de perder esta e restaurar aquela resolveu recolher-se em um convento e fez desde logo a Deus voto de perpétua virgindade. No mesmo ponto apareceu o aposento coroado de luzes e banhado de suavidades

equivocando-se em deliciosa confusão as fragrâncias e as harmonias. Foi logo vista a Mãe da Pureza, vestida em túnica branca e manto azul acompanhada de um luzidíssimo esquadrão de Anjos e de Virgens e com rosto alegre e com voz suave, declarou: *Que era servida que a seu tempo lhe instituisse uma nova Ordem de religião em obséquio da sua Conceição imaculada e queria que vestissem das mesmas cores e forma de que a via vestida*».

«Passados três dias (que tanto durou a cólera da Rainha, nos quais por ordem sua ninguém lhe falou ou a viu) a mandou (persuadida do venerável Bispo seu confessor) vir à sua presença e mostrando esquecer-se da culpa, com lhe não falar nela, formou do seu silêncio uma nova repreensão. D. Beatriz, que já se havia dedicado aos obséquios de outra Majestade mais alta, lhe pediu licença para se recolher logo em um convento». «Trinta anos esteve no convento das religiosas de S. Francisco de Toledo, onde se recolheu, vivendo em religiosíssima observância, até que a Providência Divina lhe declarou ser tempo de que instituisse a nova Ordem e vestisse o novo hábito, ao que deu princípio no ano de 1484 mudando-se com doze religiosas para os palácios de Galiana onde se começou a nova Ordem da Conceição».

Voltando à vida do bispo D. João Vicente, ele continuou em Castela e, em 1455, «escreveu a Viseu ordenando que no claustro da Catedral se fizesse uma capela e nesta uma sepultura para seu corpo declarando o lugar e traça». «Fez-se logo uma e outra como o santo Bispo mandava».

No ano de 1456 morreu a Rainha D. Isabel «e no mesmo partiu o santo Bispo de Castela para Portugal».

Voltou para Viseu a pastorear o seu rebanho até ao ano de 1463 em cujo mês de Agosto faleceu tendo então 83 anos de idade.

Como acima se disse o título primitivo da Congregação era o de «Congregação dos Cónegos Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades». «Depois pela devoção que a Rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, insigne protectora nossa, teve ao Evangelista, ordenou o Pontífice Pio II à instância del-Rei D. Afonso V (que pediu esta graça por contemplação e respeito da Rainha sua mulher) que se chamasse de S. João Evangelista, e este é o seu próprio nome: Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista. Por abuso é chamada de S. Elói, costume vulgar deste Reino, dar-se às religiões o título derivado de algum principal mosteiro, como os Padres da Graça, os Padres de S. Roque, etc. Assim aos nossos Cónegos lhe chamam de S. Elói, pelo convento dedicado a este Santo que temos em Lisboa. Também alguns nos chamaram os *Cónegos Azúis*, derivando a extravagância deste apelido da singularidade da cor do hábito».

O que o autor do presente trabalho vem escrevendo provém do livro «O Ceo Aberto na Terra», publicado em Lisboa em 1697, e no qual o cronista geral da Congregação de S. João Evangelista, Padre Francisco de Santa Maria faz a história da sua Congregação.

Em D. Joaquim de Azevedo [1] encontrou o autor que à «Congregação de Cónegos Seculares alguns chamam Regulares, porque vivem como religiosíssimos muito observantes, ainda que sem votos».

Acrescente-se que a designação popular dos cónegos de S. Elói era a de «lóios».

Houve vários conventos de cónegos lóios em Portugal, um dos quais foi o de Arraiolos que ainda existe em relativo bom estado de conservação, tendo as paredes da sua igreja revestidas interiormente de belos azulejos nos quais se vêem, além de outras figuras relacionadas com a história da Congregação, as dos fundadores D. João Vicente e D. Afonso Nogueira.

ORGANIZAÇÃO ECLESIÁSTICA DO REINO NO FIM DA IDADE MÉDIA

Do Dr. Miguel de Oliveira [2] tira o autor os apontamentos seguintes.

No fim da primeira dinastia, havia em Portugal nove dioceses: Braga, Porto, Coimbra e Viseu, tendo por metrópole Braga; Lisboa, Évora, Lamego e Guarda, sufragâneas de Compostela; Silves, sufragânea de Sevilha.

A primeira alteração importante ocorreu no tempo de D. João I; para ela contribuiu a rivalidade entre portugueses e espanhóis, exacerbada pela guerra da independência e favorecida neste particular pela circunstância de Portugal seguir o pontífice romano e Castela o de Avinhão. Por uma bula de 1393 o papa Bonifácio IX elevou a Sé de Lisboa à dignidade de metrópole, assinando-lhe por sufragâneos os bispados de Évora, Lamego, Guarda e Silves.

Para a independência do nosso quadro eclesiástico só faltava resolver o caso das terras fronteiriças governadas por bispos espanhóis. Também aqui nos favoreceu a dissidência resultante do Cisma. Enquanto este durou, a administração eclesiástica dessas terras separou-se de facto dos bispos a que pertencia. A separação de direito fez-se depois por autoridade apostólica: o território de

---

[1] D. Joaquim de Azevedo, *História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*. Porto, 1877.

[2] P. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª edição, págs. 205 e segs.

Riba-Coa, pertencente a Cidade Rodrigo, foi incorporado na diocese de Lamego por Bonifácio IX em 1403; o de entre Minho e Lima e o de além Guadiana, sujeitos respectivamente a Tui e Badajoz, foram incorporados no bispado de Ceuta por Eugénio IV, em 1440.

Conseguiram a bula deste último Papa os embaixadores Frei João, provincial de Ordem do Carmo e D. Rui da Cunha, prior da Colegiada de Guimarães [1].

ALGUNS ARCEBISPOS DE LISBOA

D. PEDRO DE NORONHA (1424-1452)

Era o mais velho dos irmãos Noronhas naturais do reino das Astúrias.

Vindo a este reino, e tendo 23 anos de idade, no de 1419 lhe concedeu Martinho V a administração do bispado de Évora, em 11 de Janeiro, a instâncias del-Rei D. João I, e pela morte do arcebispo D. Diogo Álvares de Brito o elevou o mesmo pontífice a metropolitano de Lisboa no ano de 1424 [2].

No ano de 1428 passou a Aragão por embaixador del-Rei D. João I sobre o casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor, cuja negociação completou, com beneplácito de todos, conduzindo a Infanta a Évora onde nesse mesmo ano se realizaram as bodas.

Pela morte del-Rei D. Duarte, que deixou por governadora do reino a rainha D. Leonor sua mulher, a cuja determinação se opuseram os Três Estados do Reino, quis o arcebispo D. Pedro sustentar o partido da rainha viúva com grande tenacidade, fazendo-se forte no seu palácio, que era junto dos paços do Castelo, e, porque os vereadores da cidade suspeitaram que o arcebispo se queria apoderar do castelo pela porta que chamavam do Moniz, a câmara lhe mandou derrubar certos cubelos, de que o arcebispo tomou grande sentimento e se saiu de Lisboa para Alhandra.

Foram-se aumentando as turbulências, de maneira que a câmara da cidade formou capítulos contra o arcebispo cheios de ludíbrios e os remeteu ao Papa para que o privasse da dignidade. Vendo-se o Arcebispo injuriado e perseguido, se ausentou para Castela e logo o Infante D. Pedro lhe mandou sequestrar as rendas. Nesta

---

(1) Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, vol. I, pág. 142.

(2) João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 3.ª ed., pág. 74 do tomo III.

ausência ficou o Cabido governando como em sé vacante; porém trabalhando os apaixonados do arcebispo, para que ele tornasse ao reino, intervindo também nisso a Santidade de Eugénio IV, lhe foi concedida licença do Infante D. Pedro, então regente, no ano de 1442, vindo o Arcebispo outra vez para Lisboa (1).

Do Padre Francisco da Fonseca (2) transcreve o autor o seguinte.

«Morto El-Rei D. Duarte aos 9 de Setembro de 1438 e deixando disposto que a rainha D. Leonor fosse Governadora do Reino, não quiseram convir nisto os povos e elegeram por Regente o Infante D. Pedro contra a parcialidade de muitos fidalgos que seguiam o partido da Rainha. Era o principal o arcebispo D. Pedro e por isso se amotinou contra ele a cidade de Lisboa. O sagrado da Sé e a autoridade do Infante lhe salvaram a vida e esta mesma o restituiu à sua Catedral depois de alguns anos de voluntário desterro. Podia aprender do Infante o Arcebispo esta real clemência mas, podendo mais que o sangue o apetite da vingança, se coligou em 1449 com os fidalgos mal contentes e não só induziu a D. Afonso V a despojas o Infante do governo, que tantas vezes lhe tinha oferecido, mar a permitir que perdesse a vida na deplorável batalha de Alfarrobeira».

D. Pedro de Noronha faleceu em Lisboa a 12 de Agosto de 1452.

D. LUÍS COUTINHO (1452-1453)

Teve primeiramente o bispado de Viseu e em 1444 passou ao de Coimbra.

Acompanhou o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, no recontro de Alfarrobeira, e o «absolveu em lhe a alma saindo da carne» (3).

Acompanhou até à Alemanha a imperatriz D. Leonor, filha do rei D. Duarte, que se desposou com o imperador Frederico III.

D. JAIME (1453-1459)

Era filho do Infante D. Pedro e neto do rei D. João I.

Na idade de quinze anos acompanhou seu pai no recontro de Alfarrobeira.

Passou à Flandres a buscar o abrigo de sua tia a Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha. Esta senhora o mandou a Roma, sendo então Pontífice Nicolau V, «que afeiçoado das reais perfeições que concorriam neste príncipe, o fez administrador perpétuo da igreja lisbo-

---

(1) João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, tomo III, pág. 74.
(2) P. Francisco da Fonseca, *Évora Gloriosa*, pág. 286.
(3) Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei, D Afonso V*, vol. II, pág. 101.

nense em 30 de Abril de 1453, a qual se achava vaga por morte de D. Luís Coutinho» (1).

«Não constituiu logo o pontífice a D. Jaime arcebispo por não ter ainda competente idade, pois contava só vinte anos. Todavia desta sorte começou a governar por seus vigários gerais: tal foi Luís Anes que em seu nome assistiu nas cortes que se celebraram em Lisboa por el-Rei D. Afonso V, pelos anos de 1455 e 1456».

«Subindo ao sumo pontificado Calisto III, antepondo os merecimentos aos anos do nosso arcebispo, logo na primeira criação de cardeais que fez em 18 de Setembro de 1456, lhe deu o capelo com título de Santa Maria in Porticu promovendo-o depois ao de Santo Eustáquio».

«Feito Cardeal conseguiu do Papa a Bula da Cruzada para este reino, mandando-a no ano de 1457 a el-Rei D. Afonso V seu primo pelo bispo de Silves D. Álvaro Afonso, que se encontrava em Roma, a quem o Pontífice fez seu legado e o cardeal seu governador ou comissário-geral no arcebispado de Lisboa».

«Sucedendo no ano seguinte de 1458 a morte do papa Calisto III e seguindo-se logo na cadeira pontifícia Pio II, quis este levar avante a empresa do seu antecessor em fazer guerra aos turcos. Para este efeito publicou um Concílio em Mântua, para onde partindo de Roma no princípio do ano de 1459 com o colégio dos cardeais, o nosso adoecendo em Florença de um mal que só tinha o remédio no perigo da castidade, quis antes D. Jaime perder a vida na flor dos anos que manchar o cândido arminho da sua pureza».

Expirou finalmente a 21 de Abril de 1459 com grande saudade de todos.

Jaz o seu corpo em Florença no convento de S. Miniato de religiosos beneditinos. O mausoléu, magnífica obra de arte, é a primeira sepultura dinâmica e cenográfica, o que faz dela um verdadeiro «quadro vivo» (2).

A capela sepulcral do cardeal D. Jaime de Portugal contém a sepultura do cardeal; um altar com um painel dos três santos protectores de D. Jaime: S. Tiago, Santo Eustáquio e S. Vicente; vários frescos e uma Anunciação. A cúpula é em cerâmica com cinco medalhões representando as Virtudes cardeais e o Espírito Santo.

Na construção da capela sepulcral foram utilizados os dinheiros do Cardeal, com ajudas da duquesa de Borgonha, de sua mãe, D. Isabel de Aragão e de sua irmã D. Filipa.

---

(1) João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 3.ª ed., tomo III, pág. 76.

(2) Cruz Pontes, *A Capela do Cardeal Português em Florença à Luz de Novos Elementos*, in «Diário de Notícias», de 5-12-1963.

D. AFONSO NOGUEIRA (1459-1464)

Era filho de Afonso Anes Nogueira, alcaide-mor do castelo de Lisboa e um dos mais assinalados cavaleiros do seu tempo, o qual seguiu o rei D. João I com toda a fidelidade e andou sempre à sua ilharga como conselheiro, e na batalha de Aljubarrota procedeu com valor digno da sua pessoa e nobreza ([1]).

Diz o Padre Francisco de Santa Maria ([2]) que Afonso Nogueira nasceu em Lisboa cerca do ano de 1399; mas também afirma que ele em Setembro de 1464, quando morreu, tinha quase 80 anos ([3]). Assim somos levados a pensar que o seu nascimento se deu cerca de 1389 e não cerca de 1399.

Era muito instruido na língua latina e estudou retórica e filosofia na universidade de Lisboa tendo dado tais provas de saber e inteligência que seus pais o mandaram estudar para a universidade de Bolonha, onde ao fim de nove anos se doutorou em um e outro Direito, isto é, em direito canónico e em direito civil.

Em Lisboa adquiriu grande estimação na corte fazendo-se conhecido e venerado de todos e em especial do «mestre João», médico do rei D. João I e físico-mor do reino.

Com o mestre João e o padre Martim Lourenço, fundou uma congregação que obteve o mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades para sua casa.

Voltou então a Itália e de Veneza trouxe para a nova congregação a capa azul da congregação de S. Jorge em Alga, para o hábito, e as suas Constituições.

Em Novembro de 1439 os três estados do reino reunidos no paço da alcáçova em Lisboa acordaram que o infante D. Pedro fosse logo declarado Regedor do reino, *in sólido*, sem outra ajuda ou companhia até El-Rei ser em idade de por si o poder reger. O autor da proposta foi o infante D. João e o orador o Doutor Diogo Afonso, o «Manga-Ancha».

Este acordo foi enviado à Rainha, que estava em Alenquer, pelo governador da casa do infante D. Pedro, Álvaro Gonçalves de Ataíde; a Rainha reagiu desfavoràvelmente, pelo que lhe foram enviados com o mesmo assunto o Doutor Afonso Nogueira e o mestre Frei Gil Lobo, confessor do rei D. Afonso V, «pessoas de muitas letras e autoridade». «Os quais para trazerem a Rainha ao que pretendiam lhe deram muitas razões cheias de bons e santos

---

([1]) Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, págs. 638 e segs.
([2]) Ibidem, pág. 640.
([3]) Ibidem, pág. 653.

conselhos e avisos e a não puderam mover de seu propósito; e com esta resposta se tornaram» [1].

Havia em Lisboa, o hospital de Santo Elói fundado em fins do século XIII por D. Domingos Jardo, o qual estava em grande decadência.

O regente do reino, Infante D. Pedro, «desejando reparar tanto quanto fosse possível os danos que via no hospital de Santo Elói, e juntamente dar casa em Lisboa àqueles virtuosos e exemplares padres (os cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades), fez súplica sobre esta matéria ao sumo pontífice Eugénio IV que então governava a Igreja». Este Papa mandou por um Breve que o hospital de Santo Elói fosse entregue aos Cónegos. Mas o provedor do hospital «quis replicar e contradizer a nova erecção do hospital em convento». «Acudiu o infante D. Pedro, interpondo o poder, a intercessão, a autoridade, a pessoa, com tanto empenho que bem podemos afirmar que a ele deve a Congregação esta Casa» [2].

Assim, por ordem do Papa, o padre Afonso Nogueira tomou posse do hospital de Santo Elói, em nome da Congregação, a 24 de Abril de 1442, a qual deveu esta Casa ao patrocínio do infante D. Pedro, como acima se disse.

O Padre Afonso Nogueira ficou a residir no convento de Santo Elói, «e logo começou a luzir em toda a Corte a sua grande virtude. Havia naquele tempo em Lisboa grande falta de ministros evangélicos a qual o nosso Padre começou a suprir mostrando que valia por muitos. Do púlpito e do confessionário, como de duas torres fortíssimas, fazia crua guerra ao comum inimigo, logrando em cada batalha uma vitória. Muitas almas livrou do cativeiro do pecado, e sendo esta a sua primeira aplicação, a segunda era acudir às necessidades do corpo, que a tudo abrange uma caridade fervorosa. Frequentava os hospitais, consolando os enfermos, assistindo aos moribundos e talvez ajudando a enterrar os mortos, visitando também os cárceres públicos solicitando, quando podia, o alívio dos necessitados».

Em 1452 o papa Nicolau V proveu a D. Afonso Nogueira no bispado de Coimbra, tendo este feito grandes obras na Catedral.

Em Setembro de 1459 o papa Pio II transferiu-o para o arcebispado de Lisboa, por morte do cardeal D. Jaime, segundo proposta do rei D. Afonso V.

Alguns anos depois este mesmo Rei ordenou que o Arcebispo fosse a Castela como seu embaixador extraordinário «e posto que a idade o eximia de jornada tão larga e função tão trabalhosa, era

---

[1] Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro*, Livro primeiro, pág. 134.
[2] Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, págs. 423 e segs.

tal a relevância do negócio que não se podia nem devia fiar a talento inferior. Desejava el-Rei ajustar o casamento entre ele e a infanta D. Isabel, que ao depois foi rainha de Castela, e chamariam a Católica».

«Também se serviu dele o Sumo Pontífice Pio II, que então governava a Igreja, nomeando-o seu legado *a latere* neste Reino, honra poucas vezes concedida a prelados naturais dele e como tal mais digna de estimação».

«Contava o Arcebispo quase oitenta anos, e em idade tão provecta lograva uma saúde tão perfeita que prometia ainda larga duração».

Prevendo a morte, fez o seu testamento ainda com saúde, mas logo caiu de cama, morrendo a 16 de Setembro de 1467.

As suas últimas palavras foram: *Lembrai-vos, filhos, que tudo pára nisto.*

D. JORGE DA COSTA (1464-1500)

Mais conhecido pela designação de Cardeal de Alpedrinha, foi um dos prelados mais notáveis da Igreja católica nos fins do séc. XV e princípios do XVI [1].

Nasceu em 1406 na vila de Alpedrinha.

No Hospital de Santo Elói, em Lisboa, estudou latim, filosofia e teologia; e, depois de se ordenar de presbítero, foi escolhido pelo regente do reino, o infante D. Pedro, para confessor e professor da infanta D. Catarina, irmã do rei D. Afonso V, a qual a esse tempo tinha nove anos de idade.

Na corte de D. Afonso V alcançou grande influência pelo prestígio que lhe resultava da sua extraordinária perspicácia e seguro critério, de forma que D. Afonso V nomeou-o seu confessor e tinha-o como predilecto conselheiro. Em 1463 nomeou-o Bispo de Évora e transferiu-o no ano seguinte para o arcebispado de Lisboa, em 26 de Novembro, por morte de D. Afonso Nogueira [2].

Em princípios de 1467, D. Jorge da Costa dedicava-se à organização da recolha de fundos em todo o arcebispado para prosseguirem as obras da capela de S. Vicente, na Sé de Lisboa, as quais nessa época estavam em plena actividade [3]. Falta saber se nas obras da capela de S. Vicente o Arcebispo incluia algum retábulo. A prova respectiva existe. Era de presumir que entre os fiéis solicitados a desembolsar-se para as obras, que o Arcebispo levava tanto a peito, o Rei, para quem D. Jorge da Costa era juntamente coluna da Igreja

---

[1] Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo II, págs. 505 e 578.

[2] João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 3.ª ed., pág. 78.

[3] Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, págs. 437 e segs.

e do Estado, não fosse o menos solícito e generoso a contribuir e a ganhar as prometidas indulgências.

Ora uma carta de quitação passada a Afonso Eanes, chantre da Sé de Lisboa, a 19 de Junho de 1469, informa-nos de que D. Afonso V tinha dado 5 650 reais ao «cabido da dita Sé de esmola para o retábulo que se ora faz na dita Sé do *mártel S. Vicente*».

O Papa Xisto IV, a instâncias de D. Afonso V criou D. Jorge da Costa, em 1476, cardeal do título dos Santos Mártires Marcelo e Pedro.

O príncipe D. João não levava a bem a influência que no ânimo de seu pai D. Afonso V gozava D. Jorge da Costa; e essa má vontade tornou-se em tanto azedume que o prelado se retirou para Roma.

Na cúria alcançou D. Jorge da Costa a mesma fortuna que lograra na corte de D. Afonso V, sendo muito bem recebido por Xisto IV e igualmente estimado e considerado por Inocência VIII, Alexandre VI, Pio III e Júlio II. De alguns destes pontífices teve privança e grande valimento, de modo que se tornou verdadeiro árbitro de muitos negócios, especialmente dos que respeitavam a Portugal.

Entre os negócios cuja solução se atribui à sua interferência contam-se a dispensa para se poderem casar os cavaleiros das ordens militares, sem embargo do voto solene de castidade, que se lhe comutou em castidade conjugal, e a demarcação dos descobrimentos e conquistas entre Portugal e Castela.

Em 1500 renunciou o arcebispado de Lisboa em seu irmão D. Martinho da Costa.

Faleceu em Roma a 19 de Setembro de 1508 com 102 anos de idade, sendo sepultado numa urna, sobre a qual repousa o seu vulto, na capela de Santa Catarina na igreja de Santa Maria del Populo, que ele tinha mandado edificar nos fins do século XV.

A INSTITUIÇÃO DA ORDEM DA CAVALARIA

Os cavaleiros não constituiam uma classe com funções e deveres distintos na sociedade; a cavalaria foi uma dignidade que impunha carácter, conferida nas condições preceituadas nos códigos, após um longo noviciado, ou como prémio de algum feito notável. O espírito de confraternidade dominante na Idade Média, enlaçava naturalmente estes dignitários, campeões de um ideal comum, e a associação não possuia governo nem espécie alguma de hierarquia, não tinha sede nem área determinada para a sua acção. Cada um dos iniciados procurava em todo o tempo, em toda a parte e na

possível independência de todos os poderes estabelecidos, cumprir o juramento — sua lei suprema — prestado no acto solene de ser armado cavaleiro (1).

A principal obrigação da Cavalaria era defender a Fé Cristã (2).

Do ritual a observar no acto de se armar um cavaleiro, constavam várias cerimónias entre as quais, numa igreja, o padrinho ou consagrador lhe punha as esporas douradas e o armava, excepto na cabeça, que continuava nua (3). A espada, no punho da qual estavam dependuradas as esporas de ouro, era prèviamente trazida por um pagem que a segurava pela ponta (4).

O ritual acima indicado era extremamente simbólico e também se dava significação emblemática aos vários artigos de vestuário usados pelo neófito: a camisa branca lembrava-lhe que devia conservar puro o corpo, as botas tinham cor escura para dizerem com a terra de que eram feitas e à qual deviam voltar, etc. (5).

Os cavaleiros, e só eles, usavam um manto branco muito comprido que se arrastava pelo chão, o qual constituia o mais nobre ornamento que podiam ter quando não estavam armados. O manto foi feito desta maneira para mostrar que os cavaleiros deviam estar cobertos de humildade para obedecerem aos seus superiores (6). Este manto chamava-se «brial».

Na procissão do dia de Páscoa que se fazia em Lisboa e era acompanhada pelos cortesãos, no tempo do Rei D. Sebastião, «o Rei levava uma das varas do pálio, e ele ia sempre vestido com o seu hábito branco de cavaleiro» (7).

A ORDEM DA JARRETEIRA

Foi fundada pelo Rei da Inglaterra em 1334.

Denominava-se assim por o seu emblema ser uma liga (jarreteira), de cor azul e com uma fivela de ouro, a qual se usava na perna esquerda do cavaleiro.

As suas cores eram o azul e o ouro.

O hábito era feito de veludo azul e de cetim branco.

---

(1) D. Thomaz de Vilhena, *História da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das Ordens Militares em Portugal*, pág. 8.
(2) Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval*, pág. 158.
(3) Ibidem, pág. 161.
(4) Ibidem, pág. 86.
(5) D. Thomaz de Vilhena, *História da Instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das Ordens Militares em Portugal*, pág. 98, nota 1.
(6) Ibidem, pág. 99.
(7) João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal*, tomo III, pág. 99.

Do espólio do Infante D. Henrique, que era cavaleiro da jarreteira, constavam as vestes respectivas [1], entre as quais:

1 cota de todaboça;
1 gibonete de cor aproximada à carmesim;
1 saio de escarlata.

Foram cavaleiros da jarreteira: o Rei D. Duarte; o Infante D. Pedro; o Rei D. Afonso V; e o conde de Avranches D. Álvaro de Almada.

AS ORDENS MILITARES

Em 1071 os Turcos Seldjúcidas derrotaram o imperador bizantino na Arménia e ocuparam a Ásia Menor, ameaçando a própria Constantinopla [2]. Jerusalém foi tomada em 1076.

Assim, no concílio de Clermont, em 1095, pregou-se a cruzada contra os infiéis e saiu a doutrina de que toda a pessoa de nascimento, ao atingir os 12 anos de idade, devia jurar solenemente perante um bispo que «havia de defender até ao fim os oprimidos, as viúvas e os órfãos». Nascera a cavalaria cristã, independente da simples cavalaria feudal.

Pode dizer-se, pois, que desde o concílio de Clermont e o início das Cruzadas, a Igreja empreendeu já a conversão da cavalaria feudal e a sua canalização para o serviço da religião.

É possível que o esforço mais notável, empreendido durante o período em referência, para harmonizar a teoria com a prática da cavalaria cristã, fosse a instituição das grandes Ordens de cavaleiros cruzados — os Hospitalários, os Templários e os Cavaleiros Teutónicos — aos quais se adaptaram os princípios do monaquismo com vista à profissão das armas.

Os membros das ordens militares viviam em comunidade conventual e professavam os votos de defender a fé católica, de castidade, pobreza e obediência. Eram portanto monges-soldados. Quando morriam, tal como os clérigos e os membros das ordens religiosas, eram enterrados com o seu hábito.

Desde os alvores da nossa nacionalidade que as ordens militares desempenharam principal papel na cruzada para a libertar do poder dos infiéis, guerreando-os contìnuamente [3].

---

(1) A. J. Dias Dinis, *Estudos Enriquinos*, pág. 289.
(2) Sir Israel Gollancz, in *A Cavalaria Medieval*, de Edgar Prestage, pág. 18 e seg.
(3) Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval*, pág. 163.

Compreendiam, então, as ordens dos Templários e dos Hospitalários e duas ordens espanholas — os cavaleiros de Calatrava e os de Santiago da Espada.

Embora a maior parte dos membros das ordens militares fossem portugueses surgiram dificuldades por estarem sujeitas a superiores estrangeiros, pelo que reis sucessivos procuraram obter a sua isenção da jurisdição estranha.

O Rei D. Dinis manifestou ao Papa João XXII que a Ordem de Santiago da Espada possuia castelos nas fronteiras, pelos quais os Castelhanos podiam invadir Portugal, a não ser que eles estivessem na posse dos seus súbditos.

Nas grandes Ordens de Cruzados encontravam-se ligados os dois elementos primordiais da Cavalaria: a guerra e a religião. Encontram-se também ligadas nas Ordens monásticas de Cavalaria que se estabeleceram em Espanha e Portugal com o fim de combaterem os mouros e de reaver do Crescente para a Cruz a Península. Tais foram as ordens de Santiago da Espada, de Calatrava, de Avis e de Cristo (1).

Dizia o Rei D. João I que as quatro colunas do esplendor e florescência do seu reino eram os mestres das três Ordens de Avis, de Cristo e de Santiago e o prior do Crato, da Ordem do Hospital (2).

Por isso procurou, com autorização pontifícia, que o governo e administração das ordens militares portuguesas passassem aos seus filhos, seguindo também essa orientação o Rei D. Duarte (3).

Assim, D. João I entregou a Ordem de Santiago ao Infante D. João, em 1418, e a Ordem de Cristo ao Infante D. Henrique, em 1420; e o Rei D. Duarte a Ordem de Avis ao seu irmão o Infante D. Fernando, em 1434.

A ORDEM DOS HOSPITALÁRIOS DE S. JOÃO DE JERUSALÉM

Dedicaram-se, a princípio, à obra de caridade de manterem em Jerusalém dois hospitais ou hospícios para abrigo e conforto dos peregrinos da Europa Católica.

Foi cerca de 1118 que a secção masculina da Ordem, os Irmãos de S. João de Jerusalém, juntou às suas actividades a militar. Além da obrigação originária de fornecer abrigo e servir os peregrinos,

---

(1) Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval*, pág. 25.
(2) Olímpio de Melo, *Ordens Militares Portuguesas e Outras Condecorações*, pág. 24.
(3) *Monumenta Henricina*, Vol. V, pág. 70.

assumiram o encargo e consagraram-se à missão de defender o reino cristão de Jerusalém.

Tomada esta cidade por Saladino em 1187, passaram a Acre. Tomada esta, em 1291, passaram a Chipre e, em 1310 a sede transportou-se para Rodes onde se conservou até esta cidade ser tomada pelos Turcos Otomanos em 1422, passando então a Malta.

A Ordem dos Hospitalários foi introduzida em Portugal, entre 1112 e 1128, sendo a sua principal dignidade neste reino o grão-priorado do Crato.

A ORDEM DOS TEMPLÁRIOS

Eram assim conhecidos, por o local da sua casa primitiva ter sido dentro da área do Templo em Jerusalém.

Fundada cerca de 1118, desde o princípio que constituiu uma Ordem puramente militar, empenhada na luta em defesa dos Lugares Santos.

Em 1128 receberam uma regra e uma série de estatutos redigidos por S. Bernardo. O Templário era um monge do mais rigoroso e ascético tipo cisterciense votado à castidade, à obediência e à pobreza absoluta; mas, ao mesmo tempo, era um cavaleiro devotado à guerra, constante e sem tréguas, com o infiel, não devendo descansar enquanto a Igreja não reinasse como senhora sobre o mundo. O hábito era branco, simbolizando a pureza.

A Ordem dos Templários foi instituída em Portugal em 1125. Segundo consta de vários documentos, à admissão dos templários em Portugal foram impostas várias condições, sendo a primeira: «Que o seu primeiro objecto seria combater contra os sarracenos das fronteiras de Portugal».

A Ordem dos Templários foi extinta em 1311 sucedendo-lhe, em Portugal, a Ordem de Cristo, fundada em 1319, pelo Papa João XXII por acordo com o Rei D. Dinis.

A ORDEM DOS CAVALEIROS TEUTÓNICOS

Desde o seu começo, aliou o tratamento dos doentes e auxílio aos pobres com a profissão das armas.

Foi instituida cerca de 1128 por um rico alemão que tomara parte na primeira cruzada e mudara a sua residência para a Cidade Santa.

A tomada de Jerusalém e de Acre pelos Turcos deixou a Ordem sem lar.

Estiveram estabelecidos em Veneza durante algum tempo, mas em breve foram convidados a trocar o seu campo de acção no Mediterrâneo pelo Báltico, e a levar a guerra santa contra os pagãos da Prússia, da Lituânia e da Estónia. Por conseguinte, em 1309, fixaram a sua residência em Mariemburgo e permaneceram na Prússia até 1525.

Os cavaleiros teutónicos «trabalharam sempre com grande cuidado na defensão da Igreja católica e aumento da Fé» (1).

A ORDEM DE CALATRAVA

Foi fundada em Castela pelos monges de Cister a cuja Ordem, em 1158, o Rei Sancho III deu a cidade de Calatrava com o encargo de a defenderem contra os mouros.

«E deste modo teve princípio esta sagrada Ordem e Cavalaria, que foi a mesma Ordem de São Bernardo, com particular instituto e fim de defender a fé católica e fazer guerra aos mouros» (1).

Na nova Ordem foram recebidos «todos os que (deixando o mundo) nela quiseram entrar para perpètuamente servirem a Deus, militando contra os infiéis, por defensão e exaltação de sua santa fé» (2).

«E conhecendo o Papa Alexandre III de quanto proveito e utilidade era para a Igreja Católica e reinos de Espanha esta nova milícia ou nova congregação da Ordem de S. Bernardo, a confirmou no ano de 1164 com a mesma regra de S. Bento» (3).

Os cavaleiros de Calatrava usavam manto branco, cogula e escapulário como os mais frades bernardos (4).

A ORDEM DE SANTIAGO DA ESPADA

É esta Ordem «de nascimento e berço, castelhana» (5).

Foi criada em 1161 no reino de Leão, em Uclés, «para defensão da Fé contra os mouros que ocupavam toda a Espanha» (6). Passou a Portugal, em 1177, ficando dependente do mestrado da Galiza.

---

(1) Frei Jacinto de Deus, *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares*, págs. 117, 133 e 138.

(2) *Definições e Estatutos dos Cavaleiros da Ordem de N. S. Jesu Christo*, Lisboa, 1628, pág. 58.

(3) Frei Jacinto de Deus, *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares*, pág. 138.

(4) Ibidem, pág. 139.

(5) Ibidem, pág. 88.

(6) Ibidem.

A insígnia da Ordem era uma cruz vermelha «à maneira de espada», com a maçã em coração e as extremidades das guardas em flor de lis, a qual se colocava sobre o manto branco do lado esquerdo.

A sede da Ordem em Portugal foi, até 1482, em Alcácer do Sal, num convento instalado na antiga mesquita dos mouros que, para o efeito, foi sagrada logo a seguir à conquista desta vila, no tempo do Rei D. Afonso II.

O prior-mor da Ordem, que residia neste convento, era dignidade prelatícia, tendo mitra (1).

Os reis de Portugal, como freires de Santiago, procuraram tornar-se independentes de Uclés (2), o que só inteiramente foi conseguido em 1440 pelos embaixadores de Portugal (regência do Infante D. Pedro) ao Papa Eugénio IV, o cavaleiro Rui da Cunha, prior da Colegiada de Guimarães e D. Frei João Manuel, provincial da Ordem do Carmo e depois bispo de Ceuta e, mais tarde, da Guarda.

O Rei D. João I nomeou o seu filho, o Infante D. João, governador e administrador da Ordem de Santiago da Espada, o qual morreu em Alcácer-do Sal, em 1442.

A D. João sucedeu o seu filho D. Diogo que morreu em 1443 e a este, o Príncipe D. Fernando, irmão de D. Afonso V, falecido em 1470.

A festa de Santiago celebrava-se com grande pompa no convento de Alcácer do Sal e depois no de Palmela para onde passou a sede da Ordem, assistindo o Rei, às vésperas, com todos os cavaleiros revestidos dos seus mantos; no fim da missa dizia-se uma oração pelos cavaleiros defuntos (3).

A ORDEM DE S. BENTO DE AVIS

Foi instituída pelo Rei D. Afonso Henriques, sendo-lhe dada por um legado do Papa Alexandre III a regra de S. Bento com a reformação de Cister.

A sua sede inicial era em Coimbra passando, em 1170, para Évora, tendo então a invocação de São Miguel.

Anos depois, o mesmo Rei resolveu sujeitá-la à Ordem de Calatrava, que também seguia a regra de Cister, pelo motivo de

---

(1) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico*, 3.ª edição, in «Santiago».

(2) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», in Ordem de Sant'Iago da Espada.

(3) L. Brasier et L. Brunet, *Les Ordres Portugais*, pág. 3.

ela já ter sido confirmada pelo Sumo Pontífice. Deste modo, havia um mestre provincial no nosso país, mas os freires eram dependentes da Ordem de Calatrava em que eram professos, estando a Ordem sujeita às visitações (inspecções) do mestre de Calatrava.

Em 1211, reinando D. Afonso II, a sede da Ordem passou de Évora para Avis.

A missão dos cavaleiros de Avis era combater no campo de batalha os infiéis e sacrificarem-se para os expulsar do país ou pregarem as verdades do cristianismo para os converterem à religião cristã.

Faziam o voto de defender a fé católica na guerra e destruir as terras dos mouros com perpétuas cavalgadas (1).

Os cavaleiros de Avis, como os demais monges cistercienses, usavam nos conventos (2) e nas cerimónias religiosas uma cogula branca, «mui roçagante» (3), com um rabo comprido (4).

Deviam dormiar com capelos pequenos, de cor negra (5).

Na guerra, a forma do hábito era primitivamente um escapulário curto com capelo de cor preta; depois, D. Afonso IV pediu a substituição do capelo por uma cruz verde. Em 1532, expediu-se o breve pelo qual se determinava que os cavaleiros trouxessem essa cruz sobre o lado esquerdo do peito, em forma de flor de lis, visto o escapulário ser embaraço para as armas.

A Ordem de Avis foi sujeita à de Calatrava até ao tempo do Rei D. João I que fora Mestre da mesma Ordem antes de reinar (6).

Pretendeu então o Mestre de Calatrava D. Gonçalo Nunes de Gusmão visitar a Ordem com o intuito de a reformar. Porém o Rei, sabendo da sua vinda a Portugal, mandou avisar o Mestre de Avis Fernão Rodrigues de Sequeira que, se D. Gonçalo viesse ao seu convento, lhe prestasse todas as honras como hóspede e não como a prelado superior.

D. Gonçalo protestou e lançou excomunhão e, retirando-se para Castela, recorreu ao Concílio de Basileia, em 1435, pedindo justiça contra o Mestre de Avis, e os seus cavaleiros. O Papa Eugénio IV deferiu a essas queixas porém a embaixada de Portugal ao concílio conseguiu anular os seus efeitos.

A completa isenção da Ordem de Calatrava para a Ordem de Avis foi alcançada em 1440, pelos mesmos embaixadores ao

---

(1) Frei Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, pág. 603.
(2) Ibidem, pág. 612.
(3) Frei Jacinto de Deus, *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares*, págs. 129 e 131.
(4) Frei Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, pág. 612.
(5) Ibidem, pág. 603.
(6) Frei Jacinto de Deus, *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares*, pág. 129.

Papa Eugénio IV que conseguiram a independência da Ordem de Santiago em relação à diocese de Uclés.

Como acima se disse o Rei D. João I havia sido Mestre de Avis. Quando se tornou rei, sucedeu-lhe no mestrado Fernão Rodrigues de Sequeira que foi o último mestre eleito porque, por sua morte, o Rei D. Duarte proveu no mestrado o Infante D. Fernando, o qual foi assim o primeiro governador e administrador da Ordem.

Falecido D. Fernando cativo em Fez, em 5 de Junho de 1443, sucedeu-lhe D. Pedro, filho do Infante D. Pedro.

Depois da morte de D. Pedro, em 1466, a administração do mestrado de Avis passou para o Príncipe D. João, futuro Rei D. João II, o qual a veio a resignar em seu filho o Príncipe D. Afonso.

A ORDEM DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

A Ordem dos Templários foi extinta em 1311 pelo Papa Clemente V, reinando em Portugal D. Dinis (1), ficando os seus bens e rendas reservados à disposição da Santa Sé.

Parecendo ao Rei D. Dinis «que o Papa os desse para fora de seus Reinos», mandou por seus procuradores requerer ao Concílio de Viena «que os bens que dos Templários ficaram nestes Reinos, se não dessem nem alienassem para fora deles».

Em 1316 foi eleito o Papa João XXII e a ele enviou D. Dinis procuradores para «diante dele justificarem as coisas que alegava». «E entre outras muitas coisas que justificou, foram as graves injúrias, grandes e multiplicados males que os infiéis inimigos da Cruz de Cristo faziam de contínuo nas partes deste Reino, vizinhas às do Algarve, que tinham ocupadas; e que com as rendas e bens que ficaram dos Templários (sendo para isso aplicados) podiam ter remédio com grandes esperanças de grande acrescentamento da Santa Fé Católica. E porque a vila de Castro Marim estava na fronteira donde os inimigos residiam e o sítio dela era acomodado para se fortificar, foi da parte del-Rei D. Dinis pelos procuradores sobreditos informado o Papa que nela se podia assentar e fundar uma nova e santa Religião militar cujos cavaleiros e professos, deixadas as vaidades do mundo e incitados com zelo da verdadeira fé, não sòmente resistiriam às injúrias dos inimigos infiéis, mas ainda os lançariam fora e recuperariam as outras partes que por eles estavam tirânicamente ocupadas; e para isto ofereceram ao Papa da parte

---

(1) *Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de N. S. Jesu Christo*, Lisboa, 1628, pág. 53.

de el-Rei D. Dinis a dita vila de Castro Marim, com todas suas rendas, jurisdição, mero e misto império».

«E como a petição era tão justa e o remédio tão necessário» o Papa João XXII, no ano de 1319, «a pedimento de el Rei D. Dinis, instituiu e fundou, *authoritate Apostolica*, esta nova Ordem Militar, para honra de Deus, exaltação da Fé católica, amparo de cristãos, abatimento e opressão dos infiéis, e quis que se nomeasse, para sempre, Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo; e que a casa principal dela fosse em Castro Marim; e mandou que, como em própria Ordem, professassem os cavaleiros dela as observâncias regulares da regra e ordem de Calatrava e gozassem de todos os privilégios, liberdades e indulgências concedidos a seus Mestres e Cavaleiros; e por este respeito lhe deu por primeiro Mestre D. Gil Martins, porque era cavaleiro professo e Mestre na Ordem de S. Bento de Avis, e por superior e visitador ao Abade de Alcobaça, da Ordem de Cister, por serem as mesmas de Calatrava».

O Papa logo «concedeu, doou, uniu e incorporou» à nova Ordem todos os bens «que ficaram da Ordem do Templo nestes reinos de Portugal e dos Algarves».

Os cavaleiros da Ordem de Cristo tinham como «primeira e principal obrigação pelejar contra os inimigos da Cruz de Cristo, assim para aumentar a sua santa fé, como para a defender e conservar, estando sempre prontos com suas armas para favorecer e servir à Santa Igreja Católica com propósito de dar a vida para sua defensão e aumento» [1].

Usavam como hábito, na guerra, por serem mais apropriados para ela, «mantos cerrados, isto é, não abertos à frente, sendo, portanto, mais pròpriamente vestes do que mantos» [2]. Os mantos cerrados eram talhados em tecido de lã branca e apertados com cordões brancos, não sendo permitidos forros, botões ou alamares.

Os cavaleiros eram obrigados a trazerem o manto sempre consigo, vestindo-o na hora da morte e devendo ser nele enterrados [3].

A Ordem de Cristo dividia-se em *Freires Regulares*, de cogula, que viviam no convento de Tomar em suma observância, *Clérigos* e *Seculares* [4].

As formas das cogulas de que usavam os religiosos de Tomar eram à imitação das cogulas dos monges cistercienses e os mantos tinham a forma das capas dos conversos (leigos) da mesma Ordem [5].

---

(1) *Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de N. S. Jesu Christo*, Lisboa, 1628, pág. 76.

(2) Ibidem, pág. 73.

(3) Ibidem, pág. 75.

(4) Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, pág. 589.

(5) Frei Manuel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, pág. 155.

O bispo de Lamego D. João Vicente, que depois foi bispo de Viseu, fez a «Reformação da Regra e modo de viver» da Ordem de Cristo; «a qual comissão posto que foi expedida no ano da encarnação do Senhor 1434 não foi apresentada ao dito bispo (de Lamego) senão no ano de 1443» ([1]).

O Infante D. Henrique, foi nomeado, por súplica de seu pai o Rei D. João I ao Papa Martinho V, em 1420, governador e administrador do Mestrado da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo ([2]).

A IDEIA DE CRUZADA EM PORTUGAL

Nos começos do século XII, «a Espanha inteira é uma zona de Cruzada, onde a Igreja, fracassado o intuito de vencer o árabe na Terra Santa, vai tentar atingí-lo mortalmente» ([3]).

Os monges de Cister percorrem a Europa pregando a Cruzada ([4]).

S. Bernardo redige os estatutos da Ordem dos Templários, monges-soldados que prometem solenemente resgatar os lugares santos.

Os Templários entram no condado portucalense durante a regência da rainha D. Teresa. A sua divisa é: «*Non nobis, Domine, non nobis, sed nomini tuo da gloriam*».

Outras ordens militares se instalaram em Portugal, todas tendo o mesmo fim: «A defensão da Fé, a guerra contra os Mouros e o aumento da monarquia» ([5]).

Os reis de Portugal não se limitam a guerrear os sarracenos nas fronteiras do seu território. D. Afonso IV combate-os no Salado, em auxílio do rei de Castela e D. João I vai arrebatar-lhes a cidade de Ceuta.

Os papas reconhecem-lhes as suas campanhas para exalçamento da Fé de Cristo. Martinho V, numa bula de 1418, diz que o rei D. João I, ardendo em zelo de propagação da fé cristã, resolveu empregar o poderio que pelo Sumo Rei lhe foi dado na exaltação do seu glorioso nome e no extermínio dos seus inimigos, e que esse mesmo rei D. João, como esforçado atleta e campeão da fé

([1]) Mss. 755, fundo antigo da Biblioteca Nacional, fl. XIIII, in Jordão de Freitas, *A Casa do Infante D. Henrique no Promontório Sacro e o Matemático Bolonhês P. Egídio*, Separata de *Portucale*, vol. XVI, pág. 6.

([2]) António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, Braga, 1960, pág. 72.

([3]) Costa Brochado, *Infante D. Henrique*, pág. 48.

([4]) Ibidem, pág. 50.

([5]) Comte de Broqua, *Le Portugal feudataire de Clairvaux*, Dijon, 1927, págs. 34, 35 e 36.

católica, pretendia prosseguir vigorosamente a vitória que lhe foi dado alcançar contra os referidos infiéis (1).

Eugénio IV, numa bula de 1436, *Rex Regum*, diz que D. João I passara à África com um exército para combater os sarracenos, que afligiam e insultavam os cristãos com mortes e cativeiros, e que lhes tomara o lugar de Ceuta, e que D. Duarte, seu filho e sucessor, querendo seguir o exemplo paterno, e com todo o poder de seus reinos, arrancar das mãos dos infiéis as terras ocupadas por eles, a fim de as converter à lei de Cristo, pedira à Igreja que o ajudasse (2). O mesmo papa Eugénio IV, numa bula de 1437, diz que D. João I, pai do rei D. Duarte, havia representado ao seu antecessor Martinho V que ele, para dilatação da fé, pela disposição do céu e com mão poderosa tinha submetido ao seu domínio o lugar de Ceuta, que estava em poder dos pérfidos e infiéis agarenos e sarracenos, inimigos e blasfemos do nome cristão e da cruz redentora. Que D. Duarte, com outros cuja acção e vontade estavam dispostas a esta obra tão aceitável a Deus, se propunha entrar nas terras dos infiéis e tratar com eles como inimigo, mostrando-lhes o sinal da cruz para que, deixando os acervos e precipícios em que encrueciam, com humildade e pureza de coração se convertessem a Deus (3).

Ainda o papa Eugénio IV, num bula de 1442, diz que: «D. João I arrancara Ceuta do jugo dos infiéis e se propusera fazer-lhes guerra e convertê-los à fé cristã; e que, para melhor o poder fazer, a seu pedido, Martinho V lhe concedera que podesse tratar e comerciar com eles. Ele, Pontífice, a petição de D. Duarte, fizera a mesma concessão. E pois que D. Afonso V queria seguir as virtuosas sendas de seus progenitores e se propunha, como intrépido campeão e invicto atleta da fé cristã, continuar valentemente a guerra contra os agarenos e sarracenos, lhe suplicara que pudesse negociar e tratar com eles. Inclinado benèvolamente a deferir estas súplicas, concede o Pontífice que el-Rei ou os que ele ordenar possam comerciar com os ditos infiéis... (4).

Em 1443, o mesmo papa Eugénio IV, diz numa bula que D. Afonso V, assim como os Infantes D. Pedro e D. Henrique, tencionavam passar ao solo africano para estenderem a fama e a conquista, e tornarem ao jugo de Cristo os terras sujeitas aos infiéis (5).

O Papa Nicolau V, numa bula de 1452, autoriza o rei D. Afonso V a fazer guerra aos sarracenos, pagãos e outros infiéis e inimigos de

---

(1) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 248.
(2) Ibidem, pág. 365.
(3) Ibidem, pág. 378.
(4) Ibidem, pág. 411.
(5) Ibidem, pág. 420.

Cristo, e a invadir, conquistar e subjugar as terras por eles ocupadas; concede-lhe a faculdade de reduzir a escravidão perpétua as pessoas dos referidos infiéis, e de se apropriar dos bens deles e convertê-los em seu uso e dos seus sucessores; e exorta o soberano português a prosseguir na luta contra os mesmos sarracenos (1).

AS ORDENAÇÕES AFONSINAS

As leis que regiam em Portugal no tempo de D. João I eram múltiplas e complicadas. Por isso os Povos em cortes propuseram ao Rei que mandasse reformar e compilar as Leis, reunindo em colecção aquelas que merecessem ficar regendo.

O Rei D. Duarte encarregou desta obra a João Mendes, cavaleiro e seu corregedor da corte, por cuja morte sucedeu na mesma tarefa o Doutor Rui Fernandes, do seu Conselho. Foi concluida e publicada em 1446, em nome de D. Afonso V, sendo Regente o Infante D. Pedro, depois de revista pelo sobredito Rui Fernandes, por Lopo Vasques, corregedor da cidade de Lisboa, e pelos desembargadores Luís Martins e Fernão Rodrigues. É o nosso mais antigo código ,ou colecção sistemática de leis, conhecida pelo nome de *Ordenações Afonsinas* (2).

Quando D. Duarte pensou em sistematizar num corpo metódico, o direito geral do país, influenciado pelas escolas de Itália e pelo estudo do direito romano, e cometeu esse trabalho ao Doutor Rui Fernandes, lá estava o Manga-Ancha (Doutor Diogo Afonso) fazendo parte duma espécie de comissão de revisão formada de jurisconsultos do seu conselho, como braço direito que era de D. Duarte» (3).

OS ESTADOS SOCIAIS NO SÉCULO XV

No Título LXIII das Ordenações Afonsinas considera-se a sociedade de então dividida em três Estados ou Ordens: Defensores, Oradores e Mantedores.

O referido Título começa pela forma seguinte: «Defensores son hun dos tres estados que Deos quis per que se mantivesse o mundo, ca ben asi como os que rogan pelo povo chaman oradores, e aos que lavram a terra porque os homẽs han de viver e se manten

(1) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 492.

(2) M. A. Coelho da Rocha, *A História do Governo e da Legislação de Portugal*, Coimbra, 1843, pág. 119.

(3) Júlio Dantas, *Outros Tempos*, pág. 94.

son ditos mantedores, e estos que han de defender, son chamados defensores...» (1).

Mais adiante lê-se: «...e porque aqueles que mais principalmente pertence a defenson son os cavaleiros a que os antigos chamaron defensores por algumas razões s. porque son onrrados, e porque son asinadamente estabelecidos e hordenados pera defender a terra e acrecentala».

O rei D. Duarte escreveu também acerca dos Estados (2).

Sobre os Oradores diz que se entendem os clérigos, frades e os ermitães, sendo o seu próprio e principal ofício rogar pelas suas orações a Nossa Senhor por todos os outros estados, e pelos seus ofícios louvá-lo e honrar pelas suas boas vidas e devotas cerimónias, e aos outros ensinar pela palavra e bom exemplo e ministrar os sacramentos.

Sobre os Defensores diz que devem sempre estar prestes para defender a terra de todos os contrários, tanto como dos adversários de fora como dos soberbos e maliciosos que nela moram.

Sobre os Mantedores diz que os lavradores e os pescadores são como os pés em que toda a cousa pública se mantém e suporta e que devem ser ajudados «pera tirarem per seu trabalho aqueles fruitos da terra e do mar em que todos nos governamos».

Mais adiante faz referência aos que se lançam a «trautar de mercadoria» e aos que criam «bestas e gaados», evidentemente pertencentes ao estado dos mantedores.

No ano de 1385 realizaram-se cortes em Coimbra nas quais foram oferecidos ao rei D. João vários capítulos gerais (3).

No 1.º capítulo declara-se que os Estados dos Povos dos Reynos eram quatro («o Estado é partido em estas partes»): Prelados, Fidalgos, Letrados e Cidadãos.

Segundo o Dr. Vitorino de Magalhães Godinho (4), na concepção medieval Deus hierarquizara a cidade terrena em três graus: *Oratores, Bellatores, Laboratores;* esta concepção ajustava-se ao quadro da economia dominial fechada que dominou do século IX ao XI e ainda continuou a exercer papel de relevo na estrutura agrária dos séculos seguintes, mas modificada; no seu apogeu *os que trabalhavam* eram quase todos *lavradores*. Já no século XIV alguns pensadores reconhecem o carácter providencial da classe dos *Mercatores*, inserindo-a logo abaixo dos Guerreiros ou Defensores.

---

(1) D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, 1.ª parte, pág. 422.

(2) *Leal Conselheiro*, Lisboa, 1843, pág. 15.

(3) Marcelo Caetano, *As Cortes de* 1385, in «Revista Portuguesa de História», tomo V, vol. II, pág. 77

(4) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 125.

No parecer do Infante D. João sobre a projectada expedição a Tânger [1] diz-se: «...certo é que, para governança do mundo foram três estados ordenados, a saber, Oradores, Lavradores e Defensores...».

O Dr. Vitorino de Magalhães Godinho separou na sociedade portuguesa do século XV um novo tipo social — por ele designado o cavaleiro-mercador — forjado no cadinho dos descobrimentos [2].

O Infante D. Pedro escreveu que «o principal membro da comunidade é o estado eclesiástico e dos oradores» [3].

Este mesmo Infante também escreveu que os estados do reino eram: o da Clerezia, o dos Fidalgos e o do Povo [4].

Até ao Rei D. João I, os primeiros de entre a Nobreza eram os *Ricos-Homens*, seguindo-se-lhe os *Infanções* e os *Vassalos*. Vassalo era um título de nobreza que se dava àqueles que recebiam contia dos Reis ou dos Ricos-Homens, com a obrigação de os acompanhar e servir na guerra. Os dos Reis, deviam ser fidalgos de linhagem. Todos estes eram conhecidos pelo nome geral de *Fidalgos*. Seguiam-se-lhes os Cavaleiros e os Escudeiros [5].

Depois de D. João I desapareceram os títulos de Rico-Homem e Infanção e caiu em desuso o título de vassalo. À nobreza de segunda ordem composta dos simples fidalgos e dos cavaleiros e escudeiros, acresceu-lhe a classe dos *Doutores* e em geral dos *Letrados* [6].

AS ESCOLAS DA SÉ DE LISBOA

Segundo o Dr. António José Saraiva, a partir do concílio de Latrão de 1179, foi determinado que em cada diocese o bispo estabelecesse uma escola de gramática e teologia, sob a direcção de um membro do cabido, o chanceler ou o mestre-escola. O conjunto de conhecimentos sobre a língua latina constituia a Gramática; o conjunto formado pelo conhecimento da Bíblia e de passagens dos Santos Padres formava a Teologia.

É esta a origem das escolas catedrais ou episcopais.

---

[1] Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 118.

[2] Vitorino de Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, pág. 213.

[3] Infante D. Pedro, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, 3.ª ed., com uma introdução e notas por Joaquim Costa, Porto, 1946, pág. 110.

[4] J. P. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, pág. 349.

[5] M. A. Coelho da Rocha, *História do Governo e da Legislação em Portugal*, 2.ª ed., pág. 67.

[6] Ibidem, pág. 115.

O mais antigo mestre-escola, em Portugal, apareceu-nos em Braga, no século XII, com a designação de «Cabiscol» (de *caput scholae*, chefe da escola).

Santo António, no século XIII, fez os primeiros estudos nas escolas da catedral de Lisboa (1).

Frei Francisco Brandão, na *Monarquia Lusitana*, refere que «nas catedrais do nosso Reino ensinavam-se as letras, aonde para os que as estudavam, havia livrarias públicas» (2).

O PAÇO DA ALCÁÇOVA

A família real portuguesa, no século XV, quando se encontrava em Lisboa, habitava no Paço da Alcáçova situado junto ao castelo de S. Jorge e de que restam vestígios: a «casa ogival» onde está instalado o museu e uma casa abobadada adaptada a restaurante.

Foi o Rei D. Dinis que o começou a utilizar e aí mandou colocar o seu retrato e o da Rainha D. Isabel sua esposa. D. Afonso IV, seu filho, mandou também pintar os retratos dos seus antecessores. Esta colecção decorava os vastos salões do paço, mas, segundo consta, foi transportada para Espanha no tempo da dominação Filipina (3).

D. João I fez importantes obras no Paço em 1433.

O Paço da Alcáçova era de arquitectura irregular e dentre as suas divisões destacava-se a «sala grande» que tinha 48 passos de comprimento por dezoito de largura e onde se reuniram cortes e se realizaram muitas cerimónias e festas oficiais (4).

A capela real existente no Paço era dedicada a São Miguel.

Na reprodução de uma gravura do século XVI (5) verificamos que numa das fachadas do Paço estavam rasgadas várias janelas geminadas.

O rei D. Manuel resolveu mandar construir o Paço da Ribeira (no local da ala ocidental da Praça do Comércio), no começo do

---

(1) António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, Vol. I, págs. 84 e 85.

(2) Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937, pág. 2.

(3) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal* in Alcáçova (Paço de).

(4) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, 5.ª ed., tomo VI, pág. 82.

(5) A. Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2.ª ed., pág. 102.

século XVI, e nele se instalou não voltando mais a viver no Paço da Alcáçova (1).

«Desamparado longos anos pelos monarcas portugueses, aí habitou (no paço da Alcáçova) e faleceu em 1530 a infeliz rainha D. Joana, segunda mulher de El-Rei D. Afonso V, denominada a «Excelente Senhora».

Creio que entrara neste venerando edifício alguma ruína, visto como em 16 de Setembro de 1544 escreveu el-Rei D. João III à Câmara de Lisboa, avisando-a do perigo que ameaçava toda a costa do paço do castelo» (2).

O Rei D. Sebastião pensou em ir habitar o paço, mas não chegou a fazê-lo, pelo menos de maneira contínua. Nele recebeu, em 1571, o Cardeal Alexandrino.

Depois do reinado de D. Sebastião nenhuma pessoa real voltou a habitar aquela residência (3).

Em 1589, a ermida de São Miguel, antiga capela real, estava tão desamparada que até lhe chovia dentro; cheia de teias de aranha, não era capaz de servir para o culto. Porém, ainda aí se conservava o riquíssimo retábulo representando São Miguel, obra de pintor insigne (4).

Em 1719 já não devia estar na capela de São Miguel o referido retábulo pois numa visita que aí fez o Rei D. João V só se conta que ele fez oração nessa ermida, «na qual se conserva a devotíssima e milagrosa Imagem do Santo Crucifixo, de que é tradição constante falou na mesma capela à Rainha Santa Isabel (5).

AS PRECEDÊNCIAS DOS FIDALGOS NA CORTE

De uma determinação do Rei D. Afonso V, de Agosto de 1472 (6), tira o autor os apontamentos seguintes sobre as precedências dos fidalgos nas cerimónias conforme a sua maior ou menor categoria.

O duque de Viseu e de Beja D. Diogo precedia a todos os outros fidalgos por ser filho do falecido Infante D. Fernando, irmão do Rei.

Os outros filhos do Infante D. Fernando vinham a seguir, à frente do duque de Bragança D. Fernando e do seu filho o conde de Guimarães, D. Fernando.

---

(1) Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Coimbra, Parte IV, pág. 232.
(2) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. IV, pág. 79.
(3) Ibidem, pág. 86.
(4) Ibidem, pág. 45.
(5) Ibidem, pág. 87.
(6) *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, tomo III, pág. 474.

Os outros filhos do duque de Bragança, irmãos do conde de Guimarães, precediam a todos os condes, com excepção do conde de Vila Real D. Pedro de Meneses parente dos reis de Portugal e dos de Castela.

Os condes que tivessem parentesco com o Rei e aqueles a quem ele chamasse sobrinhos ou primos ou parentes precediam todos os outros condes.

Dentre os condes que não fossem de sangue real tinha precedência o que fosse mais antigo na dignidade de conde.

Desta determinação do rei D. Afonso V podemos deduzir as precedências dos principais fidalgos da corte portuguesa cerca do ano de 1468, elaborando a seguinte lista: 1.º O Infante D. Fernando; 2.º O duque de Bragança D. Fernando; 3.º O conde de Guimarães D. Fernando; 4.º O conde de Vila Real D. Pedro de Meneses; 5.º O conde de Odemira D. Sancho de Noronha; 6.º O conde de Valença, de Viana do Alentejo e de Viana D. Henrique de Meneses.

Pelo *Instrumento do Auto do Juramento que se fez em Cortes ao Príncipe D. João, que depois foi Rei, Segundo de Nome* (1), se pode reconstituir a colocação das personagens nas cortes e cerimónias celebradas na sala grande do Paço da Alcáçova.

No dia 25 de Junho de 1455, na dita sala dos paços reais, o principezinho D. João estava numa cadeira ricamente armada, assentado no colo da sua ama.

Perto dele, de cada lado, de pé, ficaram: à direita o Infante D. Fernando, duque de Beja, condestável do reino e governador do Mestrado da Ordem de Santiago da Espada; e à esquerda, o Infante D. Henrique, duque de Viseu e governador do Mestrado da Ordem de Cristo.

Atrás destes dois infantes estava uma fila de personagens constituída pelo marquês de Valença e conde de Ourém, D. Afonso, que fazia o ofício de condestável e por isso tinha o estoque levantado, ficando logo atrás do Infante D. Fernando; pelo duque de Bragança e conde de Barcelos, D. Afonso; pelo procurador de D. Pedro (filho do Infante D. Pedro), governador do Mestrado de Avis; pelo marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos, D. Fernando; pelo conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses; pelo conde de Atouguia, D. Martinho de Ataíde.

Estavam presentes, também, vários arcebispos e bispos, membros da nobreza, procuradores das cidades, etc.

---

(1) D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, 1.ª Parte, pág. 104.

OFICIAIS-MORES DA CASA REAL E DO REINO NO SÉCULO XV

O Condestável era o chefe supremo das tropas tendo atribuições de comandante dos exércitos e defensor do reino.

Usava como distintivo do cargo o estoque, espécie de punhal com folha de secção triangular, embainhado e virado com a ponta para baixo a diferençar del-Rei que o trazia desembainhado e com a ponta para cima (1).

O Capitão-mor do Mar era o chefe supremo da frota quando ela andava no mar em serviço do Rei.

O Alferes-mor del-Rei tinha o cargo de levar a *principal sina* do rei quando ele fosse em hoste, não a devendo desenrolar, senão quando ele mandasse.

O cargo de *Meirinho-mor* devia ser desempenhado por um homem dos mais poderosos pois lhe competia especialmente prender os fidalgos ou homens de grande categoria quando el-rei lho ordenasse.

O *Escrivão da Puridade* era reputado o ministro principal do rei, cujas chancelas tinha a seu cargo para os despachos de graças e mercês.

Aos *Alcaides-mores dos Castelos*, competia a defesa dessas fortificações e o governo das povoações que elas defendiam.

Aos *Cavaleiros da Casa Real* competia a defesa da pessoa do rei em paz e na guerra.

Os *Conselheiros del-Rei* eram por este escolhidos para lhe darem a sua opinião e conselho sobre assuntos do governo da nação.

ALGUNS CONDESTÁVEIS DE PORTUGAL

1.º Condestável: D. ÁLVARO PIRES DE CASTRO.
Era irmão de D. Inês de Castro. Foi o primeiro conde de Arraiolos e também alcaide-mor de Lisboa.

2.º Condestável: D. NUNO ÁLVARES PEREIRA.
Foi o terceiro conde de Ourém, o sétimo conde de Barcelos e o segundo conde de Arraiolos.
Faleceu em 1431.

3.º Condestável: INFANTE D. JOÃO.
Era filho do rei D. João I e faleceu em 1442.

---

(1) Luís de Ortigão Burnay, in «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga», vol. II, n.º 1, 1950.

4.º Condestável: D. DIOGO.
Era filho do infante D. João e faleceu em 1443.

5.º Condestável: D. PEDRO.
Era filho do infante D. Pedro. Pouco antes do recontro de Alfarrobeira seguiu para Castela deixando pois o cargo de condestável.

6.º Condestável: PRÍNCIPE D. FERNANDO.
Era irmão do rei D. Afonso V e faleceu em 1470.

OS MAGISTRADOS NO SÉCULO XV

O livro 1.º das Ordenações Afonsinas contém os Regimentos de todos os Magistrados desde o Regedor das Justiças e Desembargadores do Paço, até aos Juizes Ordinários, Vereadores e Almotacés (1). Todos derivam a sua jurisdição do Rei, o qual, como Supremo Magistrado, lhes encarregava muitas vezes o conhecimento de causas, que lhes não competia na forma de seus regimentos, ou por serem fora do território de sua jurisdição. Podiam promìscuamente exercer funções administrativas e judiciais, por ser então princípio corrente em Jurisprudência que todos os Magistrados ainda que o seu emprego não fosse pròpriamente judicial, como os Vedores da Fazenda, os Provedores, os Capelães-mores e outros, eram os competentes para julgar do contencioso nos objectos de sua repartição.

O Governo Municipal e Económico competia às *Câmaras*, que se compunham dos Juizes, os quais eram seus presidentes natos, e dos Vereadores também eleitos pelos Homens Bons.

Superiores aos Juizes eram os Corregedores das Comarcas, de nomeação régia, cujo ofício principalmente consistia em proceder contra os malfeitores, manter a jurisdição do Rei contra as usurpações dos donatátios ou do Clero, conter os abusos dos prepotentes e fiscalizar nas autoridades e oficiais inferiores o cumprimento dos seus deveres.

Nas causas cíveis de todo o Reino e nos crimes da cidade de Lisboa e seu termo, apelava-se para os Sobre-Juizes da *Casa do Cível*, que formavam um Tribunal. As apelações das causas-crimes das Províncias iam para os três Ouvidores da Corte. Porém assim daquela, como destes, se recorria em última instância, para a *Casa da Justiça*, ou *Relação da Corte*, que acompanhava esta nas suas ambulâncias. Nesta entravam os Desembargadores dos agravos ou da *Suplicação*, para o que era judicial e contencioso; bem como os

(1) M. A. Coelho da Rocha, *A História do Governo e da Legislação de Portugal*, Coimbra, 1843, pág. 121.

chamados já então do *Paço* para o expediente dos negócios de Graça; os quais todos constituiam um só Tribunal repartido em diferentes mesas, superiormente chefiado pelo Regedor da Casa do Cível, um dos cargos mais importantes do governo da nação. Alguns dos Desembargadores dos agravos exerciam *Varas* ou magistraturas especiais, como o Corregedor da Corte e o Juiz dos feitos del-Rei. Este último, julgava em primeira instância todas as questões sobre direitos reais, menos sobre sisas. Os recursos de todos estes era directamente para a Relação da Corte.

Para os negócios da Fazenda Real eram os *Vedores*, aos quais não só competia fiscalizar a arrecadação e contabilidade dos almoxarifes e contadores, mas também julgar as questões sobre este objecto.

O *Chanceler-mor do Reino* era o magistrado superior encarregado de ver que as provisões expedidas pelo Desembargo do Paço não fossem contrárias às leis e à justiça, pertencendo-lhe igualmente pôr o selo nas cartas e alvarás que tinham de passar pela chancelaria e publicar as leis e ordenações feitas pelo soberano.

AS GUERRAS CONTRA OS MOUROS

Os três filhos mais velhos do rei D. João I instaram com seu pai para que fosse tomada a cidade de Ceuta «não por outra necessidade senão por serviço de Deus e acrescentamento de vossa honra» (1).

O rei ouviu os letrados e teólogos do seu conselho sobre se seria lícita a guerra aos infiéis os quais lhe responderam: «...vossa mercê pode mover guerra contra quaisquer infiéis assim mouros como gentios, ou quaisquer outros que por algum modo negarem algum dos artigos da santa fé católica, por cujo trabalho merecereis grande galardão do nosso senhor Deus para a vossa alma» (2).

O Infante mais entusiasmado com a ideia era D. Henrique, o qual «por amor e reverência da cruz de nosso Senhor Jesus Cristo sempre teve mui grande desejo de guerrear aos infiéis, no qual viveu e aturou toda sua vida» (3).

Consultado pelo rei, o condestável D. Nuno Álvares Pereira respondeu: «O que a mim parece é que este feito não foi achado por vós nem por outra nenhuma pessoa deste mundo, sòmente que foi revelado por Deus querendo-vos abrir azo e caminho para

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Academia das Ciências de Lisboa, pág. 29.
(2) Ibidem, pág. 37.
(3) Ibidem, pág. 45.

que lhe fizésseis este tão especial serviço para que vossa alma ante ele possa receber grande merecimento (1).

Resolvida a expedição a Ceuta, D. João I escreveu a todos os senhores e fidalgos do seu conselho para se reunirem em Torres Vedras onde lhes queria dar conta da sua intenção.

«E o dia em que se isto houve de começar, era uma quinta-feita, na qual el-Rei e seus filhos ouviram uma missa de Santo Espírito oficiada com grande solenidade, por tal que a sua santa graça lhe pudesse dar verdadeiro conhecimento de tudo o que naquele feito por seu santo serviço entendiam de fazer. E dali ficou a El-Rei sempre por devoção ouvir semelhante missa cada semana em aquele dia não tão sòmente ainda ele, mas todos seus filhos o costumaram sempre em suas capelas enquanto viveram» (2).

No conselho, o Rei exigiu a todos que jurassem «no lenho da vera cruz e sobre o livro dos evangelhos» guardar segredo do que nele se dissesse.

O primeiro a falar foi o Condestável: «Isto é feito ao Senhor e é maravilhoso ante nossos olhos... este feito sòmente pertence ao serviço de Deus e salvação das almas...» (3). Outros mais deram a sua opinião evidentemente favorável.

Depois deste Conselho o Rei «escreveu a todos os senhores e fidalgos e homens de conta suas cartas de percebimento, nas quais lhes fazia saber como ele por seu serviço e honra do reino, tinha ordenado de enviar seus filhos, s. (a saber) o Infante Dom Pedro e o Infante Dom Henrique por capitães de sua frota para o servirem no que ele mandasse» (4).

A rainha D. Filipa mandou então fazer e guarnecer três espadas, em Lisboa, as quais deu, assim como um pedaço de lenho da Vera Cruz, aos seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique (5).

Seguiu a expedição para Ceuta indo o Rei como capitão de todas as galés e o infante D. Pedro como capitão de todas as naus (6).

Acompanhavam o Rei, além de muitos outros bons cavaleiros: os seus três filhos mais velhos; o seu filho natural, D. Afonso conde de Barcelos; o condestável D. Nuno Álvares Pereira; o alferes-mor do rei João Gomes da Silva, e o seu filho Aires Gomes da Silva; o governador da casa do infante D. Pedro, Álvaro Gonçalves de Ataíde; o futuro conde de Avranches, Álvaro Vaz de Almada;

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Academia das Ciências de Lisboa, pág. 71.
(2) Ibidem, pág. 78.
(3) Ibidem, pág. 81.
(4) Ibidem, pág. 90.
(5) Ibidem, págs. 126 e 127.
(6) Ibidem, pág. 126.

o futuro comendador-mor da Ordem de Cristo, Fernão Lopes de Azevedo; e João Gonçalves que posteriormente viria a ter a gloriosa alcunha de «o Zargo».

A armada fez escala em Lagos onde o Rei ordenou ao seu confessor frei João de Xira «pregasse para que todo o povo pudesse verdadeiramente saber qual era a intenção por que se el-Rei movera a fazer aquele ajuntamento».

O frade explicou que D. João I «quis mover-se de fazer tal serviço a nosso Senhor Deus, para que merecesse para si e para vós outros parte na sua glória, a qual por certo não podia ser maior que guerrear os inimigos da nossa santa fé católica» (1).

«E fez um sermão mui santo em louvor da fé e disse que, como o conde D. Julião fora capitão de Ceuta, peçonhento basilisco contra a fé de Cristo, por onde foi causa de ser tomada de mouros a Espanha, assim este Rei havia de ser triaga, por louvor de Deus, para esta peçonha e tomar Ceuta primeiro que nenhum rei cristão. Assim que o nome de Ceuta, disse, tem três sílabas, significa o Senhor Deus em pessoal trenário, em sua essência em roda escrita, cujo centro é em todo o lugar. A circunferência, porém, não é em algum o o o; três, porém, são três ternários em geral universidade do mundo, cumpridos de todo em circulação. O profundo filosofal teólogo Alberto Magno, porém, sobre o primeiro capítulo da celestial jerarquia dispõe três o o o, graus de entendimento porque se há-de conhecer Deus. E concluiu que o nome de Ceuta, por três sílabas, significa a Santíssima Trindade e, por cinco letras, escrita as cinco chagas de Cristo Nosso Senhor. Muitas coisas disse da fé católica de Cristo dignas de notar, que seria grande sermão para crónica. Só duas tomei, que é um dito de Paulo, aos Romanos, que não sòmente aqueles que são contra a fé são dignos de morte, mas ainda os que consentem os que são contra ela, não lho contrariando com todas suas forças. E por esta causa, aquele que se tem por cristão e não se dispõe a defender a Santa Fé, não é fiel cavaleiro nem membro de Cristo, nem terá parte com ele e é pior que cada um dos infiéis. E que esta era causa principal do movimento do dito Rei a Ceuta» (2).

«Ca todo aquele que vive sob alguma lei é teúdo de se pôr a perigo de morte para a guardar e manter. Ca diz Túlio no primeiro livro dos ofícios e o filósofo no terceiro livro das Éticas que aquele é verdadeiramente forte que vivamente sofre a morte por defensão da sua lei. Ora, quando o homem é obrigado a defender as leis

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Academia das Ciências de Lisboa, pág. 157.

(2) Cristóvão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, págs. 220 e 221.

de sua terra, quanto mais deve ser pela lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, pela qual somos certos que, posto que morramos em esta vida, viveremos sempre na outra, segundo dá testemunho São Leão, papa, na vigésima tércia causa e na oitava questão dos degredos dos santos padres, onde diz: Tirai todo o pavor e espanto e estudai em pelejar esforçadamente contra os inimigos da santa fé, ca Deus todo poderoso sabe que se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da fé e salvação da sua lei, pelo qual Ele mesmo lhe dará o celestial galardão, pondo exemplo de Moisés, coudel do seu povo, ca tantos perigos e trabalhos sofreu por defensão da sua lei. Porém el Rei nosso senhor, assim como verdadeiro cavaleiro se moveu principalmente para fazer serviço a Nosso Senhor Jesus Cristo, empecendo aqueles que em doesto da sua lei vivem na terra que ele primeiramente deu aos cristãos» (1).

Antes do assalto à cidade, o Infante D. Duarte, ao armar-se, «acertou de haver uma pequena ferida em uma mão» (2).

Tomada a praça, D. João I confiou a sua defesa a D. Pedro de Meneses que ficou como seu capitão-mor, mantendo-se neste posto durante muitos anos, sendo os seus serviços recompensados com os títulos de conde de Vila Real, em 1424, e de Viana (do Alentejo), em 1434.

D. João I armou então cavaleiros os seus três filhos legítimos (3) e de volta ao reino, em Tavira, fez os seus filhos D. Pedro e D. Henrique, respectivamente duques de Coimbra e de Viseu.

O infante D. Henrique foi encarregado de dirigir todos os assuntos respeitantes à defesa de Ceuta, pelo que desde logo teria trazida armada no mar, permanentemente, para tal fim (4).

Em Agosto de 1419 grande multidão de mouros veio pôr cerco à cidade travando-se ferozes e prolongados combates.

D. Pedro de Meneses pediu socorro para o reino, onde estava a preparar-se uma armada para partir para Ceuta sob o comando do infante D. Henrique, acompanhado pelos seus jovens irmãos D. João e D. Fernando.

Como não estivessem prontos, resolveram enviar uma força avançada de 600 homens escolhidos, comandada por D. João de

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Academia das Ciências de Lisboa, págs. 157 e 158.

(2) Ibidem, pág. 196.

(3) O seu filho natural, D. Afonso, já havia sido armado cavaleiro também por ele, na tomada da cidade de Tui (*Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, vol. II, pág. 382).

(4) Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, pág. 24.

Noronha, primo do rei, com seu irmão D. Fernando de Noronha e muitos outros fidalgos notáveis (1).

Este destacamento esteve cerca de um mês sem combater. Entretanto, chegou uma frota de mouros de Granada que conseguiu tomar a ponta de Almina, ficando os portugueses apertados por todos os lados. Feriram-se renhidíssimos combates até que a armada dos infantes acabou com as esperanças dos mouros em nos arrebatar Ceuta.

Nos combates deste descerco de Ceuta muitos cavaleiros portugueses se distinguiram, entre os quais «Soeiro da Costa, um escudeiro fidalgo, que vivia com o infante D. Duarte» que «sòmente se achou com três mouros alarves, grandes e fortes com os quais pelejou por grande espaço, até que matou dois e feriu um, do qual recebeu uma ferida com a agomia (2) por uma mão, de que a pouco tempo ficou de todo sem ela; e este Soeiro da Costa foi ao diante alcaide de Lagos e ainda com aquela mão que lhe ficou, pelejou com os mouros da Terra de Guiné, onde assim pela bondade passada como pela presente foi feito cavaleiro» (3). Outro dos cavaleiros que se distinguiram nestas lutas foi Gonçalo Velho, que depois veio a ser comendador da Ordem de Cristo (4).

Passados tempos chegaram a Ceuta alguns navios capitaneados por D. Fernando de Noronha o qual deu luta aos mouros na terra e no mar «recebendo grande louvor».

Cerca de 1424, o mesmo nobre fidalgo Gonçalo Velho, «desejando servir a Deus e a el-Rei e acrescentar sua honra, armou uma galé na cidade do Porto» (5) e seguiu para Ceuta que estava com muita falta de mantimentos.

De Ceuta seguiu para Cádiz tendo no caminho tomado um cáravo (6) onde iam treze cavalos e muitos mantimentos «não sem peleja dos contrários».

Resolveu depois Gonçalo Velho atacar uma aldeia dos mouros de Granada situada a uma légua da praia.

Gonçalo Velho que «assim como era de grande coração assim abundava em fortaleza corporal», combateu valentemente mas «recebeu uma ferida por acerca do olho, por que lhe ao diante conveio perder grande parte da vista e foi derribado com um penedo sobre umas daroeiras».

Ajudado pelos companheiros Gonçalo Velho conseguiu recompor-se e vencer os adversários tendo reembarcado.

---

(1) Elaine Sanceau, *Castelos em Africa*, pág. 55.
(2) Agomia: faca curva de que usam os mouros.
(3) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 478.
(4) Ibidem, pág. 493.
(5) Ibidem, págs. 505 e segs.
(6) Cáravo: embarcação usada no Mediterrâneo.

No caminho para Ceuta encontrou um carracão ([1]) de mouros que ia carregado de trigo, investindo-o e levando-o para aquela cidade, que estava em grande falta de mantimentos, «onde Gonçalo Velho, como nobre cavaleiro que era, deu àqueles minguados toda sua direita parte». «E assim foram abastados, até que lhes levaram o mantimento destes Reinos».

Por estes tempos, também, Luís Gonçalves que depois foi Vedor da Fazenda, indo de Ceuta para Portugal, tomou «uma grande e poderosa carraca que andava a tráfego de mouros, e foi achada nela mui grande riqueza de que este cavaleiro levou fundamento de viver sempre abastado» ([2]).

Em 1429, o filho natural de D. Pedro de Meneses, D. Duarte, «que então começava de sair de moço para homem» distinguiu-se tanto em combate contra os mouros que os seus companheiros pediram ao conde seu pai que o armasse cavaleiro, o que ele fez com «natural prazer» ([3]).

Tinha D. Pedro sòmente uma filha legítima, D. Beatriz, a qual casou com D. Fernando de Noronha, tendo o pai da noiva dado um avultado dote mas exigindo que o primeiro filho varão que houvessem seu genro e sua filha, se chamasse D. Pedro de Meneses ([4]).

D. Fernando de Noronha logo depois de casado demonstrou grande valor, em Ceuta, em luta contra os mouros.

Em 1432 o conde D. Pedro veio ao reino deixando seu filho D. Duarte a substituí-lo como capitão de Ceuta. Os mouros aproveitaram a ocasião para atacar a cidade, tendo-os D. Duarte e seu companheiros completamente desbaratado.

Não descansou D. Duarte guerreando contìnuamente os mouros em 1433 e 1434.

D. Pedro de Meneses voltou então a Ceuta onde chegou o capitão-mor do mar Álvaro Vaz de Almada com três navios.

Sucedeu que os mouros viessem junto à cidade pelo que o conde e o capitão-mor foram sobre eles causando-lhes muitos mortos.

Em 1435 veio a Ceuta para combater os mouros e «mostrar sua nobreza», D. Sancho de Noronha acompanhado por vários fidalgos entre os quais Gonçalo Velho, portando-se com tal valentia que mereceu ser armado cavaleiro por D. Duarte de Meneses.

Em 1436, D. Duarte acompanhado por vários cavaleiros entre os quais Rui da Cunha que depois foi prior da colegiada de Guima-

---

([1]) Carracão: navio de grande porte do séc. XV.
([2]) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 519.
([3]) Ibidem, pág. 563.
([4]) Ibidem, pág. 569.

rães, fez uma entrada em terras dos mouros colhendo grande vitória (1).

Pouco tempo depois vieram os mouros atacar os defensores de Ceuta tendo-se distinguido, além de outros, D. Duarte de Meneses e Rui da Cunha que matou um nobre mouro.

Foi em 1437 que se efectuou a infeliz tentativa da conquista de Tânger que em outro lugar deste livro se relata, tendo D. Pedro de Meneses morrido nessa ocasião, por doença.

Assim sucedeu D. Fernando de Noronha a seu sogro no condado de Vila Real e na capitania de Ceuta e aqui morreu pouco antes de 3 de Junho de 1445 (2).

Pela sua morte foi 3.º capitão de Ceuta o conde de Arraiolos D. Fernando o qual depois da morte do infante D. Pedro, portanto cerca de 1450, «deixou livremente a capitania a El-Rei».

D. Afonso V entregou então esta capitania a D. Sancho de Noronha que, desde 1446, tinha o título de conde de Odemira.

Em 1458 seguiu o Rei a conquistar a vila de Alcácer-Ceguer, acompanhado pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, por D. Pedro (filho do infante D. Pedro), pelo conde de Ourém e já então marquês de Valença, D. Afonso, pelo conde de Arraiolos e já então marquês de Vila Viçosa, D. Fernando, e seus filhos D. Fernando e D. João, pelo conde de Odemira e por muitos outros fidalgos. A nau del-Rei chamava-se «Santo António».

A vila foi tomada em 23 de Outubro tendo ficado por seu capitão D. Duarte de Meneses.

O rei de Fez juntou então as suas forças para vir recuperar a vila tendo-lhe o Rei enviado um desafio por Martim de Távora e Lopo de Almeida, o qual não foi aceito.

Em Novembro o rei de Fez veio com muita gente pôr cerco à vila flagelando-a com tiros de bombarda grossa. Sofreram os portugueses com grande heroismo e privações o forte cerco animados pelo capitão D. Duarte de Meneses que foi ferido «de uma seta dos mouros... de uma pequena ferida a fundo do beiço» (3).

Os portugueses comandados por D. Duarte de Meneses e seu filho D. Henrique conseguiram que os mouros levantassem o cerco.

Para defesa de Alcácer começou-se a construir uma couraça, em Março de 1459, «na qual obra D. Duarte, de noite e de dia, para bom exemplo de todos assim servia e melhor que qualquer outro pobre serviçal que aí andasse».

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 613.

(2) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Terceiro das Brasões da Sala de Sintra*, pág. 265.

(3) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 109.

No Verão de 1459 voltaram os mouros a cercar a vila mas foram rechaçados ao fim de 53 dias de porfiadas lutas, tendo-se distinguido muitos cavaleiros, entre os quais Pedro Gonçalves (1).

Em 1460 D. Duarte veio ao Reino tendo sido feito então, pelo Rei, conde de Viana (do Minho).

Em 1461 morreu o 1.º duque de Bragança D. Afonso sucedendo-lhe o seu filho segundo o marquês de Vila Viçosa D. Fernando, visto em 1460 ter morrido o primogénito, o marquês de Valença D. Afonso.

Neste mesmo ano o filho mais velho do duque D. Fernando, que tinha o mesmo nome do pai, «por acrescentar em sua honra» foi a Alcácer com licença del-Rei com bastante gente de cavalo e de pé e muitos fidalgos.

Acompanhado pelo conde D. Duarte de Meneses «a que o duque seu padre e ele tinham grande afeição, entraram muitas vezes em terra de mouros e foram correr até às portas da cidade de Tânger onde se fizeram honrosos feitos de armas». «E fizeram outras coisas em que D. Fernando ganhou bom nome e muita honra». «E El-Rei por seus serviços e merecimentos o fez primeiro conde de Guimarães, porque depois quando casou com a duquesa D. Isabel filha do infante D. Fernando, por honra de tão honrado casamento foi em vida de seu padre feito e intitulado duque da mesma vila de Guimarães».

Em 1462 resolveu D. Afonso V ir à África fazer o escalamento de Tânger, o que foi desaconselhado por D. Duarte de Meneses mas com que concordou o conde de Vila Real D. Pedro de Meneses que era capitão-donatário de Ceuta desde Junho de 1460 e então se encontrava na corte.

El-Rei e o infante D. Fernando assim como o duque de Bragança e os seus filhos, partiram de Lisboa no ano de 1463, «cuja passagem de todo era descoberta e divulgada». Em Lagos recolheu El-Rei o conde de Odemira e o Almirante. Apesar dos estragos que uma grande tormenta fez na armada, resolveu o Rei acometer a cidade não tendo sido porém feliz e retirando-se para Ceuta e o seu irmão D. Fernando para Alcácer.

Neste mesmo ano de 1462, D. Duarte de Meneses mandou uma caravela combater um corsário provençal que apareceu diante de Alcácer. O seu filho D. Henrique de Meneses que teria uns treze a catorze anos de idade (2) instou com seu pai para seguir na caravela, o que conseguiu, mas foi ferido no combate naval «de uma seta

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 227.

(2) ...Ca posto que ele já em idade quase não devida para suportar o trabalho das armas... (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 282).

pela boca, a qual passando de sob a língua foi à outra parte do pescoço rachando-lhe dois dentes da ordem de baixo» (1).

O Infante D. Fernando, em Dezembro, «partiu de Alcácer com todolos senhores da hoste salvo o duque (de Bragança) e o conde de Vila Real que ficaram em Ceuta», e foi correr umas aldeias de mouros, obtendo grandes despojos, mas tendo morrido quinze cristãos «por mau resguardo».

O Infante D. Fernando resolveu tentar sòzinho o segundo escalamento de Tânger, sem pedir a necessária autorização a seu irmão o Rei que estava em Ceuta, e contra o parecer dos do seu Conselho, sendo porém incitado pelo conde de Odemira que pretendia e então obteve do Infante, que era administrador da Ordem de Santiago, a respectiva comenda-mor. O Rei, avisado a tempo, pôde impedir essa loucura.

Em Janeiro de 1464, o Infante agora autorizado pelo rei seu irmão, tentou o escalamento de Tânger pela terceira vez, do que resultou um grande desastre para os portugueses dos quais ficaram mortos ou cativos cerca de trezentos.

O Rei continuava em Ceuta e aí o vieram desafiar quatro mouros para que ele fosse escaramuçar com as aguerridas gentes da serra de Benacofú.

Estava nessa ocasião em Ceuta o conde D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer, com o único fim de despachar os seus negócios com o Rei e por isso «sem cavalos, armas, nem gente».

Todavia o Rei mandou a D. Duarte «que fosse com ele, ao que obedeceu, e porém com carregume e tristeza de sua morte, que a alma lhe adivinhava e logo pùblicamente o disse que aquele dia seria sua fim».

O Rei partiu acompanhado por muitos cavaleiros entre os quais: o duque de Bragança e seus filhos, D. Fernando, conde de Guimarães, e D. Afonso que depois foi conde de Faro; o conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses; e o conde de Viana D. Duarte de Meneses e seu filho D. Henrique de Meneses.

Chegados à serra de Benacofú, os portugueses combateram com enorme valentia a multidão de mouros que os envolveu «e certamente como quer que o conde de Vila Real por sua bondade de armas outras vezes mereceu e ganhou grande honra e muito louvor, neste dia em especial o acrescentou muito mais».

«E vendo-se já El-Rei mui afrontado, sendo estreitamente aconselhado que ao menos das serras se salvasse para o campo, chamou o conde D. Duarte e disse-lhe:

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 288.

— Conde, ficai com estes mouros, porque lhes conheceis melhor as manhas, e acaudelai esta minha gente.

E o conde lhe respondeu:

— Senhor, eu não quisera que em tal tempo me déreis este cuidado, especialmente porque não tenho aqui minha gente que me conhece, ca pois estes que são presentes e vossos, não obedecem a vosso mandado, menos cumprirão o meu, porém pois que o assim o haveis por vosso serviço, hei por muito bem empregado a mim mesmo em qualquer trabalho e perigo que me acontecer até à morte».

Assim, o Rei fez uma retirada que D. Duarte de Meneses sustentou com o sacrifício da própria vida, tendo caído do cavalo e dado grande pancada com a cabeça no chão ficando nela muito ferido. Assim ficou à mercê dos mouros que logo acabaram com ele. O Rei reconheceu o sacrifício de D. Duarte de Meneses, declarando a seu filho D. Henrique de Meneses: «Vosso padre acabou seus dias em serviço de Deus e meu, por salvar minha vida». Nesta ocasião fez o Rei a D. Henrique de Meneses conde de Valença.

Durante esta malfadada escaramuça, «o estandarte do Rei foi abatido e fora tomado senão fora a bondade de Rui de Sousa que o defendeu como valente e nobre cavaleiro e dessi o Alferes que era homem fidalgo e nobre, e não lhe faleceu o coração e força para suster aquele trabalho». O alferes era Duarte de Almeida, o futuro «Decepado», o qual logo «chegou com o estandarte e disse a El-Rei o especial serviço que lhe em aquele dia fizera Rui de Sousa, pelo qual era teúdo de lhe fazer muita honra e mercê: Porque, Senhor, se ele não fora, eu ficara hoje sem vida e vós sem estandarte» (1).

Morreram nesta escaramuça vários cavaleiros, entre os quais: Diogo da Silveira que era escrivão da puridade; Pedro Gonçalves, secretário do Rei desde 1449 (2); Fernão de Sousa, alcaide de Guimarães; e Luís Mendes de Vasconcelos.

O VOTO DA CRUZADA DE D. AFONSO V

Em Maio de 1453, a cidade de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, foi tomada pelos turcos, os quais ameaçavam invadir a Europa central.

---

(1) Gomes Eeanas de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pág. 368.

(2) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, pág. 32.

Por isso, o Papa Calisto III, «por seus breves e mensageiros», incitou todos os reis e príncipes cristãos à Cruzada contra aqueles infiéis.

D. Afonso V, «que como era Príncipe muito católico e de grande coração e em que o real sangue para mais honra servia, sendo a Rainha ainda viva, aceitou a empresa com promessa de servir a Deus naquela guerra com doze mil homens, por um ano, à sua custa, para execução da qual, em fazimento de navios e compra de armas e em outras coisas a tal e tão longa viagem necessárias fez grandíssimas despesas, não sem grandes lamentações do reino» (1).

A decisão de se fazer «uma armada por serviço de Deus e defensão da Santa Igreja contra o arrenegado Turco» foi tomada em cortes gerais reunidas em Lisboa, em Julho de 1456 (2).

«E em fim El-Rei por então desistiu daquela ida, assim porque lhe faleceu para isso muito dinheiro, como porque o Papa Calisto faleceu, que deu causa aos outros Príncipes também desistirem» (3).

A desistência de D. Afonso V foi além disso motivada por ele ter sido «certificado que el-Rei de Fez, sabendo de sua partida fora de seus reinos, se aparelhava vir, como veio, sobre Ceuta» (4).

«E tendo El-Rei muita frota e gente prestes, para a empregar como dizia» (5), ocorreu-lhe «passar em África», pois «especialmente pressupunha que el-rei de Fez maguado de chagas novas, que com sua passagem tomando algum lugar receberia, viria sobre El-Rei que lhe daria batalha e com ajuda de Deus o venceria» (6).

Poderemos reconstituir o que se passou, da maneira seguinte.

Em 1456, estava em Itália acompanhando o cardeal D. Jaime de Portugal o seu mestre, conselheiro e amigo, o bispo de Silves D. Álvaro Afonso.

Em 15 de Fevereiro desse ano o Papa Calisto III expediu uma bula a ele dirigida, como legado da Santa Sé em Portugal (7). Nessa bula, manda que exponha ao rei, que o seu maior desejo era debelar os turcos, para o que tinha concedido a décima de todos os rendimentos eclesiásticos em todo o orbe católico, e tinha prometido certas indulgências, além das que seus predecessores haviam liberalizado, aos que em pessoa fossem à expedição, aos que mandassem alguém por si, ou aos que de algum modo ajudassem a empresa. Declara o Pontífice, que para esta missão o envia como seu legado

(1) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. II, cap. CXXXV.
(2) Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos*, Tomo II, pág. 495.
(3) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. II, cap. CXXXV.
(4) Ibidem.
(5) Ibidem.
(6) Ibidem.
(7) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo X, págs. 59 e 60.

com plenos poderes, a fim de preparar uma armada contra o turco e contra os outros inimigos da Fé, e para comprar navios, e obrar o que fosse oportuno a fim de realizar seus projectos, conformando-se em tudo com a vontade do Rei se ele, como espera, em pessoa ou pelos seus quiser tomar parte na guerra.

O legado da Santa Sé chegou a Portugal em 1457, tendo sido recebido com grandes honras e demonstrações de alegria, não só pelo Rei, mas também pelo povo de Lisboa que se juntou para lhe dar as boas-vindas (1). Outra coisa não era de esperar pois, no ano anterior, já o Papa havia sido informado do propósito do Rei de Portugal de passar ao Oriente com armada e exército para recuperar Constantinopla e exterminar os infiéis, por uma carta de D. Afonso V e de que depois foi certificado pelo orador (embaixador) do Rei, Dr. João Fernandes da Silveira (2).

Em 10 de Abril de 1457, o Papa Calisto III manda ao bispo de Silves que insista com D. Afonso V, em cujo socorro deposita grande esperança, para que acometa os turcos por mar o mais breve possível, a fim de lhes distrair as forças, com que ameaçam invadir, ou já invadiram, a Hungria (3).

Deve ter sido então que D. Afonso V *fez voto público a Deus e aos seus santos* de participar na cruzada pontifícia (4), com navios por si pessoalmente comandados (5), com doze mil homens, por um ano, à sua custa.

Conta Rui de Pina (6), que D. Afonso V tendo os navios e soldados preparados mandou um embaixador ao seu tio, o rei de Nápoles D. Afonso, para ele lhe mandar vender na Sicília e na Apúlia «vitualhas e mantimentos». Porém, não se achou em Nápoles nem na Itália, «aquele percebimento nem desejo que para tal empresa cumpria, nem como El-Rei cuidava».

«E tendo El-Rei com seu ânimo não menos católico que esforçado, com inumeráveis despesas, feitas e aparelhadas todas as coisas e provimentos que cumpriram, o notificou assim à maior parte de todos os reis e príncipes e províncias de cristãos. E, finalmente, nunca de algum por verdadeira obra, nem sòmente fingida mostrança, pôde entender que em seu piedoso trabalho e perigo tão conhecido, o teria por ajudador, antes claramente foi conhecido que se El-Rei por abatimento de todos tal movimento fizera, que por vingança da injúria e quebra que nisso recebiam lhe ordenariam coisas com

(1) Frederick Hartt, Gino Corti, Clarence Kennedy, *The Chapel of the Cardinal of Portugal at San Miniato in Florence*, 1964, pág. 44.
(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, Tomo X, págs. 65 e 66.
(3) Ibidem, pág. 67.
(4) Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 439.
(5) Frederick Hartt, op. cit., pág. 45.
(6) Rui de Pina, *Crónica del'Rei D. Afonso V*, vol. II, cap. CXXXVIII.

tal cautela, com que por força desistiria da empresa, com muita despesa e pouca sua honra.

Pelo qual tudo bem visto e examinado em seu conselho que teve, ajuntando também outras muitas contrariedades e inconvenientes que no reino e fora dele em muitas coisas e de grande perigo poderiam recrescer, foi El-Rei finalmente e sem contradição aconselhado que na empresa da Cruzada se não entremetesse e que repousasse, regendo em paz e justiça seus reinos e vassalos, até que a visse tomar e prosseguir a outros príncipes, e que então obraria nisso como o tempo e a razão o aconselhassem, ou se quisesse por exercício da sua devoção e por ele parecer verdadeiro ramo dos excelentes e reais troncos de que procedia, podia passar em África e tomar aos infiéis algum lugar em que Deus fosse servido e sua fé mais acrescentada, pois era guerra da mesma qualidade e que a ele com mais honra e mor segurança de Espanha mais pertencia. E este (conselho) aceitou El-Rei por meio mais de sua inclinação e contentamento e no conselho que logo sobre isso teve foi acordado que fosse à cidade de Tânger».

Entretanto o Papa Calisto III aguardava ansiosamente a chegada à Itália dos navios que o monarca português havia prometido comandar pessoalmente e, em Abril de 1458, perdeu a paciência tendo ordenado ao seu legado D. Álvaro que regressasse a Roma trazendo com ele todo o dinheiro colectado para a Cruzada [1]. Porém, pouco depois, o Papa adoeceu gravemente e veio a falecer em 6 de Agosto de 1458, trazendo este facto uma inesperada ajuda para a solução do grave problema de D. Afonso V, da justificação do não cumprimento do seu voto.

Preparou-se então uma armada para ir tomar a cidade de Tânger mas o capitão de Ceuta, o conde de Odemira D. Sancho de Noronha, aconselhou o Rei a que se fosse antes sobre Alcácer-Ceguer. Partiu assim a expedição para Alcácer a 30 de Setembro de 1458, tendo tomado a cidade em 23 do mês seguinte.

Certamente depois deste sucesso o Rei D. Afonso V o participou ao novo papa, Pio II, o qual havia sido o cardeal Eneas Silvio Piccolomini, pelo seu embaixador em Roma, o doutor João Fernandes da Silveira.

Das súplicas apresentadas ao Papa por este orador do Rei de Portugal resultaram várias bulas sobre a guerra aos infiéis.

Na bula *Intenta salutis* de 13 de Outubro de 1459, determina Pio II que os cristãos que pegarem em armas para guardar e defender a cidade de Alcácer e subjugar os infiéis, desfrutem as indulgências,

---

[1] Frederick Hartt, ob. cit., pág. 45.

remissões de pecados e graças concedidas pelos seus predecessores aos defensores da cidade de Ceuta (1).

É do mesmo Papa a bula *Regis eterni* (2) dirigida a D. Afonso V e datada de 1 de Setembro de 1461.

«Expõe que tendo Calisto III convocado os fiéis contra os turcos, D. Afonso V, assim como outros reis e príncipes cristãos, tomou a cruz e fez voto de ir em pessoa, e com alguma gente à guerra santa; voto que não pôde ser cumprido pela contínua e implacável guerra, que teve, e continua a ter com os mouros, não podendo deixar por causa dela o reino sem grande perigo da religião, e por motivo das grandes despesas a que era obrigado.

Ajunta que o rei lhe suplicara, pois, que o absolvesse do seu voto e lhe permitisse comutá-lo por obras pias. Inclinado às razões do príncipe o pontífice conclui, comutando o voto e promessa da maneira seguinte. Que se a Santa Sé mover guerra aos turcos, e acudir a ela o imperador, outro rei, ou grande príncipe, ou algum cardeal legado da igreja romana, ficará obrigado D. Afonso V a entrar também na luta em pessoa com mil homens bem armados, e com quanto for preciso, à sua custa, ou a mandá-los do mesmo modo para servirem um ano; e até que esta circunstância se dê e se cumpra para descargo de sua consciência, e satisfação do voto, deverá com dez cavaleiros jejuar a pão e água na quinta-feita santa, durante os cinco anos seguintes,ler de joelhos os salmos penitenciais, fazer esmolas anuais que não baixem de cem florins de ouro para remir os cativos das mãos dos infiéis, tudo isto por espaço de dez anos, e jejuar todas as sextas-feiras durante cinco anos, ficando ligado pelo antigo voto se não cumprir estas disposições.

Sabendo porém o sumo Pontífice, que o Rei costumava dar muitas esmolas aplicadas a obras pias e de redenção de cativos, concede-lhe, no caso de continuar, que sejam contadas na soma dos cem mil florins, devendo ele, se as esmolas não perfizerem a quantia, completá-la, e concede-lhe mais que o seu confessor possa comutar em obras pias a obrigação de jejuar duas vezes por semana» (3).

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, Tomo X, pág. 71.

(2) Ibidem, pág. 174.

(3) O confessor do Rei era o frade franciscano da observância, seu primo, D. Rodrigo de Noronha, filho do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, o qual havia sido eleito bispo de Lamego, em 1463.

Bibliografia:

D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, págs. 24 e 34.

D. Joaquim de Azevedo, *História Eclesiástica do Bispado de Lamego*, págs. 65 a 68.

Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Segundo dos Brasões da Sala de Sintra*, págs. 151 e 152.

Frei Fernando da Soledade, *História Seráfica*, Parte III, pág. 359.

Pela bula *Paterna caritas* de 29 de Agosto de 1462, Pio II substituira o dízimo da cruzada, em Portugal, por um subsídio de 16 000 florins de ouro, metade dos quais deveria ser entregue a D. Afonso V. Esta aquiescência do Papa à súplica do Rei para participar no tributo lançado pela Santa Sé para a efectivação da cruzada contra os turcos, supõe, é evidente, uma anuência às razões alegadas pelo monarca para suspender o voto [1].

Pio II quando, em 1463, resolve tomar a direcção da cruzada dirige ao monarca português uma carta (5 de Outubro de 1463) em que o intima com veemência a cumprir o primeiro voto: «Indo nós, não te é lícito ficar em casa... por tua salvação és obrigado a vir em socorro da sacrossanta religião...» [2].

Porém, a cruzada papal não se realizou e, em vez disso, D. Afonso V e o Infante D. Fernando, ainda que este procurando sempre singularizar-se, empenham-se de novo na conquista de Tânger [3].

«Em conclusão, a participação pessoal, solenemente prometida numa cruzada geral da Cristandade foi substituida pelas três tentativas, todas malogradas, durante o ano de 1464, do escalamento e conquista de Tânger, que representava um voto íntimo da Nação e, ao que supomos, do monarca, e cujo objectivo imediato seria desafrontar a memória do Infante Santo» [4].

«Que a Santa Sé tenha aceitado esta comutação do voto, depreende-se da bula *Dum ad illam*, de Paulo II, de 22 de Setembro de 1470, concedida por solicitação do Rei em vista de nova expedição à África. A exposição da bula faz menção explícita da malograda expedição de 1464, o que estabelece um laço evidente entre esta e a que se preparava» [5].

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS

Segundo Zurara [6] o Infante D. Henrique foi «movido a mandar buscar as terras de Guiné» por cinco razões.

A primeira, para saber «determinadamente a qualidade da terra que ia além do cabo Bojador».

---

(1) Jaime Cortesão *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 440.
(2) Ibidem.
(3) Ibidem.
(4) Ibidem, págs. 440 e 441.
(5) Ibidem, pág. 441.
(6) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. I, Cap. VII.

A segunda, para levar e trazer dessas terras mercadorias «cujo tráfego traria grande proveito aos naturais destes reinos».

A terceira, para saber se o poderio dos mouros daquela parte de África era muito grande conforme se dizia.

«A quarta razão foi porque de 21 anos que havia guerreava os mouros, nunca achou rei cristão nem senhor de fora desta terra que por amor de nosso Senhor Jesus Cristo o quisesse à dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé».

«A quinta razão foi o grande desejo que havia de acrescentar em a santa fé de nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar, conhecendo que todo o mistério da encarnação, morte e paixão de nosso Senhor Jesus Cristo foi obrado a esta fim, scilicet, por salvação das almas perdidas, as quais o dito Senhor queria, por seus trabalhos e despesas, trazer ao seu verdadeiro caminho, conhecendo que se não podia ao Senhor fazer maior oferta; que se Deus prometeu cem bens por um, justo está que creiamos que por tantos bens, scilicet, por tantas almas quantas por azo deste senhor são salvas, ele tenha no reino de Deus tantos centenários de galardões, por que a sua alma depois desta vida possa ser glorificada no celeste reino; que eu, que esta história escrevi, vi tantos homens e mulheres daquelas partes tornados à santa fé, que ainda que este príncipe fora gentio, as orações daquestes eram bastantes para o trazer à salvação. E não são sòmente vi aquestes, mas vi seus filhos e netos tão verdadeiros cristãos, como se a divinal graça se inspirara em eles para lhes dar claro conhecimento de si mesmo».

De *Latino Coelho* [1] tira o autor os períodos seguintes.

«Nenhuma civilização pode haver tão material e positiva, que não esteja como compendiada em breve cifra numa noção espiritual, e quase sem excepção, religiosa. Ora a civilização dominante no Ocidente firmava-se e resumia-se num princípio capital, a fé cristã. O cristianismo era a sua face mais brilhante, o seu carácter histórico e fundamental. Dilatar as fronteiras da cristandade, levar o dogma e o símbolo cristão a dominar entre as gentilidades mais remotas, arrebanhar até o evangélico redil as gentes e as nações agora envoltas nas trevas do paganismo ou corrompidas na abominável seita de Mafoma, era, no conceito daqueles tempos, fazer com que irradiasse a superior civilização da Europa para abarcar todos os povos conhecidos ou ignotos. Enumerando o cronista Gomes Eanes de Zurara as razões, que haviam determinado o Infante

---

[1] J. M. Latino Coelho, *Vasco da Gama*, págs. 38 e segs.

D. Henrique a empreender os seus famosos descobrimentos, assenta em último lugar, havendo-a contudo como primeira, a de aumentar e estender a cristandade. «A quinta razão foi o grande desejo, que havia de acrescentar em a santa fé de nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todalas almas, que se quisessem salvar, conhecendo que todo o mistério da encarnação, morte e paixão de nosso Senhor Jesus Cristo foi obrada a esta fim, scilicet, per salvação das almas perdidas, as quais o dito Senhor (o infante) queria, per seus trabalhos e despesas trazer ao verdadeiro caminho...». Não há porém, nenhuma civilização, por mais espiritual e acrisolada, que apareça despida e exempta de toda a mácula terrena e mundanal. O espírito pode tender para o céu e para as alturas, onde tudo é anelar pela mística imortalidade. Mas a carne pende para a terra e para esta humana eternidade, que se chama a glória e o renome, transmitida até às mais remotas gerações... Entre os incentivos, que espertaram os brios portugueses para tentar os incógnitos caminhos do Oceano, houve, como para os argonautas míticos da Grécia, um cobiçado velocino. As riquezas e tesouros, que as terras apartadas e as misteriosas regiões em si contêm, magnificadas pela fantasia e como que poetizadas pela cobiça, traziam invejosas e inquietas as cristandades do Ocidente. A terra, ainda nas regiões mais florentes e mimosas, na França, na Itália, nas Hespanhas, era escassa ou erma de produtos naturais, destes, que no vulgar juizo, se têm por sinónimos de riqueza. O oiro e as pedras preciosas, as especiarias, as drogas, os perfumes, os estofos, os tapizes, os sândalos e calambucos do Oriente, avantajavam-se em valia ao que podiam brotar de si as glebas europeias, e ao que sabiam afeiçoar nos mais primorosos artefactos os mesteres do Ocidente. Os proveitos mercantis entravam pois por grande parte nos desejos fervorosos, com que as nações da Europa buscavam alargar as suas navegações e os seus tratos com as gentes mais longínquas».

De *Rui de Pina* (1) tira o autor os períodos seguintes.

«E assim o Infante (D. Henrique) como aconselhado e esforçado, já por divina inspiração movido a isso, com respeitos de magnânimo Príncipe e mui católico cristão, e como mui leal vassalo dos Reis e da coroa de Portugal, desejoso de acrescentamento, glória e louvor deles, suspirando pela santa, honrada e proveitosa conquista da Guiné, mandou logo pedir e suplicar ao Papa, ... que em nome de Deus cujo poder tinha, concedesse e fizesse à dita coroa e herdeiros dela para sempre, como com acordo e aprovação do Sagrado Colégio dos Cardeais fez e concedeu solene e perpétua doação, e lhe deu o senhorio próprio de todo o que na costa do dito

(1) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, vol. III, pág. 16.

mar Oceano, nos mares a ela adjacentes, dos marcos e cabos de Não e Bojador contra o meio-dia e oriente por eles e por seus sucessores, e por suas gentes pelos tempos em diante se achasse e descobrisse até os Índios inclusivamente».

De *Duarte Pacheco Pereira* tira o autor os apontamentos seguintes.

Segundo ele, o infante D. Henrique «alumiado da graça do Espírito Santo e movido por divinal mistério» mandou descobrir e povoar a Ilha da Madeira e a «Guiné, que antigamente se chamava Etiópia, começando dos promontórios Não e Bojador até à Serra Leoa» (1).

As causas que levaram a descobrir as terras da Guiné foram que «destas gentes (os povos negros da Guiné) muita parte delas haviam de ser salvas pelo sacramento do santo baptismo, sendo-lhe dito que nestas terras se acharia tanto ouro com outras tão ricas mercadorias, com que bem e abastadamente se manteriam os reis e povos destes reinos de Portugal, e se poderia fazer guerra aos infiéis inimigos da nossa santa fé católica» (2).

Mais adiante diz Duarte Pacheco: «e porque a doutrina de nosso Senhor que pelos apóstolos foi pregada para salvação universal do mundo, também nestas Etiópias se perdeu, Ele por sua infinita misericórdia e bondade quer que, pois nós socedemos a sua lei e fé divinal, que por nós se torne agora, a ressuscitar (3)».

Assim muitos etiópios «são feitos cristãos, ouvindo a palavra do Santo Evangelho que vai soando por toda a terra» (4).

Continua Duarte Pacheco: «A qual navegação começou o Infante por serviço de Deus do cabo Não em diante; e tanto que a estes reinos foram trazidos os primeiros negros e por eles sabida a verdade da Santa Revelação, logo o Infante escreveu a todolos reis cristãos que o ajudassem a este descobrimento e conquista por serviço de nosso Senhor e todo o proveito igualmente lograssem, o que eles não quiseram fazer, mas havendo isto por vaidade lhe renunciaram seu direito; pelo qual o Infante mandou ao Santo Padre Eugénio IV Fernão Lopes de Azevedo fidalgo de sua casa e do conselho del-rei D. Afonso V, comendador-mor da Ordem de Cristo, o qual apresentando ao Sumo Pontífice a embaixada do Infante e renunciação dos ditos reis, lhe foi outorgado tudo o que pediu; e assim como por Deus foi revelado e mostrado ao virtuoso Infante este maravilhoso mistério escondido a todalas outras gerações da Cristandade, assim quis que por mão do seu vigário, pastor

---

(1) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1905, pág. 14.
(2) Ibidem, pág. 68.
(3) Ibidem, pág. 69.
(4) Ibidem.

e padre da Igreja, o dito papa Eugénio, e assim pelos outros Padres Santos com suas bênçãos e letras, a conquista, e comércio destas regiões até fim de toda a India lhe fossem dadas e outorgadas».

De *João de Barros* (1) tira o autor os períodos seguintes.

«O Infante como seu principal intuito em descobrir estas terras era atrair as bárbaras nações ao jugo de Cristo e dessi a glória e louvor destes reinos, com acrescentamento do património real, sabendo pelos cativos que Antão Gonçalves e Nuno Tristão trouxeram, as coisas dos moradores daquelas partes, quis mandar esta nova ao papa Martinho V (2) que então presidia na Igreja, como primícias que a ele eram devidas por serem obras feitas em louvor de Deus e acrescentamento da fé de Cristo. Pedindo-lhe que porquanto havia tantos anos que ele continuava este descobrimento em que tinha feito grandes despesas de sua fazenda, e assim os naturais deste reino que nele andavam, lhe aprouvesse conceder perpétua doação à coroa destes reinos, de toda a terra que se descobrisse por este nosso mar Oceano do cabo Bojador até às Índias inclusive (3). E para aqueles que na tal conquista perecessem, indulgência plenária para as suas almas, pois Deus o pusera na cadeira de São Pedro para assim dos bens temporais que estavam em poder de injustos possuidores como dos espirituais do tesouro da Igreja, pudesse repartir pelos seus fiéis. Porque a gente Português assim nos feitos desta parte da Europa como depois que entraram na de África em a tomada de Ceuta, e dessi no descobrimento e conquista da Etiópia tinham merecido o jornal diurno que se dá àqueles obreiros que bem trabalham nesta vinha militante do Senhor. Com o qual negócio, por ser de tanta importância, mandou um cavaleiro da Ordem de Cristo por nome Fernão Lopes de Azevedo, do conselho del-rei e homem de grande prudência e autoridade, que depois foi comendador da dita ordem».

Por esta narração de João de Barros se vê que o Infante nela referido, dado por Duarte Pacheco e Rui de Pina, como sendo D. Henrique, deve ser do regente D. Pedro, por a súplica ser para uma doação *à coroa*, durante o período em que este governou a nação por el-rei.

O mesmo se deduz, do exame da bula de Eugénio IV, *Rex Regum*, de 5 de Janeiro de 1443, que resultou da embaixada de Fernão Lopes de Azevedo, ao Papa (4).

---

(1) *Ásia de João de Barros*, Primeira Década, Coimbra, 1932, pág. 29.

(2) Eugénio IV.

(3) Vide nota 1, de José de Bragança, na *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. I, pág. 102.

(4) Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, pág. 68.

Nesta bula expõe o Pontífice [1] «que D. João I fora combater os mouros de África, e lhes tomara a cidade de Ceuta, que D. Duarte lhe seguira os exemplos, e que D. Afonso V, seu sucessor, assim como os Infantes D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, tencionando passar ao solo africano para estenderem a fama e a conquista e tornarem ao jugo de Cristo as terras sujeitas aos infiéis, lhe pediram socorro para tamanha empresa. Roga portanto Eugénio IV a todos os imperadores, reis, príncipes e barões, que ajudem Portugal a exterminar os infiéis, e manda aos prelados, a quem a bula é dirigida, que preguem a cruzada, e ponham a cruz nos que se alistarem na expedição. As terras tomadas aos infiéis pertencerão a D. Afonso V».

Depois da ocupação de Ceuta a principal tarefa do infante D. Henrique consistia, por mandado de seu pai o rei D. João I, em trazer navios no mar, quer do lado do Mediterrâneo quer do Atlântico, e que tinham por fim saltear os barcos que serviam os muçulmanos de Espanha e da África [2].

De *Cândido Lusitano* [3] tira o autor o seguinte.

«Considerava o Infante D. Henrique que, com o título que seu Pai tomara, de Senhor de Ceuta, ficavam em razão desta conquista metidos na Coroa deste Reino os mouros de Fez e Marrocos; e que os netos de tão grande rei, com a posse que ele lhes deixara, deviam não descansar em estender por África os seus justos domínios. Assim discorria o Infante e acendia-lhe o ânimo para estas conquistas a forte razão de Governador da Ordem da Cavalaria de Cristo, Milícia que instituira seu terceiro avô El-Rei D. Dinis, para destruição de Infiéis. Mas como uma tal guerra, não obstante canonizá-la a justiça da causa, nem sempre achava aprovação na vontade de quem governava, entrou o Infante a riscar no pensamento nova conquista, abalando-o seus altos espíritos a buscá-la muito além de Fez e Marrocos. E para que a emulação disfarçada em política não lhe estorvasse a ideia, com as sabidas razões da pobreza do Reino em dinheiro e soldados, determinou fazê-la à sua custa e ajudar-se dos tesouros da sua Ordem, dos quais podia, como Senhor, despender».

«Amava o Infante muito a sua glória como filho de um Herói; e confessemos que nesta ideia ia emparelhado com o zelo e o desejo de estabelecer na posteridade um nome sem competidor em Hespanha. Fama tão nova só se conseguia com os descobrimentos de terras desconhecidas, enriquecendo com elas a ilustre Milícia de que era

---

(1) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 420.

(2) Pedro de Azevedo, in «Arquivo Histórico Português», vol. I, pág. 296.

(3) Cândido Lusitano, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1758, págs. 148 e segs.

Cabeça, pois justamente não foi outro o alvo a que dirigiu suas profundas meditações. Para as reduzir a efeito, já o estudo da geografia lhe havia levado longa aplicação e, das vezes que passou à África, não cessava de inquirir dos mouros notícias das partes com que confinavam os reinos daquele continente. Respondeu o efeito à diligência porque deles soube, não só das terras vizinhas aos sertões de África, mas da região de Guiné e de outras vastas povoações».

«Conferidas estas notícias com pessoas de fé que podiam delas dar testemunho e vendo que confrontavam, resolveu-se o Infante a dar princípio à grande obra que, tendo em si tantas dificuldades, as maiores eram nos que se prezavam de entendidos. Mandava em cada ano dois e três navios, à sua custa, quase entregues à discrição dos mares porque levavam ordem aqueles ousados mareantes de tentarem o descobrimento da costa além do cabo de *Não*, coisa que até àqueles tempos excedia os termos de temeridade, sendo o passar deste cabo um medo herdado de todos os navegantes de Hespanha. Partiam os exploradores prometendo atrevimentos, mas voltavam sem acção que os honrasse, não se animando a passar do cabo *Bojador*, sessenta léguas adiante do de *Não*. Ali paravam espantados de um novo movimento das águas, parecendo-lhes que ferviam; e a causa era um baixo de seis léguas, medonho à vista e impossível a vencer-se, por quem não sabia navegar, senão de Levante a Poente. Se os pilotos daquela idade soubessem cortar mais largo e afastar-se do cabo as léguas que ocupava o baixo, passariam adiante; porém, como aquela costa era a única agulha de que se serviam, ou fosse ignorância ou medo, não se arrojavam a apartar-se do seu rumo.

«Estava o Infante na sua Vila, a que dera o nome de *Terça Nabal*, e depois lho trocaram pelo de *Sagres*, fundada por ele na enseada do Promontório Sacro, como sítio mais acomodado para suas observações, facilitando-lhas as desmedidas eminências daquele cabo, ao qual já então santificava a nome de S. Vicente. Dali expedia os repetidos exploradores que, quase envergonhados de não desempenharem a expectação, vinham pela Costa da Barbaria até o Estreito, fazendo muitas hostilidades nos mouros, persuadindo-se que, aparecendo ao Infante com a relação de suas vitórias, ficaria em seu ânimo belicoso bem contrapezado o pouco sucesso da principal diligência. Mas não eram estas as notícias que podiam então lisonjear aquele magnânimo coração, todo ocupado na glória de seus descobrimentos. Quisera o Infante, na execução deles, ocupar todo o tempo; mas, opunham-se a seus desejos ou negócios do Reino ou passagens à África e, com estes esforços, sofria ver ociosas as ilustres ideias».

«A Providência dispunha estas demoras para dar a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz a primeira glória desta empresa.

Eram ambos cavaleiros da Casa do Infante e que na facção de Ceuta serviram a pátria com tanto valor que seu Amo entre os soldados mais dignos reservava para eles um lugar distinto. Depois da tomada daquela praça, ambiciosos de mais fama (comércio corrente dos portugueses naqueles bons tempos) pediram estes animosos cavaleiros ao Infante que, visto armar navios para o descobrimento da costa da Barbaria e Guiné, se servisse ocupá-los em tão honrado serviço. Como eram pessoas que tinham nos feitos intrépidos bons fiadores para se lhes cometerem acções arriscadas, alegre aceitou o Infante o oferecimento, parecendo-lhe que via já de perto o fim venturoso de suas esperanças».

«Mandou-lhes armar um navio e, com louvores e promessas, inflamou-os à empresa, dando-lhes ordem para que, correndo a Costa da Barbaria, passassem o Cabo Bojador, até ali temido como sepultura dos navegantes, e depois fossem descobrindo tudo o mais que a Providência lhes deparasse. Para isto os instruiu nas Tábuas de Ptolomeu, em que tinha um estudo de professor, mostrando-lhes que aquela costa ia pegar com Guiné até se meter debaixo da Equinocial».

Assim partiram aqueles cavaleiros, dos quais João Gonçalves havia sido armado cavaleiro pelo Infante D. Henrique na tomada de Ceuta [1], no ano de 1419, e por causa de uma tempestade foram arrojados à Ilha de Porto Santo. No ano seguinte acharam a Ilha da Madeira.

O povoamento destas ilhas pelos seus achadores, que logo se seguiu ao descobrimento, efectuou-se sob o directo patrocínio do Rei D. João I sem nenhuma interferência do Infante D. Henrique [2].

Em 1424, foi mandada uma expedição contra a ilha da Gran Canária, comandada por D. Fernando de Castro, para se obter um ponto de etapa nas navegações para as costas africanas [3], a qual não conseguiu os seus objectivos.

Em 1426, Gonçalo Velho, nobre fidalgo da casa do Rei D. João I e escudeiro, criado do Infante D. Pedro [4], velejou até um lugar chamado Terra Alta, situado ao norte do Cabo Bojador [5].

Em 1427, Diogo de Silves achou as ilhas dos Açores [6].

---

(1) Duarte Nunes de Leão, *Crónica de D. João I*, pág. 367.

(2) Mario Hernandez Sanchez-Barba, *Las Tendencias Expansivas portuguesas en la Epoca del Infante D. Henrique*, Madrid, 1960, pág. 60.

(3) Florentino Perez Embid, *Los Descubrimientos en el Atlantico, etc.*, págs. 123 e 124.

(4) Joseph Soares da Silva, *Memórias para a História Del-Rei D. João I*, Tomo IV, pág. 216.

(5) Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pág. 213.

(6) Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, págs. 49 e segs.

Em 1434, Gil Eanes conseguiu dobrar aquele cabo, depois de várias viagens terem sido efectuadas para esse fim, sem o atingir.

Desde então a costa ocidental de Africa foi sendo metòdicamente descoberta, voltando as caravelas com mercadorias, entre as quais o oiro que até aí sòmente se conseguia através dos mercadores venezianos e, sobretudo, os escravos que então eram considerados em todo o mundo conhecido como valiosa mercadoria.

Em 1441, Antão Gonçalves, partindo verosìmilmente de Lisboa (1) trouxe os primeiros cativos que aqui chegaram, por um dos quais «o Infante foi em conhecimento de mui grande parte das cousas daquela terra onde ele morava» (2).

Em 1444, três caravelas comandadas pelo mesmo Antão Gonçalves, por Garcia Homem e por Diogo Afonso, seguiram para o rio do Ouro passando pela ilha da Madeira para «receber sua vitualha ... porque havia aí já grande abastança de mantimentos» (3).

Uma grande tempestade separou os navios pelo que Diogo Afonso foi o primeiro a chegar ao Cabo Branco onde «fez pôr em terra uma cruz grande de madeira, para que os parceiros, acertando-se de vir após ele, ou não sendo ainda passados, pudessem conhecer que ele seguia já ante eles. E com tal firmeza foi aquela cruz posta, que depois muitos anos durou ali» (4).

Do *Visconde de Santarém* (5), tira o autor os elementos seguintes.

«Em 1444 se estabeleceu em Lagos uma companhia para continuar os descobrimentos e para fazer o comércio de África. Zurara indica este facto quanto às pescarias no capítulo 95 da *Crónica da Conquista da Guiné*, mostrando que os habitantes dos portos marítimos do Algarve iam pescar às costas e mares da Guiné, que para este efeito pediram e obtiveram licença do Infante, e se concertaram com este príncipe de lhe pagar um certo direito. E foram, diz o cronista, até ao lugar que chamam o *Cabo dos Ruivos*, onde começaram sua pescaria que foi da maior «abundância, e, os nossos secavam o pescado com grande admiração dos mouros por verem o atrevimento dos Portugueses» (6).

A companhia comercial de Lagos «tinha as pescarias» (7).

---

(1) Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, pág. 67.

(2) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, cap. XV.

(3) *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. I, pág. 191.

(4) Ibidem, pág. 192.

(5) Visconde de Santarém, *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1958, págs. 71 e 72.

(6) Ibidem.

(7) Ibidem, pág. 73.

Quem requereu ao Infante a licença para a sociedade poder comerciar foi Lançarote da Franca, seu criado, nascido em 1399, o qual era almoxarife do rei, em Lagos, onde tinha casado com uma filha do alcaide-mor da cidade, Soeiro da Costa, «o escudeiro velho» (1).

Soeiro da Costa tinha sido um dos Doze de Inglaterra e, de 1404 a 1416, serviu vários príncipes estrangeiros, foi ferido em 1415 na batalha de Azincourt e, ainda, no ano de 1447, com mais de 60 anos, acompanhou o genro na sua segunda viagem de descobrimento e deu o seu nome ao grande rio de Soeiro (2).

Foram assim em companhia seis caravelas cujo «principal e primeiro capitão» era Lançarote, tendo voltado ao reino nesse mesmo ano de 1444 com muitos cativos, de que o infante D. Henrique recebeu o quinto, tendo então armado cavaleiro a Lançarote da Franca.

Também em 1444, Gomes Pires, patrão del-Rei, *por mandado do infante D. Pedro*, velejou até ao rio do Ouro com intuitos meramente comerciais, levando como escrivão Lopo Fernandes do Condado «escudeiro da casa do infante D. Pedro» (3). Sabe-se isto pelo capítulo XXIX da *Crónica da Guiné* e por uma carta de quitação de D. Afonso V a Diogo Afonso Malheiro, contador dos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima (4), onde se diz: «...e os trinta quatro mil quinhentos trinta e oito reais pretos despendeu em compra de duas mil quatrocentas quarenta e duas varas do dito pano (de linho comprado em Lamego) que foram compradas aos preços sussos escritos e entregues a Gomez Pirez nosso patrão para levar ao Rio do Ouro com suas serapilheiras segundo mostrou delo seu conhecimento feito assinado por Lopo Fernandes do Condado escudeiro da casa do Infante D. Pedro que ia por escrivão da nossa caravela que os ditos panos levou ao dito Rio assinado por Gomez Pirez feito 14 dias de Maio de 1444...»

Por esses tempos foi morto na ilha de Tider o capitão de uma caravela, Gonçalo de Sintra. Por isso foi organizada em 1445 uma expedição para castigar os mouros de Tider, constituida por 26 caravelas das quais catorze pertenciam à companhia de Lagos, sendo as restantes de Lisboa e algumas da ilha da Madeira das quais duas foram armadas pelo capitão-donatário do Funchal, João Gonçalves Zargo. Era pois uma grande expedição de carácter nacional (5).

---

(1) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo III, pág. 766.
(2) Ibidem.
(3) António J. Dias Dinis, O. F. M., *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pág. 479.
(4) Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais*, tomo I, pág.415
(5) Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, pág. 75.

Do corpo das caravelas de Lagos [1] era capitão-mor Lançarote da Franca, sendo capitaneada uma das caravelas por Soeiro da Costa, embora ele tivesse perdido uma das mãos combatendo os mouros no descerco de Ceuta [2], e outra pelo mercador de Lagos, Vicente Dias.

Das caravelas de Lisboa, uma pertencia ao Rei, sendo seu patrão, Gomes Pires, que ia portanto por mandado do Regente D. Pedro, pois se estava em 1445 [3].

A expedição cumpriu o seu objectivo principal tendo desbaratado os habitantes de Tider, distinguindo-se o veterano guerreiro Soeiro da Costa que então foi armado cavaleiro.

Em seguida, algumas das caravelas voltaram ao reino, mas outras continuaram avante por proposta de Gomes Pires, o qual bem sabia «a vontade do senhor Infante D. Pedro [4] como é grande de saber parte da terra dos negros especialmente do rio do Nilo, pelo qual eu tenho determinado fazer viagem contra aquela terra, trabalhando quanto puder para chegar a ele».

Uma destas caravelas pertencia ao mercador Vicente Dias o qual, na foz do rio Senegal, foi ferido no rosto por uma azagaia arremessada por um guinéu, «a qual lhe cortou acerca toda uma queixada [5]; em cujo retorno o guinéu recebeu outra ferida, ainda que tamanha não fora como a outra que antes dera» [6].

A grande ferida sofrida por Vicente Dias foi, certamente, superficial, pois lhe permitiu continuar a viagem.

As caravelas dirigiram-se então ao Cabo Verde tendo encontrado uma ilha onde havia muitas cabras e onde «tomaram água».

«Seguiram mais avante, até que acharam outra ilha, na qual viram peles frescas de cabras, e outras coisas por que conheceram que já outras caravelas seguiram avante; e por certificação sua, acharam nas árvores entalhadas as armas do Infante e isso mesmo letras, em que estava o seu moto» [7]. De facto, já Álvaro Fernandes tinha passado por ali e seguido avante.

O patrão del-Rei Gomes Pires, na volta para o reino, entrou no rio do Ouro, pelo qual subiu até ao porto em que no outro ano

---

(1) *Ásia de Joam de Barros*, 1.ª Década, Coimbra, 1932, pág. 40.

(2) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 430.

(3) José de Bragança, *Crónica da Guiné*, Porto, Livraria Civilização, vol. II, pág. 61.

(4) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 235, nota 5.

(5) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1949, pág. 269.

(6) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 231.

(7) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. II, pág. 42.

estivera (1). Aí combinou com os mouros que «no outro ano, no mês de Julho, tornasse ali, onde acharia negros em avondança, e ouro e mercadoria em que muito poderia aproveitar» (2).

Segundo o grande mestre, professor Dr. F. C. Wieder, o maior historiador da cartografia africana, a ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, foi descoberta (ocasionalmente) em 1445, por Vicente Dias, quando na sua caravela regressava da costa africana ao reino tendo, dez anos depois, na sua viagem com Cadamosto, contado a este o descobrimento que fizera (3).

Também no ano de 1445, o Infante D. Pedro mandou povoar a sua ilha dos Açores a que havia dado o nome do Arcanjo São Miguel que era da sua particular devoção tendo adoptado as suas balanças para a sua empresa (4). Ficou capitão-donatário da ilha, o nobre fidalgo, criado do mesmo Infante, Gonçalo Velho.

Em 1446, Álvaro Fernandes enviado por João Gonçalves Zargo para seguir «o mais avante quanto pudesse», a sua caravela «foi mais longe que todalas outras, tendo sido recompensado com cem dobras pelo Infante D. Pedro e com outras tantas pelo Infante D. Henrique».

No mesmo ano de 1446, Gomes Pires velejou até ao rio do Ouro com o fim de encontrar os mouros com quem havia combinado, no ano anterior, trocar guinéus por panos (5).

Do *Dr. Manuel Heleno* (6) tira o autor os seguintes apontamentos.

O Infante D. Pedro, ao invés da atitude que lhe atribuem Rui de Pina e mais tarde Oliveira Martins e outros escritores, patrocinou indirecta e directamente as conquistas em África e os Descobrimentos Marítimos. Indirectamente colhendo para D. Henrique nas suas viagens, informações sobre as estradas comerciais e trazendo-lhe de Veneza o *Livro de Marco Polo;* directamente resolvendo passar em 1443, com D. Afonso V e D. Henrique, a terras d'Além-Mar «*para estenderem a fama e a conquista e tornarem ao jugo de Cristo as terras sujeitas aos infiéis*» e obtendo para esse efeito do papa Eugénio IV a bula *Rex Regum* que, pedindo à Cristandade que ajudasse Portugal a exterminar os muçulmanos, mandava pregar a cruzada contra eles, concedia aos expedicionários privilégios iguais aos que partiam para a Terra Santa, aos que auxiliassem pecuniàriamente essa empresa

---

(1) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. II, pág. 95.

(2) Ibidem, pág. 96.

(3) José Moreira de Campos, *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos Portugueses*, pág. 128.

(4) Frei Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, pág. 435.

(5) *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, vol. II, pág. 229.

(6) Manuel Heleno, *Subsídios para o Estudo da Regência de D. Pedro, Duque de Coimbra*, Lisboa, 1933, págs. 20 e 21.

a inteira remissão dos pecados, às famílias dos primeiros a protecção da Igreja e a Portugal as terras conquistadas; directamente ainda premiando os mais audaciosos navegadores, como fez a Álvaro Fernandes a quem deu cem dobras por ir 110 léguas além de Cabo Verde, favorecendo o povoamento dos Açores e promovendo ele mesmo a colonização da sua ilha de S. Miguel, mandando em 1445 Gomes Periz ou Piriz à Guiné com o fim de estabelecer relações comerciais com os indígenas, incitando D. Henrique com a isenção da dízima e de portagem do que viesse do arquipélago da Madeira, com a concessão do monopólio do comércio com as Canárias e com todas as terras além do Bojador.

De *José de Bragança* tira o autor os apontamentos seguintes [1].

«O Infante D. Henrique é, sobretudo, o representante da política de conquista, da ideia de criação de um reino português do Algarve de além-mar. Ele representa o espírito medieval de cavalaria, oposto, por excelência, ao espírito experimental da Renascença, que se orienta para a descoberta das novas rotas marítimas do comércio pacífico e da influência civilizadora. É D. Pedro, quem, de Bruges, revela a incompreensão da Europa, perante a obstinação portuguesa em Marrocos. É ele quem, nas suas viagens por diferentes países, se prepara para dar orientação nova à política externa de Portugal. É ele quem traz de Veneza uma famosa carta geográfica, antes das viagens narradas nesta crónica. É ele quem povoa a sua ilha de S. Miguel, antes de qualquer outra dos Açores, e ali manda criar cavalos de guerra, que faltam no país; que traz de lá o défice do pão, o qual se come depois com fartura; ele, finalmente, quem manda Gomes Pires com a grande Caravela Real, destinada a prosseguir na viagem de descobrimento, quando as caravelas de Lagos regressam cheias de escravos com sua missão cumprida».

Do *Dr. Vitorino de Magalhães Godinho* tira o autor os seguintes períodos.

«Pretende-se que o Infante de *A Virtuosa Bemfeitoria* encarnasse a política de fixação, diametralmente oposta à política de transporte, mas a verdade é que na discussão que precedeu Tânger contrariou sòmente a conquista de possessões sem sequer aludir às viagens marítimas, e na anterior carta de Bruges, frisa a mesma nota. É fácil mesmo aduzir exemplos de incentivo seu às navegações, até na *Crónica da Guiné* de Zurara, a qual é contudo a apologia de D. Henrique. O mais significativo, parece-me, porém, que é o sincronismo entre a influência política exercida por D. Pedro e a intensidade das viagens de descobrimento. Enquanto até 1441 se realizam só três viagens, desse ano a 1447 efectuam-se vinte. Em compensação não se regista

---

[1] *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, Porto, 1937, vol. I, pág. XLI.

nenhuma tentativa em Marrocos, ao passo que antes as navegações se tinham interrompido para a ida a Tânger.

Este conjunto de dados leva a aventar a hipótese de que a Regência de D. Pedro foi decisiva para os descobrimentos, desviando-nos do objectivo norte-africano. E quere-se a contra-prova? A partir de 1448 cessam as viagens de exploração, afirmam unânimemente as fontes, e só de novo se realizam em 1456, e não por mandado de D. Henrique» (1).

«A expansão deve-se não a uma iniciativa única mas a uma pluralidade de inicativas:

a) Ceuta — João Afonso e D. João I;
b) Passagem do Bojador — D. Henrique e talvez D. Pedro;
c) Exploração da costa africana até à Serra de Leoa — D. Henrique, D. Pedro e particulares».

«Na expansão divergiram duas orientações: conquista territorial e navegação comercial».

«As duas orientações de expansão correspondem aos interesses contrastantes da nobreza e da burguesia».

«A Regência de D. Pedro desviou do plano marroquino e promoveu decisivamente a exploração atlântica» (2).

De outra obra do Dr. Magalhães Godinho (3) tira o autor o seguinte.

«Não só a costa marroquina era abundantíssima de pescaria como ainda portugueses e castelhanos iam lá pescar efectivamente. A importância da pesca nas costas africanas ressalta do facto que foi objecto de negociações diplomáticas entre Portugal e Castela nos reinados de D. João II e de D. Manuel» (4).

«Sabido que D. Pedro estimulou os descobrimentos e o desenvolvimento de relações comerciais pacíficas com a Guiné e atendendo a que defendia a colonização interna e a colonização das ilhas (como meio de obviar à carência de cereais, sem recorrer à anexação do Algarve de além-mar), há que concluir que a sua política era simultâneamente de fixação e de transporte» (5).

«D. Pedro aceitava o quadro de valores:

a) serviço de Deus;
b) proveitos;
c) honra» (6).

---

(1) Vitorino de Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, pág. 141.
(2) Ibidem, pág. 212.
(3) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.*
(4) Ibidem, vol. II, pág. 50.
(5) Ibidem, pág. 135.
(6) Ibidem, pág. 136.

«No seu testamento D. Duarte deixava indicado que, durante a menoridade do filho, a Regência devia ser exercida pela rainha D. Leonor. Irmã dos «Infantes de Aragão» e da rainha de Castela, o seu governo representava uma ameaça de intervenção na política portuguesa de manejos castelhanos; mulher, afecta ao Infante D. Henrique e desafecta ao Infante D. Pedro, a nobreza considerava a sua regência como uma óptima oportunidade de obter mercês e privilégios e dominar o Estado. Foi nestas circunstâncias que as cidades do país, a burguesia nacional, impuseram primeiro a associação do exclarecido D. Pedro ao governo, e, em seguida, a passagem da Regência para as mãos deste Infante. Os acontecimentos de 1438-1440 constituem assim como que uma segunda Revolução de 1383-1385.

O triunfo da burguesia em 1440 abre um período de intensa exploração marítima que fecha em 1448 com o fim da Regência e vitória da nobreza. Afigura-se-me que são as condições sociais-políticas da época da Regência que explicam o impulso dado às navegações e o abandono da política marroquina. Não é de forma alguma à iniciativa de D. Henrique mas à política de D. Pedro e à iniciativa dos burgueses que se deve fundamentalmente esta decisiva expansão comercial-marítima, bem como a colonização insular. Já Manuel Heleno, num estudo em que aliás falha na interpretação da Regência e da figura do Regente, vincou que D. Pedro estimulara os descobrimentos; José de Bragança foi mais longe, revelando o antagonismo dos dois tipos de expansão (territorial-guerreiro e comercial-marítimo). É preciso dar um passo mais, e relacionar as explorações geográfico-mercantis com o triunfo político da burguesia de 1440 a 1448» (1).

«O papel de D. Henrique nos conflitos que precederam e seguiram a Regência de D. Pedro é muito equívoco. Sem dúvida ao lado da nobreza contra as cidades, procurou firmar a sua situação apresentando-se como árbitro dos partidos» (2).

«De 1440 a 1448 as navegações da iniciativa do Infante D. Henrique foram:

1) 1441 — Antão Gonçalves — Rio do Ouro (primeiros cativos).
2) 1441 — Nuno Tristão — Cabo Branco.
3) 1443 — Nuno Tristão — Adegete e Garças.
4) 1444 — Gonçalo de Sintra — Arguim.
5) 1444 — Nuno Tristão — Terra dos Negros.

---

(1) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 169.
(2) Ibidem.

As navegações de iniciativa não henriquina:

1) 1444 — Lançarote — Naar e Tider.
2) 1444 — Dinis Dias — Cabo Verde e Ilha de Palma.
3) 1445 — Dinis Eanes, Álvaro Gil, Mafaldo (Gonçalo Coelho) — Terra dos Negros.
4) 1445 — Álvaro Fernandes — Senegal e Cabo dos Mastros.
5) 1445 — Gomes Pires e Lançarote — Senegal e zona de Cabo Verde.
6) 1446 — Nuno Tristão — Rio ao Sul de Cabo Verde.
7) 1446 — Álvaro Fernandes — Rio e enseada ao sul do Gâmbia.
8) 1446 — Estêvão Afonso e 6 caravelas — Terra dos Negros.
9) 1447 — Valarte — Terra dos Negros ao Sul do Cabo dos Mastros.

Do *Padre António Brásio* tira o autor os elementos seguintes.

«Rigorosamente falando — como escreve o R. P. Dias Dinis, O. F. M. — os primeiros missionários desta costa ocidental africana foram os navegadores e mercadores de Quatrocentos. Ao saltarem na «balsa» da Guiné animava-os o fervor religioso, e embora lhes não fosse estranho nem indiferente o desejo do lucro, animava-os sobretudo o ideal de cruzado e de missionário...» (1).

«As caravelas arvoravam as bandeiras da cruzada ou a cruz da Ordem de Cristo. Grandes cruzes de madeira assinalavam aos mareantes as paragens descobertas, como que a tomar posse das novas terras em nome do Evangelho» (2).

«Deixámos provado que os primeiros missionários portugueses da «grão balsa da Guiné» foram os navegadores e mercadores do Infante, cujos nomes ficaram registados para sua e nossa glória, nos textos dos cronistas coevos... Mas se a acção missionária dos leigos precedeu a evangelização pròpriamente dita do padre, esta não foi descurada por D. Henrique. Já vimos como ele sonhava converter aquele povo infiel e bárbaro com apóstolos arrancados ao seu próprio meio» (2).

Qual teria sido a razão da obra dos descobrimentos ser, até há pouco, atribuída *exclusivamente* ao Infante D. Henrique?

Poder-se-á compreender tal facto, no parecer do autor, da maneira seguinte.

Como Manuel Heleno, José de Bragança e Vitorino de Magalhães Godinho perfeitamente esclareceram, houve uma forte acção do Infante D. Pedro na génese dos descobrimentos, mas Gomes

---

(1) P.e António Brásio, *A Acção Missionária no Período Henriquino*, págs. 81 e 90.
(2) Ibidem.

Eanes de Zurara diluiu-a, o mais que pôde, na sua *Crónica dos Feitos da Guiné.*

Os restantes e principais cronistas dos descobrimentos, Duarte Pacheco Pereira e João de Barros escreveram durante os reinados de D. Manuel e D. João III, filho e neto do Infante D. Fernando, *o qual foi filho adoptivo e herdeiro do Infante D. Henrique*, e que tinha rancor ao seu tio o Infante D. Pedro, considerando-o o perseguidor da sua mãe a rainha D. Leonor, de tal modo que não concordou com a sepultura dos seus ossos no túmulo da igreja da Batalha que lhes estava destinado.

Assim compreender-se-á o motivo de no mosteiro dos Jerónimos, mandado construir pelo rei D. Manuel, se ver a estátua do Infante D. Henrique, em lugar principal, não havendo a mais pequena memória do Infante D. Pedro, num sumptuoso monumentos cheio de estátuas.

O POVOAMENTO DA ILHA DA MADEIRA E DOS AÇORES

A ideia da viagem às ilhas de Porto Santo e da Madeira inicialmente, e depois a do povoamento, partiram dos escudeiros João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira, sendo a respectiva autorização dada pelo Rei D. João I e não pelo Infante D. Henrique. Só em 1433, já morto o pai, D. Henrique receberá os direitos sobre o arquipélago madeirense. O rei empreendeu a colonização da ilha por um lado pelo seu valor económico directo (criação de gado, sangue de drago, culturas), por outro lado pelo seu valor estratégico. Não foi o Infante mas o Rei que concedeu a Madeira a Gonçalves Zargo (1).

Tendo recebido o senhorio das ilhas em 1433, o Infante doa a Tristão Teixeira a capitania do Machico por carta de 8 de Maio de 1440 e a Gonçalves Zargo a capitania do Funchal por carta de 1 de Novembro de 1450 (2).

É inegável que o povoamento da Madeira se realizou em nome de D. João I; como conciliar este facto com a sua atribuição a D. Henrique nas crónicas e diplomas henriquinos? É de admitir por um documento publicado nas anotações às *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, por Rodrigues de Azevedo, que a colonização

---

(1) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, págs. 175 e 176.

(2) Ibidem.

da Madeira se efectivou sob o patrocínio de D. João I, sem intervenção do filho D. Henrique [1].

O povoamento dos Açores deve ter começado em 1439 ou no ano seguinte. Possìvelmente a sua finalidade seria:

a) Fomentar a colonização criando possibilidades de rápido desenvolvimento económico;

b) Resolver o problema cerealífero da metrópole. [2]

A ilha de São Miguel, donataria do Infante D. Pedro, foi mandada povoar em 1445, por este Infante, ao seu criado Gonçalo Velho.

D. Pedro era decidido partidário da colonização das ilhas, e mais ainda foi o seu mais eficaz promotor durante a Regência. Possìvelmente D. Pedro queria resolver os problemas económico-sociais portugueses (carência de cereais, necessidade de expansão de mercados, sustentação dos nobres, etc.) pela colonização das ilhas e pela navegação comercial à Guiné, em vez da conquista de Marrocos que julgava impossível ou ruinosa com os recursos de que se dispunha. A importância económica de S. Miguel ressalta com clareza: cereais, vinhos, pescaria, madeira, legumes [3].

Segundo conta Diogo Gomes, na «Relação dos Descobrimentos da Guiné e das Ilhas» [4], o Infante D. Pedro, sendo regente do reino de Portugal mandou homens a povoar a ilha de S. Miguel e enviou para aí muitos *trotones*, cavalos da Alemanha. A este respeito fez o Dr. Vitorino de Magalhães Godinho o seguinte comentário [5]: «A obscuridade que envolve a figura do Regente não nos permite avaliar a amplitude da sua acção, quer nos descobrimentos quer na colonização; por aqui vemos que esta o preocupou e, embora arrojado, não é ilícito aventar que lhe deve decisivo impulso (cujos traços houve depois o cuidado de apagar)».

Do *Dr. Damião Peres* [6], tira o autor os apontamentos seguintes.

Referindo-se ao início da povoação da Madeira, o Infante D. Henrique declara na carta de concessão do espiritual da Madeira, Porto Santo e Desertas à Ordem de Cristo: «comecei de povoar a minha ilha da Madeira haverá ora trinta e cinco anos...» Acerca do mesmo assunto, D. Afonso V cita, mais tarde, a outras declarações do Infante: «E disse-nos o dito Infante meu tio que resguar-

---

[1] Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, pág. 179.

[2] Ibidem, págs. 209 e 210.

[3] Ibidem, pág. 212.

[4] Ibidem, pág. 105.

[5] Ibidem, pág. 115.

[6] Damião Peres, *D. João I*, Lisboa, 1917, págs. 61 e seg.

dando ele como João Gonçalves Zarquo cavaleiro de sua casa fora o primeiro homem que *por seu mandado* fora povoar as ditas ilhas...»

Ora, o Rei D. João I, em contraposição às declarações do Infante a que atrás nos referimos, declara-se, falando da Madeira, *Rei e Senhor da dita Ilha de todo o meu poder regulado e absoluto* e afirma que João Gonçalves Zargo foi, *por sua ordem*, distribuir as terras da ilha (1).

Também é igualmente notável que não tendo o Infante conseguido alcançar em vida de D. João I a doação das ilhas descobertas, ela lhe foi feita por D. Duarte logo no primeiro ano do seu reinado(2).

Se nos detivermos neste facto e o aproximarmos da última afirmação de D. João I, seremos levados a concluir que o monarca, embora reconhecesse a importância dos descobrimentos, via neles também um germe de independência do Infante para com a coroa, independência que a todo o transe queria evitar reivindicando para si com toda a energia a iniciativa na administração das terras descobertas e todos os direitos de soberania nelas.

Dá ainda força a esta suposição o depoimento de João de Barros, ao referir-se às intenções do Infante: «Porque vendo ele como os mouros do reino de Fez e Marrocos ficavam por conquista metidos na coroa destes Reinos, por o novo título que seu pai tomou de Senhor de Ceuta, e que por esta posse real a empresa daquela guerra era própria dos Reis deste Reino, e ele não podia intervir nisso como conquistador mas como capitão enviado, em o processo da qual guerra ele havia de seguir a vontade del Rei e a disposição do Reino e não a sua, assentou em mudar esta conquista para outras partes mais remotas de Espanha do que eram os Reinos de Fez e de Marrocos. Com que a despesa deste caso fosse própria dele e não tachada por outrem; e os méritos do seu trabalho ficassem metidos na Ordem de cavalaria de Cristo que ele governava, de cujo tesouro podia despender» (3).

É desconhecida a data da carta de D. João I em que o monarca se mostra tão cuidadoso defensor de todas suas prerrogativas; ela é, porém, indubitàvelmente, posterior de alguns anos ao início da colonização da Madeira. Assim explicar-se-ão as afirmações do Infante que estão em contradição com as do diploma régio. A ingerência que o Infante teve desde começo na colonização e exploração das ilhas teria ido sucessivamente aumentando até chegar a um ponto em que inquietou o monarca. Neste momento o monarca expediu a carta centralizadora, a qual não representaria mais que

(1) Documento transcrito no manuscrito intitulado *Registo da Provedoria da Real Fazenda*, publicado no *Heraldo da Madeira*, de 1907.

(2) Carta de 26 de Setembro de 1433.

(3) João de Barros, *Primeira Década*, Livro I, cap. II.

um poderoso entrave às ambições do Infante, tendo o monarca, para lhe dar mais força, apresentado certos factos pela forma que lhe pareceu mais adequada aos seus intuitos.

No tempo de D. João I apenas se colonizou o grupo da Madeira e assim não houve ocasião para outros conflitos que esclarecessem amplamente a atitude do monarca. Depois da sua morte a coroa manifestou-se francamente favorável às pretensões do Infante.

ALGUMA CRONOLOGIA HISTÓRICA

1415 — Tomada de Ceuta.

1416 — Embaixada do Rei D. João I ao Concílio de Constança. Um dos oradores (embaixadores) foi Álvaro Gonçalves de Ataíde [1].

1418 — Bula do Papa Martinho V, *Rex Regum*, convidando os príncipes e todos os cristãos a associarem-se aos portugueses na sua luta contra os mouros.
Obs. Esta bula foi concedida por súplica apresentada ao Papa pela embaixada ao Concílio de Constança[2].
— Bula do mesmo Papa, *Super gregem dominicum*, autorizando os súbditos do monarca português a comerciar com os infiéis [2].

1419 — Achamento da ilha de Porto Santo, por João Gonçalves e Tristão Vaz.
— Lutas para o descerco da cidade de Ceuta.

1420 — Achamento da ilha da Madeira por João Gonçalves.
— Bula do Papa Martinho V concedendo ao Infante D. Henrique a Administração-Geral da Ordem de Cristo.

1425 — Fundação da Congregação dos Cónegos Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades.
— Partida do Infante D. Pedro para combater os turcos na Hungria.

1427 — O Infante D. Pedro é eleito cavaleiro da Jarreteira.
— Reconhecimento dos Açores por Diogo de Silves.
— Gonçalo Velho veleja até à Terra Alta.

1428 — Regresso a Portugal do Infante D. Pedro trazendo de Pádua uma relíquia de Santo António.
— O bispo de Évora D. Álvaro de Abreu é enviado à Borgonha por D. João I, para tratar do casamento da Infanta D. Isabel com o duque Filipe-o-Bom [3].

---

(1) Padre José de Castro, *Portugal em Roma*, vol. II, pág. 342.
(2) Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, págs. 230 e 231.
(3) J. Cardoso Gonçalves, *O Casamento de Isabel de Portugal*, pág. 14.

1429 — O duque de Borgonha envia a Portugal o seu pintor Jean van Eyck para pintar o retrato de D. Isabel.

— A Infanta D. Isabel casa em Lisboa, no Paço da Alcáçova, por procuração, sendo oficiante D. Álvaro de Abreu, e segue para a Borgonha acompanhada por este mesmo bispo, pelo seu irmão o Infante D. Fernando, pelo conde de Ourém D. Afonso e por outros fidalgos, entre os quais os cónegos de S. Salvador de Vilar, João Vicente (Mestre João) e o doutor Martim Lourenço chamados pelo Rei a Lisboa expressamente para esse fim, a pedido do Infante D. Fernando (1).

1430 — Os cónegos de S. Salvador de Vilar, João Vicente e Martim Lourenço, depois de dois meses de permanência na Flandres, seguiram para Roma, para prosseguirem no estabelecimento da sua congregação perante o papa Martinho V e levando credenciais para tratar na cúria romana de negócios de Portugal e da Borgonha (2).

1431 — Morte do Papa Martinho V. Eleição do cardeal Gabriel Condelmário que tomou o nome de Eugénio IV.

— Eugénio IV nomeia o cónego João Vicente bispo de Lamego, agradecido por ele o ter salvado de uma grave enfermidade.

1433 — Morte do Rei D. João I. No Terreiro do Paço da Alcáçova faz-se o levantamento do Rei D. Duarte pronunciando a costumada arenga o bispo de Évora D. Álvaro de Abreu. Nas exéquias foram oradores, além de outros, o doutor Diogo Afonso Manga-Ancha e o frade franciscano da observância Frei Gil Lobo.

1434 — Gil Eanes dobra o cabo Bojador.

1436 — Embaixada ao concílio de Basileia.

1437 — Tentativa malograda da conquista de Tânger.

1438 — Falecimento do Rei D. Duarte, na idade de 47 anos.

— Levantamento como rei do Príncipe D. Afonso, que então tinha perto de sete anos.

1439 — Crise da regência do reino.

— Embaixada a Marrocos para libertar o Infante D. Fernando, sendo embaixadores Martim de Távora e o licenciado Gomes Eanes.

---

(1) Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, pág. 221.
(2) Comandante Moreira de Campos, *Dois Bispos de Viseu*, pág. 11.

— Seguem para Roma em embaixada do regente D. Pedro ao Papa Eugénio IV, D. Rui da Cunha, prior da colegiada de Guimarães e Frei João, provincial da Ordem do Carmo e futuro bispo de Ceuta.

1440 — Falecimento do bispo de Évora D. Álvaro de Abreu.

— Em Dezembro (1) chegam a Portugal os embaixadores enviados a Roma. Trazem a dispensa verbal para o casamento do rei D. Afonso V com a filha do Infante D. Pedro, sua prima, D. Isabel. Trazem também uma Bula pela qual o Papa isentou para sempre das dioceses de Tui e Badajoz os territórios portugueses de entre Minho e Lima (Valença) e o de além Guadiana (Olivença), incorporando-os no bispado de Ceuta. Mais conseguiram que o Mestrado de Avis ficasse isento do Mestrado de Calatrava em Castela.

1442 — Falecimento do Infante D. João, condestável de Portugal e administrador do mestrado da ordem de Santiago da Espada.

— Falecimento, em Castela, do prior do Crato D. Frei Nuno de Góis.

— O Infante D. Pedro, regente do reino, faz duque de Bragança ao conde de Barcelos D. Afonso.

1443 — Falecimento do condestável de Portugal e administrador da ordem de Santiago da Espada D. Diogo, filho do infante D. João. Sucede-lhe na administração do Mestrado o príncipe D. Fernando, filho do rei D. Duarte e, como condestável, D. Pedro, filho do Infante D. Pedro.

— Falecimento, em 5 de Junho, do Infante D. Fernando, no cativeiro de Fez, sucedendo-lhe na administração do Mestrado de Avis, D. Pedro, filho do Infante D. Pedro.

— Em Dezembro, o regente D. Pedro envia de novo o provincial do Carmo Frei João como embaixador ao Papa Eugénio IV.

1444 — Frei João consegue a dexanexação do Mestrado de Santiago da Ordem de Cáceres cuja sede era a cidade de Uclés em Castela e a dispensa para o príncipe D. Fernando poder casar com a sua prima coirmã D. Beatriz, filha do Infante D. João, já falecido.

— Frei João é nomeado bispo de Ceuta (D. João Manuel).

---

(1) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Terceiro dos Brasões da Salade Sintra*, pág. 18.

1445 — O condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, depois de ser armado cavaleiro pelo Infante D. Henrique, segue para Castela à frente duma expedição portuguesa para auxiliar o rei D. João na luta contra os Infantes de Aragão, irmãos da rainha D. Leonor, mãe do rei D. Afonso V.

— Expedição nacional à ilha de Tider, para castigo dos mouros seus habitantes autores da morte de Gonçalo de Sintra.

— Descoberta da ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, por Vicente Dias (Teoria de Wieder).

— Povoamento da ilha de S. Miguel, por Gonçalo Velho, por mandado do Infante D. Pedro, donatário da ilha.

— Falecimento de D. Fernando de Noronha, conde de Vila Real.

— O licenciado em teologia e cónego de S. Salvador de Vilar de Frades, Jorge da Costa, é escolhido pelo regente D. Pedro para mestre da Infanta D. Catarina, irmã do rei D. Afonso V.

— O rei de Inglaterra Henrique IV faz a Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches (cidade da Normandia que então pertencia à Inglaterra) o qual passa a usar o nome de D. Álvaro de Almada.

— Morte da rainha D. Leonor, em Castela, depois de ter passado muitas privações, valendo-lhe com dádivas em dinheiro o seu primo D. Fernando de Noronha.

1446 — Em Janeiro deste ano o rei D. Afonso V atinge a maioridade (catorze anos).

— O bispo de Lamego D. João Vicente é nomeado pelo Papa, bispo de Viseu.

— D. Sancho de Noronha é feito conde de Odemira.

1447 — O bispo de Viseu D. João Vicente parte para Castela como confessor, esmoler-mor e capelão-mor de D. Isabel, filha do falecido Infante D. João, que se havia tornado rainha de Castela pelo seu casamento com o rei João III.

1448 — Casamento solene de D. Afonso V com sua prima D. Isabel, filha do Infante D. Pedro.

— Em Maio, o Rei assume inteiramente o poder saindo da regência o Infante D. Pedro.

— Aires Gomes da Silva e o Conde de Avranches são destituídos dos seus cargos públicos, respectivamente regedor das justiças da casa do cível e alcaide-mor de Lisboa.

— Em Dezembro, Álvaro Gonçalves de Ataíde é feito conde de Atouguia.

1449 — RECONTRO DE ALFARROBEIRA, em 20 de Maio. Mortes do Infante D. Pedro e do Conde de Avranches. No campo ficam os dois filhos do Infante, D. João e D. Jaime.

1450 — O rei D. Afonso V contrata «ora novamente» a Nuno Gonçalves para seu pintor.

1451 — O mesmo Rei perdoa ao pintor Afonso Gonçalves, a pedido do doutor Lopo Gonçalves, do seu desembargo, por ele ter sido um dos companheiros do Infante D. Pedro no recontro de Alfarrobeira (1).

— Em Junho, chega a Portugal João Álvares, com as relíquias do Infante Santo.

— Em Agosto, celebram-se em Lisboa as sumptuosas festas dos esponsórios da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com o imperador da Alemanha Frederico III. O Infante D. Henrique, então com 57 anos de idade, apresentou-se nessas festas com o maior «luzimento» sendo «mantenedor nas justas e director nos torneios», e «escurecendo a pompa obsequiosa de todos» (2). A Infanta seguiu para Siena (Itália) acompanhada por vários fidalgos entre os quais o cónego de Santa Cruz de Coimbra João Galvão que ia como seu capelão-mor. Este cónego foi hospedado em Siena por Eneas Silvio Piccolomini, futuro Papa Pio II, «com quem contraiu estreita amizade e cultivou sempre particular cortejo e correspondência» (3).

1453 — Tomada de Constantinopla pelos turcos.

— Aos 18 dias de Fevereiro, o escudeiro e escrivão dos livros do Rei D. Afonso V, João Gonçalves, terminou o primeiro volume da *Crónica dos Feitos da Guiné* da autoria de Gomes Eanes de Zurara, no qual se encontra uma iluminura representando o Infante D. Henrique. O manuscrito respectivo encontra-se em Paris, na Biblioteca Nacional.

— Em 20 de Dezembro, o Doutor Lopo Gonçalves procurador do Rei D. Afonso V assinou umas capitulações matrimoniais (4) para o casamento do Rei

---

(1) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, pág. 83.
(2) Cândido Lusitano, *A Vida do Infante D. Henrique*, pág. 376.
(3) P. Francisco da Fonseca, *Évora Gloriosa*, pág. 323.
(4) Capitulações: Condições com que se ajusta qualquer coisa (Morais, *Dicionário da Língua Portuguesa*, ed. de 1889).

Henrique IV de Castela com a infanta D. Joana, irmã do Rei de Portugal (1).

1454 — Em 17 de Julho, o Rei D. Afonso V tomou para seu pintor, para o servir no seu armazém da cidade de Lisboa, a João Eanes.

1455 — Em 3 de Maio, nasce o príncipe D. João, futuro Rei D. João II. A 11 do mesmo mês foi baptizado na Sé de Lisboa pelo bispo de Ceuta e capelão-mor de D. Afonso V, D. João Manuel. Assistiram à cerimónia «sessenta fidalgos vestidos de opas roçagantes de ricos brocados, e sessenta senhoras, donas e damas, vestidas à francesa de ricos brocados» (2). Logo se convocaram as cortes nas quais foi jurado príncipe-herdeiro pelos três estados do reino que se reuniram em Lisboa na sala grande do Paço da Alcáçova. O Príncipe estava numa cadeira rica assentado no colo da sua ama. Neste acto todos estavam em pé, ficando o Infante D. Fernando da parte direita e o Infante D. Henrique da parte esquerda. Por trás do Infante D. Fernando estava o marquês de Valença D. Afonso, seguindo-se-lhe em pessoa ou por procuradores: o duque de Bragança D. Afonso; o marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos D. Fernando; o conde de Vila Real D. Pedro de Meneses; e vários bispos e membros da nobreza, procuradores das cidades, etc. (3).

— Em 21 de Maio, casamento da Infanta D. Joana, filha do Rei D. Duarte, com o Rei Henrique IV de Castela. Os decotes até ao estômago, os meneios escandalosos e as galas inverosímeis das damas da Princesa chegaram a escandalizar os castelhanos (4).

— Trasladação dos ossos do Infante D. Pedro para o Mosteiro da Batalha.

— Em Dezembro, falecimento da Rainha D. Isabel, na idade de 22 anos.

1458 — D. Afonso V *faz um voto público a Deus e aos seus santos* de participar na cruzada pontifícia contra os turcos.

— Em Outubro, tomada de Alcácer-Ceguer, ficando D. Duarte de Meneses como capitão da praça.

---

(1) Luis Suarez Fernandez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Epoca del Infante D. Henrique*, Madrid, 1960, pág. 66.

(2) Garcia de Resende, *Vida e Feitos del Rei D. João II*, pág. 3.

(3) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo III, pág. 61.

(4) Mattos Sequeira, *História do Trajo em Portugal*, pág. 30.

1459 — Em Agosto, falecimento na cidade de Florença do Cardeal D. Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro.

1460 — D. Afonso V dá ao conde de Odemira D. Sancho de Noronha a regência do reino do Algarve, com o título de Adiantado.

— D. Duarte de Meneses é feito conde de Viana (do Minho) pelo Rei D. Afonso V.

— Bula *Regis eterni* pela qual o Papa comutou o voto de D. Afonso V.

— Falecimento do marquês de Valença e conde de Ourém, D. Afonso.

— Em Novembro, falecimento do Infante D. Henrique.

1461 — Falecimento do primeiro duque de Bragança D. Afonso, sucedendo-lhe o seu filho D. Fernando, marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos e de Ourém.

— O Papa Pio II nomeia D. João Galvão, bispo de Coimbra, seu legado *a latere* em Portugal.

1462 — Combate naval em frente de Alcácer, em que D. Henrique de Meneses filho do conde D. Duarte ficou ferido por uma seta que lhe passou por baixo da língua.

1463 — D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, segue para Barcelona por os catalães o haverem escolhido para rei de Aragão, o que lhe pertencia por parte de sua mãe.

1464 — Escaramuça na serra de Benacofú, em Marrocos, na qual D. Duarte de Meneses, conde de Viana, Diogo da Silveira, escrivão da puridade e Pedro Gonçalves, secretário do Rei D. Afonso V, perderam a vida para salvarem a do Rei.

1467 — Neste ano, servem o Rei o cavaleiro e doutor em leis Rui Gomes de Alvarenga, como chanceler-mor, e o Bispo de Coimbra, D. João Galvão, que havia sido legado do Papa Pio II em Portugal, como escrivão da puridade.

— Frei João Álvares esteve, neste ano, na Borgonha aonde o chamara a Duquesa D. Isabel para tratar da instituição duma capela em Lisboa, dedicada à memória de D. Fernando.

1470 — Falecimento do Infante D. Fernando sucedendo-lhe, como duque de Viseu, o seu filho D. Diogo.

— O pintor de D. Afonso V e cavaleiro da sua casa, Nuno Gonçalves, recebe o pagamento do feitio e custos do retábulo que fez para a capela real de Sintra.

1471 — O Rei D. Afonso V determina que o pintor Joane Anes não receba ordenado, daí em diante, e que o

pintor Nuno Gonçalves pinte por ele as obras da cidade.

— Casamento do Príncipe D. João com D. Leonor, filha do Infante D. Fernando e irmã do duque de Viseu D. Diogo e do duque de Beja D. Manuel, futuro rei de Portugal.

— Tomada das cidades de Arzila e Tânger aos mouros.

1472 — Entrada da Infanta Santa Joana no Convento de Jesus em Aveiro.

1475 — Nascimento do príncipe D. Afonso, filho do príncipe D. João, futuro Rei D. João II.

1481 — Falecimento do Rei D. Afonso V sucedendo-lhe o seu filho D. João II.

1483 — Decapitação do 3.º duque de Bragança, em Évora.

1484 — Assassinato do duque de Viseu D. Diogo pelo rei D. João II, lavrando o respectivo auto o doutor Nuno Gonçalves.

1491 — Falecimento, em Julho, do príncipe D. Afonso em resultado de ter caído do cavalo com que andava em corridas na ribeira de Santarém.

Começo do século XVI — O Rei D. Manuel instala-se no Paço da Ribeira, que havia mandado construir, não voltando mais a viver no Paço da Alcáçova.

1548 — Publicação de um livro de Francisco de Holanda onde se diz que Nuno Gonçalves pintou na Sé de Lisboa o altar de S. Vicente.

(1675-1702) — O Arcebispo de Lisboa e Cardeal, D. Luís de Sousa, mandou fazer um retábulo novo para a capela-mor da Sé de Lisboa e guardar os antigos painéis que «mostravam a trasladação das relíquias de São Vicente».

1742 — O Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, mandou limpar esses painéis e guarnecê-los com molduras. Por ordem do Rei D. João V fez-se então uma junta de pintores da corte, para averiguar quem seria o autor deles, a qual nada conseguiu, por serem muito antigos. Foram enviados para o palácio da quinta de Marvila por ordem do mesmo Cardeal-Patriarca.

1755 — Grande terramoto de Lisboa, pelo qual nada sofreu o palácio da Mitra, em Marvila.

1763 — Os painéis encontravam-se na casa do jardim do palácio da Mitra, no sítio de Marvila.

1767 — No palácio da Mitra encontravam-se mais de doze painéis para aí enviados da Sé de Lisboa por ordem de D. Tomás de Almeida, com milagres de São Vicente,

todos antiquíssimos e «pintados de pintura do mesmo pintor», num dos quais «se mostra pela pintura ser a entrega do caixão em que vinha o corpo ou ossos de S. Vicente, e noutro estavam quatro cónegos regulares».

1834 — Instalação do Paço Patriarcal no Mosteiro de São Vicente de Fora, «para onde, muito provàvelmente, se transferiu tudo o que então havia no palácio da Mitra, incólume ao terramoto »(Adriano de Gusmão).

1882 — O entalhador Leandro Braga comunica ao pintor Columbano Bordalo Pinheiro que nuns andaimes dumas obras internas do Mosteiro de São Vicente estavam umas tábuas pintadas que pareciam ser quadros antigos e bons (Afonso de Dornelas). Este pintor reconhece o grande valor das tábuas e identifica o retrato do Infante D. Henrique.

1883 — Em Setembro, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos foi nomeado secretário do Cardeal-Patriarca D. José III. Encontrou depois numa casa escura do primeiro andar muitos quadros cobertos de uma grande camada de poeira entre os quais quatro, notabilíssimos, do séc. XV. Num dia que ali apareceu o Visconde de Castilho mostrou-lhe os quadros. Apenas olhou, exclamou, muito entusiasmado: — Ali está o retrato do nosso grande Infante D. Henrique!

1910 — Publicação do livro — *O Pintor Nuno Gonçalves* — do Dr. José de Figueiredo.

1925 — Publicação do livro — *Os Painéis do Infante Santo* — do Dr. José Saraiva.

1927 — Publicação do livro — *O Políptico do Convento de Santo Elói* — de Henrique Loureiro.

— Publicação do livro — *História Crítica dos Painéis de Nuno Gonçalves* — do Marquês de Jácome Correa

1932 — Publicação do livro — *O Simbolismo do Políptico de Nuno Gonçalves* — do Dr. Armando de Sousa Gomes.

1936 — Publicação do livro — *Os Painéis de S. Vicente num Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* — do Dr. Artur da Mota Alves.

1944 — Publicação do artigo — *A Radiografia do Santo no Painel do Infante*, do Dr. João Couto, no Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga.

1952 — No n.º 4 da 2.ª série da revista *Belas Artes*, o arquitecto José Cortez revela a identificação do retrato de D. João de Coimbra pintado por Van der Weyden, existente no Museu Real de Bruxelas.

1953 — No n.º 6 da 2.ª série da revista *Belas Artes*, o arquitecto José Cortez revela a identificação do retrato de D. Jaime, filho do Infante D. Pedro, pintado por Van der Weyden, e existente na Inglaterra, na galeria do Visconde de Bearsted, em Upton House.

1957 — Publicação do livro — *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal* — do Dr. António Belard da Fonseca. Esta obra foi a primeira duma série da qual, até à data presente, foram publicadas mais as seguintes: *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica; As Personagens e a Armaria; Dom Henrique? Dom Duarte? Dom Pedro?;* e *Os Pintores.*

— Publicação do livro — *Estética e Enigmática dos Painéis* — do Dr. Afonso Botelho.

1959 — Publicação do artigo «*O Mistério dos Painéis*», do Dr. António Leite, na revista «Brotéria», vol. LXIII, n.º 6.

1960 — Artigo do arquitecto José Cortez na revista «Colóquio», n.º 7, do mês de Fevereiro, sobre a identificação do retrato de D. João de Coimbra, do Museu Real de Bruxelas.

1962 — Publicação do livro — *Os Descobrimentos Portugueses* — do Dr. Jaime Cortesão, cujas págs. 422 a 467, do vol. I, são dedicadas ao estudo dos *Painéis de S. Vicente.*

II

ICONOGRAFIA

APONTAMENTOS DE ICONOGRAFIA

Como não poderia deixar de ser, a grande maioria destas noções foram extraídas do tratado de Luis Réau intitulado «Iconographie de L'Art Chrétien».

O simbolismo lembra a ideia duma linguagem oculta e esotérica, ao mesmo tempo *misteriosa* e *reveladora*, clara para os iniciados, obscura para o vulgo. Num símbolo há dissimulação e, todavia, revelação (Carlyle).

O pensamento simbolista permite uma infinidade de relações entre as coisas. Cada coisa pode significar, pelas suas qualidades especiais diferentes, várias ideias, e cada qualidade pode também ter diferentes significados. As mais elevadas concepções podem ter milhares de símbolos. Nada é humilde em demasia para representar e glorificar o que é sublime. A noz significa o Cristo, o núcleo, doce, é a Sua natureza divina, o invólucro verde, externo, a Sua humanidade e a casca representa a cruz [1].

Nas catacumbas, o peixe é um dos emblemas de Cristo. A âncora é o emblema da salvação no meio das tempestades e o travessão colocado acima do anel dá-lhe a forma duma cruz.

O simbolismo toma um desenvolvimento prodigioso durante a Idade Média. Com São Tomás de Aquino os homens ilustres da história ou os objectos que a natureza nos oferece não têm valor por si próprios mas sòmente pela medida em que conduzem a Cristo. Gilson condensou o essencial desta doutrina na seguinte fórmula: «Para um pensador daquele tempo, explicar uma coisa consiste sempre em mostrar que ela não é o que parece ser mas sim o símbolo e o sinal duma realidade mais profunda — *ela anuncia e significa outra coisa*».

A ideia dominante do pensamento medieval é que o mundo visível, conhecido pelos sentidos, não tem interesse senão como o símbolo ou prefigura dum mundo invisível. Os objectos não valem senão como *sinais* de realidades supra-sensíveis que é preciso discernir e interpretar.

---

[1] Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média*, Livros Pelicano, pág. 211.

O simbolismo da esquerda e da direita consistia em a esquerda ser reputada de mau agoiro e a direita ocupar, pelo contrário, o lugar de honra. A preeminência atribuída à mão direita é atestada, ao mesmo tempo, pelos textos, as imagens e os usos.

O pensamento da Idade Média dá significado simbólico às cores. Aos quatro elementos correspondem quatro cores: o azul ao ar, o castanho à terra, o verde à água e o vermelho ao fogo. O branco simboliza a luz, a eternidade; por isso se vestem de branco os anjos nas visões de Daniel e de S. João. Na Igreja, é a cor das vestes do Papa e das alvas e sobrepelizes dos sacerdotes. O vermelho é a cor do sangue e do fogo. Na mística cristã é o emblema do amor divino, dos mártires que são os soldados de Cristo e dos santos inocentes. O roxo tem significado maléfico. O negro é a cor do luto. As cores litúrgicas, em número de cinco, correspondem, cada uma delas, a certa categoria de festas ou ofícios. Assim, o vermelho é reservado às festas dos Mártires por causa do sangue da sua paixão e ao Pentecostes devido às línguas de fogo.

O peixe simboliza Jesus Cristo porque o seu nome em grego *ikthus* é o acróstico de Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador. Representa também, às vezes, as almas que o divino Pescador apanha nas suas redes. Esta assimilação tornou-se corrente pela *Vocação dos Apóstolos* cujos quatro primeiros foram recrutados entre os pescadores do mar da Galiléia que, de pescadores de peixes, se tornaram pescadores de almas.

O peixe era também o símbolo do Baptismo e consequentemente dos evangelizadores que baptizaram os pagãos depois de os terem convertido.

Das *Artes Liberais*, a *Retórica* era representada por uma figura que, em vez de fazer um gesto oratório, segurava nas suas mãos moedas de ouro. Isto levou à interpretação de que se tratava de relação com o facto de os grandes oradores da Antiguidade serem frequentemente denominados «Boca-de-Ouro».

No Estudo Geral ou Universidade, as cores das Faculdades eram semelhantes às de hoje. Assim para o Direito a cor era a vermelha, a amarela para a Medicina, etc.

Nas igrejas, as pedras simbolizam os fiéis, as ombreiras simbolizam os apóstolos e o portal da fachada é a imagem do Salvador, visto Ele a si próprio assim se ter designado, no Evangelho de S. João (cap. 10, v. 9): «*Eu sou a porta. Se alguém entrar por mim será salvo*».

Os gestos litúrgicos distiguem-se em atitudes corporais e gestos manuais.

As atitudes corporais são a estação vertical, a prostração e a genuflexão e indicam submissão.

Até ao século XIII a atitude obrigatória da prece era a *estação vertical.* Depois aparece a genuflexão adoradora que é na sua origem a atitude do vassalo reconhecendo a sua dependência perante o suzerano: «*joelhos flectidos e mão postas*». A genuflexão exprime humilhação e pode ser feita com os dois joelhos ou com um só. Esta última, na Idade Média, era reservada sòmente aos Sacerdotes temporais [1]. A partir do século XIII os Reis Magos, nas pinturas que representam a Adoração, em vez de se inclinarem ou prostrarem, põem um joelho em terra perante Nossa Senhora para lhe oferecerem os presentes para o Deus Menino.

A atitude de estar de joelhos é completada algumas vezes com a prostração completa, que consiste em deitar o corpo ao comprido, devendo a fronte estar virada para o chão e apoiada sobre os braços cruzados. Esta prostração faz-se durante o canto das Ladainhas no Sábado Santo e na vigília do Pentecostes [2] e nas cerimónias da ordenação quando o prelado estende a mão direita sobre o ordenando dizendo: «Recebe o Espírito Santo, etc.» [3].

Os gestos manuais de oração e penitência são destinados a chamar a graça divina.

Os gestos de oração podem ser os das mãos postas e os das mãos escondidas.

O gesto das mãos postas sòmente aparece na arte da Idade Média no século XII. É na sua origem um gesto de submissão e não de oração pois é desse modo que se exprime a homenagem do vassalo que põe as mãos juntas perante o seu suzerano para mostrar que se submete à sua vontade. Como se punham juntas as mãos dos mortos para manifestar da mesma maneira a sua submissão à vontade de Deus, este gesto passou naturalmente à escultura funerária dos jacentes. Foi pouco a pouco, que se impôs como o gesto ritual da oração litúrgica e individual.

O gesto das mãos escondidas é costume de muito antiga tradição pois já os judeus do Velho Testamento conheciam este modo de testemunhar respeito ao aproximar-se da divindade para orar.

Os evangeliários são livros litúrgicos que contêm o texto completo dos quatro Evangelhos.

O livro que o personagem central do painel da Cruzada ostenta na mão, aberto numa passagem do Evangelho de São João, não é um livro vulgar como o que se vê debaixo do braço do Doutor Manga-Ancha ou aberto nas mãos de Olivier de La Marche. Está forrado com um pano verde um pouco pendente, tal como ainda

---

(1) Abbé R. Aigran, *Liturgia*, Paris, 1935, pág. 389.

(2) Dom António Coelho, O. S. B., *Curso de Liturgia Romana*, tomo II, pág. 254.

(3) Abbé R. Aigran, *Liturgia*, Paris, 1935, pág. 738.

hoje se usa em muitas igrejas nos evangeliários que servem nas missas solenes [1].

Todos os actos da Missa, mesmo os menores gestos do celebrante, têm um significado simbólico de que a maior parte dos fiéis de agora não têm consciência, mas que na Idade Média era familiar a todos os letrados.

Dentre as vestes litúrgicas, a dalmática é usada pelos diáconos e a mitra pelos bispos ou arcebispos. A capa tem também o nome de pluvial. O báculo ou bago é o bastão ou cajado pastoral dos prelados.

Além da Liturgia, duas outras manifestações do culto público exercem na arte religiosa da Idade Média profunda influência: a *Pregação* e o *Teatro religioso.*

No século XIII a pregação toma um grande impulso graças à fundação das ordens dos Dominicanos e Franciscanos.

O teatro nasce do culto religioso que ele exterioriza sob a forma do drama. Na história do teatro medieval do Ocidente, distinguem-se duas fases muito nítidas: o *drama litúrgico* e os *Mistérios.* O primeiro era representado por padres no interior das igrejas mas o segundo, pelo contrário, passava-se ao ar livre e os actores eram laicos.

Um exemplo da influência que o teatro religioso exerceu sobre a pintura na Idade Média é a *Ceia* de Thierry Bouts cuja disposição está de acordo com a encenação dos Mistérios. Muitos outros se poderiam apresentar pois há grande número de pinturas que são nìtidamente ilustrações de *Mistérios.* É sobretudo a partir do século XV, o qual coincide com o apogeu do teatro religioso da Idade Média, que as correspondências entre o Teatro e as artes plásticas se evidenciam e multiplicam.

A arte do fim da Idade Média transformou-se pois *no seu espírito,* passando os artistas a ligar-se mais à realidade que ao símbolo, devido à influência dos quadros vivos dos Mistérios que lhes fazem ver e tocar o que até então eles imaginavam confusamente.

Em iconografia deve dar-se a maior atenção à simetria que é uma exigência imperiosa não só da vista como do espírito humano. O gosto da simetria foi levado pela Idade Média até à mania do que resultaram dois princípios que tiveram importantes consequências iconográficas: a lei da duplicação e a lei dos números pares.

A lei da duplicação leva os artistas a verem muitas vezes em dobro. Assim uma personagem ou animal que normalmente deveria estar só é muitas vezes duplicado contra toda a verosimilhança por razões puramente decorativas. Os exemplos de duplicação

---

[1] Dr. António Leite, *Os Mistérios dos Painéis,* in «Brotéria», vol. LXVIII n.º 6, de 1959.

simétrica abundam na arte cristã da Idade Média. Assim vemos na arquitectura muitos exemplos de janelas falsas. O próprio Cristo é muitas vezes duplicado sem outra razão que a necessidade de simetria. Na catedral de Parma, S. Martinho reparte o seu manto não sòmente com um mendigo, como conta a lenda, mas com dois, como o exige a simetria. Acrescente-se, ainda, que os temas masculinos são frequentemente duplicados na Idade Média, com temas femininos, para terem figuras simétricas. Assim a cada Profeta corresponde uma Sibila, etc. Chegou-se mesmo a inventar uma *dansa macabra de mulheres* para corresponder à *dansa macabra dos homens*.

A simetria exige números pares porém, infelizmente, os números sagrados são frequentemente números ímpares, como a Trindade, os Reis Magos, as Virtudes Teologais, etc. Mas os artistas não hesitam. Para realizar uma simetria que lhes era indispensável, eles transformavam números ímpares em números pares. Por exemplo, na iconografia das *Artes Liberais* que eram sete (trivium e quadrivium) acrescentaram-se três na fachada da catedral de Laon: a *Filosofia*, a *Arquitectura* e a *Medicina*. Deste modo a simetria ficava vitoriosa contra os textos e tradições, mesmo os mais veneráveis.

Por fim não deve ser esquecido o factor *estético*. A arte consiste em dar às ideias uma forma plástica. Para realizar esta encarnação, o artista obedece não sòmente às indicações dum programa mas ainda às solicitações discretas ou imperiosas da forma que umas vezes sugere e outras ordena.

Os artistas deram sinais às imagens dos santos para todos, mesmo os não instruídos, os poderem fàcilmente identificar. Esses sinais são as *características* e os *atributos*.

Características são as particularidades físicas e de vestuário que pertencem pròpriamente a um dado santo e são inseparáveis da sua pessoa; por outras palavras, são o seu tipo e o seu traje tradicionais. É assim que se reconhece São Pedro pela tonsura, São Paulo pela calvície, etc.

Atributos, pelo contrário, são sinais de reconhecimento ajuntados à personagem. Serão, por èxemplo, objectos emblemáticos que elas seguram nas mãos, como as chaves de São Pedro, a espada de São Paulo, etc.

Os atributos classificam-se em *reais* e *simbólicos*.

São exemplos dos primeiros a coroa dos santos reis, o báculo dos bispos, etc.; entre os segundos temos a palma do martírio, as chaves de São Pedro, etc.

O nimbo é o tipo de atributo universal, comum a todos os santos. Mas não se pense que a arte cristã o reserva exclusivamente aos santos. É uma maneira de exprimir que as personagens repre-

sentadas estão na «*graça de Deus*». O nimbo é geralmente *circular*, porque o círculo é considerado como a forma perfeita e o emblema da abóbada celeste: firmamento ou Paraíso. Em vez de um nimbo circular encontra-se, às vezes, um halo de raios luminosos aureolando a face do santo. O nimbo foi, a princípio, de várias cores e só mais tarde se impôs a cor do ouro que é a do sol e convém particularmente à glorificação dos santos.

O livro é um atributo muito espalhado, caracterizando não só o Cristo Ensinador mas também os Apóstolos, os Evangelistas, etc. Na maior parte das vezes, este livro é um Evangeliário.

Os atributos que distinguem os *Mártires* são quase sempre os instrumentos do seu suplício.

Há atributos que geraram patronagens. Assim, a espada que lembra a degolação de S. Paulo fê-lo escolher para patrono dos cavaleiros.

A religião cristã teve origem na religião nacional dos Judeus, mas internacionaliza-se pelo génio de propaganda de S. Paulo, apóstolo dos gentios.

Os símbolos zoomórficos de Cristo são o peixe e o cordeiro. Segundo Santo Agostinho, o peixe é o símbolo de Cristo que desceu vivo no abismo da vida mortal como o peixe na profundeza das águas. O peixe é muitas vezes associado à *âncora* que se torna o símbolo cristão da cruz (segundo S. Paulo, a cruz é a *âncora dos cristãos)* e, depois, da firme esperança da salvação.

A imagem de Cristo pescador foi naturalmente sugerida pela Vocação dos quatro primeiros apóstolos, a quem Cristo, ao vê-los lançar as redes, disse: «Segui-me que eu vos farei pescadores de homens». Nas Catacumbas vêem-se pinturas em que Cristo pescador de almas apanha com um anzol um peixinho, símbolo da alma salva. Num sarcófago existente em Roma, Cristo captura os peixes numa rede em vez de utilizar o anzol. Esta variante é inspirada na parábola do Evangelho de S. Mateus (1): O reino dos céus é semelhante a uma rede lançada ao mar, que colhe toda a casta de peixes...

A imagem de Cristo pregado na cruz apresenta-O sempre com a cabeça pendente sobre a espádua direita.

A representação iconográfica da Santíssima Trindade, tema dificílimo para os artistas, pode ser classificada em dois grupos de símbolos: geométricos e antropomórficos. Dentre os primeiros, o mais corrente é um triângulo equilátero inscrito num círculo.

Os anjos são ministros ou diáconos do Senhor (2) a quem servem

---

(1) Capítulo XIII, v. 47.

(2) Dr. António de Vasconcelos, *Duas Cartas sobre Indumentária Litúrgica na Iconografia Medieval*, in «Biblos», vol. II, n.os 3 e 4 de 1926, pág. 120.

de intermediários em relação aos homens e lhes transmitem as Suas instruções.

Os anjos são os instrumentos da vontade divina. Da mesma maneira que o utensílio é o prolongamento da mão humana, eles prolongam e acabam por substituir na iconografia a *Mão de Deus* (Manus domini). Mas não estão sòmente ao serviço da divindade; estão também ao serviço dos homens. Os anjos são essencialmente os *mensageiros de Deus*, transmitindo as suas instruções, avisos ou ameaças, ou mesmo actuando como, por exemplo, aquele que susteve a faca de Abraão.

Os homens que têm direito à assistência dos anjos são principalmente os profetas, os mártires e os santos. Assim, um anjo inspirador guia a mão de São Lucas ao pintar o retrato da Virgem; outro dita a São Gregório as suas homilias.

Os anjos são um traço de união entre Deus e os homens, fazendo de lançadeira entre o céu e a terra, subindo e descendo a escada celeste da visão de Jacob.

Os anjos não têm sexo, conforme se vê pelo cap. XXII, v. 30, do evangelho de S. Mateus (1).

Os artistas cristãos da Idade Média representavam os anjos nas suas missões terrestres como anjos-efebos: belos adolescentes, viris e jovens, imberbes e quase sempre louros.

Como os anjos irradiam a luz divina e a sua pureza é imaculada a arte cristã primitiva representa-os revestidos com uma longa *túnica branca*. Esta veste, branca de neve, com a qual se revestiam os catecúmenos, tem o mesmo significado simbólico que a alva dos sacerdotes.

A arte bizantina gosta de revestir os anjos com trajes faustuosos que se usavam nas cerimónias da corte imperial. Transformados em dignitários celestes, eles têm por insígnia uma vara comprida terminada em bola.

No Ocidente, a princípio, os anjos usam uma simples túnica franzida na cinta por um cordão. Mas a partir, do século XIII, sob a influência do drama litúrgico no qual o papel dos anjos era desempenhado por diáconos, espalha-se o uso de lhes dar um traje sacerdotal que substitui o traje de corte bisantino. Da mesma maneira que Deus Pai usa a tiara e o *pallium* do Papa, os anjos são revestidos com uma capa de sacerdote e, de preferência, pela razão da sua juventude, com uma *dalmática de diácono*, bordada a ouro. Os anjos de Van Eyck e de Memling oficiam com gravidade no seu vestuário litúrgico de diáconos.

---

(1) Dr. António de Vasconcelos, *Duas Cartas sobre Indumentária Litúrgica na Iconografia Medieval*, in «Biblos», vol. II, n.os 3 e 4 de 1926, pág. 122.

O arcanjo São Miguel, o príncipe da milícia celeste, é um *guerreiro, um cavaleiro*, o condestável das milícias celestes. Por isso a Igreja católica o considera como seu defensor. Os artistas da Idade Média representaram-no, a princípio, revestido com uma túnica comprida; só mais tarde o armaram com a cota de malha e o elmo. São Miguel é representado, em regra, *de pé*, sobre a terra ou no ar.

O arcanjo Gabriel é o anjo por excelência no verdadeiro sentido da palavra, pois é, mais que tudo, o *Mensageiro*, o *Anunciador*. Ele anuncia a Zacarias o nascimento de São João Baptista e a Maria o nascimento de Jesus. Partilha com o arcanjo São Miguel a guarda da porta das igrejas a qual assim fica interdita ao demónio. Iconogràficamente, o arcanjo Gabriel é vestido com uma túnica comprida ou com paramentos litúrgicos (alva, dalmática, etc.) e tem por atributo uma vara de mensageiro, um ceptro, etc. Usualmente, é revestido com uma túnica branca ou com uma dalmática de diácono bordada a ouro. Na cena da Anunciação, a atitude é muito variada pois o encontramos quer representado em pleno voo, quer pousado sobre o solo e, neste último caso, de pé ou de joelhos. Na Idade Média, o anjo está sobre a terra, não imóvel, mas andando para a destinatária da mensagem divina. Terminada a sua missão, o arcanjo Gabriel volta a subir ao céu para «*faire son rapport*» ao Eterno. O anunciador é caracterizado, além disto, pelo seu gesto e os seus atributos. Normalmente, o gesto é o de estender para a Virgem a mão direita, levantando o dedo indicador para sublinhar as palavras, tal como nas estátuas dos filósofos da Antiguidade (gesto oratório). Este gesto tem significado indicativo (tal como o do Precursor São João Baptista ao mostrar Jesus Cristo ao povo nas margens do Jordão) ou de mando.

Como insígnias da sua missão o anjo segura na mão esquerda uma vara de mensageiro, símbolo originado do deus Mercúrio, mensageiro de Júpiter. É a vara dos antigos arautos, bastão de comando confiado pelo imperador celeste ao seu embaixador extraordinário e plenipotenciário.

A Anunciação é a visão do Anjo transmitindo à Eleita a mensagem divina. É a origem da vida de Cristo pois coincide com a Encarnação do Salvador. É portanto o primeiro acto ou prelúdio da Obra de Redenção.

Nesta cena, o anjo Gabriel enviado por Deus à Virgem Maria, sauda-A e diz-lhe que vai conceber um filho, Jesus, e que nada tema porque o Espírito Santo descerá sobre Ela. Maria responde: «Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra».

São inúmeras as variantes iconográficas da Anunciação, porém os seus dados plásticos essenciais mantiveram-se imutáveis através dos tempos. Assim, em lugar de um espaço homogéneo, isto é, de uma cena ao ar livre ou de interior, nós temos um espaço misto, ao mesmo tempo aberto e fechado, com um exterior e um interior. A atitude da Virgem perante o anjo é, no Ocidente, a de joelhos. Há uma variedade infinita dos gestos e expressões que traduzem a comoção de Maria. São também muito variadas a arquitectura e a decoração da Anunciação. Na arte do Ocidente, a partir do século XV, é graças aos progressos da perspectiva que o quadro se torna *real* e a cena se situa num verdadeiro interior.

O arcanjo Rafael era invocado pelos mareantes pela razão de ele ter sido guia seguro de Tobias, cumprindo a promessa feita a seu pai: «Eu conduzirei são o teu filho, e são to reconduzirei». O pai de Tobias respondeu: «Fazei boa jornada, e Deus seja convosco no vosso caminho, e o seu anjo vos acompanhe» (1).

Os arcanjos São Miguel e São Rafael eram tanto da devoção dos mareantes portugueses que dois dos quatro navios de Vasco da Gama, na viagem de descobrimento da India, tinham os seus nomes.

Na iconografia do Antigo Testamento foram frequentes, na Idade Média, as representações dos sonhos de Jacob e de Nabucodonosor.

No primeiro, Jacob viu uma escada apoiada na terra e cujo cimo tocava o céu; por ela subiam e desciam os anjos de Deus (2).

No segundo, Nabucodonosor viu uma árvore de altura desmarcada e a sua altura chegava ao céu, «e eis que um dos anjos que velam e que são santos, desceu do céu» (3).

SÃO MIGUEL, ANJO CUSTÓDIO DE PORTUGAL

De *Jorge Cardoso* (4) tira o autor os apontamentos seguintes.

Santarém foi tomada aos mouros pelo rei D. Afonso Henriques em dia de São Miguel, (8 de Maio de 1147).

«Passados vinte e quatro anos veio el-rei de Sevilha Albaraque sobre a dita vila com poderosíssimo exército e vendo-se o magnânimo Rei D. Afonso Henriques apertado, recorreu (como tinha de costume) ao Céu negociando feliz despacho por meio do Arcanjo S. Miguel (de que era particularmente devoto) e saindo os nossos

---

(1) P. Matos Soares, *Bíblia Sagrada, Livro de Tobias*, pág. 537.
(2) Ibidem, *Génesis*, pág. 47.
(3) Ibidem, *Profecia de Daniel*, pág. 1030.
(4) Jorge Cardoso, *Agiológio Lusitano*, tomo III, págs. 117 e 126.

ao campo animados de suas afectuosas palavras e alentados com o diviníssimo sacramento do altar, andando o esforçado Rei no maior conflito da batalha, apareceu a seu lado um Braço armado, com asa no coto, que jogava as armas destrìssimamente (insígnia com que ordinàriamente se pinta este tutelar da Igreja Católica e defensor do povo cristão) fazendo bravo estrago nos Mouros, com que brevemente a duvidosa vitória ficou pelo Senhor Rei».

Algumas páginas adiante diz Jorge Cardoso:

«Foi o Arcanjo S. Miguel conhecido sempre dos Portugueses por Anjo Custódio deste Reino, depois que o invictíssimo Rei D. Afonso Henriques, venceu com o seu patrocínio a Albaraque, rei de Sevilha, nos campos de Santarém. E por isso lhe erigiu sumptuosas capelas, assim na igreja da alcáçova da dita vila como nos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça, consagrando-lhe também seus sucessores as Reais de seus Paços, como se vê na de Coimbra que é agora a capela da Universidade. E na que El-Rei D. Dinis fez nos da alcáçova do castelo de Lisboa e na dos paços de Évora, todas deste orago. Também El-Rei D. João II mandou pintar no altar do cruzeiro de S. Francisco da mesma cidade a imagem do dito Arcanjo, com escudo embraçado, e nele as quinas reais (1). E El-Rei D. Manuel ordenou que se cantasse no Mosteiro da Batalha, todos os dias, uma comemoração a S. Miguel, como anjo custódio do reino. Em cuja igreja se vêem as suas balanças esculpidas nas famosas sepulturas do Infante D. Pedro, empresa particular sua, e do Infante Santo D. Fernando, por nascer na dita vila de Santarém em seu dia, as quais viu no céu quando o mesmo Arcanjo lhe apareceu no cárcere e alcançou de Deus livrá-lo daquela infernal masmorra para o levar à liberdade celestial»

Na capela de São Miguel, no Paço da Alcáçova em Lisboa, existia um riquíssimo retábulo representando esse Arcanjo, o qual era uma magnífica obra feita por pintor insigne (2).

A imagem de São Miguel foi colocada no ponto mais alto da porta lateral do mosteiro dos Jerónimos começado a construir em 1500.

De Latino Coelho (3) tira o autor os períodos seguintes:

«El-Rei D. Manuel quis perpetuar num monumento grandioso a memória da empresa heróica por que o nome português começou

---

(1) Essa pintura é, certamente, a existente no transepto de S. Francisco de Évora e, sendo do tempo de D. João II, poderá talvez ser atribuída a Francisco Henriques e não a Garcia Fernandes (Vide, Reinaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, pág. 106).

(2) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. IV, pág. 45.

(3) J. M. Latino Coelho, *Arte e Natureza*, págs. 52 e segs.

de ilustrar-se nos mares do Oriente em prol do Evangelho, e do engrandecimento da coroa de Portugal.

O pensamento simultâneamente religioso e dominador que se estampou em pedra no mosteiro de Belém está breve, mas eloquentemente compendiado na magestosa portada, que logo à primeira vista surpreende e admira o espectador. Aquele portal é um poema de mármore onde os arrojos da arquitectura pleiteiam a primazia com a singeleza mística da estatuária gótica. Duas estátuas principais enobrecem a portada, e são como os dois personagens um sagrado, outro profano, daquela breve epopeia cinzelada em pedra. No lugar mais nobre e superior, a Virgem Nossa Senhora dos Reis, cercada de uma corte celestial, que representam doze estátuas de santos, dispostos em nichos de formoso e variado lavor. Em baixo sobre o pilar, que divide em duas a porta principal, erguido, e em toda a magestade de um vulto heróico, o Infante D. Henrique, primeiro fautor das descobertas e conquistas dalém-mar, e glorioso percursor del-rei D. Manuel. Aos lados do Infante, vestido de armadura de batalha, as doze estátuas dos apóstolos, como quem está animando e socorrendo com o exemplo da evangélica palavra, aquele que delineara, nas conquistas que intentou, um novo apostolado e uma nova difusão da luz de Cristo, nos missionários que os galeões de Portugal haviam de levar às partes de África e do Oriente, para hastearem a cruz, simbolizando a conquista da celestial Jerusalém, junto da espada, emblema da dominação terrena. *Sobre a portada inteira, projectando-se já nos céus, a estátua do arcanjo S. Miguel, como se o arquitecto daquele templo, pondo-lhe por atalaia o capitão das celestes legiões, quisera significar que onde a conquista havia de ser toda por Deus, de Deus e do céu havia de ser o caudilho daquela empresa*» [1].

Sobre o pilar que divide em duas a porta da igreja da Conceição Velha, em Lisboa, existe também uma estatueta de São Miguel.

OS APÓSTOLOS

Os *Apóstolos* são os discípulos de Cristo, assim designados porque foram delegados pelo Salvador para evangelizar as nações [2].

O nome de apóstolos estendeu-se mais tarde aos confessores e mártires que evangelizaram os pagãos.

---

[1] O sublinhado é do autor.

[2] Quase todo este assunto foi tirado de Louis Réau, *Iconographie de L'Art Chrétien, Nouveau Testament.*

No dia de Pentecostes [1], Cristo ressuscitado fez descer o Espírito Santo sob a forma de chamas sobre os dozes apóstolos que se encontravam reunidos no Cenáculo, para lhes permitir falarem todas as línguas necessárias para a pregação do evangelho entre os pagãos. Jesus já havia prometido aos apóstolos que uma vez desaparecido desta terra, não os deixaria órfãos, mas lhes enviaria da parte do Pai um outro consolador: — o Paráclito ou o Espírito de verdade que ficaria eternamente com eles. E depois da Ressurreição disse-lhes: «Como o Pai Me enviou, Eu também vos envio; recebei o Espírito Santo». Assim se cumpriu a profecia de Joel: «Eu espalharei o meu espírito sobre toda a criatura».

A missão que Jesus Cristo ressuscitado incumbiu aos apóstolos foi a de, cheios do Espírito Santo, evangelizarem os povos da terra, dizendo-lhes: «Ide pelo mundo inteiro e pregai o evangelho a toda a criatura. Quem acreditar e for baptizado salvar-se-á, mas quem não acreditar será condenado» [2]; «Ide, pois, ensinai todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado» [3].

A indumentária dos apóstolos consiste numa túnica e num manto denominado o «pálio apostólico» [4]. Hansen [5] dá a estas duas peças de vestuário os nomes de «dalmática» e «capa».

Cristo distinguiu três dos apóstolos — São Pedro, Sant'Iago e São João — os únicos que assistiram à Transfiguração e à Agonia no horto das oliveiras.

Santo André foi o primeiro a seguir o Redentor, por isso os gregos o denominam «o primeiro chamado».

O apóstolo *São Pedro* era, assim como o seu irmão mais velho Santo André, um simples pescador em Cafarnaúm, no lago de Genesaré, que seguiu a Cristo, deixando de ser pescador de peixes para se tornar em pescador de almas.

Num discurso pronunciado em Jerusalém, disse São Pedro: «Irmãos, sabei que Deus me escolheu desde os primeiros dias para que os pagãos ouvissem da minha boca a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé. E Deus que conhece os corações, testemunhou a favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo como a nós, visto ter purificado os seus corações pela fé» [6].

---

[1] «Pentecostes» é uma palavra grega que significa quinquagésimo dia, 50 dias depois da Páscoa. Vide Dr. P. Frei Carlos de Villapadierna, *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos*, 8.ª ed., pág. 198.

[2] São Marcos, 16, vv. 15 e 16.

[3] São Mateus, 28, vv. 19 e 20.

[4] Juan Ferrando Roig, *Iconografia de los Santos*, pág. 48.

[5] Henny Harald Hansen, *Histoire du Costume*, Paris, Livraria Flammarion, 1956, pág. 39.

[6] Dr. P. Frei Carlos de Villapadierna, *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos, Actos dos Apóstolos*, 15, 7 a 9.

São Pedro é caracterizado não só pelos seus atributos, mas também pelo seu tipo físico que é fàcilmente reconhecível.

O seu cabelo grisalho (1) de pessoa idosa apresenta muitas vezes uma tonsura que lembra ter ele sido o primeiro dos sacerdotes cristãos. Conta-se que os judeus de Antioquia lhe tinham cortado os cabelos por escárneo. Isso teria sido a origem da *tonsura* clerical que assim se tornou uma insígnia de honra pois que, segundo os simbolistas, ela evoca a coroa de espinhos do Salvador.

O atributo mais frequente de São Pedro é constituído pelas chaves. O peixe faz alusão ao seu primeiro ofício de pescador, caracterizando não só o pescador de peixes como o pescador de almas.

Nas cenas da sua vida encontramos, em regra, redes de pesca ou a barca simbólica da Igreja (2).

São Pedro era, com frequência, o patrono das corporações de pescadores.

O apóstolo *São Paulo* é, depois de Jesus Cristo, a maior figura do cristianismo.

Foi depois da sua conversão que adoptou o nome de Paulo que significa «o pequeno», pois tinha baixa estatura.

Na Síria, rapou a cabeça por causa de um voto que tinha feito (3).

Os seus olhos eram ramelentos (talvez devido a uma oftalmia purulenta) e o nariz grande.

Os artistas representaram-no sempre de barba comprida.

São Paulo foi o verdadeiro fundador do cristianismo como religião universal, separada do judaismo. De Cristo, que era sòmente o Messias dos judeus, fez o Salvador do mundo; duma religião estritamente nacionalista fez, transplantando-a para o mundo grego e romano, uma religião ecuménica.

Os Padres da Igreja chamam-no «a boca de Cristo» e «o Arauto da Fé».

A assimilação a apóstolo é completamente justificada visto ter exercido um papel capital na difusão do cristianismo entre os povos pagãos. A este título mereceu a denominação de «Apóstolo dos Pagãos» (4).

São Paulo passou bruscamente de perseguidor do cristianismo a seu zelador. Desde a sua conversão começa uma vida esgotante de missionário itinerante, sempre na brecha.

---

(1) Juan Ferrando Roig, *Iconografia de los Santos*, pág. 218.
(2) Ibidem.
(3) *Actos dos Apóstolos*, 18, 18.
(4) Dr. P. Frei Carlos de Villapadierna, *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos*, 8.ª ed., pág. 221.

Depois de ter pregado em Damasco, donde foi forçado a evadir-se num cabaz descido por uma corda ao longo das muralhas, dirigiu-se a Jerusalém ao encontro dos Apóstolos.

Seguiu depois para Antioquia, cidade da Ásia Menor, acompanhando Barnabé, «um homem bom cheio de Espírito Santo e de Fé», o qual tinha antes estado nessa cidade onde havia já bastantes gregos convertidos e os tinha exortado a que todos se conservassem unidos ao Senhor, de coração firme [1].

Enviados pois pelo Espírito Santo, meteram-se num barco, rumo à ilha de Chipre [2] e daí seguiram para Antioquia, seu destino.

Em Antioquia os judeus encheram-se de inveja por verem a multidão de gregos que assistiam às pregações de São Paulo e responderam com blasfémias ao que ele dizia.

Então São Paulo e São Barnabé afirmaram: «Era primeiramente a vós que a palavra de Deus devia ser anunciada. Visto, porém, que a repelis e vós próprios vos julgais indignos da vida eterna, voltamo-nos para os pagãos, pois assim nos ordenou o Senhor:

Estabeleci-te como luz das nações, para levares a salvação até aos confins da Terra [3].

Da Ásia Menor, atravessando a Síria, dirigiu-se para a Macedónia, tendo embarcado em Tróade. Da Macedónia passou à Grécia, pregando em Atenas e Corinto. Regressou depois a Antioquia, por mar, passando por Éfeso e desembarcando em Cesareia.

Voltou a Jerusalém tendo feito um discurso à multidão no qual contou que o Senhor lhe dissera: «Vai, que Eu hei-de enviar-te aos pagãos, lá ao longe» [4].

Por fim, São Paulo embarcou para Roma tendo naufragado o barco junto à ilha de Malta e salvando-se todos os tripulantes e passageiros.

Em Roma, permaneceu dois anos «anunciando o Reino de Deus e ensinando o que diz respeito ao Senhor Jesus Cristo» e sofreu o martírio sendo decapitado com uma espada.

Segundo Clemente Romano, São Paulo foi aos confins do Ocidente, isto é, Portugal [5].

---

[1] Dr. Frei Carlos de Villapadierna, *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos*, 8.ª ed., 11, 23, pág. 219.

[2] Ibidem, pág. 221.

[3] Ibidem, pág. 224.

[4] Ibidem, pág. 241.

[5] Ibidem, pág. 253.

O Fragmento de Muratori, aí do ano 160, também fala da viagem de São Paulo à Península Ibérica ([1]).

Na Idade Média, São Paulo era patrono dos Cavaleiros, porquanto a espada que é o seu atributo habitual o fez passar por um cavaleiro romano embora nunca tenha usado armas.

Era, também, patrono dos teólogos e dos cordoeiros. A devoção destes últimos explica-se quer porque ele tinha a profissão de tecelão de panos de tenda com pelos de cabra, segundo os Actos dos Apóstolos, quer por um jogo de palavras sobre a sua conversão (as cordas são fabricadas por conversão ou torção do cânhamo), quer ainda porque ele fugiu de Damasco num cabaz suspenso por uma corda.

No Delfinado, São Paulo era considerado como preservador do medo.

O apóstolo *São João* foi, ao mesmo tempo, apóstolo e evangelista.

Era, assim como o seu irmão Sant'Iago, um pescador do lago de Genesaré.

Foi o discípulo predilecto de Jesus, em cujo peito reclinou a cabeça na última ceia e que O acompanhou ao calvário ([2]).

Na iconografia do Ocidente, São João é representado jovem e imberbe, por ser o mais novo dos doze apóstolos.

Veste a túnica talar e o manto dos demais apóstolos ([2]).

O apóstolo *Sant'Iago* era irmão de São João e Jesus Cristo chamou-os quando com seu pai Zebedeu estavam na sua barca a consertar as redes que utilizavam na pesca. Seguiram a Jesus com toda a prontidão.

Uma tradição do século VII fá-lo evangelizador da Espanha.

Segundo uma lenda, o apóstolo Sant'Iago ajudou os cristãos na batalha de Clavijo, ganha aos mouros por D. Ramiro I rei de Leão, entrando na batalha montado num cavalo branco, acutilando e derrubando centenares de mouros.

O apóstolo *Santo André* era irmão mais velho de São Pedro e, como ele, um pescador do lago de Genesaré, na Galileia.

São João Baptista, depois do baptismo de Cristo, estava em Betânia com dois dos seus discípulos. Fitando os olhos em Jesus, que passava, disse: «Aí está o cordeiro de Deus». Ouvindo o que ele tinha dito, os dois discípulos seguiram Jesus e permaneceram junto d'Ele nesse dia, na sua morada ([3]).

André era um dos dois que, tendo ouvido João, seguiram Jesus.

([1]) Dr. Frei Carlos de Villapadierna, *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos*, 8.ª ed., pág. 253.
([2]) Juan Ferrando Roig, *Iconografia de los Santos*, pág. 154.
([3]) São João, I, v. 35 e segs.

Neste evangelho vemos que Santo André foi o primeiro. O outro, sem dúvida, era São João Evangelista. Os dois foram, portanto, os primeiros membros do colégio apostólico (1).

Santo André seguiu Cristo durante três anos, com os demais apóstolos por todos os caminhos (1), e depois da Ascensão, pregou o evangelho na Scítia (sul da Rússia actual), na península dos Balcans, na Grécia e na Ásia Menor.

Enquanto pregava na Scítia, apareceu-lhe um anjo que lhe disse: «Vai ter com Mateus». Assim foi guiado miraculosamente para a Etiópia onde o apóstolo e evangelista São Mateus tinha sido encarcerado depois de lhe furarem os olhos. As portas da prisão abriram-se diante dele; ajoelhou-se ao lado do mártir, orou, e imediatamente os olhos cegos de São Mateus recuperaram a visão.

Santo André sofreu o martírio numa cruz em aspa de ramos oblíquos com a forma de um X, a qual tomou o nome de «cruz de Santo André».

Foi adoptado como patrono pelas corporações ligadas aos *pescadores*, pelos *vendedores de peixe* e pelos *cordoeiros* que fornecem aos pescadores a corda das suas redes.

Foi também patrono da casa ducal de Borgonha pois os borgonheses se julgavam originários da Scítia que Santo André evangelizou. Os cavaleiros da Ordem do Tosão do Ouro fundada pelo duque Filipe-o-Bom a quando do seu casamento com a Infante D. Isabel usavam como insígnia uma cruz em X.

Numa iluminura borgonhesa do século xv, Santo André é representado com a aspa ao seu lado direito, segura com a mão direita (2).

A aspa é o atributo corrente das figuras de Santo André mas, excepcionalmente, aparece um segundo atributo que faz alusão ao mister que ele exercia antes da sua vocação: uma grande rede de pescador (3).

Algumas vezes são atributos de Santo André redes ou outros instrumentos de pesca (4).

O apóstolo *São Tomé* era um pescador do lago de Genesaré, na Galileia, que se tornou discípulo de Cristo.

Sabe-se, de certo, muito pouco dele, a não ser que duvidou da Ressurreição de Cristo, pelo que foi relegado para a penúltima categoria dos apóstolos.

---

(1) Robert Quardt, *Los Santos del Año*, pág. 570.

(2) Dr. António Belard da Fonseca, *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, pág. 22.

(3) Louis Réau, *Iconographie de L'Art Chrétien*, III, pág. 80.

(4) Juan Ferrando Roig, *Iconografia de los Santos*, pág. 41.

Segundo a *Legenda dourada*, São Tomé foi convidado por um enviado do rei da Índia Gondóforo, a embarcar com ele para construir um palácio ao seu soberano. Na primeira cidade da Índia onde o navio fez escala celebravam-se as bodas da filha do rei e Tomé, convidado do banquete, não tocou na comida. Por isso o mordomo, vexado, deu-lhe uma bofetada.

Chegado à capital de Gondóforo, em vez de construir o palácio com o dinheiro que o rei lhe dera, distribuiu-o aos pobres, pois assim construia um *palácio celestial.*

Acabou por ser supliciado, tendo sido trespassado com lançadas, pelos sacerdotes pagãos.

A lança, instrumento do seu martírio, é o seu atributo mais frequente. É apresentado em regra, de pé, mas por vezes ajoelha-se diante do Salvador ressuscitado.

Em Portugal houve sempre grande devoção pelos apóstolos tendo sido edificadas muitas igrejas a eles dedicadas. Ainda hoje, São João e São Pedro são festejados em muitas terras.

Ao apóstolo Sant'Iago, padroeiro da Península Ibérica, seu guia e pastor, se atribuiam as vitórias contra os mouros (1).

O seu sepulcro em Compostela era visitado por inúmeros romeiros portugueses que para aí se dirigiam fazendo o percurso a pé, rezando por umas contas (2) e amparados por um bordão ou cajado.

Antes de partirem para Compostela, recebiam, na igreja, o bordão de peregrino e a «esportela», isto é, um bornal que se suspendia ao ombro por uma correia, a qual era benta pelo padre (3).

Em Compostela compravam correias e cintos (4).

Os romeiros, durante a viagem, cobriam-se com a «esclavina», uma opa que era também usada pelos escravos ou cativos resgatados que iam a Santiago, sendo aberta por diante, e com uma murça (5).

Quando voltavam da romaria traziam cozidas nas capas conchinhas de vieiras que adquiriam em Compostela. (5)

Entre os peregrinos, viam-se, por vezes, cativos dos mouros, «libertados por Sant'Iago» (6).

No janelão do lado oriental da igreja da Conceição Velha, em Lisboa, encontram-se duas magníficas estátuas dos apóstolos Sant'Iago e Santo André.

---

(1) Mário Martins, S. J., *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, in «Revista Portuguesa de História», tomo V, Coimbra 1951, pág. 171.
(2) Ibidem, pág. 175.
(3) Ibidem, pág. 165 e 174.
(4) Ibidem, pág. 166.
(5) António de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1889.
(6) Mário Martins, ob. cit., pág. 165.

Em Portugal, no tempo dos descobrimentos, acreditava-se firmemente que o apóstolo São Tomé havia evangelizado a India, segundo se lê em Duarte Pacheco (1) «...e por isso podemos dizer que Deus todo poderoso por singular privilégio o escolheu (o rei D. Manuel) entre todos os outros príncipes cristãos para naquelas partes (India) acrescentar sua católica fé por Seu serviço; porque é certo que a santa, divinal e antiga doutrina que o apóstolo São Tomé ali derramou, é já de todo perdida...».

AS CARTAS (OU EPÍSTOLAS) DE SÃO PAULO

Do *Padre Carlos de Villapadierna* (2) tira o autor os seguintes apontamentos.

São Paulo nasceu em Tarso, na Cilícia (Turquia). Feitos alguns estudos na sua cidade natal, dirigiu-se a Jerusalém e foi um ardente defensor das tradições judaicas e por isso perseguidor dos Cristãos. Mas, quando se dirigia a Damasco para prender os Cristãos dessa cidade, uma aparição de Jesus converte-o e ele torna-se desde então o mais apaixonado apóstolo da mensagem cristã. Percorre a Ásia Menor, a Macedónia e a Grécia, vai a Roma e provàvelmente à Espanha. Por toda a parte funda cristandades, que não esquece mesmo ausente. Contradições e perseguições de toda a espécie lhe dão ocasião de mostrar quão profunda é a sua fé e o amor por Cristo.

As *Cartas* que São Paulo escreveu às diversas cristandades por ele fundadas, são geralmente para resolver problemas que os novos cristãos lhe propunham ou que o seu zelo sabia terem-se levantado. Todas elas são inspiradas e portanto são palavras de Deus, como as outras escrituras.

A ordem por que as epístolas vêm no cânone da Sagrada Escritura é a da importância das igrejas a que foram destinadas e da extensão das mesmas cartas. Primeiro as grandes cartas aos Romanos e aos Coríntios (1.ª e 2.ª), depois as mais pequenas aos Gálatas, aos Efésios aos Filipenses e aos Colossenses e as duas aos Tessalonicenses. Seguem-se as cartas pastorais (a Timóteo duas e uma a Tito) e uma carta particular a Filémon. Por último uma epístola aos Hebreus.

A *Carta de São Paulo aos Romanos* principia assim: «Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado ao Apostolado, eleito para anunciar o

---

(1) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1905, pág. 155.
(2) P. Carlos de Villapadierna, *Cartas de S. Paulo*, Difusora Bíblica, Lisboa, 1958.

Evangelho de Deus, o qual tinha prometido por meio dos seus profetas nas Escrituras, referente ao seu filho, nascido da descendência de David, segundo a carne, constituido Filho de Deus, poderoso, segundo o espírito de santificação pela ressurreição dentre os mortos, Jesus Cristo Nosso Senhor, pelo qual recebemos a graça e o Apostolado, a fim de fomentar a obediência à fé para glória do seu nome em todos os povos...»

Desta Carta tira o autor o seguinte.

«Porventura Deus é só Deus dos Judeus? Não o é também dos Pagãos? Sim, é-o também dos Pagãos...»

«Tenho como coisa certa que os padecimentos do tempo presente não são nada em comparação com a glória que há-de manifestar-se em nós».

«Todos nós sabemos que toda a criação até o presente geme e sofre dores de parto. E não só ela, mas também nós que temos as primícias do Espírito, choramos dentro de nós mesmos, suspirando pela adoração, pela redenção de nosso corpo».

«Na esperança, nós estamos salvos...»

«Precisamente por isso eu te exaltei, para manifestar em ti o meu poder e fazer conhecer o meu nome em toda a terra».

«Não existe distinção entre o judeu e o gentio. Um mesmo é o Senhor de todos, rico para todos os que O invocam, pois todo o que invoca o nome do Senhor será salvo».

«E como ouvirão se ninguém lhes prega?... Logo a fé é pela pregação, e a pregação pela palavra de Cristo».

«E a vós os gentios, digo-vos que enquanto eu for Apóstolo dos gentios, honrarei o meu ministério...»

«Pois tudo o que foi escrito para o nosso ensino foi escrito para que por meio da paciência e da Escritura sejamos firmes na esperança».

«Que o Deus da esperança vos encha duma alegria perfeita e de paz na fé, para que abundeis na esperança, pelo poder do Espírito Santo».

«...A graça que me foi dada por Deus: a de ser ministro de Jesus Cristo entre os gentios, encarregado de um ministério sagrado no Evangelho de Deus, a fim de procurar que a oblação dos gentios seja aceite, depois de santificada pelo Espírito Santo».

«No que respeita ao serviço de Deus, tenho pois esta glória em Jesus Cristo, porque jamais me atreverei a falar de alguma coisa que Cristo não tenha obrado por mim para a conversão dos gentios...»

«De sorte que desde Jerusalém até à Ilíria e em todas as direcções preguei completamente o Evangelho de Cristo. Principalmente tive como honra pregar o Evangelho onde Cristo não era conhecido...»

«Depois de cumprir esta obrigação... dirigir-me-ei para Espanha».

«E ao que é poderoso para vos confirmar segundo o meu Evangelho e a pregação de Jesus Cristo, segundo a revelação do mistério da salvação encoberta desde os tempos eternos, porém agora manifestado por meio dos escritos proféticos, conforme a disposição de Deus eterno, o qual se deu a conhecer a todos os povos para que se convertam...».

Da 1.ª *Carta de São Paulo aos Coríntios* tira o autor o seguinte.

«...Deus no-lo revelou por meio do seu espírito...»

«Não sabeis acaso que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?»

«Não sabeis porventura que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que está em vós e o qual recebestes de Deus, e que portanto já não vos pertenceis?»

«Pregar o Evangelho, não é para mim um título de glória; é uma obrigação que me incumbe. Sim, ai de mim se eu não pregar o Evangelho».

«Tudo faço por amor do Evangelho, para participar dele».

«Vós todos sois o corpo de Cristo e cada um é como um membro...»

Da 2.ª *Carta de São Paulo aos Coríntios* tira o autor o seguinte.

«Todos nós com a cara descoberta contemplamos a glória do Senhor, como por um espelho e nos transformamos na mesma imagem, de glória em glória, à medida que opera em nós o Espírito do Senhor».

«Se o nosso Evangelho ainda estiver encoberto, está encoberto para aqueles que se perdem, para os infiéis...»

«Porque como resultado da tribulação momentânea e leve, prepara-nos uma glória completa, eterna e incalculável».

«Porque, se eu com a minha carta vos entristeci, isso não me pesa... porque vos entristecestes para a penitência... Porque a tristeza segundo Deus é a causa da penitência benéfica».

Da *Carta aos Efésios* tira o autor o seguinte.

«A mim, o menor entre os santos foi-me outorgada esta graça de anunciar aos gentios a infinita riqueza de Cristo...»

«Deste modo eu ajoelho-me diante do Pai, do qual procede toda a família tanto nos céus como na terra, para que segundo os ricos tesouros da sua glória vos conceda uma fortaleza segura no homem interior por meio do seu espírito; que Cristo habite por meio da fé em vossos corações e enraizados e fundados na caridade, possais compreender em união com todos os santos qual é a largueza, o comprimento, a altura e a profundidade e conhecer a caridade

de Cristo, a qual supera toda a ciência, para que sejam cheios de toda a plenitude de Deus».

«Deste modo, pois, eu, Paulo, preso no Senhor, exorto-vos a caminhar de uma maneira digna da vocação a que fostes chamados... a serdes solícitos em conservar a unidade do espírito mediante o vínculo da paz. Um só corpo e um só espírito temos, assim como também vós fostes chamados a uma só esperança, a da vossa vocação. Há um só Senhor, uma só fé e um só baptismo. Há um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, e opera por todas as coisas e reside em todos nós».

«Estai pois alerta, tendo os vossos rins cingidos com a verdade e revestidos com a couraça da justiça, e tendo os pés calçados, prontos para anunciar o evangelho da paz».

A *Carta de São Paulo aos Filipenses* foi-lhes enviada do seu cativeiro de Roma. É uma carta exortatória e dela tira o autor, o seguinte.

«Sempre que me lembro de vós, dou graças ao meu Deus; peço sempre em todas as minhas orações por vós, com alegria, devido à vossa união com o Evangelho desde o primeiro dia até agora... e tanto nas minhas prisões, como na defesa e confirmação do Evangelho, todos vós participais da minha graça».

«Quero que saibais, irmãos, que a minha situação contribuiu para a expansão do Evangelho [1], pois tanto no pretório como fora dele é notado como eu levo as minhas cadeias por Cristo, e a maior parte dos irmãos, alentados com as minhas cadeias, sentem mais ânimo para anunciar sem temor a palavra de Deus».

«Sòmente vos peço que vivais duma maneira digna do Evangelho de Cristo, para que ... ouça dizer de vós que vos conservais firmes num mesmo espírito, lutando juntamente pela fé do Evangelho, sem vos amedrontardes de nada perante os vossos inimigos, o que para eles é um sinal de perdição, mas para vós um sinal de salvação da parte de Deus. Porque não só vos foi concedido acreditar em Cristo, mas também padecer por Ele, sustentando o mesmo combate que vós vistes em mim e agora o ouvis».

«Deveis aparecer no meio desta geração má, perversa, como archotes no mundo levando bem alto a palavra da vida».

A *Carta aos Colossenses* foi enviada por São Paulo provàvelmente na mesma ocasião em que escrevia aos Filipenses e é-lhe semelhante pela matéria e pela forma.

Da Carta aos Colossenses tira o autor o seguinte.

«...Tivemos conhecimento da vossa fé em Jesus Cristo e da caridade que praticais para com os santos pela esperança que vos está reservada nos céus. Nela fostes instruídos pela palavra verdadeira

---

[1] A prisão do Apóstolo foi meio providencial de propagação da fé.

do Evangelho, que chegou até vós, e a qual assim como em todo o mundo, frutifica e cresce desde o dia em que ouvistes e conhecestes a graça de Deus em sua pureza...».

«Por conseguinte desde o dia em que tivemos conhecimento disso, não cessamos de orar e pedir por vós para que sejais repletos do conhecimento da vontade de Deus».

«...Dando graças a Deus Pai, que vos tornou capazes de participar da herança dos santos no reino da luz».

«E a vós... agora reconciliou-vos no corpo de sua carne, por sua morte, para vos apresentar santos, imaculados e irrepreensíveis perante Ele, se perseverais firmemente fundados e incomovíveis na fé e não vos afasteis da esperança do Evangelho que ouvistes...»

«Sou seu ministro (de Cristo) em virtude da dispensação divina que a mim me foi confiada em vosso benefício, para poder realizar a pregação da palavra de Deus, o mistério escondido aos seculos e às gerações e que agora se manifestou aos seus santos, aos quais dentre os gentios quis Deus dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério. Este, que é o mesmo Cristo entre vós, é a esperança da glória, o que nós anunciamos, admoestando todos os homens e instruindo-os em toda a sabedoria, a fim de os apresentar a todos perfeitos em Cristo. Pelo qual eu me canso, lutando com a energia de sua força, que opera prodigiosamente em mim».

«...Alegrando-me da vossa união e da vossa firmeza da fé em Cristo».

«Se pois fostes ressuscitados com Cristo, procurai então as coisas do céu, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Pensai nas coisas de cima e não nas da terra».

«Perseverai na oração, velando nela com acção de graças, orando ao mesmo tempo por nós, para que Deus nos abra a porta à palavra para anunciarmos o mistério de Cristo (pelo qual eu estou preso) [1], a fim de que eu o possa apregoar, como convém que o anuncie».

Da *Primeira Carta aos Tessalonicenses* tira o autor o seguinte.

«Continuamente damos graças a Deus e nos recordamos de todos vós em nossas orações, recordando incessantemente ante Deus, Nosso Pai, a obra da vossa fé, o trabalho da vossa caridade e a constante esperança em Nosso Senhor Jesus Cristo, conhecedores como somos da vossa eleição e de como sois amados por Deus. Pois o nosso Evangelho entre vós não se reduziu só a palavras, mas a poder, ao Espírito Santo, e numa confiança plena».

«Do mesmo modo que um pai a seus filhos, assim cada um de nós vos exortava e animava, e vos pediamos que caminhásseis

---

[1] Convite à oração pelos apóstolos e missionários. Se a oração não fecundar todas as suas canseiras apostólicas, estas ficarão estéreis.

de um modo digno de Deus, o qual vos chamou ao seu reino e glória».

«Impedem igualmente que falemos aos gentios e que se procure a sua salvação».

«Não quero igualmente irmãos, que ignoreis o que se refere ao destino dos mortos, para que vos não aflijais, como os outros, que carecem de esperança. Se acreditamos que Jesus morreu e ressuscitou, do mesmo modo Deus, por meio de Jesus, levará para si os que dormiram n'Ele».

«Nós, porém, os filhos do dia, devemos ser sóbrios e estar revestidos da couraça da fé, da caridade, e com o elmo da esperança na salvação».

Estai sempre alegres e orai sem cessar. Por tudo dai graças a Deus, pois tal é a sua vontade por Jesus Cristo».

Da *Segunda Carta aos Tessalonicenses* tira o autor o seguinte.

«Perante os olhos de Deus é justo retribuir com tribulações a todos os que vos atormentam; a vós, porém, os atribulados, (é justo) estar na nossa companhia, descansando, na manifestação do Senhor Jesus, desde o céu com as suas milícias angélicas, vingando-se com chamas de fogo sobre os que desconhecem e não obedecem ao Evangelho do Senhor Jesus. Esses serão castigados para a eterna ruína, afastados da face do Senhor e da glória do seu poder...»

«Nós, porém, devemos dar incessantes graças a Deus, por todos vós, irmãos queridos, a quem o Senhor escolheu desde o princípio para vos salvar por meio da santificação do Espírito e da fé verdadeira. A esta verdadeiramente vos chamou por meio da nossa evangelização para que conseguísseis a glória de Nosso Senhor Jesus Cristo. Conservai-vos, portanto, firmes, ó irmãos...»

«No demais, irmãos, rezai por nós para que a palavra de Deus seja difundida e ele seja glorificado...»

Da *Primeira Carta a Timóteo* tira o autor o seguinte.

«É verdade, e isto deve ser conhecido por todos, que Cristo veio ao mundo para salvar os pecadores...»

«...Porque isto é bom e agradável perante Deus, Nosso Senhor, o qual deseja que todos os homens se salvem e conheçam a verdade».

«...Eu fui constituído pregão e Apóstolo e mestre dos gentios na fé e na verdade».

«Assim, portanto, quero que todos os homens rezem em qualquer lugar que seja, levantando as mãos puras sem ódio nem discussões. Quero igualmente que as mulheres se apresentem honestamente com recato e modéstia, sem tranças nos cabelos, sem ouro, nem pérolas, nem vestidos caros».

«Aquela que verdadeiramente é viúva e está desamparada, confie em Deus e peça contìnuamente, noite e dia, por meio de súplicas e orações».

«Os presbíteros que governam bem, sejam considerados dignos de honra dobrada, principalmente os que trabalham na pregação e no ensino».

«Combate o bom combate da fé, assegura-te a ti mesmo a vida eterna...»

Da *Segunda Carta a Timóteo* tira o autor o seguinte.

«...Suporta pelo contrário todos os trabalhos pela causa do Evangelho com virilidade, no poder de Deus, o qual nos salvou e chamou a uma vocação santa...»

«Suporta as fadigas como um bom soldado de Jesus Cristo. Pois todo o soldado que milita para agradar àquele que o alistou não se embaraça com os negócios da vida».

«Por amor aos eleitos tudo suporto, para que eles alcancem a salvação em Jesus Cristo e a glória eterna».

«Anuncia a palavra, insiste continuamente, argumenta, ensina com toda a bondade e doutrina...»

«O Senhor, porém, assistiu-me, deu-me forças para que por mim a pregação se cumprisse e para que todas as nações a ouçam».

Da *Carta a Tito* tira o autor o seguinte.

«Quando, porém, apareceu a bondade e o amor para com os homens de Deus, Nosso Salvador, salvou-nos, não por obras justas que nós tivéssemos feito, mas por sua misericórdia por meio da regeneração e renovação do Espírito Santo, o qual com grande abundância derramou sobre nós por meio de Jesus Cristo, Nosso Salvador, para que justificados por sua graça sejamos herdeiros da vida eterna, conforme é nossa esperança.»

Da *Carta aos Hebreus* tira o autor o seguinte.

«O descanso da alma [1] está contido na Nova Lei. Temamos, portanto, para que não suceda que, durando ainda a promessa de entrar no seu descanso, algum de vós não a procure».

«Nós, porém, os que acreditamos, entremos no descanso, conforme Ele disse...».

«Por conseguinte, para o povo de Deus existe outro descanso. E aquele que entrou no seu descanso, há-de igualmente descansar das suas obras, como Deus descansou das suas».

«Pois Deus não é injusto para que se esqueça da vossa obra e do amor que mostrastes para com o seu nome, servindo os santos e perseverando no seu serviço».

---

[1] O descanso de Deus ou participação na sua contemplação beatífica foi prometido a todos os que fizeram a vontade de Deus.

«...A fim de que ... nós os que recorremos, tenhamos firme consolação, até alcançarmos a esperança proposta, a qual temos como segura e firme âncora da nossa alma...»

Finalmente, há que evidenciar o facto de estas *Cartas de São Paulo*, os *Actos dos Apóstolos* e os *Quatro Evangelhos*, serem bem conhecidos na corte portuguesa, no século XV, mesmo para os ignorante da língua latina, pois o Rei D. João I os mandou traduzir [1].

APONTAMENTOS DE LITURGIA

Do *Doutor Ribeiro de Vasconcelos* [2] tira o autor os apontamentos seguintes.

Contam-se na igreja latina sete graus de ordem, sendo três maiores e quatro menores.

No vértice da hierarquia de ordem está o *sacerdote*. O segundo lugar é ocupado pelo *diácono*, que junto do altar auxilia imediatamente o sacerdote no acto do sacrifício da missa. Em terceiro lugar está o *subdiácono*. Eis os três graus das ordens maiores.

As ordens maiores são sempre conferidas durante a missa. Os que vão ser promovidos prostram-se por terra sobre o pavimento da igreja, mostrando a renunciação solene e completa, que fazem à face dos altares, de todos as pompas e vaidades, de todas as comodidades, distracções e delícias da vida secular.

Um grande mistério vai operar-se; o Espírito Santo baixará daqui a pouco sobre aqueles eleitos, e erguê-los-á acima da humanidade, confiando-lhes missão e poderes sublimes de ordem sobrenatural.

Enquanto os ordenandos se conservam prostrados, o bispo, o clero e os fiéis presentes cantam de joelhos a ladainha de todos os Santos, invocando em favor deles a intercessão da corte celeste. Depois todos se levantam e principia a sagrada ordenação.

Na ordenação dos diáconos o bispo, no fim do prefácio, lança-lhes sobre o ombro esquerdo a estola ministerial, habilitando-os a servirem à mesa eucarística; veste-lhes a dalmática e entrega-lhes por fim o *evangeliário*, dando-lhes o poder de cantar o evangelho nas funções da liturgia.

Na «missa em presença dum príncipe», depois do Evangelho, dá-se-lhe a beijar o princípio do texto sagrado. Esta cerimónia praticava-se no tempo do rei D. Afonso V [3]. «Em dia de Reis

---

[1] António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. I, pág. 646.

[2] Dr. P. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Compêndio de Liturgia Romana*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897.

[3] Jaime Cortesão, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 448.

celebra a missa o deão, e estando este impedido, o principal seu imediato. O patriarca só costuma assistir, e neste caso, acabado o Evangelho, vai o subdiácono da missa dar a beijar o Texto ao patriarca, e logo descendo com o livro ao plano, troca aquele com outro livro também dos Evangelhos, que imediatamente vai oferecer aberto a el-rei para oscular o Texto» (1).

Para compreendermos a execução da cerimónia, estudemo-la no Cerimonial Romano (2) na Missa solene na presença do Bispo, que é idêntica (3).

Os Ministros da Missa solene são o Celebrante, o Diácono, o Subdiácono, o Cerimoniário, os Acólitos e o Turiferário.

O Celebrante paramenta-se com a casula, a estola, o manípulo, o cordão, a alva e o amicto.

O Diácono paramenta-se com a dalmática, com a estola (que põe sobre o ombro esquerdo e que segura por baixo do braço direito), o manípulo, o cordão, a alva e o amicto.

O Subdiácono paramenta-se com a túnica, o manípulo, o cordão, a alva e o amicto.

A dalmática e a túnica têm a mesma forma; entretanto, regularmente, a túnica deveria ter mangas mais compridas e mais estreitas que a dalmática.

Na Itália e em outros países conserva-se o uso das dalmáticas e túnicas com mangas, como as que trazem entre nós os Bispos na Missa Pontifical. A alguns centímetros da extremidade têm um galão, e as partes anterior e posterior são divididas em três na sua largura (4).

Na missa solene na presença do Bispo, depois do canto do Evangelho, o Diácono dá o livro ao Subdiácono; este tendo o livro aberto e elevado sobre o seu braço esquerdo, vai pelo caminho mais curto levá-lo ao Bispo; apresenta-lhe o livro a beijar, indicando-lhe com a mão direita o princípio do Evangelho que acaba de se cantar; depois do Bispo o beijar, o Subdiácono fecha o livro e retira-se.

O livro contém, quase sempre, os Evangelhos e as Epístolas das Missas, servindo sucessivamente ao Subdiácono, para a leitura da Epístola e ao Diácono para a do Evangelho (5).

Estudemos agora algumas peças do vestuário eclesiástico.

A *batina* é uma veste talar, de mangas, fechada adiante desde o pescoço até aos pés. Quanto à sua cor: o sumo pontífice usa-a

---

(1) João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo III, pág. 115.

(2) R. P. Le Vavasseur, *Cerimonial Romano*, Lisboa, 1884.

(3) P.e Ribeiro de Vasconcelos, *Compêndio de Liturgia*, vol. I, pág. 243.

(4) R. P. Le Vavasseur, *Cerimonial Romano*, Lisboa, 1884, pág. 26.

(5) Dr. António de Vasconcelos, *Duas Cartas sobre Indumentária Litúrgica na Iconografia Medieval*, in «Biblos», n.º 3 e 4 de 1926, pág. 117.

branca; os cardeais vermelha ou roxa; os bispos roxa ou preta; os prelados romanos roxa ou preta avivada.

A *sobrepeliz* teve a sua origem na alva que se foi encurtando pouco a pouco, as mangas foram-se alargando até tomar a forma da actual sobrepeliz. Entre nós tem-se introduzido o uso duma outra forma de sobrepeliz, de origem monástica, que tem desterrado quase completamente aquela; é redonda, sem mangas, tendo apenas uma abertura ao meio para passar a cabeça.

O *roquete* distingue-se da sobrepeliz de mangas, apenas em ter estas estreitas. O roquete só pode ser usado pelos bispos, prelados romanos, e por certos eclesiásticos privilegiados.

A *murça* é uma pequena capa redonda abotoada adiante, que cobre os ombros, espáduas e peito, tendo atrás um pequeno capuz.

Do *Doutor António Leite* [1], tira o autor o seguinte: «Os cardeais diáconos, nas grandes solenidades pontifícias, e em especial nos pontificiais, revestem-se com a dalmática e, se acolitam à missa papal, também com o manípulo».

As cores das vestes sacerdotais foram ditadas por razões simbólicas. Assim a cor vermelha que, além de outras cerimónias é usada na missa votiva da Vigília do Pentecostes, é símbolo do amor e sacrifício [2].

MISSAS VOTIVAS

De *Dom Gaspar Lefebvre* [3] tira o autor os apontamentos seguintes.

Chamam-se Votivas as Missas que não correspondem ao ofício do dia.

Há diferentes espécies de Missas votivas, não só quanto à qualidade da Missa, mas também quanto à solenidade. Quanto à qualidade as Missas votivas podem dividir-se em três classes. Na primeira compreendem-se as Missas votivas das festas que se celebram no curso do ano; e nas segundas as doze primeiras missas votivas que se encontram no fim do Missal como, por exemplo, as da Santíssima Virgem, a de todos os Santos Apóstolos, a da Santa Cruz, a dos Santos Anjos e a do Espírito Santo, e que são especialmente designadas para os diferentes dias da semana. Indica-se para o sábado a de Nossa Senhora. A terceira classe compreende as Missas votivas que se seguem [4].

---

(1) António Leite, *O Mistério dos Painéis*, in «Brotéria», vol. LXVIII, n.º 6, de 1959.

(2) Dom António Coelho, O. S. B., *Curso de Liturgia Romana*, Braga, 1943, tomo II, págs. 246 e 248.

(3) Dom Gaspar Lefebvre, *Missal Quotidiano e Vesperal.*

(4) R. P. Le Vavasseur, *Cerimonial Romano*, Lisboa, 1884, pág. 105.

A Missa votiva do Espírito Santo pouco difere da do domingo de Pentecostes.

Sobre esta última Festa diz Dom Gaspar Lefebvre [1]: «*O Dom da Sabedoria* é a iluminação do Espírito Santo, mercê da qual a nossa inteligência contempla as verdades da fé a uma luz deslumbrante e experimenta nela indizível prazer. Lançara Jesus os fundamentos da Igreja e enriquecera-a com os seus poderes. «O Espírito Santo virá sobre vós. Deixai-vos ficar, pois, na cidade até receberdes a força do Alto». A festa de hoje é a festa comemorativa da expansão da Igreja no mundo e foi sem dúvida por este motivo que se escolheu para estação de hoje a Basílica de S. Pedro dedicada ao Príncipe dos Apóstolos. Dissera o Mestre que o divino Paráclito viria e a Epístola mostra-nos o cumprimento da promessa. Era a hora de Tércia, à volta das nove horas, quando se fez de repente sentir um vento, impetuoso que encheu toda a casa, e línguas de fogo desceram sobre os Apóstolos. Iluminados por esta luz e a trasbordar deste fogo sagrado os Apóstolos sentem-se novos e vão realmente renovar a face da terra. Este dom maravilhoso consiste para cada um de nós na plenitude da graça que recebemos no baptismo e que se vai progressivamente desenvolvendo e ampliando até à maturação perfeita do céu. Para os Apóstolos era isto mesmo com mais o dever, de que em parte não podemos também prescindir sem atraiçoar ainda que veladamente a nossa dignidade e a nossa vocação, com mais o dever de a transmitir a todos os homens».

Nas Missas solenes do Domingo de Pentecostes e Votiva do Espírito Santo o sacerdote, o diácono e o subdiácono revestem-se de paramentos de cor vermelha.

O Evangelho comum às duas Missas é o de S. João 14, 23-31.

Destas Missas destaca o autor as frases seguintes.

«O Espírito do Senhor encheu a terra toda...»

«Levante-se Deus e pereçam os seus inimigos...»

«Rechaçai para longe de nós o inimigo e dai-nos sem detença a paz».

«Feliz a nação que tem o Senhor por seu Deus, feliz o povo que ele escolheu para Sua herança».

«Vinde, Espírito Santo, enchei os corações de Vossos fiéis e abrasai-os no fogo do Vosso amor».

«Completaram-se hoje os dias de Pentecostes, aleluia, hoje apareceu o Espírito Santo sobre os Apóstolos em línguas de fogo e infundiu-lhes os dons da sua graça. Enviou-os a pregar por todo o mundo e a testemunhar que todo aquele que acreditar e for baptizado será salvo».

---

[1] Dom Gaspar Lefebvre, *Missal Quotidiano e Vesperal.*

Da *Missa votiva dos Santos Anjos* tira o autor o seguinte.

«Ó Deus, que em admirável ordem regulais os ministérios dos anjos e dos homens, concedei-nos propício sermos protegidos na Terra por aqueles que no Céu vos assistem».

«Um Anjo do Senhor desceu do Céu...»

Da *Missa de Vários Mártires* destaca o autor as frases seguintes.

«Suba até Vós, Senhor, o pranto dos cativos; que os nossos vizinhos sofram o sétuplo no seu seio: vingai o sangue derramado dos Vossos Santos».

«As almas dos justos estão na mão de Deus, e não os tocará o tormento da morte. Pareceu aos olhos dos insensatos que morriam; e a sua saída deste mundo foi considerada como uma aflição, e a sua separação de nós como um extermínio, mas eles estão em paz. E, se eles sofreram tormentos diante dos homens, a sua esperança está cheia de imortalidade».

«Os justos resplandecerão e brilharão como centelhas no meio de um canavial».

«...Os Justos, viverão para sempre, e a sua recompensa está no Senhor, e o Altíssimo tem cuidado deles. Portanto receberão da mão do Senhor um reino de honra e um diadema brilhante; porque os protegerá com Sua dextra, e o Seu santo braço os defenderá. O Seu zelo se vestirá duma armadura, e armará as Suas criaturas para se vingar dos Seus inimigos. Tomará por couraça a justiça e por capacete o Seu juízo infalível».

«O alvinitente exército dos Mártires, canta os Vossos louvores, ó Senhor».

APONTAMENTOS SOBRE INDUMENTÁRIA LITÚRGICA MEDIEVAL

De *Severim de Faria* [1], toma o autor os apontamentos seguintes.

«A Igreja Católica alumiada pelo Espírito Santo e ensinada pelos Apóstolos assinalou a cada ordem e estado da Igreja, particulares e distintas vestes».

As vestes dos clérigos têm a sua origem na lacerna usada pelos romanos que era «um hábito de feltro, curto, que cobria a parte do corpo que há dos ombros até à cintura, como agora (1624) fazem as capas dos feltros ou as esclavinas dos peregrinos».

---

[1] Manoel Severim de Faria, *Discursos Vários e Políticos*, Lisboa, 1805, pág. 301 (Reimpressão da edição feita em Évora em 1624).

«Esta lacerna que, como vemos, era uma murça sem capelo ou cogula foi comum a todo o clero e afirmam alguns autores que a tomaram por hábito os eclesiásticos da primitiva Igreja porque sendo o mesmo que capa de caminho significavam com ela que deviam usar das cousas deste mundo só como peregrinos e passageiros».

Esta «murça sem capelo é ainda hoje comum a todos os clérigos de Portugal que a querem trazer posto que muito mais se usa nos beneficiados das catedrais que não são cónegos, particularmente na Sé de Évora, e só se diferencia esta murça das murças dos cónegos, em as dos cónegos terem capelo, como têm as dos bispos e cardeais, o qual capelo parece sem dúvida a cogula monacal que os cónegos lhe acrescentaram quando aceitaram o monaquismo. Prova-se isto claramente por duas razões evidentes. A primeira, porque o capelo ou cogula é só insígnia de monges e própria sua. A segunda, porque ainda hoje só os clérigos que foram monges, que são os bispos, e os das catedrais e os Regulares as trazem com capelo, e os mais sem eles».

«...Neste Reino se conserva mais que em nenhuma outra parte o uso das murças porque além dos bispos as trazem por hábito próprio todos os cónegos das igrejas catedrais e como tal, em muitas constituições de bispados é proibido aos outros clérigos, principalmente no arcebispado de Évora; e na sé de Braga manda um estatuto do coro que, sem murça, não possam os cónegos ser contados às horas. E modernamente em Lisboa as forraram os cónegos de vermelho para com esta diferença ficar o dito hábito canonical mais distinto das outras murças dos quartanários (¹), ainda que as dos quartanários são sem capelo».

«Além da murça, trazem também os cónegos outra veste por hábito canonical, chamada capa de coro a qual é comum aos bispos e cónegos; delas se fez menção no Cerimonial Romano onde manda que vão com ela vestidos os bispos quando forem admitidos no lugar do consistório em Roma e que nas suas igrejas assistam com ela ao ofício divino. E na Sé de Évora há uma declaração da congregação dos ritos, que ordena se não faça cerimónia alguma ao bispo na igreja, assistindo sem capa. A mesma capa dá o ceriminoal por hábito aos cónegos em certos tempos do ano, como no Advento, Quaresma e outros, segundo o particular uso que cada Igreja nisso observa. Esta capa tomaram os bispos e cónegos do monaquismo... o que se vê claramente da mesma forma dos capelos delas, que é própria dos monges de São Bento e dos forros de peles que nelas se usaram sempre em muitas partes... Por isso se permitem ainda

---

(¹) Quartanário: Nos cabidos, é o beneficiado inferior a meio cónego, e tem a quarta parte da côngrua dum cônego (Dicionário de Moraes).

hoje estas capas de chamalote que se tecem dos pelos de camelos ou de cabras e assim parece que sobre as mais vestiduras traziam os monges do Egipto...

Destas capas de coro parece que tiveram origem os pluviais a que chamamos ordinàriamente capas de asperges, porque nos capelos e feição se parecem com elas e como tais manda o Cerimonial Romano que nos pontificais dos bispos só os cónegos as vistam e assistam com elas no coro, como hábito canonical não concedido aos outros beneficiados.

A cor de ambas estas vestes, murça e capa de coro, é negra...

Ambas estas vestes, murça e capa de coro, usam os cónegos sobre sobrepelizes ou túnicas líneas, como lhes chama Santo Agostinho e alguns dos Padres antigos, às quais deram depois nome de *superpellicium* ou sobrepelizes, segundo Guilhelmo Durando, por serem antigamente estas as últimas vestiduras que se lançavam sobre outras de peles que então o clero trazia».

«Há também o barrete, veste comum a todos os clérigos». O barrete era do mesmo pano e cor da murça e «a forma deste barrete foi em todas as partes até nossos tempos (1624) redonda e não quadrada» ... «Os barretes que os bispos trazem debaixo da mitra ainda são redondos».

«Loba chamamos outra veste comum a todo o clero de Portugal, mas mais usada nos cónegos das catedrais, principalmente na Sé de Évora; a qual teve sua origem ... das dalmáticas e ainda hoje parece que têm quase a mesma forma e feitio delas. Foi a dalmática comum a todo o clero ... como ainda agora a trazem em Portugal os bispos e cónegos».

«O mantéu clerical é o mesmo que o antigo pálio usado dos filósofos gregos ... Este uso se comunicou por todas as províncias da Ásia, trazendo-o as pessoas graves que trataram do desprezo do mundo e como tal usaram dele os apóstolos. Era o pálio antigo quadrado e chegava até ao chão e atava-se no colo com uma fivela como agora vemos as capas dos Religiosos».

Do *Dr. Ribeiro de Vasconcelos* (1) tira o autor os apontamentos seguintes.

A *Alva* era primitivamente a veste ordinária do clero, uma verdadeira batina de cor branca. Durante a Idade Média costumava bordar-se a alva a ouro e seda de cores. Hoje deve ser inteiramente branca. A alva deve ser ampla e comprida, ficando a fímbria a arrastar cerca da grossura dum dedo sobre o pavimento.

---

(1) Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Compêndio de Liturgia Romana*, Coimbra, 1897, e *Duas Cartas sobre Indumentária Litúrgica na Iconografia Medieval*, in «Biblos», Março e Abril de 1926.

Os rectângulos que se vêem em alguns quadros aplicados adiante e atrás sobre a alva que reveste certas personagens, um pouco acima da fímbria, e as peças sobrepostas às extremidades das mangas, geralmente do mesmo tecido dos paramentos, são simples adornos da alva que aparecem sòmente no declinar da Idade Média, permanecendo em uso até à actualidade, mas restritos modernamente às missas do Advento e da Quaresma.

A *dalmática* é a veste litúrgica do diácono.

Mas poderá na iconografia medieval considerar-se característica exclusiva do diaconado? Não. Nem na iconografia medieval nem mesmo da moderna.

Nos tempos da baixa Idade Média a dalmática é incontestàvelmente veste própria da ordem diaconal, não podendo entretanto considerar-se característica iconográfica porque outros ministros da Igreja, que também se encontram figurados nos monumentos, usavam vestes com a mesma aparência e assim se representam.

Os subdiáconos revestiam a *tunicela*, que era muito parecida com a dalmática do diácono, da qual se distinguia *teòricamente* em ter as mangas um pouco mais compridas e mais estreitas; é certo porém que na prática se aproximavam tanto entre si as duas vestimentas, que em breve se tornavam perfeitamente iguais, sendo por isso vestidas indiferentemente pelo diácono e pelo subdiácono, nos fins da Idade Média.

Ainda em tempos medievais introduziu-se em numerosas igrejas o uso de vestir também os dois acólitos ceroferários, que eram apenas clérigos *in minoribus*, e, em muitos casos, simples rapazinhos leigos ou meninos do coro fazendo as vezes de minoristas, com alvas e dalmáticas, precisamente idênticas na forma à dos diáconos. Este uso veio a desaparecer, quase por toda a parte, nos séculos XVI e XVII; entretanto nalgumas igrejas subsistiu até aos nossos dias. Em Portugal ainda é actualmente (1926) seguido na igreja bracarense.

Como pois distinguir, na iconografia medieval, um diácono dum subdiácono ou dum simples acólito? Há apenas um elemento seguro: a estola a tiracolo, insígnia exclusiva do diaconado. Mas como em todo o Ocidente se estabeleceu o costume, que ainda hoje existe, de os diáconos vestirem a dalmática sobre a estola é impossível distinguir na iconografia os diáconos dos ministros inferiores a não ser que se avistem as pontas da estola pendente, saindo pela abertura lateral da dalmática, e descendo até baixo da fímbria desta.

O *amicto*, um rectângulo de linho preso com duas fitas, que hoje se coloca sobre os ombros, por baixo da alva, antigamente se lançava sobre a alva, cobrindo a cabeça, pescoço e ombros, e fixando-se no peito; no acto de ministrar, fazia-se decair da cabeça para trás,

ficando a cingir a nuca e o pescoço, o que ainda hoje se pode ver. Esta peça de linho da indumentária litúrgica, a princípio lisa e simples, principia no século x a ser ornamentada com ouro e prata, e no século xi, aparecem ricos amictos com a zona superior ornada de ostentosos bordados, em que algumas vezes se empregavam até pedras preciosas. Nos painéis dos últimos séculos medievais vê-se nos santos, revestidos de paramentos eclesiásticos, uma rica peça de estofo que sobressai da dalmática a vestir a nuca e pescoço, podendo parecer à primeira vista uma larga estola. Mas não. É pura e simplesmente a zona rica do amicto medieval.

Poderá admitir-se a hipótese de na iconografia medieval aparecer representado de dalmática um santo mártir, que não houvesse sido clérigo?

Antes de responder a esta pergunta há que estabelecer uns princípios teológicos, bem conhecidos nesses tempos, os quais inspiraram os artistas e pautaram o seu procedimento na iconografia.

À hierarquia de ordem, existente na Igreja militante ou deste mundo, corresponde uma outra hierarquia na Igreja triunfante ou celeste, com os seus graus de ordem também. Pertencem a essa hierarquia os anjos, que assistem ante o trono divino, e ministram a Deus incessantemente, desempenhando missões de que são incumbidos. São verdadeiros *ministros* ou diáconos de Deus.

Por isso muitos artistas, para darem aos anjos um indumento consentâneo com as funções que exercem, vestiram-nos de dalmática, ou de estola diaconal, ou finalmente de estola com dalmática sobreposta.

Pois não são eles diáconos do Senhor?

Posto isto, consideremos agora os santos mártires, que deram testemunho de Jesus Cristo, selando a sua fé com a própria vida.

A esta classe de santos, e à glória que triunfantes gozam no céu, encontram-se bastantes referências no Novo Testamento; da Sagrada Escritura passaram essas referências para a liturgia, onde se lêem nos belos Ofícios e Missas compostos em honra dos santos mártires.

Jesus Cristo deu a cada um dos mártires a denominação de «meu ministro». Não haverá pois motivo para admiração se encontrarmos os fiéis piedosos a considerarem os santos mártires integrados na hierarquia celeste dos *ministros do Altíssimo*, enfileirados um degrau abaixo dos santos anjos, prestando incessantemente, como estes e com estes, o ministério da assistência da acção de graças, da prece e intercessão eficaz, ante o altar de Deus, no templo da celeste Jerusalém.

E, sendo assim, não temos direito a estranhar se porventura algum artista houver dado a qualquer mártir, para melhor o glori-

ficar, as mesmas vestes diaconais, que se atribuem aos anjos, pois uns e outros, na Igreja triunfante, na Jerusalém celeste, são verdadeiros ministros ou diáconos. Deverá em tal caso ser colocado, junto do mártir vestido de diácono, o instrumento ou o símbolo do seu martírio, como título da sua consagração, título glorioso da alta função que exerce no paraíso.

Encontrar-se-á realmente algum santo mártir, que não tivesse sido clérigo, representado em trajo diaconal?

No caso afirmativo, não causará o facto admiração alguma, por ser naturalíssimo.

O *manípulo*, na sua origem não passava dum lenço vulgar. Depois passou a ornamentar-se com bordados ricos. No século XI é que os subdiáconos principiaram a usar o manípulo, que até então era usado pelos diáconos e sacerdotes sòmente.

A *capa* ou *pluvial* é uma veste solene, usada nos actos solenes estranhos à missa.

Regras principais sobre o uso da capa:

1.ª O celebrante veste a capa: *a)* nas procissões e nas bênçãos que faz ao altar; *b)* nas laudes e vésperas solenes; *c)* nas absolvições que se fazem depois das missas dos defuntos.

2.ª Nos pontificais, o presbítero assistente usa a capa.

3.ª Com a capa nunca se põe o manípulo.

4.ª A capa com fecho ou broche (pectorale, formalium) é reservada ao bispo dentro da sua diocese e aos cardeais.

O CULTO DAS RELÍQUIAS NA IDADE MÉDIA

O culto dos santos, que é uma forma do culto dos mortos, funda-se na veneração das suas relíquias, isto é, dos seus restos corporais (1).

Um corpo santo tinha, na Idade Média, uma importância que hoje temos dificuldade em imaginar.

Tesouros e talismãs, os ossos dos santos eram estimados como «mais preciosos que as pedras preciosas».

Como explicar o valor atribuído pela piedade da Idade Média a simples ossos? É que um corpo morto, desprovido da sua carne e reduzido ao estado de esqueleto, era reputado, embora estivesse separado da alma que o habitava, como tendo herdado as virtudes, isto é, os poderes miraculosos do vivo.

---

(1) Louis Réau, *Iconographie de l'Art Chrétien, Introduction Génerale*, pág. 391.

As relíquias eram guardadas em lugar seguro, ao abrigo dos ladrões, mas acessíveis aos peregrinos que desejavam vê-las ou mesmo tocá-las ou beijá-las.

Eram metidas em relicários feitos, em regra, de metais preciosos. Mas havia também uma grande variedade de bolsas-relicários de pano de seda ou de veludo.

Num folhetinho do século XVI divulgado pelo Dr. Rocha Madahil [1] encontramos uma descrição de ostensão de relíquias em Portugal, que o autor passa a resumir.

No dia 16 de Janeiro celebra-se no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a festa dos gloriosos cinco mártires da ordem dos menores que foram martirizados na cidade de Marrocos pelo Rei Miramulim, cujos corpos estão no dito mosteiro sepultados.

Neste dia é armada toda a igreja e capelas e nas primeiras vésperas são postas as suas relíquias nos altares por esta maneira. A caixa grande de prata em que estão os seus corpos no altar-mor, e o vulto de prata que tem uma das suas cabeças no seu altar que é o do Santíssimo Sacramento, e o outro vulto que tem algumas relíquias suas no altar de Santo António, e estarão em uns escabelos cobertos com panos de seda. No altar-mor estarão os castiçais grandes de prata com os seus círios, nos do cruzeiro os quatro pequenos, em cada uma das suas capelas com as reliquias estarão dois ou quatro castiçais com círios de confraria; e no fim das vésperas se darão as relíquias ao povo, para aqueles que o prelado mandar. Depois da completa é posta no cruzeiro ante a porta da grade principal, no meio, uma mesa ornamentada a modo de altar com um pano rico ou frontal, e por cima uma toalha, e no fim das matinas é posta nesta mesa a caixa grande de prata em seus pés de prata, e dois castiçais grandes de prata com dois círios grandes da confraria junto dela, e o vulto que tem a cabeça se porá no altar de Santo António e o outro vulto no altar do Santíssimo Sacramento; e os círios assim destes altares como os da mesa, estarão sempre acesos.

Às cinco horas da manhã se abrirão as portas da igreja e estarão em cada capela, acompanhando as santas relíquias, dois religiosos que o prelado mandar, um sacerdote para dar as santas relíquias e outro para companhia e para espevitar os círios quando cumprir. E quando virem que está gente na igreja, de romaria, aberta a porta da grade, lhe darão aí as santas relíquias. Neste dia, pela manhã, não se tocam contas ou água, nas santas relíquias, mas sòmente se dão ao povo, até ao princípio da missa de terça. E querendo-se começar a missa principal, vai o sacristão ou outro religioso, acom-

---

[1] *Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, Coimbra, 1928, pág. 85.

panhado de duas tochas, buscar o vulto que tem a santa cabeça à capela onde está e a leva ao altar-mor onde estará até ao fim da missa. Acabada a missa, tomado pelo celebrante o relicário do vulto que tem a cabeça dos santos mártires nas mãos com um pano de seda, chegado à mesa que está no cruzeiro e posto o relicário aberto na mesa, o celebrante o toma com o pano de seda e com ele aberto amostra a santa cabeça ao povo, volvendo-se em giro e devagar para que por todos possa ser vista.

Por uma carta do Infante D. Fernando a D. Frei Gomes (1) se sabe que o Infante Santo pediu com o máximo interesse ao Papa que lhe desse relíquias de santos, embora já possuisse, além de outras, uma relíquia «do lenho da vera-cruz e um pedaço do couro da cabeça de Santo António». Esta última deixou o Infante em testamento ao mosteiro de São Francisco de Leiria (2).

A TAMAREIRA

A tamareira ou palmeira das tâmaras é uma árvore que chega a atingir trinta metros de altura.

É cultivada com frequência em Portugal, sobretudo no Sul (3), sendo originária da África setentrional onde se encontra por toda a parte pois os seus frutos constituem um precioso alimento, principalmente no deserto do Saará.

As folhas da tamareira são penatipartidas.

A parte central indivisa das folhas partidas, isto é, o seu eixo principal, tem em botânica o nome de «ráquis».

O BORDO

O bordo ou plátano bastardo (Acer pseudo-Platanus, L.) é uma árvore que se encontra nas regiões temperadas do hemisfério norte, existindo em Portugal no Minho e na Beira e na serra de Sintra (4).

O pintor Álvaro Gonçalves fez, em 1460, um contrato para pintar um retábulo «em madeira de bordos da Flandres».

Também, num inventário feito em 1506 se refere a existência de «um retábulo de bordos por pintar».

---

(1) Dr. Domingos Maurício, *O Infante Santo e a Cúria Pontifícia*, in «Brotéria», vol. X, pág. 24.

(2) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, edição de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, pág. 138.

(3) António Xavier Pereira Coutinho, *A Flora de Portugal*, pág. 115.

(4) Ibidem, pág. 395.

III

HISTÓRIA DE ARTE

APONTAMENTOS SOBRE ALGUNS PINTORES DO SÉCULO XV

ROBERT CAMPIN

De *Jacques Lassagne* [1] tira o autor os apontamentos seguintes.

A hipótese de que o «Mestre de Flémalle» era Robert Campin de Tournai é a mais satisfatória e a hoje mais geralmente aceita apesar dos ataques furiosos de que foi objecto.

Nasceu Robert Campin antes de 1380. Pintor em Tournai, tornou-se proprietário duma casa em 1405 e cidadão em 1410. Era então pintor ordinário da cidade e chefe duma importante oficina. Em 1423 houve desordens na cidade e os mesteirais apoderaram-se do poder. Campin, decano dos pintores foi, de 1425 a 1427, membro dum dos conselhos comunais. Morreu em 1444.

A maior parte dos painéis flamengos dos fins do século XIV e dos começos do século XV são painéis em largura contendo duas cenas lado a lado ou fazendo parte dum conjunto de cenas que se estendem horizontalmente. Esta disposição é certamente mais próxima dos baixos-relevos esculturados ou das teorias de carpidores colocados nos nichos dos túmulos borgonheses que das miniaturas tomam o formato da página em altura.

Num dos mais antigos painéis conhecidos de Robert Campin — *O Casamento da Virgem* — diante dum pórtico gótico, as personagens estáticas estão agrupadas desajeitadamente, parecendo cada uma tomada isoladamente, como se o pintor quisesse acomodar uma galeria de tipos humanos vistos ora de frente, de perfil ou a três quartos.

No reverso deste quadro estão pintadas duas estátuas em «grisaille» de *São Tiago* e de *Santa Clara* que parecem ser as mais antigas deste tipo em painel. Estas «grisailles» que iriam conhecer tal fortuna que as encontramos em quase todos os retábulos flamengos são esculturas representadas «*en trompe-l'oeil*». Parece que os pintores

---

[1] Jacques Lassagne, *La Peinture Flamande*, Éditions d'Art Albert Skira, Genève, 1957, págs. 23 e segs.

quiseram anexar as conquistas dos camaradas mais avançados na arte de exprimir os volumes e o espaço.

Esta comunhão com as preocupações dos escultores explica sem dúvida os potentes volumes que caracterizam as primeiras figuras do «Mestre de Flémalle» como a «Senhora da Esteira», da National Gallery de Londres e a «Virgem da Anunciação» da antiga colecção de Mérode, hoje no Museu Metropolitano de New York.

O pintor recorreu ainda à perspectiva oblíqua que em breve seria ultrapassada. Já não se encontrará qualquer exemplo dela em Van Eyck e isso indica bem que os primeiros quadros do «Mestre de Flémalle» são de data muito antiga, sem dúvida anteriores a 1420. As formas são encurtadas, como achatadas e batidas duramente pela iluminação, ao passo que em Van Eyck, elas se banharão numa luz difusa. No quadro de Londres, a fuga da perspectiva é muito marcada, acentuada pela deformação dos móveis e quase não há profundidade; no quadro de Mérode, o espaço resultante do encurtamento do fogão de sala, do banco e das vigas do tecto é também estreitamente limitado e a sala abre-se como uma caixa em que os diferentes elementos da composição se imbricam sem deixar algum espaço vazio. A luz que vem ao mesmo tempo da frente para a esquerda e das janelas da sala acentua o relevo dos objectos que parecem marcados por uma sombra dupla.

No painel da *Natividade* do Museu de Dijon, que não deve ser muito posterior, aparecem de novo figuras hieráticas e vigorosamente modeladas que parecem saidas directamente da escultura.

Este primeiro grupo de obras oferece portanto caracteres estilísticos bem definidos. É uma arte ainda próxima das suas origens (miniaturas franco-flamengas, artesanato popular, escultura sluteriana), uma arte jovem mas que se distingue delas resolutamente pelo sentido da natureza e a procura da expressão.

Nas obras de Robert Campin não se encontra qualquer traço de influência de Van Eyck. Trata-se de criações importantes que depressa tiveram eco através de toda a Europa, porque, como muito justamente observou M. de Tolnay, é precisamente a estas obras e não a João van Eyck que é preciso referir-se quando se quiser procurar as fontes da arte de Konrad Witz na Suiça, de Moser e de Multscher na Alemanha e da misteriosa *Anunciação* de Aix-en--Provence.

Num fragmento do painel direito de um tríptico desaparecido representando a *Descida da Cruz*, que o pintor deve ter executado cerca de 1430, ele exalta a individualidade das suas figuras colocando-as num quadro abstracto que dá uma ideia sem equívoco do infinito.

Nos fragmentos dum retábulo existente no Museu de Francfort a figura de *Nossa Senhora*, tal como no da *Nossa Senhora* de Londres e no da *Natividade* de Dijon, usa um lindo vestido branco leitoso, ligeiramente azulado.

Numa das suas últimas obras, a *Nossa Senhora em Glória* do Museu de Aix-en-Provence em que a Virgem aparece a São Pedro, a Santo Agostinho e a um abade, o pintor representou a Senhora sobre um pesado banco esculturado que se eleva no meio do céu e colocou-A no primeiro plano como as personagens terrestres.

O simbolismo religioso exprime-se com tocante ingenuidade na *Anunciação* de Mérode. O painel lateral direito representa São José fabricando ratoeiras expostas aos transeuntes sobre uma pequena prateleira que se abre sobre a praça duma cidade. Como o fez notar Meyer Schapiro está ali, sem dúvida, uma alusão à doutrina agostiniana segundo a qual o casamento da Virgem e a Incarnação foram decididas pela Providência para atrair o diabo a uma armadilha tal como o rato à isca.

Na *Natividade* do Museu de Dijon, a cena passa-se entre as paredes arruinadas dum estábulo de madeira o que significa o desmoronamento do Antigo Testamento.

O valor de Campin como pintor é atestado pelos discípulos que acolheu na sua oficina: em 1415, o decano da *Guilde* dos pintores ganteses G. de Stoeve confia-lhe o seu filho; em 1426 e 1427 dois jovens de Tournai tornam-se seus aprendizes vindo a ser mestres cinco anos depois. Serão conhecidos como Roger van der Weyden e Jacques Daret. Acrescente-se que Jean van Eyck foi recebido solenemente em Tournai em 1427 e 1428 e aí pôde admirar a *Anunciação* de Mérode cujos pormenores parece ter retido na sua memória.

De *Erik Larsen* (1), tira o autor os apontamentos seguintes.

Robert Campin conseguiu dar às suas personagens uma certa plasticidade escultural, talvez uma recordação do ensino sluteriano (2) mas essa qualidade não desagradou por certo em Tournai, cidade dos mestres entalhadores.

Da oficina de Robert Campin é uma «Virgem com o Menino numa abside» existente no Museu Metropolitano de New York e proveniente de Espanha (Salamanca?).

Larsen descreve o quadro do modo seguinte: «Numa abside cor de granito (muraille), a Virgem, bastante atarracada, revestida com uma túnica e um manto branco-azulado, cruza os braços sobre o Menino que está a mamar. De cada lado, um anjo músico — um

---

(1) Erik Larsen, *Les Primitifs Flamands au Musée Métropolitain de New York*, págs. 48 e 112.

(2) Claus Sluter foi um célebre escultor flamengo dos fins do século XIV (Nota do autor).

vestido de azul e vermelho, com asas aliando o verde ao azul — o outro com túnica violeta e manto verde sendo as asas multicolores.

A composição está longe de ser única, mas este exemplar é um dos melhores, a tal ponto que pôde ser considerado por Roger Fry e J. C. Robinson, Winkler e vários outros, como um original do Mestre de Flémalle».

Notam-se neste painel, segundo Larsen, influências italianas, passadas pelo filtro do modelo dijonês, e o seu colorido é muito particular pois o azul e o branco das vestes da Virgem provêm duma tradição espanhola.

Ainda segundo Larsen, Robert Campin era «inábil na perspectiva, mas terrìvelmente verídico em tudo que fosse um pormenor familiar e humano».

De *Leo Van Puyvelde* (1) tira o autor os seguintes apontamentos.

As pinturas do Mestre de Flémalle aproximam-se das dos Van Eyck e de Van der Weyden, mas distinguem-se delas pela monumentalidade da forma, o modelado eminentemente plástico e o colorido vigoroso.

Há uma diferença essencial, diferença de concepção e de factura, entre os dois grupos de obras: a concepção mais positiva e a factura mais pesada numa pasta mais gorda e mais opaca no Mestre de Flémalle revelam um outro espírito e um outro temperamento que os de Roger van der Weyden.

De *Augusto L. Mayer* (2) tira o autor os apontamentos seguintes.

O termo da criação artística do Mestre de Flémalle é formado pelas asas dum retábulo do Museu do Prado de Madrid com o retrato do fundador, o mestre Henrique Werl, datadas de 1438.

Novíssimas investigações robustecem, segundo parece, cada vez mais a hipótese de que o Mestre de Flémalle é Robert Campin, o chefe da escola de Tournai.

Naquela obra reflecte-se perfeitamente o carácter artístico do Mestre de Flémalle; é o realista mais vigoroso e consequente da escola flamenga na primeira metade do século XV.

A uma marcada predilecção pelos tons frios e intensos associa-se um verdadeiro culto, notabilíssimo naquela época, pelo claro-escuro que o Artista emprega, não só para os efeitos pictóricos mas também para destacar e avigorar mais as formas. Caracterizam também notàvelmente o estilo do mestre, a reprodução minuciosa e detalhada

---

(1) Leo Van Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 26.

(2) A. de Beruet y Moret y Augusto L. Mayer, *Album de la Galeria de Pinturas del Museo del Prado.*

dos mais diversos assuntos e a ordenação dos pesados panos em massas de amplas e abundantes pregas.

Do retábulo de Werl existem as duas asas no museu do Prado, tendo desaparecido o painel central sem deixar vestígios.

Sobre a data da obra e a pessoa do fundador dá-nos notícia uma inscrição que está na asa esquerda, a qual representa o fundador com o seu patrono, São João Baptista. A inscrição diz: «No ano de 1438 fez pintar esta efígie Henrique Werl, mestre de Colónia».

O Mestre Henrique, homem de gosto artístico, que se nos apresenta de corpo inteiro no quadro, era uma personagem muito conhecida no seu tempo. Procedia de Werl, na Westfália e era homem cultíssimo e eloquente orador sagrado em Colónia. Desempenhou um brilhante papel no Concílio de Basileia, donde regressou, já no ano de 1437, a Colónia. Morreu no ano de 1461 sendo provincial dos Franciscanos.

Em ambas as tábuas se revela a maneira como o Mestre de Flémalle sentia o espaço, a sua típica e compilcada disposição da luz, a marcada predilecção pelo claro-escuro e o desejo de acentuar vigorosamente a plástica.

OS VAN EYCK

Os irmãos *Van Eyck*, Hubert e Jean, renovaram o estilo da pintura. Conseguem o volume e o relevo dos objectos, não mais por um desenho colorido mas por valores de cores. Individualizam os objectos representados e dão-lhes a sua densidade material.

Podemos considerar a sua perspectiva linear defeituosa, mas nenhum pintor conseguiu durante cem anos dar como eles a perspectiva aérea (1).

A sua obra comum é a celebérrima «Adoração do Cordeiro», terminada em 1432.

Jean van Eyck foi pintor do duque de Borgonha Filipe-o-Bom, o qual o enviou a Portugal em 1429 para pintar o retrato da Infanta D. Isabel, filha do Rei D. João I, sua futura esposa, tendo-se aqui demorado cerca de oito meses. O retrato da Infanta levou um mês a pintar (2)

De Jean van Eyck é o célebre duplo retrato do casal Arnolfini, executado em 1434.

---

(1) Leo Van Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 23.
(2) J. Cardoso Gonçalves, *O Casamento de Isabel de Portugal etc.*, pág. 24

ROGER VAN DER WEYDEN

Nasceu em Tournai cerca do ano de 1400 e inscreveu-se como aprendiz na oficina de Robert Campin, nessa mesma cidade, em 1427.

Em 1 de Agosto de 1432 foi admitido, como mestre, na corporação dos pintores.

Em 1435 foi nomeado pintor da cidade de Bruxelas onde se havia fixado, há pouco tempo (1).

Roger compõe como um escultor, como um entalhador em relevo; dispõe as figuras plàsticamente concebidas na superfície tal como num tabuleiro de jogo das damas. Na «Descida da Cruz», do Museu do Prado, num santuário que parece ter sòmente a profundidade precisa para acomodar as figuras em tamanho natural, lado a lado, estão oito figuras de igual vulto. A ideia é a de um modelador em relevo, frustradora e quase insuportável para um pintor, mas apesar deste constrangimento, Roger produziu a sua obra-prima (2).

De Van der Weyden é a «Anunciação» do Museu Metropolitano de New York, «saída sob o ponto de vista estrutural das concepções de Robert Campin» e executada cerca de 1454 (3). Pertence-lhe também o retrato de D. João de Coimbra, filho do Infante D. Pedro, existente no Museu Real de Bruxelas (4).

JACQUES DARET

Nasceu cerca de 1404. Entrou na oficina de Robert Campin, em Tournai, em 1427, e obteve o título de mestre, em 1432, em Tournai (5).

KONRAD WITZ

Nasceu, provàvelmente, depois de 1400.

Era filho de Hans Witz, pintor em Constança e Rottweil, na actual Suiça, então Alemanha, o qual foi provàvelmente seu mestre. Em 1434 foi admitido na «guilde» dos pintores em Basileia (6).

---

(1) Leo Van Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 27.

(2) Max J. Friedlander, *From Van Eyck to Bruegel*, Phaydon Press, 1951, págs. 4 e 19.

(3) Erick Larsen, *Les Primitifs Flamands au Musée Metropolitain de New York*, Anvers, 1960.

(4) José Cortez, in *Colóquio*, Revista de Artes e Letras, n.º 7 de Fevereiro de 1960.

(5) Leo Van Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 20.

(6) Pierre Descargues, *La Peinture Allemande du XIVème au XVIème Siècle*, pág. 93.

De *René Huyghe* (1), tira o autor o seguinte.

«Ninguém mais do que Claus Sluter, com a escola plástica de Borgonha, contribui para fazer pesar na arte pictórica esta obsessão do escultural, concebida em toda a plenitude dos seus volumes. E, por seu turno, ninguém mais do que Konrad Witz, logo na primeira metade do século, favoreceu a passagem de uma técnica à outra — um Konrad Witz cujo pai, Hans de Constança trabalhou na corte de Borgonha, e cuja influência na escola de Avinhão, pôde aventar-se. Recebido na corporação dos pintores em 1434, o próprio ano em que van Eyck executava o duplo retrato dos Arnolfini, Witz inaugurou na pintura europeia o exagero do volume e da sua densidade, ao qual Nuno Gonçalves em concorrência com a *Pietà* de Avinhão, deu a expressão mais magistral».

«Nas obras de Witz surgem as sombras projectadas no chão, onde, graças às gradações, parecem deslizar, as mesmas sombras que de tal modo impressionam pela sua força subtil na obra-prima de Nuno Gonçalves».

No mesmo local da citada obra de René Huyghe se lê que o painel «A Anunciação» de Konrad Witz foi executado em 1445.

Além de pintor, Witz era também, provàvelmente, escultor em madeira (2).

THIERRY BOUTS

Nasceu em 1420, e fixou-se na cidade de Lovaina, em 1457.

O seu estilo sofreu nìtidamente a influência de Van der Weyden, de quem foi discípulo.

As obras mais notáveis que produziu foram «A Ultima Ceia» (posterior a 1468), «O Julgamento do Imperador Oto» (1468) e a «Adoração dos Magos» (3).

ANTONELLO DA MESSINA

Nasceu em Messina, na Itália, cerca de 1430.

O seu pai era escultor em mármore.

A vida artística de Antonello começou em Nápoles donde certamente não lhe foi difícil sair em várias viagens. Porém, não se sabe por onde andou.

---

(1) René Huyghe, *A Arte e a Alma*, Lisboa, 1960, págs. 285 e 286.

(2) Franco Russoli, *La Peinture de la Renaissance* (Biographies).

(3) M. Hulpiau, *La Peinture Flamande au XVème Siècle*, pág. 20 e Leo Van Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 29.

Em algumas das suas obras nota-se um «prevalente tom espanhol».

Em 1456 estava em Messina, havendo documentos de que também aí esteve no ano seguinte até ao mês de Abril.

Os documentos de Messina nada mais dizem desde Abril de 1457 até Janeiro de 1460, no qual se sabe ter ele voltado duma viagem. Onde esteve durante estes três anos é um mistério.

O conhecido retrato pintado por Antonello da Messina existente no Museu do Louvre, «Il Condottière», foi executado em 1475.

Estas notas biográficas foram tiradas pelo autor, de Giorgio Vigni (1).

Antonello da Messina trabalhou na oficina de Van der Weyden, quando lá estava também Hans Memling (2).

HANS MEMLING

Nasceu cerca de 1433 e foi discípulo de Van der Weyden.

Desde 1466 que o encontramos em Bruges, onde morreu em 1494 (3).

HUGO VAN DER GOES

Obteve o título de mestre, em Gand, em 1467.

A sua obra principal é o tríptico da «Adoração dos Pastores», executado cerca de 1474-1475 (4).

APONTAMENTOS SOBRE A PINTURA FLAMENGA DO SÉCULO XV

As corporações de pintores flamengos, as «gildes» ensinavam aos seus membros o emprego e significação dos símbolos, o sentido místico das cores e inúmeras vidas de santos. Esses segredos foram originàriamente propriedade das ordens religiosas, mas quando a arte passou às mãos dos artistas leigos, os monges transmitiram a

---

(1) Giorgio Vigni, *Antonello da Messina*, Oldbourne, Londres, 1963.

(2) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 9.

(3) Max J. Friedlander, *From Van Eyck to Bruegel*, pág. 41.

(4) Leo Von Puyvelde, *Les Primitifs Flamands*, pág. 30.

estes o conhecimento dos símbolos religiosos e das vidas dos santos mais populares [1].

Uma das dificuldades que se apresentava aos pintores flamengos era a da obtenção dos pigmentos azuis. Um dos mais famosos e preciosos era o ultramar natural que se preparava pulverizando o lápis-lazúli extraído em minas situadas no actual Turquestão e daí levado ao porto de Acre onde era embarcado para Veneza. Deste modo, o pigmento era tão raro que se avaliava frequentemente como se fosse ouro. O seu uso foi sinal de luxo. O azul mais conhecido pelos pintores flamengos foi a azurite, um minério secundário de cobre que se misturava com malaquite. Por causa do seu carácter vítreo, a azurite tem que ser pulverizada ou moída grosseiramente para conservar o seu poder corante.

O capítulo mais triste da história da pintura flamenga é o dos azuis. O ultramarino era demasiado escasso e muito caro para poder ser empregado em uso comum e, além disso, tinha pouca força corante quando se empregava com óleo. A azurite perdia fàcilmente a cor.

Em toda a pintura flamenga devemos ter sempre cuidado ao contemplar um tom que nos pareça verde; o artista pode muito bem tê-lo pintado azul [2].

ALGUNS ARTISTAS PORTUGUESES DO SÉCULO XV

O primeiro pintor real de que chegou menção até nós, foi o *Mestre António Florentim* [3], o qual, pelo nome, era originário de Florença. Vivia ainda em 1439 e uma carta de D. Duarte, privilegiando-o, em 1434, rememora que ele «veio a esta nossa terra a requerimento del-Rei meu senhor e padre e era seu pintor».

Foi também pintor de D. João I, *Gonçalo Anes* ou *Eanes*, o qual ainda vivia em 15 de Junho de 1450.

O Rei D. Duarte, por uma Carta de 1436, nomeou seu pedreiro a *Nuno Gonçalves*, morador em Lisboa, para lavrar as obras reais quando lhe fosse mandado, concedendo-se então grandes privilégios e uma tença anual de 9 000 libras [4]. Seria este escultor a mesma

---

(1) Baron Jose van der Elst, *El Ultimo Florecimiento de la Edad Media*, pág. 63.

(2) Ibidem, pág. 58.

(3) Vergílio Correia, *Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI*, pág. VII.

(4) Esta carta é transcrita em Apêndice, no final deste livro.

pessoa que o pintor Nuno Gonçalves? É a pergunta que fez e deixou sem resposta, o conde de Raczynski (1).

De 1436 a 1438, sendo abade do mosteiro da Badia, em Florença, o português D. Frei Gomes, o pintor *João Gonçalves*, «mestre experiente e seguro e grande artista», executou no claustro do referido convento uma série de dez frescos. João Gonçalves deslocou-se a Florença por iniciativa e a expensas do Rei D. Duarte e, em 1439, já tinha regressado a Portugal (2).

Em 1449 trabalhava no mosteiro da Batalha o pintor *João Afonso*, morador em Leiria (3).

Por carta de 20 de Julho de 1450, o Rei D. Afonso V contratou «ora novamente» para seu pintor a *Nuno Gonçalves*.

Nesse mesmo ano vivia em Lisboa o pintor *Vasco Eanes* (4).

Ainda em 1450, o pintor *Francisco Anes de Leiria* pintou para o convento da Carnota, em Alenquer, o retábulo do altar-mor, pela quantia de doze mil reais brancos. Francisco Anes era filho do pintor João Afonso acima referido (5). Pelo monograma descoberto pelo Dr. Belard da Fonseca no «Homem do Copo de Vinho», painel existente no Museu do Louvre (6), em Paris, deduziu o autor do presente trabalho ter sido pintado esse retrato do físico-mor do reino D. Fernando Álvares Cardoso, pelo referido Francisco Eanes de Leiria.

Em 1451, o Rei D. Afonso V perdoou ao pintor *Afonso Gonçalves* o ter sido um dos companheiros do Infante D. Pedro em Alfarrobeira (7).

Em 1452 era iluminador dos livros de D. Afonso V, o clérigo «seu capelão», *Gonçalo Eanes* (8).

Numa carta de D. Afonso V, datada de 17 de Julho de 1454, lê-se: «Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós querendo fazer graça e mercê a *Johane Anes*, pintor, morador em esta nossa cidade de Lisboa temos por bem e filhamo-lo por nosso pintor para quando lhe da nossa parte for requerido nos haver de servir de seu ofício em o nosso armazém da dita cidade...» (9).

---

(1) Comte A. Raczynski, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, pág. 120.

(2) Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomes*, Braga, 1963, vol. I, págs. 269 e seg.

(3) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 7.

(4) Ibidem, 2.ª série, pág. 12.

(5) Ibidem, pág. 8.

(6) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 83.

(7) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 83.

(8) Sousa Viterbo, *A Livraria Real*, pág. 62.

(9) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 33.

Em 1459, estava em Barcelona o pintor português *Vasco Fernandes*, homónimo do grande pintor quinhentista Grão-Vasco (1).

A ajuizar por um contrato celebrado em Outubro de 1460, no paço episcopal de Évora, entre o pintor *Álvaro Gonçalves* e o bispo dessa mesma cidade, D. Vasco, fundador do convento do Espinheiro e do de Santa Clara, esse pintor devia ser um artista de bastante merecimento (2).

Por este contrato se comprometia o mencionado artista a executar dois grandes retábulos em madeira de bordos de Flandres sendo um deles para o altar-mor de Santa Maria do Espinheiro e o outro para idêntico lugar em Santa Clara.

Exigia o bispo que estes quadros fossem dos melhores, senão os melhores que se vissem em Portugal.

Das pinturas de Álvaro Gonçalves nada resta.

Do testamento de Leonor Fernandes, rica proprietária em Lisboa, filha de Fernão Rodrigues, que foi do desembargo del-rei e viúva de Lourenço Anes, datado de 17 de Dezembro de 1465, consta a testemunha *João Gonçalves*, pintor, morador em Lisboa (3).

Em 1470 *Nuno Gonçalves* cavaleiro da casa de D. Afonso V e seu pintor recebeu o pagamento do feitio e custos do retábulo que havia feito para a capela real de Sintra (4).

Em 1471, o mesmo Rei determinou que o pintor *João Anes* deixasse de receber ordenado e que o pintor *Nuno Gonçalves* o substituisse para pintar as obras da cidade (5).

Em Novembro de 1493, o pintor *João Gonçalves* fez o seu testamento (6) pelo qual o autor do presente trabalho deduziu ser ele o autor dos painéis da escola de Nuno Gonçalves existente no Museu Nacional de Arte Antiga, os quais identificou como representando o Senhor Jesus da Boa Sentença, Santo António, São Bartolomeu, Santo Ildefonso e São Pedro. Para este pintor propõe o autor a designação de «o Moço», para o distinguir do seu homónimo que trabalhou em Florença.

Pelo Dr. Joaquim Coelho de Carvalho (7) sabe-se que o *Doutor Nuno Gonçalves* que foi nomeado chanceler da Casa do Cível em Maio de 1490 (8), havia sido, nos seus princípios, pintor, tendo ido

---

(1) Adriano de Gusmão, *Os Primitivos e a Renascença*, pág. 152.
(2) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 2.ª Memória, pag. 54.
(3) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 87.
(4) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, Colecção Saber, pág. 164.
(5) *Livro Vermelho do Senhor Rei D. Afonso V*, pág. 424.
(6) Luís Reis Santos, *Estudos de Pintura Antiga*, pág. 177.
(7) Dr. Joaquim Coelho de Carvalho, *Painéis Atribuídos a Nuno Gonçalves*, in *Elucidário Nobiliárquico* de Afonso de Dornelas, vol. II, pág. 72.
(8) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, pág. 327.

para Itália na sua mocidade para se aperfeiçoar na Arte e ali se dedicara a estudar, em Bolonha, direito romano e decretais, e ao reino voltara mestre em Leis.

Por uma sentença dada pelo Rei D. Afonso V, em relação com os do seu desembargo, ficou documentado que o doutor em leis Nuno Gonçalves era, em 6 de Agosto de 1460, cavaleiro da casa real e desembargador e juiz dos feitos daquele Rei ([1]).

Foi Nuno Gonçalves o doutor a quem o rei D. João II ordenou, em 1484, que lavrasse o auto do assassinato do duque de Viseu D. Diogo, por ele perpetrado ([2]).

O PAINEL DE SÃO MIGUEL, DO MUSEU DO PRADO

Existe no Museu do Prado, em Madrid, uma pintura representando São Miguel, que Harry Wehle não hesitou em colocar em primeiro lugar, no seu magnífico livro sobre as obras-primas de pintura do referido museu ([3]).

Wehle atribui esta obra a um pintor anónimo hispano-flamengo e nota-lhe semelhanças com a arte de Van der Weyden e de Memling, assim como o encanto característico dos anjos o leva a ver no painel o Estilo Internacional da pintura que floresceu na Europa no primeiro quartel do século XV.

Perante as considerações de Wehle, recordou-se o autor do presente trabalho de que na capela do Paço da Alcáçova, em Lisboa, a qual era dedicada a São Miguel existia, em 1571, uma pintura, «obra de mestre», representando «São Miguel expulsando Lúcifer», pois aí foi encontrada por João Baptista Venturino, o cronista da viagem do Cardeal Alexandrino, legado do Papa Pio V a Portugal ([4]). Esse mesmo riquíssimo retábulo, obra de pintor insigne, ainda se conservava na referida capela em 1589, no tempo da dominação filipina ([5]). Mais se lembrou o autor de que o Arcanjo São Miguel era o anjo custódio de Portugal e o patrono do Infante D. Pedro, o qual adoptou as balanças do Arcanjo para sua insígnia.

Sendo assim, pensou na hipótese de o painel ser da autoria de um pintor português (Wehle não o pôde atribuir a nenhum espanhol) e de grande categoria.

([1]) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 574.
([2]) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. João II*, cap. XVIII.
([3]) Harry B. Wehle, *Great Paintings from the Prado Museum*, Londres, s-d, Ed. Thames and Hudson.
([4]) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, 5.ª ed., tomo VI, págs. 49 e 88.
([5]) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. IV, pág. 45.

De mais a mais, a pintura corresponde ao título que Venturino deu — *São Miguel expulsando Lúcifer* — ao painel existente na capela do Paço da Alcáçova. De facto, vemos nela o Arcanjo à frente da sua milícia celeste, todos brandindo a espada para expulsar do Paraíso os demónios, sendo Lúcifer, sob a forma de um dragão, espezinhado por São Miguel.

Sendo obra portuguesa, influenciada pelas escolas flamenga e europeia e de excepcional valor artístico, impôs-se, naturalmente, a hipótese da autoria de Nuno Gonçalves, artista de mérito excepcional conhecedor da arte dos pintores italianos e, depois, aperfeiçoado na escola de Robert Campin.

Examinando o painel do Prado, logo notamos que toda a sua superfície é ocupada por figuras, não havendo espaços vagos, precisamente como no «Políptico de Portugal, Defensor e Apóstolo da Fé». A face da figura de São Miguel é nìtidamente aparentada com a de São Gabriel do retábulo da «Anunciação »da antiga colecção de Mérode, de Robert Campin; o peitoral, da armadura de São Miguel, de aço luzidio, é idêntico ao que usa D. Jaime no «Painel da Pregação do Evangelho»; e o Arcanjo brande a espada do mesmo modo que o faz a figura de D. Afonso V na tapeçaria do assalto à cidade de Arzila.

Examinando uma reprodução do painel, notou o autor que os desenhos ornamentais do escudo sustentado no braço esquerdo da figura de São Miguel não são regulares nem simétricos e, por isso, neles procurou letras porque, a exemplo do que se vê na bota da figura do Príncipe D. João, no «Painel do Voto da Cruzada», poder-se-ia encontrar o nome do pintor.

Olhando-se para o quadrante superior do escudo logo se evidencia um grande *P* maiúsculo manuscrito, à direita. A seguir, indo da direita para a esquerda e de cima para baixo, encontra-se um *G* maiúsculo, manuscrito, depois um *O* e depois um *N* minúsculo, manuscrito. Está pois ali a assinatura *n͜o G*, isto é Nuno Gonçalves. O *P* é muito grande para designar a palavra latina «pinxit» (pintou) como então usavam os pintores escrever a seguir ao seu nome; por isso, pode tratar-se da inicial do doador do painel, que teria sido o Infante D. Pedro.

Porém, logo se evidenciaram mais letras no quadrante inferior do escudo, encontrando-se, indo de cima para baixo, as letras *A*, *N*, *E* e *S* e depois uma grande letra, que deve ser um *G* maiúsculo, diferente de um *S* por ter um espigão na parte média. Apareceu assim o sobrenome Anes, em que o *A* está situado junto da extremidade do quadrante. Houve pois que procurar o nome próprio na extremidade mais próxima do outro quadrante e encontrou-se um *G* (G maiúsculo, manuscrito). Reconstituiu-se deste modo a

assinatura G. Anes, ou seja a do pintor Gonçalo Anes, ou Eanes. A letra G que fica na extremidade inferior do quadrante, poderá significar Gonçalo ou Gonçalves ou não terá significação, tendo-a aí colocado o pintor pela necessidade de ornamentar os dois quadrantes do escudo com grosseira aparência de simetria.

Deduzimos assim que o painel do Museu do Prado foi encomendado pelo Regente D. Pedro aos pintores Nuno Gonçalves e Gonçalo Anes, sendo portanto a sua execução anterior à data do recontro de Alfarrobeira — 20 de Maio de 1449.

Como teria esta pintura ido parar a Espanha, a uma cidade chamada Zafra situada a sul de Mérida, onde foi adquirida para o Museu do Prado em 1924?

Sabe-se que no Paço da Alcáçova existia uma colecção de retratos dos reis de Portugal, a qual foi transportada para a Espanha, no tempo da dominação filipina (1) pois, em 1885, estava no Escurial (2). Assim, não se pode estranhar que outras pinturas existentes em Portugal fossem «transferidas» para Espanha, sobretudo as que tivessem grande valor artístico. Conta-nos Wehle (3) que o Rei Filipe I de Portugal comprava, incansàvelmente, quadros na Itália e na Flandres; que o Rei Filipe II aumentou as colecções reais e contratou Rubens para trabalhar na sua corte; e que Filipe III mandou o pintor Velasquez à Itália, por duas vezes, para adquirir obras-primas, e comprou pinturas de Mantegna, Rafael e de outros artistas no leilão feito depois da morte do Rei Carlos I de Inglaterra.

Porém, se o painel de «São Miguel expulsando Lúcifer» tivesse sido destinado aos reis de Espanha, o natural seria ter sido encontrado num dos paços reais. É pois de presumir que o retábulo tenha sido levado na bagagem de um dos capitães espanhóis do castelo de São Jorge, o que não seria muito de levar a mal visto a capela de São Miguel do Paço da Alcáçova estar completamente abandonada (4), por a capela real ser então dedicada a São Tomé e instalada na Paço da Ribeira.

Em 1589 era capitão da artilharia daquela praça o espanhol D. Nuno Orejon casado com D. Ana de Velasco.

---

(1) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal*, na palavra «Alcáçova» (Paço da).

(2) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. IV, pág. 53.

(3) Harry B. Wehle, *Great Paintings from the Prado Museum*, pág. 9.

(4) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. IV, pág. 45.

O PAINEL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO MUSEU METROPOLITANO DE NEW YORK

Numa obra de Erik Larsen (1), lê-se que existe no Museu Metropolitano de New York uma «Virgem com o Menino numa abside», da oficina de Robert Campin, adquirida em Espanha para o referido museu.

Nesse painel notou Larsen influências italianas, o que não refere de qualquer outro atribuído a Campin ou à sua escola, e a singularidade das cores das vestes da Senhora serem o azul e o branco, o que provém duma *tradição espanhola*.

Assim alertado, lembrou-se imediatamente o autor do presente trabalho da referência do livro, «O Ceo Aberto na Terra», à fundação da Ordem da Conceição pela portuguesa D. Beatriz da Silva, em Castela, a qual teve a visão da «Mãe de Deus vestida de azul e branco» e acompanhada por anjos, quando estava encarcerada «em um aposento do palácio, solitário e escuro», «equivocando-se em deliciosa confusão as fragrâncias e as harmonias».

Pôs assim a hipótese de que o quadro representasse Nossa Senhora da Conceição. De facto, a Virgem está acompanhada por dois anjos que tangem instrumentos musicais o que, evidentemente representa as «harmonias» ouvidas por D. Beatriz e a «abside» não tem porta, nem as frestas iluminantes que existem em todas as absides.

A pintura representa pois Nossa Senhora da Conceição aparecendo no aposento escuro onde D. Beatriz da Silva foi encerrada.

Note-se que a Virgem está de pé, sobre o pavimento.

Como a visão de D. Beatriz sucedeu cerca do ano de 1453, o painel não pode ser da autoria de Robert Campin, o qual faleceu em 1444.

Também, Erik Larsen não o atribuiu a qualquer dos dois discípulos deste pintor então conhecidos: Van der Weyden e Jacques Daret.

Assim, dadas as influências italianas que Larsen notou nesta obra e o assunto se referir a uma dama portuguesa, é de atribuir a pintura ao pintor português Nuno Gonçalves, discípulo de Campin e que «apesar de nunca ter estado em Itália, procurava imitar os grandes mestres deste país» segundo escreveu Bermudez (2).

---

(1) Erik Larsen, *Les Primitifs Flamands au Musée Métropolitain de New York*, págs. 48 e 112.

(2) Comte A. Raczynski, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, pág. 120.

Para confirmar a identificação duma imagem de Nossa Senhora da Conceição, socorre-se o autor, mais uma vez, de Louis Réau (1).

«Cerca do fim da Idade Média aparece uma representação inteiramente nova deste tema (Imaculada Conceição). A Virgem Imaculada, enviada do céu por Deus que a elegeu para a obra da Redenção, desce à terra. De pé, sobre um crescente, coroada de estrelas, estende os braços como os *Orantes* das catacumbas ou junta as mãos sobre o peito. Para a distinguir da Virgem ascendente da Assunção, representam-n'A com os olhos baixados para a terra, enquanto que a Assunta tem os olhos levantados para o céu, onde Cristo A espera».

Ora, na pintura do Museu Metropolitano, a Virgem apresenta-se com os olhos voltados para baixo e com as mãos cruzadas sobre o peito.

---

(1) Louis Réau, *Iconographie de la Bible — Nouveau Testament*, págs. 79 e seg.

ROTEIRO PARA A IDENTIFICAÇÃO

DAS

FIGURAS DO POLÍPTICO

A CHAVE DO ENIGMA DOS PAINÉIS

O retrato de D. João de Coimbra, do Museu Real de Bruxelas, identifica a figura (34) do Painel da «Pregação do Evangelho».

Por estarem no mesmo plano de D. João, as figuras (33) e (36) são os seus irmãos D. Pedro e D. Jaime, pois D. Pedro como mais velho deveria ficar à direita da figura principal.

As figuras do primeiro plano (31) e (32) terão que ser o rei D. Afonso V (por ser a ele que a figura principal se dirige e por fazer a genuflexão sòmente com um joelho) e o príncipe-herdeiro de então, o seu irmão D. Fernando.

Visto que os filhos do Infante D. Pedro sairam de Lisboa para Coimbra, acompanhando seu pai que abandonou a corte, em meados de 1448, os seus retratos não podem ser posteriores a esse tempo.

Examinando agora o Painel da Cruzada verificamos que a figura do rei (por ser a ela que a figura principal apresenta o livro e por fazer a genuflexão sòmente com um joelho) está já acompanhada pelo Príncipe-herdeiro D. João que aparenta a idade de 10 a 12 anos.

Sabendo-se que este príncipe nasceu em 1455 podemos calcular a época da feitura deste painel para cerca de 1465-1467.

Impõe-se assim a conclusão de que há uma diferença de cerca de duas dezenas de anos entre as feituras dos dois painéis maiores.

Se nos recordarmos que os Painéis estavam, antes de 1940, dispostos em dois trípticos, com o que concordavam ilustres críticos de arte, entre os quais o Dr. José de Figueiredo e Myron Malkiel Jirmounsky, encontramos a CHAVE DOS ENIGMA DOS PAINÉIS: «O GRUPO CONSTITUIDO PELOS PAINÉIS DO VOTO DA CRUZADA, DA VIDA ETERNAL E DA SANTA GLÓRIA FOI PINTADO CERCA DE VINTE ANOS DEPOIS DO TRÍPTICO CONSTITUIDO PELOS PAINÉIS DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO, DA DILATAÇÃO DA FÉ E DA DEFENSÃO DA FÉ».

Procuremos precisar melhor as épocas das feituras dos dois grupos de painéis.

No Painel da Pregação do Evangelho notamos que o corpo de D. João, filho do Infante D. Pedro já é muito desenvolvido

aparentando pelo menos catorze anos. Assim, sabendo-se que ele tinha menos de quinze anos em Alfarrobeira (20 de Maio de 1449), pode-se deduzir que o pintor trabalhava neste painel em 1448, ano que passamos a tomar como média para a época da feitura do primeiro grupo de painéis.

No Painel do Voto da Cruzada, a figura da Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, está pintada com o luto de viúva e, portanto, a execução desta figura foi posterior a 15 de Junho de 1467, data do falecimento do duque Filipe-o-Bom. Deste modo, podemos calcular que o segundo grupo de painéis foi acabado cerca de 1468.

O TRÍPTICO DO VOTO DA SALVAÇÃO DAS ALMAS

Denominou assim o autor os três painéis executados cerca de 1448 e certamente encomendados a Nuno Gonçalves pelo Infante D. Pedro, regente do reino, visto os seus três filhos ocuparem lugar de honra junto à figura principal.

Examinando estes painéis encontramos sacerdotes no maior, cavaleiros num dos mais estreitos e pescadores no outro.

Impõe-se assim a evidência de que este tríptico representa os três estados do reino reunidos — Oradores, Defensores e Mantedores — ou seja o Povo Português, a Nação Portuguesa.

O simbolismo destas pinturas, que adiante se explicará, levou o autor a dar-lhes as seguintes designações: para o painel em que há sacerdotes, os anunciadores da doutrina cristã, a de Painel da Pregação da Fé; para o painel em que há cavaleiros, os defensores, a de Painel da Defensão da Fé; para o painel em que há figuras envolvidas numa rede de pesca, símbolo evidente da pesca de almas, ou seja, do apostolado para propagação da fé, a de Painel da Dilatação da Fé.

PERSONAGENS DO PAINEL DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO

A figura (31), por ser a ela que a figura principal se dirige, é o REI D. AFONSO V.

A figura (32), situada no mesmo plano que o Rei, é o PRÍNCIPE HERDEIRO D. FERNANDO.

A figura (33) é o CONDESTÁVEL D. PEDRO visto estar à direita da figura principal, sendo portanto o mais velho dos três filhos do Infante D. Pedro.

A figura (34) será o mais novo dos três irmãos, isto é, D. JOÃO.

A figura (36) terá que ser D. JAIME, o outro filho do Infante D. Pedro.

A figura principal deste painel (35), um jovem com vestes de diácono sobre um traje secular a que não falta uma caraminhola sobre a cabeça envolvida pelo resplendor da glória só pode ser, como o demonstrou o Dr. José Saraiva, o INFANTE SANTO D. FERNANDO falecido em 1443, cinco anos aproximadamente antes da feitura deste Painel da Pregação do Evangelho, como um mártir bem-aventurado.

Na fileira de personagens colocadas logo atrás do Infante Santo encontramos uma (42) com uma gola de pele, o que levou o Dr. Jaime Cortesão a identificá-la como sendo um médico. Ora, na época da feitura deste painel o médico mais famoso era o Mestre João que tinha curado o Papa Eugénio IV. Este Papa, por o Mestre João ser sacerdote, nomeou-o bispo de Lamego e depois promoveu-o para o bispado de Viseu. A figura (42) é, pois o BISPO DE VISEU D. JOÃO VICENTE, o principal fundador da Congregação dos Cónegos Seculares de S. Salvador de Vilar de Frades.

Assim, a figura (41), um cónego com uma capa como uma toga, tem que ser o DOUTOR AFONSO NOGUEIRA, também fundador da congregação atrás referida visto o doutor Martim Lourenço já ter falecido há mais de dez anos.

A figura (40) veste a mesma capa de cónego de S. Salvador de Vilar de Frades e é o retrato do sacerdote JORGE DA COSTA, que veio a ser o celebérrimo Cardeal de Alpedrinha, conforme o Dr. Belard da Fonseca demonstrou pela comparação com um retrato deste cardeal existente no Museu Nacional de Arte Antiga (1).

A figura (39) está situada em lugar de honra junto ao prelado, é um cónego e segue-se a cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades.

Identificamo-la pois como o deão da Sé de Lisboa e cónego de S. Salvador de Vilar de Frades, JOÃO RODRIGUES.

A figura do prelado (38) só pode ser o BISPO DE ÉVORA D. ÁLVARO DE ABREU, grande orador e esforçado guerreador dos mouros na tentativa da conquista de Tânger acompanhando os Infantes D. Henrique e *D. Fernando* e partidário do Infante D. Pedro durante a crise da regência do reino. Nunca poderia ser o arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, inimigo do Infante D. Pedro.

A figura (37) representa um cónego de S. Salvador de Vilar de Frades pois se vê um triângulo da sua capa atrás do peitoral da armadura do Condestável D. Pedro. Como se trata de uma pessoa de idade muito avançada e está colocada ao lado do bispo, identi-

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, pág. 152.

ficamo-la como sendo o cónego de S. Salvador de Vilar de Frades e chantre da Sé de Braga, o MESTRE VASCO RODRIGUES.

A figura (43) veste uma garnacha ou beca de que se vê uma manga larga, uma manga ancha como então se dizia. É pois o DOUTOR DIOGO AFONSO que tinha a alcunha de o «MANCHA-ANCHA».

A figura (44) usa um brial de cavaleiro sem estar revestido com trajes de clérigo. Daqui se deduz que se trata de um cavaleiro, não sacerdote, com papel importante na história da Igreja desses tempos. É portanto, ÁLVARO GONÇALVES DE ATAÍDE que foi embaixador de Portugal ao concílio de Constança em 1416 e era aio do Rei D. Afonso V.

A figura (45) corresponde à de um cónego. Como apresenta na gola um forro de cor vermelha, o que era privativo dos cónegos da Sé de Lisboa, identificamo-la como sendo o cónego PEDRO EANES, por alcunha o «SARRABODES», que foi capelão do Infante D. Fernando e partidário político do Infante D. Pedro.

A figura (47) usa um barrete de faces e uma gola de ponta revirada da mesma maneira que D. Nuno Álvares Pereira se vestia no convento do Carmo [1]. Trata-se pois de um frade carmelita e assim o identificamos como O BISPO DE CEUTA D. FREI JOÃO MANUEL que era o provincial da Ordem do Carmo.

Sabendo-se que D. Frei João Manuel e D. RUI DA CUNHA prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira foram embaixadores ao Papa Eugénio IV, tendo, entre outros assuntos, conseguido desligar terras portugueses das dioceses castelhanas a que pertenciam então, fica identificada a figura (46) como o referido dom-prior.

PERSONAGENS DO PAINEL DA DEFENSÃO DA FÉ

A figura (48) colocada em primeiro plano é, certamente, o INFANTE D. PEDRO, defensor do reino por el-rei.

A figura (49), por usar o estoque de condestável, é o INFANTE D. JOÃO, terceiro condestável de Portugal.

A figura (50), por também usar estoque e estar no mesmo plano que os filhos do Infante D. Pedro no Painel da Pregação da Fé, identifica-se como o CONDESTÁVEL D. DIOGO, filho do Infante D. João.

A figura (51) usa barba bífida e cabelos longos, atributos que sòmente encontramos, na iconografia da época, nas pinturas e escul-

---

[1] *Nun'Álvares*, n.º I da Série de Iconografia Portuguesa, organizada e editada por Alberto Sousa e Mário Salgueiro, págs. 10 e 13.

turas representando o Infante Santo. Representa pois O INFANTE D. FERNANDO, filho do rei D. João I.

Na parte superior deste Painel da Defensão da Fé estão colocados quatro cavaleiros revestidos com o seu brial, o manto branco usado por eles nas cerimónias, o qual se pode ver, completo, na figura do doador da «Pietà» de Villeneuve-Lès-Avignon, pintada antes de 1457 (1).

Dois destes cavaleiros (52) e (55) estão situados à frente ficando mais atrás a figura (53) e, por último, a figura (54).

Três destes cavaleiros são relativamente jovens ao passo que o cavaleiro (52) aparenta muito mais idade.

Procurando entre os cavaleiros partidários do Infante D. Pedro os de maior nobreza, importância política e serviços na guerra dos infiéis (não contando com Álvaro Gonçalves de Ataíde e com Rui da Cunha que já ficaram identificados no Painel da Pregação do Evangelho) elaborar-se-á a seguinte lista: D. Álvaro de Almada, conde de Avranches; Fernão Lopes de Azevedo; Martim de Távora, meirinho-mor da corte; Aires Gomes da Silva, regedor das justiças da Casa do Cível; Luis de Azevedo, vedor da fazenda; e Leonel de Lima.

Como os cavaleiros são quatro, teremos que pôr de parte os dois últimos, tanto mais que Luís de Azevedo era irmão de Fernão Lopes de Azevedo e, portanto, já a sua família estava representada.

Dos quatro cavaleiros que se escolheram, sòmente o conde de Avranches já não era novo pois era mais velho que o Infante D. Pedro, o qual tinha 56 anos em 1448.

Assim se pode identificar a figura (52) como o conde de Avranches D. ÁLVARO DE ALMADA.

A figura (55) situada no mesmo plano que o Conde de Avranches tinha mais categoria que os restantes e por isso a identificamos como o comendador-mor de Cristo FERNÃO LOPES DE AZEVEDO.

As figuras (53) e (54) representam, pois, Martim de Távora e Aires Gomes da Silva. Como deste último existe uma estátua, em S. Marcos de Tentúgal, é fácil compará-la com as duas figuras, vendo-se imediatamente que a (53) é AIRES GOMES DA SILVA.

A figura (54) é, portanto, MARTIM DE TÁVORA.

---

(1) Michel Laclotte, *L'École d'Avignon*, Paris, 1960, pág. 88.

PERSONAGENS DO PAINEL DA DILATAÇÃO DA FÉ

Este painel corresponde ao estado social chamado dos Mantedores.

Nenhuma personagem deste estado possuiria categoria suficiente para ser colocada em primeiro plano, tal como o Rei ou o Regente.

O pintor dos Painéis venceu a dificuldade colocando nessa posição, não um indivíduo, mas uma figura representando toda a gente portuguesa, ou seja, PORTUGAL, que é a figura (7).

A figura (9), visto só ter a mão esquerda, identifica-se como sendo o mareante SOEIRO DA COSTA, que perdeu uma mão no descerco de Ceuta.

A figura (8), situada no mesmo plano que a anterior e voltada para ela é, pois, LANÇAROTE DA FRANCA, genro de Soeiro da Costa e também mareante dos descobrimentos.

A figura (12) apresenta uma cicatriz que corta a face direita, sobre o maxilar superior, desde a orelha, que deformou, até à extremidade do nariz. Reconhecemos assim a cicatriz da ferida por azagaia que recebeu VICENTE DIAS, mercador e mareante dos descobrimentos.

Observando a figura (10) notamos que a fenda palpebral do seu olho esquerdo é mais estreita que a do direito e que está vestida semelhantemente à do Marquês de Valença (20) do Painel do Voto da Cruzada. Assim a identificamos como sendo GONÇALO VELHO, o nobre fidalgo que em luta com os mouros apanhou uma pancada na cabeça de que veio a perder grande parte da vista de um dos olhos.

Observando a figura seguinte (11) notamos que o seu olho esquerdo não tem vida, encontrando-se na pálpebra superior respectiva uma cicatriz. Assim identificamos esta personagem como o cavaleiro e mareante, povoador da Ilha da Madeira, JOÃO GONÇALVES o qual, na tentativa da conquista de Tânger, foi ferido perto de um olho por um virotão, perdendo a vista desse olho mas ganhando a gloriosa alcunha de o «ZARGO».

A figura (13) terá que ser um notável mareante dos descobrimentos fiel servidor do Infante D. Pedro. Concluimos pois que se trata de GOMES PIRES, o patrão da caravela del-Rei na expedição nacional para castigo dos mouros de Tider.

OS PAINÉIS DA CRUZADA

Denominou assim o autor os painéis executados cerca de 1468, certamente por mandado do Rei D. Afonso V, a Nuno Gonçalves.

O painel maior está ocupado, como adiante se verá, por cavaleiros experimentados na guerra contra os mouros, inimigos da

fé católica. Foi-lhe pelo autor dada a designação de «Painel do Voto da Cruzada», por motivos que a seguir se dirão.

O painel em cujos planos anteriores estão colocadas personagens revestidas com hábitos de frades, simbolismo evidente do seu falecimento antes da feitura do painel, recebeu a designação de «Painel da Vida Eternal».

O painel em que vemos no primeiro plano uma personagem apresentando uma relíquia, foi designado, por motivos que se compreenderão depois de se fazer a identificação das suas figuras, como o «Painel da Santa Glória».

PERSONAGENS DO PAINEL DO VOTO DA CRUZADA

A figura (15) é o REI D. AFONSO V, por ser a ela que a figura de diácono apresenta o missal para beijar o começo do Evangelho da missa.

A figura (14), por estar situada no mesmo plano do Rei, é sua mulher, a RAINHA D. ISABEL.

A figura (19) é, evidentemente, o PRÍNCIPE HERDEIRO D. JOÃO, filho do Rei D. Afonso V e da Rainha D. Isabel, o qual tinha em 1467 a idade de doze anos.

A figura (18), por comparação com a iluminara da «Crónica da Guiné», é o INFANTE D. HENRIQUE.

A figura (16), colocada no mesmo plano do Infante D. Henrique e simètricamente a ele em relação à figura principal, é sua irmã a INFANTA D. ISABEL, DUQUESA DE BORGONHA.

A figura principal (17) é o CARDEAL D. JAIME DE PORTUGAL falecido em cheiro de santidade no ano de 1459, isto é, cerca de oito anos antes da feitura deste Painel do Voto da Cruzada, como o demonstrou o Dr. Belard da Fonseca [1].

Atrás das figuras até agora identificadas vemos um grupo de pessoas certamente pertencentes à nobreza [2].

Deste modo identificamos a figura (21) situada mais à frente e mais próxima da linha média longitudinal do painel, como o fidalgo de maior categoria cerca do ano de 1468, ou seja o 2.º DUQUE DE BRAGANÇA, D. FERNANDO.

A figura (22), que encosta a face ao duque de Bragança é, pois o seu filho D. FERNANDO, então CONDE DE GUIMARÃES.

---

[1] Dr. António Belard da Fonseca, *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, pag. 116.

[2] Não estranhar o burel com que se cobrem as figuras 21 e 22, pois esse era o traje de luto em todas as classes sociais.

A figura (20), situada no mesmo plano do duque de Bragança e colocada do lado direito da figura principal é o seu irmão o MARQUÊS DE VALENÇA, D. AFONSO, então já falecido.

A face da figura (23) está «sulcada em largas ondas de amargura» conforme observou o Dr. Adriano de Gusmão [1]. Por isso a identificamos como o CONDE DE VIANA, D. DUARTE DE MENESES que, «com carregume e tristeza de sua morte que a alma lhe adivinhava», na serra de Benacofú, sacrificou a sua vida pela do Rei.

Meio encoberta pela figura de D. Duarte de Meneses está a figura (30) que assim identificamos como sendo RUI DE SOUSA, o cavaleiro que salvou o estandarte do rei na mesma peleja em que perdeu a vida o conde de Viana.

A personagem (29) é um jovem muito parecido com D. Duarte de Meneses. Por isso a identificamos como o CONDE DE VALENÇA, D. HENRIQUE DE MENESES, filho do conde D. Duarte.

A personagem (27) está situada na linha média longitudinal e por isso a identificamos como o conde de maior categoria ou seja O CONDE DE VILA REAL D. PEDRO DE MENESES.

A figura (26) representa um fidalgo de idade avançada e, portanto, é o CONDE DE ODEMIRA D. SANCHO DE NORONHA.

Observando a figura (28) notamos que usa um barrete de frade franciscano e corresponde a uma pessoa nova, sendo certamente de elevada posição. É pois o frade franciscano, primo e confessor do Rei D. Afonso V, O BISPO DE LAMEGO D. RODRIGO DE NORONHA.

A figura (24) foi identificada pelo Dr. José de Figueiredo como sendo O PINTOR NUNO GONÇALVES.

A figura (25) é evidentemente afim da de Nuno Gonçalves, com analogias evidentes de conformação facial, havendo semelhança ou parentesco fisionómico entre as duas figuras [2].

Devem ser, pois, parentes muito chegados sendo, possìvelmente, pai e filho, visto haver uma diferença entre a sua idade aparente não inferior a vinte anos.

Além disso, a figura (25) tem na cabeça um barrete de cor vermelha usada pelos doutores em leis.

Mais se nota na mesma figura que a personagem olha de viés, tal como Nuno Gonçalves, devendo portanto ser um pintor seu colaborador, na execução deste segundo grupo de painéis.

Deduzimos assim que a personagem era da família Gonçalves, doutor em leis e pintor.

Ora, sòmente se encontra, na história coeva, uma pessoa que reúna esses três requisitos — o Doutor Nuno Gonçalves.

---

(1) *Arte Portuguesa — Pintura*, de João Barreira, pág. 186.
(2) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 62.

A figura (25) representa, pois, o DOUTOR NUNO GONÇALVES, o qual era, em Agosto de 1460, cavaleiro da casa real e do Desembargo e Juiz dos Feitos do Rei D. Afonso V.

PERSONAGENS DO PAINEL DA VIDA ETERNAL

Lembremo-nos que as vestes monásticas simbolizam o falecimento das personagens, o qual se deu, portanto, antes da feitura deste painel (cerca de 1468).

A figura (1) destacada no primeiro plano, é o REI D. DUARTE, pai de D. Afonso V, falecido em 1438.

A figura (2) é o filho ilegítimo do Rei D. João I, o DUQUE DE BRAGANÇA D. AFONSO que morreu muito velho em 1461.

A figura (3) é a mesma que a figura (51) do «Painel da Defensão da Fé» (o que foi pela primeira vez observado pelo Dr. Victor Hugo Velez Grilo) tendo sòmente os traços fisionómicos mais vincados. É, portanto, o INFANTE SANTO D. FERNANDO, falecido em 1443.

A figura (4) é o ARCEBISPO DE LISBOA D. PEDRO DE NORONHA, visto usar um solidéu e ter falecido em 1452.

A figura (5) representa um homem novo e, por isso, a identificamos como o CONDE DE VILA REAL D. FERNANDO DE NORONHA que morreu em 1445 e, portanto, em idade pouco avançada.

A figura (6) é a de um velho que identificamos como o PRIOR DO CRATO D. FREI NUNO DE GÓIS, o qual faleceu em 1442 com muitos anos de idade.

PERSONAGENS DO PAINEL DA SANTA GLÓRIA

A figura (56) revela os mesmos traços fisionómicos, porém mais vincados, que a figura (48) do «Painel da Defensão da Fé». Representa, portanto, o INFANTE D. PEDRO, que havia falecido em 1449.

Na figura (57) vê-se uma correia de pano com que se suspende qualquer coisa a tiracolo. Nela reconhecemos a «forcadura» da caixa em que vieram metidas as relíquias do Infante Santo, de Fez para Portugal. A personagem identifica-se, pois, como sendo JOÃO ÁLVARES, o secretário do referido Infante e seu companheiro de cativeiro, o qual foi o portador das relíquias.

A figura (58) foi identificada pelo Dr. Belard da Fonseca como o «*pannetier*» e cronista dos duques de Borgonha, OLIVIER DE LA MARCHE (1).

A figura (59) usa, sobre uma loba de cor carmesim, o brial de cavaleiro talhado num tecido bordado que o faz ser também uma sobrepeliz ou um roquete. Sabendo que a cor carmesim era privativa das dignidades pontifícias identificamos a personagem como um cavaleiro português, legado da Santa Sé. Ora, cerca de 1468, duas figuras históricas haviam sido legados pontifícios: o bispo de Silves, D. Álvaro Afonso, o qual tinha trazido ao reino, em 1457, a bula da Cruzada contra os turcos, concedida pelo Papa Calisto III, «com grandes graças e perdões da Sé Apostólica», e o bispo de Coimbra, D. João Galvão que, cerca de 1462, havia sido legado *a latere* do Papa Pio II para levantar no Reino uma colecta para a Santa Sé, o que motivou vigorosos protestos do clero português, tanto mais por se tratar dum prelado «moço, de baixa geração e de nenhuma prudência e conselho» (2).

Como a figura corresponde a uma pessoa de idade avançada impõe-se a conclusão de que representa D. ÁLVARO AFONSO, bispo de Silves, tanto mais que em 1464 o novo Papa Paulo II retirou a D. João Galvão os poderes de legado pontifício.

A figura (60) representa um cavaleiro (porque veste um brial) e doutor de leis (visto usar um barrete de cor vermelha).

Cerca de 1468 encontramos duas personagens muito importantes tendo estas características: o doutor Rui Gomes de Alvarenga, que era chanceler-mor do reino e o doutor João Fernandes da Silveira. Ora, na «Crónica del-Rei D. Afonso V», de Rui de Pina, sòmente aparece o nome do último que foi, na verdade, uma personagem de primeiro plano na vida da nação pois era quarto neto do Rei D. Afonso III (3), doutor em leis, regedor da Casa da Suplicação e muitas vezes foi «embaixador por desvairadas partes do mundo, aos Padres Santos, reis, príncipes e senhores» (4).

Assim se conclui que a figura (60) do «Painel da Santa Glória» é o retrato do DOUTOR JOÃO FERNANDES DA SILVEIRA, o qual veio a ser o 1.º barão de Alvito.

---

(1) António Belard da Fonseca, *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, págs. 6 e 7.

(2) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, em «D. João Galvão».

(3) *Portugal*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, em «Alvito (João Fernandes da Silveira, 1.º barão de)».

(4) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Terceiro dos Brasões da Sala de Sintra*, pág. 300.

ICONOGRAFIA DO POLÍPTICO

PRINCIPAIS DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO POLÍPTICO

Num códice manuscrito existente na Bilbioteca Nacional do Rio de Janeiro (1) lê-se o seguinte: «O Príncipe D. Afonso seu filho (de D. João II), que caíu do cavalo, está retratado na capela-mor da Sé, soia estar na dita capela entrando por ela à mão esquerda do altar em cima no alto uma sepultura dourada onde diziam estar o corpo de S. Vicente, e em baixo ao pé dela estavam dois painéis em que estava pintado S. Vicente em figura de moço de 17 anos em cada retábulo e painel, que estavam juntos um do outro, e a figura de S. Vicente estava virada uma para outra de maneira que mostrava a si cada parte do rosto em figura deste S. Vicente está retratado o Príncipe D. Afonso — um rosto muito fermoso de moço, e ele, e outras muitas figuras de homens que nos ditos painéis estavam que eram Senhores e fidalgos daquele tempo se mandaram retratar com o príncipe Dom Afonso e tinham nas cabeças umas caraminholas muito altas de veludo, umas de vermelho, outras de verde e de cores que parece que eram os barretes daquele tempo, há muito que não vi isto, disseram-me há dias que não estavam já aí estes painéis, dirão os cónegos onde estão...»

O documento não é datado, devendo ter sido escrito em fins do século XVI ou começos do XVII.

Num documento inédito da Biblioteca Nacional de Lisboa (2) lê-se o seguinte: «El Rei D. João I é certo que mandou ornar a capela-mor da Sé de Lisboa com vários painéis de milagres de S. Vicente, entre eles estava um com quatro cónegos Regs. que com os mais foram mandados para a quinta de Marvila, depois que D. Tomás de Almeida, Patriarca de Lisboa tomou posse da Sé oriental a ... de Novembro de 1742, dando execução à Bula *Salvatoris nostri* de Benedito XIV, expedida aos 23 de Dezembro de 1740. Entre todos os referidos painéis que ainda existem na quinta da

(1) Artur da Motta Alves, *Os Painéis de S. Vicente num códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1936, pág. 7.

(2) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, «Colecção Saber», pág. 173.

Mitra em Marvila não aparece algum com eremitas de S. Agostinho, mas sim está o dos cónegos Regrantes ...... o painel é pintura antiga do tempo del-Rei D. João I, e não ardeu no terremoto, porque já estava na quinta de Marvila havia 12 anos».

Este documento foi feito no mês de Julho de 1767.

D. Rodrigo da Cunha descreveu, em 1642, o altar de S. Vicente na Sé de Lisboa (1) falando em painéis de Pintura singular, com vários milagres do santo e com os passos principais da sua vida e martírio. Nada pois referiu quanto ao políptico de S. Vicente de Fora porque, se assim fosse, teria mencionado certamente a representação de cavaleiros nos painéis.

Conforme dedução do Dr. Armando de Sousa Gomes, firmada na descrição do Paço da Alcáçova, feita pelo padre Venturino que visitou Lisboa em 1511, os Painéis não estavam nesse Paço, nessa data. E isso, porque na minuciosa descrição não se faz a mínima alusão a quadros nas paredes mas a panos de Flandres. «Não; eles de facto não deveriam lá estar» (2).

APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DOS TRAJES E ARMAS DO POLÍPTICO

Em 23 de Junho de 1443, o Regente D. Pedro passou uma carta de quitação ao feitor del-Rei em Flandres Pedro Eanes, o «Sarrabodes», criado do Rei D. João I e que fora o portador do dote da Infanta D. Isabel ao seu marido o duque de Borgonha Filipe-o-Bom, de dinheiros e coisas por ele recebidos e despendidas em Bruges, de Abril de 1441 a Janeiro de 1443 (3).

Por esse documento se ficou a saber que Pedro Eanes comprou na Flandres grande número de armas e munições entre as quais: arneses de pernas, arneses de tornay (Tournai), cotas de malha, bestas de garrucha, etc. Para a câmara del-Rei enviou doze sombreiros de feltro, doze cotas de Nojemberque (Nuremberg) e quatro lanças de armas de avantagem e, para a Rainha D. Isabel, dois colares de oiro, dois anéis de oiro com diamentes e um bracelete.

No ano de 1452, Lopo de Almeida, que depois foi o primeiro conde de Abrantes, enviou de Roma e outras terras ao Rei D. Afonso V quatro cartas acerca da viagem da Imperatriz D. Leonor, irmã do

(1) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, «Colecção Saber», pág. 164.
(2) Armando de Lassancy, *A Rainha Fada*, pág. 26.
(3) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 427.

dito Rei, para se ir juntar ao seu marido, o imperador da Alemanha Frederico III [1].

Dessas cartas tira o autor os apontamentos seguintes.

Os cidadãos em Sena vestiam-se, nas cerimónias, de carmesins e escarlatas forradas de martas.

O Santo Padre fez o casamento «aparelhado em pontifical».

O irmão do Imperador, o duque Alberto, estava vestido com um manto comprido de escarlata, forrado de arminhos, com carapuça do mesmo.

O Imperador vestiu-se com uma alva, com amicto, estola e manípulo, «e uma capa sérica [2] em cima, assim como sai um sacerdote a dizer — *Asperges me Domine*».

A espada do Imperador tinha a bainha de ouro feita por ourives com todas as suas peças — cruz, punho e maçã — muito ricas.

A Imperatriz ia vestida com uma cota de carmesim, com uma opa de brocado pardo e toucada com uma crispina rica e um renge [3] em cima cingido por um tecido de brocado branco.

Levaram o Imperador a um altar e vestiram-lhe uma sobrepeliz e puzeram-lhe um barrete na cabeça e em cima um capelo de penagris [4], como cónego, porque o fizeram cónego desta Igreja.

A Imperatriz foi depois visitar o seu tio o Rei de Aragão e Sicília e, em Averça, veio recebê-la o príncipe, filho del-Rei, vestido com um mantão de veludo preto forrado de martas e, depois, o próprio Rei o qual, assim que viu a Imperatiz, tirou o sombreiro.

O marquês de Valença D. Afonso que acompanhou a Imperatriz deu aos fidalgos que iam consigo, um gibão de brocado aos cavaleiros e um gibão de brocado de prata aos escudeiros. A toda a outra gente deu gibões de veludo e, a cada um, dois saios franceses «que então costumavam» de pano muito fino, um farpado e outro em pena-negra.

O Marquês cavalgava uma faca [5] mursela que levava uma guarnição de veludo verde bordada e chapeada de argentaria branca, «e não quis levar dourado porque não era Cavaleiro, nem nunca o trouxe». «Assim que levava nesta maneira um gibão carmesim e brocado de prata muito rica e levava um saio curto francês de veludo alionado, sua espada de cinta rica e umas calças de grã [6] e sapatos de ponta (porque não se costumavam ainda borzeguins,

---

[1] D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica*, tomo I, livro III, pág. 370.
[2] Sérica = De seda.
[3] Renge = Véu de tecido fino como cassa.
[4] Penagris = Pena gris: Penugem acinzentada.
[5] Faca = Cavalo pequeno, leve, elegante.
[6] Grã = Pano de cor escarlate.

nem botas) e na cabeça um sombreiro de veludo negro com sua borla em cima.

Os pagens levavam calças de grã, sapatos de ponta, gibões de veludo carmesim, saios farpados (1), franceses, de pano de lã verde muito fino, colares de ouro mui grandes e anchos e sombreiros próprios como o do Marquês.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, existe um códice quinhentista que é um inventário de coisas recebidas por um tal Duarte Foreiro (2) cerca de 1506.

Desse códice tira o autor o seguinte:

ARMAS

Um arnês inteiro, com todas as suas peças.
Peitos de arneses, de cobre.
Plastrões sem espaldas.
Corsaletes (3) para El-Rei com todas suas peças de corpo e braços e escarcelas (4) e sua guarnição de tecido de veludo carmesim e fivelas biqueiras, tudo dourado.
Gibanetes de couro.
Pares de coxotes com suas correias, fivelas e biqueiras.
Fraldas de malha de ferro.
Bocetes de malha de ferro.
Bicos de falcão, dourados em partes, com suas hastes de pau.
Um estoque grande de montar, de três quinas, dourado pelo ferro, e sua maçã e cruz e rodete tudo dourado, com sua bainha de couro e conteira de latão.
Uma espada de armas, dourada nos terços, com seus cabos e maçã de cobre dourados.
Esporas de roda.
Lanças de armas.
Fivelas para arneses.
Cordões de retrós.

COISAS DA CAPELA

Um retábulo de bordos, por pintar.
Um livro de forma, místico, com suas cobertoiras de pau, forradas de couro vermelho.

---

(1) Roupas farpadas = Roupas curtas, leigais, e não as fraldadas e talares, clericais (Dicionário de Moraes, 8.ª ed.).

(2) João Martins da Silva Marques, in *Congresso do Mundo Português*, «Publicações», vol. V, págs. 557 e seg.

(3) Corsalete = Couraça leve.

(4) Escarcela = Parte da armadura desde a cinta, até ao joelho. É o mesmo que «fraldão» (Dicionário de Moraes)..

No 8.º volume do Arquivo Histórico Português [1] encontra-se um inventário da casa de D. João III, em 1534, do qual o autor tira o seguinte.

Umas esporas de ouro do teor com várias peças (cicates, junquilhos, biqueiras, fivelas, tudo de ouro, esmaltadas e as hastes de ferro douradas).
Uns cordões com suas borlas em baixo de retrós carmesim lavrados com suas perilhas de ouro de Florença.
Pontas de ouro com aljôfar.
Um bracelete de ouro esmaltado, feição de rocas [2].
Um amicto de Ruão com sua beta de damasco preto e com sua fita.
Uma tábua pintada que tem por natural el-Rei D. Afonso.
Duas alvas de Ruão com seus regaços [3].
Uma funda de livro de veludo carmesim de cerdeiros cairelado [4] de ouro e retrós, com quatro borlas, forrada de damasco carmesim.
Panos de brocado de pelo branco, de lavor de alcachofras.
Panos de brocado rico.
Panos de brocado carmesim.
Panos de brocado raso carmesim.
Peças de tela de ouro, de lavor de cardos e alcachofras.
Peças de cetim carmesim.
Peças de cetim passado de ouro.
Peças de damasco verde apedrado.
Uma peça de veludo avelutado alionado.
Uma peça de cetim avelutado de grã.
63 martas.

No 6.º volume do Arquivo Histórico Português [5], numa carta de quitação de D. Afonso V a João Rodrigues de Carvalho, em 14 de Julho de 1452, mencionam-se as seguintes compras: 200 lombos de martas comuns; 5 panos de rás (de Arrás) de armar, que foi buscar

---

[1] Págs. 261 e seg.
[2] Roca = No vestuário antigo, tira estreita que se usava nas mangas, calças, etc., como as rexas das rocas de fiar (Dicionário de Moraes, 8.ª ed.).
[3] Regaços = Tiras de seda ou outras drogas com que se ornavam as alvas dos sacerdotes, por diante e por detrás, e se usam nas alvas da patriarcal de Lisboa e de Mafra (Dic. de Moraes, 8.ª ed.).
[4] Cairelado = Orlado.
[5] Pág. 356.

a Tornay (Tournay) e a Lila (Lille); 100 dúzias de pergaminhos respançados [1], que entregou a Gomes Eanes de Azurara.

De *Michèle Beaulieu* e *Jeanne Baylé* [2], tira o autor os apontamentos seguintes.

As principais regras do luto feminino na Borgonha, nos meados do século XV, eram as seguintes.

As damas usavam beatilha soqueixada, manto e «chaperon». No luto pesado pelo pai ou marido não podiam usar anéis nem luvas e os vestidos eram de cauda e sem qualquer cinto.

No luto pelo marido usavam durante meio ano o manto e o «chaperon», três meses a «barbette» (soqueixo) e o «couvre-chef» por cima, três meses o mantelete, três meses o «touret» e três meses a cor preta no vestuário.

O «chaperon» era semelhante aos dos homens e punha-se da mesma maneira. Era, portanto, um capuz. O manto era uma espécie de capa grande prolongada por uma cauda. O mantelete, muito mais curto, cobria as espáduas e acabava à altura dos cotovelos. A «barbette» (soqueixo) era atada à altura das orelhas, cobria o pescoço e enquadrava a face. O «couvre-chef» era um lenço posto sobre a cabeça e reunia-se ao soqueixo. O «touret» era um lenço, mais pequeno que o «couvre-chef», associado ao soqueixo para o luto.

Os duques de Borgonha tinham o hábito de vestir os seus servidores duas vezes por ano.

Desde 1370, as librés dos servidores dos Duques eram talhadas em panos duma única cor, escolhida pelo duque Filipe, o Ousado.

Assim, o verde era para todos os que o serviam na caça e o vermelho para os vedores da fazenda, os camareiros, o chanceler e os músicos, etc.

Em 1378 o mesmo duque determinou que o camareiro-mor usasse a cor escarlate assim como o tesoureiro das guerras e o recebedor geral das finanças; o trombeteiro, a vermelha; os pagens, a vermelha e a verde; o cirurgião, a rósea; os «pannetiers» [3] a verde e a cinzenta, etc.

Segundo investigações do Dr. Belard da Fonseca [4] a Cruz

---

(1) Respançar = Raspar com a raspadeira. *Pergaminho respançado*: O que se prepara para nele se escrever e fazer iluminações. (Dic. de Moraes, 8.ª ed.).

(2) Michèle Bealieu et Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne de Philippe le Hardi à Charles de Téméraire*, págs. 123 e 124.

(3) Pannetier: Um dos sete servidores da mesa do rei de França. Depois foi sòmente um título honorífico.

(4) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, pág. 23.

de Borgonha (de Santo André) era usada como distintivo dos servidores nessa corte.

Na segunda metade do século xv os homens da Borgonha, as mais das vezes, usavam na cabeça elegantes «chaperons», «drapés à l'avance sur un gros bourrelet, coiffés comme des chapeaux». Esse «chaperon» era pois uma tira de pano que pendia sobre o ombro e cobria a cabeça apoiando-se sobre uma espessa almofada com o feitio duma bóia de salvação. Vemos esse «chaperon» na figura do Infante D. Henrique no Painel do Voto da Cruzada, no retrato do físico-mor do reino D. Fernando Álvares Cardoso, do Museu do Louvre, e no «Descimento da Cruz» do Mestre do Retábulo da Sé de Viseu (1).

Da «Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus» (2) tira o autor os seguintes apontamentos.

«Trazia a carão continuadamente um mui forte cilício tecido e feito de agulha de mui ásperas sedas de bestas o qual era grã de feição de gibanete ou saio sem mangas. Em cima deste trazia um saio de burel apisoado muito grosso e forte» (3).

«No dia da Trindade tirou o dó de viúva que havia três anos trazia» (4).

«...E forte cilício de sedas feito como sainho e meias mangas. Camisas de burel apisoado e grosso...» (5).

«Ia a de fora vestida de seus reais atavios, coberta de ouro e firmais ... como a Rainha sua madre» (6).

«A Senhora Infante com este achaque de sentir a ida del-rei seu padre e do príncipe *(para a tomada de Arzila)* sem ter outro irmão, leixou de usar e se vestir e toucar como soia e pertencia a seu real estado e el rei queria e lhe mandava. E dali em diante não trouxe senão preto e toucados chãos...» (7).

«Cobriu-se toda cabeça, garganta de ricos colares, firmais e reais vestidos»... (8).

«Não mudou por então vestidos nem toucados que ainda que mui honestos e baixos eram, não sendo mais que um hábito preto e outro branco e faldrilha viis. E cabeça com seus muito formosos cabelos em nastro e coifa de pernas e beatilha laçada. Depois que entrou nesse mosteiro nunca mais calçou luvas nem pôs anel em

---

(1) Reinaldo dos Santos, *Oito Séculos de História de Arte Portuguesa*, tomo I, pág. 80.

(2) *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V*. Leitura, Revisão e Prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, 1939.

(3) Ibidem, pág. 14. A carão = Sobre a pele.

(4) Ibidem, pág. 22.

(5) Ibidem, pág. 29.

(6) Ibidem, pág. 91.

(7) Ibidem, pág. 93.

(8) Ibidem, pág. 95.

dedo salvo um só de esmeralda e outro de aro que trazia sempre por respeito da Senhora sua tia, presente que lhos dera» (1).

«Seus vestidos assim na feição como na valia do pano (eram) honestos e viis. Curtos e muito humildes. E assim seus toucados e soqueixo e sobre-cabeça de algodão e linho. E murça de pano de linho» (2).

«Sua mantilha sempre foi de roles e em todos lugares da Comunidade e fora deles, que a trazia sempre, era pregada diante com uma travinca de pau ou de osso segundo costumam os franciscanos» (3).

«Como o Príncipe seu irmão da dita Senhora Infante, nossa Senhora, soube que ela tinha tomado o hábito da santa Religião, como leão rugiente se assanhou fortemente, cobrindo-se de dó e barba» (4).

«Acabado de ser vestida em seus hábitos e toucados de Religião» (5).

De uma Memória do ano de 1578 tira o autor o seguinte (6).

«Não houve homem fidalgo que não comprasse muitos corpos de armas muito lustrosas, e não mandasse pintar nelas suas armas em campos de diversas cores; mil peitos de prova de muito preço, muitas couras e coletes de anta, couraças de lâminas cobertas de veludo e setim de todas as cores com tochas de ouro e prata, muitas saias de malha e gibanetes...».

Conta Fernão Lopes (7) que por morte de um recém-nascido, filho do Rei D. Fernando «tomaram todos os grandes que com el-Rei estavam, capas de burel pardo...». Isto é, o traje de luto dos homens consistia em se cobrirem com capas de burel castanho.

ICONOGRAFIA DO TRÍPTICO DO VOTO DA SALVAÇÃO DAS ALMAS

Como adiante se verá, quando se estudar cada um dos painéis em pormenor, a figura de São Miguel representada pelo Infante Santo encontra-se entre os três estados do reino — oradores, defensores e mantedores — estando os membros da família real colocados nos primeiro e segundo planos.

«As cenas pintadas no Tríptico passam-se no interior dum edifício. O mosaico do pavimento lá está a atestá-lo, como ainda o com-

---

(1) *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V.* Leitura, Revisão e Prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, 1939, pág. 111.
(2) Ibidem, pág. 115.
(3) Ibidem, pág. 118.
(4) Ibidem, pág. 122.
(5) Ibidem, pág. 169.
(6) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, 5.ª edição, tomo VI, pág. 103.
(7) *Crónica del-Rei D. Fernando*, cap. CL.

provam as particularidades com que são dados os efeitos de projecção (sombra e penumbra) que as figuras fazem no ladrilho e que são, indiscutìvelmente, produzidos pela luz entrando por aberturas, portas ou janelas, invisíveis para o espectador. Mas, ao mesmo tempo, dir-se-ia que esses compartimentos ou divisões, em que o artista evocou as suas composições, são rasgadas ao fundo e abertas para o espaço nú» (1).

ICONOGRAFIA DO PAINEL DA VIDA ETERNAL

Foram pintadas neste painel seis figuras. As três do fundo estão de pé e as três mais anteriores ajoelham num «pavimento enxadrezado de adobes» (2).

No ângulo superior direito do painel viu o Dr. José de Figueiredo, «um tronco de árvore exótica» (3) e Henrique Loureiro (4), «um grande tronco de árvore».

Neste madeiro, que se prolonga para baixo até meia altura da margem direita do painel, notou o autor a existência de orifícios que denotam terem sido abertos por mão humana.

FIGURA 1

É o retrato do Rei D. Duarte, falecido na idade de 47 anos.

A figura aparenta essa idade e condiz com a descrição de Rui de Pina: «El-Rei D. Duarte foi homem de boa estatura de corpo e de grandes e fortes membros; tinha ... os cabelos corredios, o rosto redondo e algum tanto enverrugado, os olhos moles e pouca barba». De facto, a pele da face tem um aspecto diferente da de todas as outras figuras do Políptico.

Na parte da face palmar da mão esquerda, que não ficou encoberta pela mão direita, existe um nítido traço de cor castanha escura, certamente a cicatriz do pequeno ferimento que D. Duarte sofreu quando se armava para o ataque a Ceuta.

D. Duarte está vestido com a cogula branca dos freires regulares das ordens militares que seguiam a regra de Cister e tem na cabeça o capelo preto da Ordem de Avis com que os freires dormiam.

A iconografia de D. Duarte conhecida do autor (5) confirma

---

(1) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 94.
(2) Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, 13.ª ed., tomo II, pág. 9.
(3) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 94.
(4) Henrique Loureiro, *O Políptico do Convento de Santo Elói*, pág. 98.
(5) Ernesto Soares e Henrique Ferreira Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, vol. I, pág. 399. *Nobreza de Portugal*, Vol. I, págs. 305 e 309. *História de Portugal*, Barcelos, vol. III, pág. 30.

a identificação da figura, assim como o busto do mesmo rei existente na galeria dos jardins do palácio dos marqueses de Fronteira em Benfica.

FIGURA 2

É o retrato do 1.º duque de Bragança D. Afonso, falecido com 84 anos de idade, segundo a maioria dos autores, cerca de seis anos antes da feitura do painel, portanto.

A figura aparenta idade muito avançada pois o cabelo e a barba são completamente brancos.

A cabeça inclina-se para a esquerda, por flexão lateral do pescoço, o que corresponde ao facto histórico da «queixa» de que o duque ficou a sofrer até morrer devida ao muito frio que apanhou aquando da sua passagem pela serra da Lousã coberta de neve.

Confirma a identificação desta figura a sua comparação com a gravura II da «Iconografia Lusitana» de Ferrari (1).

FIGURA 3

Representa o Infante Santo D. Fernando falecido em 1443, cerca de 24 anos, portanto, antes da feitura deste painel.

Com efeito, sòmente encontramos na iconografia portuguesa do século XV uma figura com barbas e cabelos muito compridos, e essa é precisamente a do Infante.

Vemo-la no painel central do Tríptico da Paixão do Infante Santo que se encontrava no mosteiro da Batalha e hoje está guardado no Museu Nacional de Arte Antiga; na estátua do Infante Santo, da porta axial do mosteiro dos Jerónimos; e num desenho, num códice existente no Vaticano (2).

O Infante está vestido com uma cogula de lã branca e apoia a mão direita espalmada sobre um madeiro inclinado e encostado ao seu ombro esquerdo.

No madeiro vêem-se buracos gravados pela mão do homem parecendo ao autor que marcam os extremos duma cruz de Cristo.

A figura está coberta com um capelo de cor muito escura, no qual se nota o desenho duma cruz.

FIGURA 4

É o retrato do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, falecido em 1452 com 56 anos de idade. Os seus cabelos parecem

(1) Enrique Lafuente Ferrari, *Iconografia Lusitana*, Madrid, 1941, pág. 175.

(2) Domingos Maurício G. dos Santos, *O Infante Santo e a Possibilidade do seu Culto Canónico*, in «Brotéria», vol. IV, fasc. IV, Abril de 1927, pág. 197.

ao autor, louros e não brancos, pelo que a figura aparenta aquela idade. Podem-se comparar neste painel os tons da cor loura dos cabelos de D. Pedro de Noronha com a das cãs do velho D. Frei Nuno de Góis.

FIGURA 5

É o retrato do conde de Vila Real D. Fernando de Noronha falecido em 1445.

Comparando as feições do seu rosto com as da figura (27) do Painel da Cruzada, que acima identificámos como sendo o seu filho D. Pedro, verificamos haver grande semelhança.

FIGURA 6

É nìtidamente a cabeça de um velho o que corresponde à avançada idade do prior do Crato D. Nuno de Góis aquando do seu falecimento, em Castela, em 1442.

ICONOGRAFIA DO PAINEL DA DILATAÇÃO DA FÉ

Encontram-se neste painel sete figuras, três ao fundo, três envolvidas numa rede de pesca e uma isolada à frente.

FIGURA 7

A figura (7) representa um velho de longas barbas brancas, com o cabelo rapado excepto do lado direito, com assimetria facial e com blefarite, isto é, inflamação das pálpebras.

Está vestida com uma capucha de burel que arrasta pelo chão e tem nas mãos umas camáldulas cujas contas são constituidas por vértebras de peixe.

Esta figura apresenta-se na atitude litúrgica de prostração completa.

FIGURA 8

É o retrato de Lançarote da Franca nascido, talvez, em 1399 tendo portanto 49 anos em 1448, o que corresponde à idade aparente da figura [1].

Veste uma camisa, tem um barrete na cabeça e cobre-se com uma capa de seda, com capuz, de cor azul celeste.

---

[1] Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo III, pág. 766.

Esta figura está com a cabeça inclinada para a figura (9) a qual é a do seu sogro Soeiro da Costa.

Como adiante se referirá, Lançarote representa São João Evangelista. De facto, no Apostolado pintado no altar-mor da igreja matriz de Monsaraz [1], vemos que a figura deste apóstolo está precisamente com a mesma atitude da cabeça e tem o antebraço direito na posição horizontal em vez de inclinado, sendo o decote e as mangas franzidas da sua túnica idênticos aos da figura de S. João interpretada por Lançarote.

FIGURA 9

É o retrato de Soeiro da Costa, o qual tinha em 1448 mais de 61 anos, o que corresponde à idade aparente da figura [2].

Veste uma camisa, tem um barrete na cabeça e cobre-se com um manto de seda (?) de cor verde.

Vê-se que esta personagem só possuia a mão esquerda, pois perdeu a outra no descerco de Ceuta.

FIGURA 10

É o retrato de Gonçalo Velho.

O seu vestuário corresponde ao de um nobre fidalgo, pois é semelhante ao usado pelo marquês de Valença D. Afonso (20) no Painel do Voto da Cruzada.

Tendo o autor notado que a fenda palpebral do olho esquerdo da figura é mais apertada que a do olho direito, consultou sobre o assunto o ilustre Professor de oftalmologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, Doutor Lopes de Andrade, o qual procedeu ao exame da figura. A sua opinião, resumida pelo autor deste trabalho, em termos não técnicos, foi a seguinte: «A pálpebra inferior do olho esquerdo apresenta-se virada para dentro (entropion) o que é muitas vezes provocado por uma doença infecciosa dos olhos chamada *tracoma*, a qual ainda hoje é frequente causa de cegueira, não sendo rara entre a gente do mar. O *entropion* tem aspecto característico porque o exagero da convexidade de toda a pálpebra provoca o seu reviramento em direcção ao globo ocular, do que resulta ficar escondida a parte média do bordo livre palpebral. Nota-se, ainda, uma certa retracção da fenda palpebral do olho esquerdo. Ora, sabe-se que o tracoma pode provocar estreitamento da fenda palpebral».

---

[1] Dr. João Couto, *Monsaraz*, vol. XXI, da Colecção *A Arte em Portugal*, Ed. Marques de Abreu, Porto, 1962.

[2] Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Tomo III, pág. 766.

Deste exame deduz o autor que a perda de parte da visão sofrida por Gonçalo Velho num dos olhos, não foi devida, segundo então julgaram, à pancada que apanhou na cabeça mas, provàvelmente, a um tracoma.

FIGURA 11

É o retrato de João Gonçalves Zargo.

Note-se a expressão parada, *morta*, do seu olho esquerdo e a altura invulgar da testa pois não se vêem cabelos saindo por baixo do barrete, sobre ela.

Comparando esta figura com o retrato de João Gonçalves Zargo, «primeiro donatário desta ilha no ano de 1420», existente no palácio de S. Lourenço no Funchal, encontramos notável semelhança de feições.

O leitor poderá verificar, no retrato do Funchal, a existência evidente de uma cicatriz na pálpebra superior do olho esquerdo, encontrando cicatriz semelhante no retrato do Políptico.

Consultado sobre o assunto o Professor Lopes de Andrade, que procedeu ao exame da figura, deu a sua opinião que o autor vai resumir em termos não técnicos: «No globo ocular esquerdo, nota-se a ausência do reflexo corneano, isto é, o reflexo da luz na superfície da córnea transparente. Se esse reflexo realmente não existia no olho esquerdo da pessoa retratada, aparecendo no outro, isso seria possìvelmente devido a opacidade da córnea. Também se pode admitir a hipótese da sua omissão voluntária pelo pintor, a querer significar cegueira do olho (olho sem vida). Na pálpebra superior nota-se a existência dum traço que representa, possìvelmente, uma cicatriz com retracção ou aderência aos planos profundos, como se depreende do contraste flagrante entre o aspecto desta pálpebra, de bordo livre bem descoberto, e o da pálpebra congénere do olho direito cujo bordo livre está escondido por uma prega de pele flácida que desce até o ocultar (blefaro-chalasis). Da posição da cicatriz se deduz que o agente vulnerante poderia ter, por perfuração ou contusão, provocado a cegueira do respectivo olho. A cicatriz que se vê no retrato de João Gonçalves Zargo, existente no Funchal, corresponde à do retrato do Políptico».

Por estes dois retratos se evidencia que João Gonçalves não perdeu um olho como escreveu Gaspar Frutuoso nas «Saudades da Terra», mas sòmente a visão dele.

João Gonçalves foi uma figura muito importante no tempo da regência do Infante D. Pedro, pela sua ajuda à obra dos descobrimentos, pois forneceu duas caravelas para a expedição nacional a Tider e armou, sem qualquer intuito de ganho, a caravela em que seu sobrinho Álvaro Fernandes «foi mais longe que todalas outras».

FIGURA 12

É o retrato do mareante dos descobrimentos Vicente Dias. Veste uma camisa branca e cobre-se com uma capa azul de que se vê um triângulo entre o capuz e o ombro da figura de Lançarote da Franca.

A face direita desta figura é percorrida por uma longa cicatriz que vai desde a orelha, que está deformada, até ao bordo anterior do nariz, o que corresponde à ferida que recebeu na Guiné.

FIGURA 13

É o retrato do mareante dos descobrimentos Gomes Pires.

ICONOGRAFIA DO PAINEL DO VOTO DA CRUZADA

Encontram-se neste painel dezassete figuras dispostas de maneira a formarem uma porta ogival e uma cruz cujas linhas passam por olhos ou boca de algumas dessas personagens.

FIGURA 14

Representa a Rainha D. Isabel, falecida em 1455, na idade de 22 anos, cerca de treze anos antes da feitura deste Painel do Voto da Cruzada.

Por estar morta, o pintor eliminou-lhe as formas arredondadas (1) pois bem sabia que o emprego de linhas curvas na composição, «devido à sua vitalidade, energia e feminilidade, dá grande poder expressivo de vigor, alegria e sensualidade» (2). Também, pelo mesmo motivo, não lhe colocou anéis nos dedos, nem luvas, nem jóias no toucado.

O vestuário compõe-se de uma saia de veludo verde e de uma cota de veludo vermelho com longa cauda debruada de peles de marta. A cota é golpeada nas mangas e no corpete, vendo-se uma alva camisa. O decote é grande, tal como se usava em Portugal

---

(1) A Rainha D. Isabel tinha essas formas como se pode ver na gravura da pág. 157 do *Dicionário de Iconografia Artística*, de Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira Lima, vol. II.

(2) J. de S. Agaró, *Composicion Artistica*, Las Ediciones de Arte, 3.ª ed., pág. 56.

nos meados do século XV. Um cinto estreito e dourado cinge a cota que é fendida à frente para facilitar a extensão da sua cauda, a qual era segura por uma dama quando a Rainha se deslocava [1]. O toucado é uma espécie de mitra com a forma de um tronco de cone que assenta sobre os cabelos enrolados à volta da face, e de cuja parte superior emerge um tufo de filocládios e uma flor de um cacto [2]. Do toucado pende até ao chão uma faixa de pano castanho, de bordos dentados e forrada de pano azul.

Sobre a fronte vê-se um cordão, tal como na figura da Rainha D. Filipa de Lencastre, avó da Rainha D. Isabel [3].

Sobre o peito da figura está uma jóia constituida por uma grande esmeralda encastoada em ouro e por cinco pérolas pendentes, a qual é segura por um cordão que envolve o pescoço.

Como na figura não se vêem mais jóias, nem nos dedos nem no toucado, é de pensar que não se trata dum adereço mas sim de um relicário precioso. De facto, D. Nuno Álvares Pereira trazia, nas campanhas, um relicário ao pescoço [4], e a Rainha D. Isabel possuia um relicário com um espinho da coroa de Nosso Senhor Jesus Cristo [5], o qual ficou a pertencer a sua filha a Infanta D. Joana depois de ela ter falecido. Conta-nos Magalhães Basto [6] que Catarina Pires, moradora no Porto, possuia três cadeias de oiro, cada uma delas com seu relicário.

Suspenso da mão direita da figura está um *saltério* ou *paternoster* [7] de contas de ouro. Note-se que os dedos não estão completamente flectidos para apertar o saltério, o qual está enrolado sobre a mão.

Os cabelos e os olhos da figura têm a mesma cor que os da dama cujo retrato existe no museu de Aveiro e que, até agora, se tem julgado representar a Infanta Santa Joana.

Os Drs. Alberto Souto e Rocha Madahil concluiram que o retrato do museu de Aveiro e o da jovem do Políptico, que estamos estudando, representam a mesma pessoa — a Infanta Santa Joana — explicando o último destes ilustres investigadores ser devido a repintura o facto de no retrato de Aveiro os cabelos e os olhos serem castanhos, em vez de louros como raios de sol, os primeiros, e verdes, os segundos, tal como os tinha a Infanta.

---

(1) Frederico Marjay, *Infante D. Henrique*, pág. VIII.
(2) Identificação da Doutora Maria Zélia Esteves Ferreira.
(3) Veja-se a estampa VI do livro *Infante D. Henrique*, organizado por Frederico Marjay.
(4) Frei Manuel de Sá, *Memórias Históricas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, pág. 324.
(5) António Gomes da Rocha Madahil, *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro*, pág. 187.
(6) A. de Magalhães Basto, *O Porto e a Era dos Descobrimentos*, pág. 60.
(7) B. Xavier Coutinho, *Nossa Senhora na Arte*, Porto, 1959, pág. 114.

O Dr. Rocha Madahil também observou no retrato do museu de Aveiro o «manifesto e piedoso propósito de planificar o busto», o qual «apresentava originàriamente volume de seios, como fàcilmente se deduz das curvaturas do colete exterior, dum lado e doutro, só explicáveis pela pressão interior duma razoável massa glandular» [1].

Se examinarmos uma gravura que representa a Rainha D. Isabel [2] encontraremos as curvaturas correspondentes a seios bem desenvolvidos.

Assente, por concordância de todos, que os retratos da jovem do Políptico e da pintura do museu de Aveiro são da mesma pessoa, conclui-se que o de Aveiro representa a Rainha D. Isabel e não a sua filha, a Infanta Santa Joana.

De facto, no retrato de Aveiro vemos a personagem com uma riquíssima crespina adornada de pedras preciosas.

Em Michèle Beaulieu e Jeanne Baylé [3], encontramos o significado deste toucado, pois, a respeito do uso das coroas, dizem que elas deixam de ser usadas no decurso do século XV, excepto para os casamentos; nessas ocasiões, as mulheres colocam a coroa sobre os cabelos desatados mas põem uma crespina (chapel) de ouro e pedraria depois da cerimónia terminar, simbolizando assim a sua mudança de condição.

Desta maneira, temos forçosamente de pensar que o retrato do museu de Aveiro corresponde a uma mulher casada e não pode, portanto, deixar de ser a Rainha D. Isabel.

Mais impõe esta identificação o facto de a figura de Aveiro usar um bracelete no pulso e um anel com uma jóia.

Poderemos conjecturar que a Infanta D. Joana, quando saiu de Lisboa para se recolher ao convento de Jesus, em Aveiro, tivesse levado consigo um retrato da sua falecida mãe, possìvelmente uma cópia de retrato pintado por Nuno Gonçalves.

Morta a Infanta e passados tempos ter-se-ia perdido a tradição de que o retrato era o da sua mãe e, naturalmente, todos pensariam que representava a Santa Infanta. Este pensamento teria obrigado uma das superioras do convento a mandar modificar a pintura para lhe eliminar as curvas dos seios, espectáculo pouco edificante para as pudicas monjas.

---

[1] António Gomes da Rocha Madahil, *Iconografia da Infanta Santa Joana*, pág. 73.

[2] Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, vol. II, E-M, pág. 157.

[3] Michèle Beaulieu et Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne de Philippe le Hardi à Charles le Téméraire*, pág. 111.

Também, não parece ser verosímil que a Infanta, abandonando o mundo e enclausurando-se num convento, levasse consigo um seu retrato que permanentemente lhe lembrasse a vaidade da vida terrena e o fausto da corte de que quis separar-se para sempre [1].

FIGURA 15

Representa o rei D. Afonso V o qual, em 1468, tinha 36 anos. A figura aparenta essa idade.

No painel da Adoração dos Magos, de Thierry Bouts, existente na Pinacoteca de Munique, encontramos uma figura de rei mago extraordinàriamente semelhante a esta, pela atitude e pelo traje.

Vemos a mesma atitude com a genuflexão de um só joelho e o outro não completamente flexionado, na estátua do rei D. Manuel da porta axial dos Jerónimos.

D. Afonso V veste um gibanete em veludo verde, obra rica por certo mas de ornamentação pouco singular pois reproduz um vulgar modelo alcachofrado italiano, guarnecido de ramagens e folhas polilobadas [2].

O gibão e as calças são em veludo liso de cor roxa.

O barrete que cobre a cabeça do Rei é de brocado consistente, com a volta, ao que parece, de couro e adorna-se de penachos pendentes [2]. Chamava-se este barrete «martimenga» [3].

Notemos que o seu cimo é ocupado por uma esfera de ouro e que os penachos são dourados assim como o cinto que aperta o gibanete.

O Rei está calçado com borzeguins (botas de canhão), de cor semelhante à da terra tal como usavam os cavaleiros. No peito do borzeguim direito foi descoberto um monograma que adiante será descrito e interpretado.

A espada que a figura segura com a mão esquerda pende de uma cinta de couro «traçada do ombro direito aos rins» [4]. As suas guardas são curvas e a maçã tem o formato de uma rosa aberta, se não de um malmequer, não se desvendando os punhos porquanto, decorados com uma borla de fios de seda, desaparecem sob este ornato [5].

---

(1) Vide António Gomes da Rocha Madahil, *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana.*

(2) Carlos Bastos, *Arte Ornamental dos Tecidos*, vol. 1, pág. 74.

(3) Dr. João Luís da Fonseca, *Os Painéis chamados de S. Vicente*, *Magazine Bertrand*, Janeiro de 1927, pág. 87

(4) Mattos Sequeira, *História do Traje em Portugal*, «Enciclopédia pela Imagem», pág. 25.

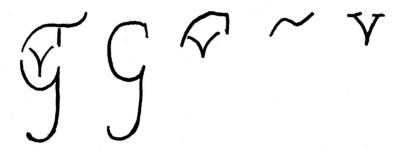
(5) Alfredo Guimarães, *As Armas Brancas do Solar de Pindela*, pag. 78.

D. Afonso V olha para a figura da Rainha D. Isabel e não para a figura do cardeal D. Jaime. É fácil verificá-lo, porque, estando ele figurado em perfil absoluto, no primeiro plano, não podia olhar para a figura central, nem para o Evangelho, que estão no segundo plano (1).

Rui de Pina escreveu que D. Afonso V tinha o rosto redondo e a barba preta (2), e D. António Caetano de Sousa também apontou o rosto redondo e cabelo castanho (3). Estas informações correspondem à face da figura e à cor muito escura dos seus cabelos.

Comparando a face da figura com a do busto de D. Afonso V existente na galeria dos jardins do palácio dos marqueses de Fronteira, em Benfica, encontramos notável semelhança, sobretudo no perfil do nariz e nos lábios descaídos perto da comissura.

A chamada sigla existente na bota direita da figura foi estudada por ilustres autores, destacando-se as interpretações dos Drs. Sousa Gomes (4) e Belard da Fonseca (5).

Orientado por estes estudos, o autor do presente trabalho interpreta a «sigla» como sendo um monograma constituído pelas letras *G*, *A* e *N* e pelo algarismo romano V.

O *G* dividido em duas partes, por ter uma interrupção na grande curvatura, significaria «dois» Gonçalves.

O *A* corresponderia a Afonso.

O *N* seria a inicial de Nuno.

Teríamos assim no monograma o Rei D. Afonso V e os dois pintores Nuno Gonçalves, pai e filho.

---

(1) Henrique Loureiro, *O Políptico do Convento de Santo Elói*, pág. 78.

(2) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, vol. III, pág. 150.

(3) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, pág. 12.

(4) A. Sousa Gomes, *A Sigla de Nuno Gonçalves*, Lisboa, 1928.

(5) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, págs. 99 e seg.

FIGURA 16

Representa a Infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha, a qual tinha setenta e um anos em 1468. A idade que a figura aparenta é difícil de apreciar, por os cabelos estarem escondidos, porém o aspecto da face não contradiz aquela idade.

Usa uma beatilha soqueixada feita de tecido de lã branco e grosseiro no qual reconhecemos a *almáfega*, o burel branco usado em ocasiões de nojo, luto ou dó (1).

Veste-se com uma túnica de burel *sem cinto ou cordão* e cobre-se com um manto de cor cinzenta.

Tem na mão um rosário de grossas contas de cor escura, talvez feitas de azeviche ou âmbar.

O manto, a túnica de burel sem cinto e a almáfega da beatilha correspondem ao trajo usado no século XV pelas viúvas, na Borgonha, em época muito próxima do falecimento do marido. Durante o luto as viúvas não usavam as alianças do casamento (2); por isso não vemos aneis nos dedos da duquesa.

FIGURA 17

Foi pintada para representar o cardeal D. Jaime de Portugal, porém o rei D. João II mandou pintar, sobre a face dela, o rosto do seu filho o príncipe D. Afonso, falecido na idade de dezasseis anos, segundo se prova pelo documento encontrado pelo Dr. Artur da Mota Alves na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e pelo estudo feito pelo Dr. João Couto da radiografia da cabeça da personagem.

Segundo este ilustre e probo crítico de arte (3), «a fisionomia que a película radiográfica nos revela, é a de um homem em plena vida, traduzida com a forte técnica e prodigiosa verdade dos outros personagens retratados nos painéis».

No mesmo artigo o Dr. João Couto considera: «Pode dar-se o caso de, sobre a primitiva construção, o artista — o próprio autor dos painéis — ter aplicado ténues velaturas...».

Estão assim explicados os factos de os cabelos da figura serem louros como os do príncipe D. Afonso e não muito escuros como os tinha o cardeal D. Jaime (veja-se a sua figura (36) no Painel da Pregação do Evangelho) e a face ser rosada e pueril, o que corresponde aos dezasseis anos daquele príncipe.

---

(1) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e *Dicionário de Moraes*.

(2) Michèle Beaulieu et Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne de Philippe le Hardi à Charles le Téméraire*, pág. 123.

(3) João Couto, *A Cabeça do Santo no «Painel do Infante»*, Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga, vol. III, n.º 9-10 de 1944.

Notemos que as mãos desta figura são «ossudas, esguias e de dedos compridos» (1) tal como as da estátua do túmulo de D. Jaime em Florença, que foram moldadas pelas do Cardeal.

Se agora formos verificar as características das mãos da figura principal no Painel da Pregação do Evangelho (35) vemos que os dedos não são muito compridos e que o seu esqueleto está bem coberto de tecidos moles.

Esta figura do cardeal D. Jaime está revestida com trajes profanos e trajes religiosos.

Os primeiros são: a caraminhola e a veste talar, preta, de que sòmente se divisa a gola.

Os segundos constituem o traje litúrgico dos diáconos: a alva com o seu regaço anterior, o amicto com a sua beta, o manípulo e a dalmática.

A dalmática tem mangas e a parte anterior está dividida em três na sua largura.

«Os enrugamentos da dalmática e a luminosidade da sua superfície encarnada inclinam-nos a aceitar um fundo de ponto de cetim sobre seda fina, tendo o negativo mate do desenho sido substituído exclusivamente por fio de ouro» (2).

Desenhadas no tecido encontramos flores de corola campanulada.

Procurando entre as vestimentas religiosas que o Infante Santo deixou em testamento, encontramos uma que corresponde à usada pela figura principal do políptico: a de baldoquim vermelho com ouro.

O termo «baldoquim» não foi encontrado pelo autor nos dicionários da língua portuguesa. Mas é de admitir que seja o aportuguesamento da palavra «baudequin» que designava, na Borgonha, um tecido de seda, liso, originário de Alexandria (3).

A face da figura está aureolada por um halo de raios luminosos, o resplendor da glória (4).

O arcebispo de Lisboa D. Jaime apresenta ao Rei o livro dos Santos Evangelhos para ele beijar, tal como se fazia na missa em presença de um príncipe, o princípio do texto sagrado da missa do dia.

Ter-se-á pois que ler no livro o texto a seguir ao dedo mínimo da mão direita da figura.

O Dr. Pedro de Azevedo identificou este texto como fazendo parte do capítulo XIV do Evangelho de São João, o qual é comum

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis, O Cardeal D. Jaime de Portugal*, págs. 46 e 47.
(2) Carlos Bastos, *Arte Ornamental dos Tecidos*, vol. I, pág. 75.
(3) Michèle Beaulieu et Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne de Philippe le Hardi à Charles de Téméraire*, págs. 27 e 29.
(4) *Dicionário de Moraes*, 1891, em «resplandor».

às duas Missas do Domingo de Pentecostes e da Votiva do Espírito Santo. Poderemos, pois, fàcilmente ler: «*Jam non multa loquar vobiscum Venit enim princes mundi hujus et in me nõ habet quiquam Sed ut cognoscat mundus quia diligo patrem et sicut mandare*».

O Dr. António Leite traduziu (1): «Já não falarei muito convosco, porque se aproxima o príncipe deste mundo, e contra mim nada pode. Mas para que o mundo saiba que amo o Pai, e que faço o que ele me manda...».

Como notou o Dr. José Saraiva (2), o texto não deveria terminar pela palavra «mandare», pois o texto do Evangelho de São João é o seguinte: — «*Sed ut cognoscat mundus quia diligo Patrem, et sicut mandatum dedit mihi Pater, sic facio*».

Assim deduzimos haver evidente intenção de o texto da página revelar um sentido completo.

Lembremo-nos, por fim, que o vermelho é a cor litúrgica do Espírito Santo, pelo que nas Missas solenes do Domingo de Pentecostes e Votiva do Espírito Santo o sacerdote, o diácono e o subdiácono se revestem de paramentos daquela cor.

FIGURA 18

É o retrato do Infante D. Henrique.

Veste uma loba de cor preta, de que se vê a gola e, sobre ela, uma opa aberta pela ilharga direita, de cor castanha escura.

A cabeça está coberta com um «*chaperon*» (3) de pano de cor castanha-avermelhada, de feitio semelhante aos que se usavam na Borgonha na segunda metade do século XV.

Vemos assim que o Infante não usa um chapéu de feltro com abas reviradas mas uma tira de pano que coifa a cabeça e pende sobre o ombro, sustentada por uma almofada anular.

Como acima se viu, este «*chaperon*» era uma peça de vestuário elegante.

Na vida do Infante D. Henrique encontramos um passo em que ele se apresentou com todo o luxo e ostentação. Foi nas sumptuosas festas dos esponsórios da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com o imperador da Alemanha Frederico III, realizadas em Lisboa em Agosto de 1451. O Infante D. Henrique participou nas festas com o maior «luzimento», sendo «mantenedor

---

(1) António Leite, *O Mistério dos Painéis*, in «Brotéria», vol. LXVIII, Lisboa, 1959, n.º 6.

(2) José Saraiva, *Os Painéis do Infante Santo*, pág. 151, nota 2.

(3) Michèle Beaulieu et Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne de Philippe le Hardi à Charles le Téméraire*, pág. 69.

nas justas e director nos torneios» e «escurecendo a pompa obsequiosa de todos» (1).

Assim se compreende que o Infante tivesse encomendado na Borgonha vestuários da última moda para se apresentar nas festas conforme convinha à sua alta jerarquia.

Em 1451 tinha D. Henrique 57 anos, idade que a figura deste Painel da Cruzada aparenta.

A conhecida iluminura da «Crónica dos Feitos da Guiné» (2) representa o Infante com o mesmo «*chaperon*» e deve ter sido executada pelo iluminador dos livros de D. Afonso V, Gonçalo Eanes, cerca de 1453, ano em que o escudeiro João Gonçalves, escrivão dos livros de D. Afonso V, acabou de escrever a dita «Crónica».

É de deduzir que as figuras do infante D. Henrique no Painel da Cruzada e na «Crónica dos Feitos da Guiné» foram tiradas de um retrato que teria sido pintado por Nuno Gonçalves na ocasião das festas, aproveitando uma das raras vindas de D. Henrique à corte. A iluminura copiou o retrato, porém a figura do Painel teve de ser copiada perante um espelho porque o Infante foi colocado à esquerda da figura principal.

Na iluminura, o Infante, veste a opa vermelha, aberta pela ilharga, que os duques tinham direito de usar (3).

No Painel do Voto da Cruzada o pintor deu a essa mesma opa uma cor escura, por o Infante já ter morrido.

O busto da opa tem perfeitamente o mesmo feitio da desenhada na iluminura não lhe faltando a abertura na ilharga que nìtidamente o leitor encontrará no postal colorido que reproduz a figura de D. Henrique no Painel do Voto da Cruzada.

Examinando a opa, no Painel do Voto da Cruzada, verificamos o afastamento dos seus bordos, a partir da cintura do Infante, vendo-se entre eles um tecido de cor esverdeada e encontramos a ponta da sua cauda roçagante no ângulo formado pelo bordo inferior do gibanete e pelo bordo direito da espada do príncipe D. João.

No «Memorial da Infanta Santa Joana» publicado pelo Dr. Rocha Madahil, lê-se a páginas 172 que depois da morte da Infanta e de ser colocado o ataúde com o corpo no «meo da logia» entraram os bispos de Coimbra e do Porto, «singulares amigos e mui devotos desta Senhora de longos tempos. Vinham com grandes lobas e capelos de dó. E se o dó dos vestidos do corpo era muito grande mui maior em grande maneira a dor dos suas almas e corações».

---

(1) Cândido Lusitano, *A Vida do Infante D. Henrique*, pág. 376.
(2) Luís Reis Santos, *Iconografia Henriquina*, est. XII-B.
(3) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo V, pág. 24.

Deduzimos assim que o pintor vestiu o Infante com um trajo de luto que bem pode ser o feito de aluz escuro (1) com que figurou na trasladação da ossada do infante D. Pedro para o Mosteiro da Batalha (2).

Examinado a face da figura do Infante encontraremos, tal como Joaquim de Vasconcelos (3), «no canto esquerdo da boca, correndo oblíquo sobre o queixo, um gilvaz vigoroso em forma de *S* maiúsculo»

Procurou o autor essa cicatriz na face da estátua jacente de D. Henrique no Mosteiro da Batalha e encontrou evidentes vestígios dela, porém sem grande nitidez. Felizmente que, em 1933, o antropólogo Louis Dumont pintou a face esquerda da estátua e nela vemos bem evidente o gilvaz descrito pelo Dr. Joaquim de Vasconcelos (4).

Assim fica demonstrado que a figura (18) do Painel do Voto da Cruzada representa sem dúvida o Infante D. Henrique, estando, portanto, certa a sua estátua no monumento dos descobrimentos em Belém.

Outra prova desta afirmação reside na gravura representando o Infante D. Henrique que se encontra na tradução dos «Lusíadas» em inglês, editada em Londres em 1655 (5), na qual a face da figura tem flagrante semelhança com a daquele Infante no Políptico.

É certo que o ilustre iconógrafo Ernesto Soares provou que esta gravura tinha sido executada aproveitando-se a chapa que representava o Príncipe Negro (5). Porém é fácil verificar que os pormenores fisionómicos das duas gravuras são muito diferentes.

Conclui-se assim que foi aproveitada a chapa da gravura que representava o Príncipe Negro para executar a respeitante ao Infante D. Henrique, com excepção da face.

FIGURA 19

Foi pintada para representar o príncipe herdeiro D. João.

Porém, observando a face da figura notamos que os seus cabelos são louros arruivados, os olhos castanhos claros, de tom esverdeado, e o nariz é levemente arrebitado e bem proporcionado.

---

(1) Aluz: Tecido espesso e felpudo.

(2) Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, vol. II, pág. 138.

(3) Joaquim de Vasconcelos, *Taboas da Pintura Portuguesa no Sçculo XV*, publicação de José Cortez, 1960, pág. 20.

(4) Louis Dumont, *Les Portugais Illustres*, in «Arquivo de Anatomia e Antropologia», Lisboa, 1934, vol. XVI, pág. 51.

(5) Ernesto Soares, *Iconografia do Infante D. Henrique*, págs. 128 e 129.

Ora, D. João II teve cabelos castanhos e o nariz um pouco comprido e derribado algum tanto, sem fealdade, segundo Rui de Pina, e olhos pretos, segundo Garcia de Resende (1).

Impôs-se pois o exame radiográfico da face da figura onde se encontra um nariz de bordo curvo com convexidade nitida, correspondendo ao «nariz derribado» de Rui de Pina.

Os cabelos louros, os olhos de cor clara e a pele rosada e branca da figura correspondem às descrições do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, feitas por Cataldo Siculo e Von Popplau, que o davam com «cara de inglês», cabelos louros e a pele rosada e branca.

Assim se deduz que a actual face da figura foi pintada sobre a primitiva para representar o filho de D. João II, o Infante D. Afonso.

Para compreensão da estatura do príncipe D. João pode ler-se no «Memorial da Infanta Santa Joana» (2) que ele era «pequeno de corpo e muito doentio e mal disposto em toda a sua meninice, que cada um ano o tinham por morto, e os físicos de sua vida e saúde desesperados».

A figura está vestida com um gibanete ou saio sem mangas (3), de veludo, orlado com cordão de ouro e fendido à frente.

Por baixo do gibanete usa um gibão (4) de veludo escarlate com botões de ouro ou dourados.

A cabeça está coberta com um barrete de veludo, de gomos, guarnecido com cordões e botões dourados, tendo no vértice uma esfera do mesmo metal.

A espada, suspensa duma cinta de couro, tem guardas que terminam em bolas.

Calça botas de cano, de feltro (?), de cor escura e com ornamentos bordados a ouro sobre a gáspea, os quais o Dr. Belard da Fonseca (5) descobriu constituirem letras, revelando os nomes dos pintores Nuno Gonçalves e João Anes (N. G. e J. Eanees).

Ao autor do presente trabalho parece clara uma anomalia no *a*, segunda letra da leitura «Eanees», pois existe nela um grande prolongamento, na parte superior, na direcção horizontal. Assim, esse pormenor seria um monograma das letras *G* e *A*, correspondendo ao pintor do Rei D. João II, Afonso Gomes.

---

(1) Garcia de Resende, *ChronicaDel Rey Dom Joam II*, Coimbra, pág. XV.

(2) *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana*, pág. 92.

(3) Ibidem, pág. 14.

(4) Gibão: Vestido interno, que antigamente cobria o corpo até à cintura por baixo do pelote, como hoje o colete *(Dicionário de Moraes*, 1891).

(5) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 138.

Os nomes seriam, então, de Nuno Gonçalves, Afonso Gomes e Jão Gonçalves (*J. Gllz*), contando com o desdobramento do monograma

FIGURA 20

É o retrato do marquês de Valença D. Afonso, falecido em 1460, com 58 anos.

A figura aparenta essa idade pois os seus cabelos são grisalhos.

Examinando a face desta figura notamos que o nariz se desvia da linha média vertical para a esquerda.

Infelizmente, a extremidade nasal da estátua jacente do marquês, na colegiada de Ourém, desapareceu aquando dos desacatos sofridos pelo túmulo durante a invasão francesa.

Porém, o septo nasal não foi destruído e lá o encontramos nìtidamente inclinado para a esquerda.

Se compararmos a figura do Painel da Cruzada com a face da estátua jacente notaremos grande semelhança de feições.

Note-se, que esta figura se apresenta com o gesto litúrgico das mãos escondidas.

FIGURA 21

É o retrato do segundo duque de Bragança D. Fernando que, em 1468, tinha 65 anos, idade que a figura aparenta, pois a calvície é muito desenvolvida.

Vemos que está revestida com um argau (1) de burel, colocado sobre o brial de cavaleiro, e este sobre a armadura de que se vêm os anéis dos braçais.

Comparando esta figura com uma gravura que representa o Duque (2) notamos grande semelhança de feições.

---

(1) Argau: Duas mantas de lã parda, unidas por uma das extremidades, tendo apenas na costura o vão necessário para meter a cabeça (Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, 13.ª ed., pág. 84).

(2) Ernesto Soares, *História da Gravura Artística*, n.º 174.

FIGURA 22

É o retrato do então conde de Guimarães D. Fernando, filho do segundo duque de Bragança.

Está com a face quase encostada à do seu pai e veste também um argau de burel.

Comparando esta figura com uma gravura que representa o terceiro duque de Bragança, que o conde veio a ser (1), notamos grande semelhança de feições.

Em 1468, D. Fernando tinha 38 anos, idade que a figura aparenta.

FIGURA 23

Representa o conde de Viana, D. Duarte de Meneses, morto pelos mouros em 1464, na idade de 50 anos, pois nasceu em 1414.

A figura aparenta essa idade porque, apesar da calvície, os cabelos corredios não estão encanecidos

Nesta figura encontramos a cicatriz da «pequena ferida a fundo do beiço» (situada no lábio inferior junto à comissura direita) que sofreu em 1458 quando Alcácer-Ceguer foi cercada pelos mouros.

FIGURA 24

É o auto-retrato do cavaleiro e pintor do Rei D. Afonso V, Nuno Gonçalves, pois como observou o Dr. José de Figueiredo, a nitidez do seu olhar, fitando um ponto exterior e relativamente próximo, e, portanto, em contraste acentuado com o olhar de todas as outras figuras, mostra que o artista se retratou a si mesmo recorrendo a um espelho (2).

Como, certamente, Nuno Gonçalves se retratou em último lugar depois de pintadas as restantes figuras do painel, podemos calcular a execução do seu auto-retrato para o ano de 1468.

Desta maneira deduzimos ter ele nascido cerca de 1403, pois a palidez do rosto e os cabelos totalmente encanecidos lhe dão uma idade de cerca de 65 anos.

---

(1) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal*, em D. Fernando, 3.º duque de Bragança.

(2) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 90.

FIGURA 25

É o retrato do pintor e mestre em leis doutor Nuno Gonçalves.

A sua máscara é evidentemente afim da de Nuno Gonçalves, com analogias evidentes de conformação facial, havendo semelhança ou parentesco fisionómico entre as duas figuras (1).

A idade aparente da figura é de uns 40 a 45 anos, podendo pois o doutor Nuno Gonçalves ser filho do pintor Nuno Gonçalves que então teria uns 65 anos como acima se disse.

O Doutor Nuno Gonçalves era, em 1460, cavaleiro da casa do Rei D. Afonso V, do seu desembargo e juiz dos seus feitos (2).

Foi ele o juiz a quem D. João II ordenou que lavrasse auto do assassinato do duque de Viseu (3).

Em Maio de 1490 foi nomeado chanceler da Casa do Cível (4).

FIGURA 26

É o retrato do conde de Odemira D. Sancho de Noronha.

Os seus cabelos são brancos e a cabeça está coberta com um capelo preto igual ao que vemos na figura do rei D. Duarte no Painel da Vida Eternal.

Os bordos da loba que veste estão ligados pelas mesmas fitinhas que vemos nas figuras do primeiro e segundo plano do Painel da Pregação do Evangelho (5).

Não se conhecem as datas do nascimento e da morte de D. Sancho de Noronha, porém era certamente velho em 1467.

FIGURA 27

É o retrato do conde de Vila Real D. Pedro de Meneses que em 1468 tinha 27 anos, idade que condiz com a cor rosada da face e dos cabelos negros da figura.

Comparando-a com a do seu pai D. Fernando de Noronha, no Painel da Vida Eternal, encontramos grande semelhança de feições.

---

(1) Dr. José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 62.

(2) João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pág. 574.

(3) Rui de Pina, *Crónica d'el Rei D. João II*, cap. XVIII.

(4) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Primeiro dos Brasões da Sala de Sintra*, pág. 327.

(5) A *porta de Holanda* era um peitilho apertado com cordões ou fitas que substituia a camisa. *Vide* A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, pág. 38.

FIGURA 28

É o retrato do bispo de Lamego D. Rodrigo de Noronha, confessor do Rei D. Afonso V.

Usa um barrete como o dos frades franciscanos, conforme se vê no retrato do franciscano Henrique Werl pintado por Robert Campin.

O pintor, por falta de espaço, não pôde apresentar no painel toda a face da figura. Note-se que é a parte inferior do rosto que não se vê. Isto prova que o painel não foi cortado como se supôs; se assim fosse, a parte ausente do rosto seria a superior e não a inferior.

FIGURA 29

É o retrato do conde de Valença D. Henrique de Meneses. De facto, a sua figura é parecidíssima com a do seu pai o conde de Viana, D. Duarte de Meneses (23).

Visto D. Henrique de Meneses, em 1458, ter 15 anos [1], a sua idade em 1468 era de 25 anos, o que está de acordo com o tom rosado da face.

No lábio inferior da figura vemos uma cicatriz linear, paralela ao seu bordo, a qual denota ter sido resultante duma ferida produzida por um instrumento cortoperfurante.

Assim reconhecemos o ferimento que D. Henrique recebeu no combate com um corsário provençal, o qual foi produzido por uma seta que entrou perto da boca, rachou dois dentes do maxilar inferior e passou por baixo da língua.

D. Henrique de Meneses era casado com sua segunda prima D. Guiomar, filha do 2.º duque de Bragança, D. Fernando. Por isso o pintor colocou um ao lado do outro, em posições paralelas, os dois cunhados, D. Henrique de Meneses e o conde de Guimarães D. Fernando, filho do duque.

FIGURA 30

É a metade superior da face do cavaleiro e nobre fidalgo Rui de Sousa, aquele que salvou o estandarte do rei em Benacofú, na mesma escaramuça em que perdeu a vida D. Duarte de Meneses, figura (23) que lhe encobre a parte inferior do rosto.

Rui de Sousa havia sido vedor da Rainha D. Isabel e nasceu cerca de 1423 tendo, portanto, em 1468 a idade de 45 anos, a qual a figura aparenta.

Foi um dos plenipotenciários do tratado de Tordesilhas.

---

[1] D. Augustin Manuel e Vasconcelos, *Vida de D. Duarte de Meneses*, pág. 114.

ICONOGRAFIA DO PAINEL DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO

Encontram-se neste painel dezassete figuras dispostas de maneira a formarem uma porta de estilo muçulmano (arco redondo ultra-passado) e uma âncora, cujas linhas passam por olhos ou a boca de algumas das personagens.

No arco da porta está inscrito um triângulo equilátero, sendo um dos seus lados formado pela vara que o Infante Santo segura e a linha que a prolonga.

Note-se que a âncora tem os feitios combinados de uma muito antiga que se guarda no Museu da Marinha, em Belém, e de outra que recentemente foi colocada numa placa arrelvada em frente ao Mosteiro dos Jerónimos.

O bordo superior do braço direito da âncora passa pelas bocas das personagens ao passo que o do braço esquerdo passa pelos olhos delas. O mesmo é dizer que as personagens da esquerda estão colocadas mais abaixo que as da direita. Tal facto deve ter sido devido à imperiosa necessidade de arranjar espaço para serem pintadas as quatro figuras do último plano.

No primeiro plano do painel, sobre o pavimento, vê-se um *cabo solteiro* enrolado, ou seja uma corda de bordo com os extremos (chicotes) soltos [1].

Vemos ainda que as figuras do primeiro e segundo planos deste painel estão colocadas simètricamente às do Painel do Voto da Cruzada, em relação à linha média longitudinal do Políptico. Assim, de cada lado dessa linha, há três personagens, seguindo-se-lhe a figura principal e, depois, duas personagens. À figura destacada do Bispo de Évora, com as mãos erguidas, corresponde a do duque de Bragança, D. Fernando, também com as mãos erguidas. Notamos, ainda, simetria semelhante, entre as figuras de D. João (filho do Infante D. Pedro) e do Infante D. Henrique.

Às quatro personagens da última fila do Painel da Pregação do Evangelho correspondem outras tantas no Painel do Voto da Cruzada, sendo estas últimas (seguindo-se desde a linha média longitudinal do Políptico para a esquerda): Rui de Sousa, o Conde de Valença, o bispo de Lamego D. Rodrigo de Noronha e o conde de Vila Real D. Pedro de Meneses.

---

[1] António Marques Esparteiro, *Dicionário Ilustrado de Marinharia*, Lisboa, 1943.

FIGURA 31

Foi pintada para representar o Rei D. Afonso V, o qual tinha 16 anos de idade em 1448.

Examinando, porém, a face da figura vemos que é diferente da face de D. Afonso V no Painel do Voto da Cruzada.

Perante esta circunstância formulou o autor a hipótese de ter sido pintada sobre a face primitiva da figura do Rei D. Afonso V, a de outro rei que poderia ser a do seu filho D. João II. Esta hipótese foi confirmada pela comparação desta figura do Painel da Pregação do Evangelho com a face da estátua de S. Brás da catedral de Évora que é tradição representar o Rei D. João II, e com as figuras deste rei nas «Anacephaleoses» (1), e no «Portugal» de Ferdinand Denis (2). Nestes três retratos de D. João II poderá o leitor observar o «nariz derribado» descrito por Rui de Pina, «uma mandíbula brutal, manifestamente proeminente (3), hipertrofia do lábio inferior, maçã do rosto saliente e alongada no sentido antero-posterior com depressão correspondente da bochecha, e um certo grau de assimetria facial.

A face que hoje vemos nesta figura é, pois, a do Rei D. João II.

Mas sabe-se pelos cronistas Garcia de Resende e Rui de Pina (4) que este rei era bastante magro, antes dos trinta anos e que, depois, engordou . Assim deduzimos que a figura, por ser de uma pessoa magra, foi pintada posteriormente a 1485, época em que D. João fez os trinta anos.

O Rei faz a genuflexão de um joelho e coloca a mão direita espalmada sobre o coração, estando a esquerda a segurar uma lança de avantagem que identificamos como uma das que Pedro Eanes Sarrabodes enviou da Flandres para a câmara del-Rei.

As suas armas defensivas são: uma cota de malha, uma couraça de veludo azul (5) colocada sobre aquela e um arnês de pernas.

As cotas de malha como esta eram em arame de ferro e construidas pelo sistema de entrelaçamento de anéis. Representavam uma espécie de casaco, com meia manga, terminando em fralda sobre os coxotes, num corte decorativo de formato triangular (6).

---

(1) Padre António de Vasconcelos, *Anacephaleoses, et Regni Lusitani Descriptio*, pág. 354.

(2) Dr. Newton de Macedo, *História de Portugal*, II, pág. 16.

(3) Júlio Dantas, *A Face Austríaca*, in «Figuras de Hontem e de Hoje», 3.ª ed., pág. 92.

(4) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — As Personagens e a Armaria*, pág. 57.

(5) Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1954, pág. 49.

(6) Alfredo Guimarães, *As Armas Brancas do Solar de Pindela*, pág. 49.

A palavra «couraça» é um aumentativo de «coura», um gibão de couro com abas para resguardar o corpo na guerra.

A couraça que se vê na figura do rei é um jaque rico de veludo, estofado, pregueado, aberto à frente e abrochado de latão (1).

Por baixo do revestimento exterior de veludo encontrava-se a armadura composta de uma infinidade de placas de aço (2), ligadas a um estofo ou couro por meio de bocetes que atravessavam o revestimento de veludo, vendo-se a sua cabeça dourada e de forma convexa, «desenhando sobre o tecido uma sementeira regular de grãos metálicos» (3).

A couraça usava-se desde fins do século XIII, mantendo-se o emprego simultâneo da cota de malha até ao fim do século XV (4).

O facto de as couraças serem fechadas no peito com correias indica o seu uso em guerra e não em torneios, visto que em tal caso seriam presas ao lado ou nas costas (4).

As couraças com bocetes tinham também o nome de brigandinas. O leitor encontrará um completo estudo sobre elas no terceiro livro do Dr. Belard da Fonseca dedicado às personagens e armaria dos Panéis (5).

Nota-se na figura que estamos estudando, «um cordão dourado, com duas borlas, pendente do ombro direito que não servia, sem dúvida, para fechar ou prender qualquer parte da brigandina» (6).

Como sòmente o Rei apresenta este cordão, é de calcular que ele seja o seu distintivo como chefe supremo militar.

O cotovelo é protegido por peças soltas (7): finas réguas metálicas colocadas na face externa do braço e antebraço, atadas com loros à placa da cotoveleira (8) e seguras com cordões terminados em agulhetas.

Os membros inferiores são protegidos por um arnês com coxotes e joelheiras com rodela externa dourada.

Os pés estão calçados com sapatos de ponta, sem tacão.

A caraminhola que usa foi tornada rígida por meio de suportes interiores e é revestida com placas de ouro.

---

(1) Júlio Dantas, *Os Cavaleiros*, in «Ao Ouvido de M.me X», 5.a ed., pág. 235.

(2) José Eduardo Pizani Burnay, in *Iconografia Henriquina*, por Luís Reis Santos, pág. 50.

(3) Michèle Beaulieu e Jeanne Baylé, *Le Costume en Bourgogne*, pág. 148.

(4) Ibidem.

(5) Dr. António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — As Personagens e a Armaria*, págs. 129 e seg.

(6) Ibidem. pág, 128.

(7) José Eduardo Pizani Burnay, *in Iconografia Henriquina*, por Luís Reis Santos, pág. 50.

(8) Júlio Dantas, *Os Cavaleiros*, in «Ao Ouvido de M.me X», 5.a ed., pág. 232.

FIGURA 32

É o retrato do Príncipe D. Fernando. Não se estranhará a inestética forma do seu nariz, depois de se observar a reprodução de uma gravura que representa a sua mãe, a Rainha D. Leonor de Aragão [1].

Tal como o Rei seu irmão, veste uma cota de malha e, sobre ela, uma couraça de lâminas coberta de veludo verde; porém, os membros inferiores não são protegidos por um arnês. O Príncipe veste calças de grã reforçadas por tiras de placas de couro.

Na cabeça tem uma caraminhola envolvida por um trancelim de ouro com medalha. Mais tarde, o Rei D. Sebastião também adornava o barrete com um cordão de ouro [2].

FIGURA 33

É o retrato do condestável de Portugal e mestre de Avis, D. Pedro, filho do Infante D. Pedro.

Está de joelhos e tem o tronco protegido por um peitoral de aço colocado sobre uma cota de malha.

Feita a hipótese de que no peito da figura teria existido a cruz de Avis, visto se tratar de um mestre dessa Ordem, viu-a o autor encoberta na sua maior parte por grosseiros borrões de verniz (?) na parte superior da metade direita do peitoral, ao lado da fivela. Uma radiografia, que o autor não conseguiu obter, esclarecerá o assunto.

O verniz deve ter sido aplicado por mão inexperiente, possìvelmente depois de D. Pedro ter seguido de Ceuta para Barcelona, sem autorização de D. Afonso V. De facto, em Setembro de 1465, D. Pedro mandou uma embaixada a D. Afonso V requerendo-lhe que lhe restituísse o Mestrado de Avis com as rendas dos anos passados [3].

D. Pedro segura com a mão direita uma lança de assalto, uma lança de avantagem como então se dizia, que identificamos como uma das quatro que Pedro Eanes Sarrabodes enviou da Flandres.

A semelhança desta figura com o rei mago do painel da Natividade existente em Barcelona o qual, segundo a tradição, é um retrato de D. Pedro, é flagrante.

Está de cabeça descoberta por ter sido armado cavaleiro, em 1445, por seu tio o Infante D. Henrique.

---

[1] Ernesto Soares e Henrique Campos Ferreira Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, vol. II, E-M, pág. 261.
[2] Alexandre Herculano, *Opúsculos*, 5.ª ed., tomo VI, pág. 78.
[3] Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo I, pág. 365.

FIGURA 34

É o retrato de D. João, o filho mais novo do Infante D. Pedro. Está de joelhos, veste uma cota de malha fraldada, tem as mãos postas com as quais encosta ao peito uma espada e cobre a cabeça com uma caraminhola aberta à frente, sendo os bordos seguros com laços.

Comparando a face desta figura com a do retrato do Museu de Bruxelas pintado por Van der Weyden, notar-se-á identidade de feições.

FIGURA 35

Representa o falecido Infante D. Fernando revestido como um diácono.

A sua fisionomia era, anteriormente ao tratamentos dos painéis, alegre e sorridente (1), aspecto que correspondia ao «gesto alegre e muito risonho» que lhe viu o confessor na madrugada do dia da sua morte.

Está envolvida por um resplendor de raios luminosos, o que também corresponde à «mui grande claridade» que o confessor «esguardou no rosto do Infante» nessa mesma ocasião.

Segura contra o peito um livro que representa aquele que «tinha consigo» na masmorra em que viveu (2). Este mesmo livro se vê na imagem do Infante Santo na porta axial do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

De *Carlos Bastos* (3) tira o autor os apontamentos seguintes sobre o tecido da dalmática que a figura veste.

Em relação à sua estrutura geométrica, o ornato do tecido baseia-se na ordenação do espaço em compartimentos elipsóides contínuos, contornados por faixas serpentiformes contrapostas. Cada moldura contém uma ampla folha polilobada de acoladas em arco conopial que, por sua vez, cingem os rebordos trevados do fundo central, de cujo interior partem rosas abertas entre folhas recurvas pareadas.

A composição foi corrente nos séculos XIV a XVI, mas predominou especialmente no século XV. Isabelle Errera publicou as fotografias de vários damascos italianos de inspiração persa, e cuja ornamentação geral se assemelha muito à do tecido de Nuno Gonçalves, embora realçada a várias cores e a ouro. É possível pois que o pintor tivesse à vista um damasco desse género para lhe

---

(1) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 31.
(2) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, ed. por Mendes dos Remédios, pág. 97.
(3) Carlos Bastos, *Arte Ornamental dos Tecidos*, vol. I, págs. 75 e 76.

servir de modelo, mas também é possível que não. Os enrugamentos da dalmática e a luminosidade da sua superfície encarnada inclinam-nos a aceitar um fundo de ponto de cetim sobre seda fina, tendo o negativo mate do desenho sido substituído exclusivamente por fio de ouro, o que transformou o tecido em um brocado de seda diferente no aspecto e na técnica dos seus similares de Itália.

Esta figura está revestida, também, como um anjo, o que podemos verificar comparando as suas vestes com as de pinturas do século XV.

Assim, o arcanjo São Gabriel da «Anunciação» do Museu Metropolitano de Nova Yorque, da autoria de Van der Weyden, está paramentado com uma dalmática de brocado púrpura e ouro [1], com um manípulo no antebraço esquerdo, com um amicto idêntico ao da figura pois também tem a beta de pano igual ao da dalmática e com uma alva onde também se vê um regaço do pano referido.

Um regaço idêntico aparece no fundo da alva que veste a figura de São Miguel Arcanjo no painel central do «Juizo Final» de Van der Weyden existente no hospital de Beaune.

Exemplo inteiramente demonstrativo de que se pintaram anjos usando um manípulo, é o do Anjo da Anunciação, da escola flamenga, existente no Museu Nacional de Arte Antiga.

A figura aperta contra o peito, com o antebraço esquerdo, um livro metido numa funda de pano, o qual poderá representar um livro dos Evangelhos ou o breviário que o Infante D. Fernando tinha consigo na masmorra, em Fez.

A vara que segura na mão esquerda foi identificada pelo professor de botânica Dr. Rui Teles Palhinha como sendo um ráquis de folha de tamareira. De facto ela é ligeiramente espalmada e apresenta dois sulcos longitudinais.

A mão direita da figura está dirigida para o coração do Rei D. Afonso V.

FIGURA 36

É o retrato de D. Jaime, filho do Infante D. Pedro

Está de joelhos e veste uma armadura de aço de que se vê o peitoral colocado sobre uma cota de malha. Note-se que no gorjal se reflecte a luz vinda de uma janela geminada e que no peitoral, sobre o coração, o reflexo da luz forma uma estrela, símbolo da pureza do cardeal D. Jaime [2].

---

[1] Erik Larsen, *Les Primitifs Flamands au Musée Métropolitain de New York*, pág. 114.

[2] B. Xavier Coutinho, *Nossa Senhora na Arte*, Porto, 1959, pág. III (Estampa A).

Segura uma lança de armas de avantagem com a mão direita e uma espada com a mão esquerda.

Tem na cabeça uma caraminhola em que a parte inferior foi voltada para cima.

FIGURA 37

É o retrato do cónego de São Salvador de Vilar de Frades, Padre Vasco Rodrigues.

Note-se que a capa que reveste a figura tem a mesma cor verde das que cobrem os cónegos Jorge da Costa e Afonso Nogueira, o que se pode verificar examinando as suas pequenas áreas que se vêem junto à lança empunhada pelo condestável D. Pedro e à cintura desta mesma personagem.

O Padre Vasco Rodrigues tinha, em 1448, cerca de setenta anos (1), idade que a figura aparenta.

FIGURA 38

É o retrato do bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu ou Falcão.

Está vestido com uma loba, de que se vê a gola, e paramentado com sobrepeliz, pluvial e mitra.

No pluvial vemos um firmal (broche) ornamentado com uma grande esmeralda rodeada por oito pérolas.

A mitra é guarnecida com grandes rubis nas faixas horizontal e vertical e «toda coberta de aljôfares» (2).

Junto ao bispo foi pintado um báculo, como atributo para a sua identificação. De facto, o timbre do brasão dos Falcões é um falcão segurando um báculo de peregrino.

As mãos da figura estão calçadas com finas luvas.

O anel episcopal colocado na falanginha do dedo médio da mão direita não apresenta a pedra preciosa que aí deveria ter existido vendo-se, porém, a depressão em que ela estava cravada.

Este facto explica-se por D. Álvaro de Abreu já ter falecido aquando da feitura do painel. Na presença de Deus não haveria que usar a insígnia da sua dignidade terrena.

FIGURA 39

É o retrato do cónego secular de São Salvador de Vilar de Frades e deão da Sé de Lisboa, João Rodrigues.

A posição junto do bispo e como a segurar-lhe o báculo corresponde à dignidade de deão.

---

(1) Frei Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, pág. 668.
(2) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 62.

FIGURA 40

É o retrato do cónego de São Salvador de Vilar de Frades Jorge da Costa, o futuro Cardeal de Alpedrinha.

Esta figura foi identificada pelo Dr. Belard da Fonseca (1), por comparação com o retrato do cardeal num painel do Museu Nacional de Arte Antiga, ao lado da Infanta D. Catarina, segundo afirmação do Conde de Raczynski (2).

O autor do presente trabalho confirmou a dedução do Dr. Belard da Fonseca, observando as fotografias de uma medalha que representa o Cardeal existente na *École des Beaux Arts* de Paris (3) e da estátua jacente do seu túmulo.

A figura cobre-se com uma capa de cor verde escura. Sabendo-se que a capa dos cónegos de S. Salvador de Vilar de Frades era azul, somos forçados a admitir ser esta a cor primitiva na pintura mas que passou a verde com o decorrer dos séculos talvez por a matéria corante empregada ter sido a azurite.

FIGURA 41

É o retrato do cónego secular de São Salvador de Vilar de Frades Doutor Afonso Nogueira.

Usa a mesma capa que o cónego Jorge da Costa e um barrete de forma e cor semelhantes às do doutor Diogo Afonso Manga--Ancha, como ele doutor em ambos os direitos.

Daqui se deduz que o barrete é a insígnia de doutor *in utroque jure*, grau que tinha tirado na Universidade de Bolonha.

O retrato do arcebispo de Lisboa D. Afonso Nogueira pintado em azulejo na igreja do convento dos lóios em Arraiolos representa-o muito velho e com barbas. A semelhança com a figura no Políptico é evidente.

FIGURA 42

É o retrato de D. João Vicente, então bispo de Viseu, e o principal fundador da Congregação dos Cónegos Seculares de São Salvador de Vilar de Frades de que foi o primeiro Geral.

A semelhança desta figura com o retrato de D. João Vicente no convento dos lóios em Arraiolos é evidente, sobretudo pela forma inconfundível do nariz.

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, págs. 151 e seg.

(2) Comte A. Raczynski, *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, pág. 152 (nota 227).

(3) Arthur Lamas, *Medalha do Cardeal D. Jorge da Costa*, Lisboa, 1910, Imprensa Nacional.

Por faltar este pormenor fisionómico na estátua jacente do túmulo deste bispo na catedral de Viseu (1) não é possível comparar-se com a figura do Políptico.

A gola de pele que a figura apresenta, permitiu ao Dr. Jaime Cortesão identificá-la como representando um físico, isto é, um médico daqueles tempos, certamente por ter visto essa gola nas pinturas e esculturas dos santos médicos Cosme e Damião.

Como Nuno Gonçalves quis figurar D. João Vicente neste Painel da Pregação do Evangelho, não como bispo mas como a figura mais representariva do clero regular em Portugal, pintou-o com a cabeça descoberta pois, doutro modo, teria de lhe colocar a mitra de prelado do clero secular.

FIGURA 43

É o retrato do doutor Diogo Afonso, o «Manga-Ancha», formado *in utroque jure*, isto é, em direito civil e direito canónico, por uma universidade estrangeira.

A beca que usa, forrada de peles (como se vê na gola) e com manga em boca de sino seria o traje doutoral dessa universidade visto que o feitio da manga era insólito em Portugal pois levou a alcunhar o Doutor.

Como o barrete da figura é idêntico na cor e feitio ao do doutor Afonso Nogueira (41) é possível que a universidade referida fosse a de Bolonha, onde se formou este último Doutor.

O doutor Diogo Afonso, regedor da casa da suplicação, desembargador do Rei e juiz dos seus feitos, foi chanceler -mor do reino pelo menos nos anos de 1440 e 1441 (2).

FIGURA 44

É o retrato de Álvaro Gonçalves de Ataíde, o futuro D. Álvaro de Ataíde, primeiro conde de Atouguia, que foi o avô materno do grande governador da India, Afonso de Albuquerque.

Foi embaixador ao Concílio de Constança, porém não pertencia ao clero. Por isso Nuno Gonaçlves lhe pintou o manto de cavaleiro de que se vê o suficiente para o identificar como tal.

Não se lhe vê barrete estando, pois, com a cabeça descoberta como convinha a um cavaleiro armado na tomada de Ceuta.

---

(1) A. de Lucena e Vale, *Viseu Monumental e Artístico*, pág. 35.

(2) Anselmo Braamcamp Freire, in «Arquivo Histórico Português», vol. III, ano de 1905, págs. 131 e 135.

FIGURA 45

É o retrato do cónego da Sé de Lisboa Pedro Eanes Sarrabodes. Para poder ser identificado como um cónego da Sé de Lisboa, Nuno Gonçalves teve o cuidado de lhe pintar o forro vermelho da murça que se vê acima do bordo da sobrepeliz.

FIGURA 46

É o retrato de Rui da Cunha, cavaleiro (por isso tem a cabeça descoberta) e prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães, o qual foi embaixador de Portugal ao Papa Eugénio IV.

Há documentos que o dão como dom-prior de Guimarães, desde 1424 a 1447 [1].

Conta-nos o padre *Torcato de Azevedo* que Rui da Cunha foi embaixador ao Papa Eugénio IV, com frei João, provincial do Carmo, enviados pelo Infante D. Pedro, regente do Reino, para desanexarem do bispado de Tui a comarca de Valença do Minho [2].

Mais nos diz que [3]: «Estando o senhor Infante D. Henrique em Tânger, da entrega do Infante D. Fernando, pois sabia que os mouros, sem embargo do pacto tratado, lhe cativavam e matavam todos os cristãos que passavam pelo albequar da cidade para as naus, Rui da Cunha prior da igreja de Guimarães se foi a ele e pondo-se de joelhos lhe disse: Senhor, quereis vós que Deus livre a vós e a toda esta gente deste perigo em que estais e ainda livre vosso irmão do cativeiro em que é posto, encomendai-vos devotamente à Mãe de Deus, adorada na sua igreja da Oliveira de Guimarães, na qual o Senhor Deus sempre fez muitos milagres e maravilhas pelo estado real, prometendo-lhe reformar os privilégios que lhe el-Rei vosso pai deu e lhe vosso irmão aquebrantou, por mau conselho, e eu confio, em sua misericórdia, que, por rogos da dita Senhora livre a vós e a nós e a vosso irmão como desejais. O que o dito senhor Infante assim votou, prometendo que o pediria a el-rei seu irmão por mercê. Donde se seguiu que o Senhor Deus logo descobriu ao senhor Infante e aos outros, os intentos de mudarem os valos até que, apesar dos mouros, vieram às naus em salvo».

---

[1] *Catálogo dos Ilustríssimos D. D. Priores da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira*, in *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, 1726, pág. 47.

[2] P.ª Torcato Peixoto de Azevedo, *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, pág. 244.

[3] Ibidem, pág. 233.

FIGURA 47

É o retrato do então bispo de Ceuta D. Frei João Manuel, filho natural do rei D. Duarte, o qual foi provincial da Ordem do Carmo.

Devido ao seu sangue real, Nuno Gonçalves colocou-o muito próximo da linha média longitudinal do painel.

O barrete que usa e a gola de ponta virada correspondem ao hábito dos Carmelitas.

D. Frei João Manuel nasceu em data próxima de 1406 e, por isso, teria uns 42 anos em 1448, idade que a figura aparenta.

ICONOGRAFIA DO PAINEL DA DEFENSÃO DA FÉ

Este painel foi preenchido por Nuno Gonçalves sòmente com cavaleiros, os quais tinham por principal obrigação defender a Fé de Cristo.

Por isso o autor o designou como o Painel da Defensão da Fé, tal como então se dizia.

Num painel de cavaleiros ter-se-ia que representar as ordens portuguesas de cavalaria. Porém D. Pedro não tinha simpatizantes em qualquer dessas Ordens, excepto na de Santiago da Espada e de Avis. Por isso, só esta ficou representada pelos seus governadores, o Infante D. João e o seu filho D. Diogo, neste painel.

Das ordens de cavalaria estrangeira, ficou representada no painel pelo próprio D. Pedro, a Ordem dos Cavaleiros Teutónicos, como adiante se verá.

Também, tratando-se de guerreiros, teriam de figurar no painel os condestáveis. Por isso aí vemos o 3.º condestável de Portugal, Infante D. João, e o 4.º condestável, D. Diogo. Não está lá o condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, porque figura em lugar de honra, junto ao Infante Santo, no Painel da Pregação do Evangelho, representando também a Ordem de Avis.

As figuras dos condestáveis são perfeitamente identificáveis por usarem um estoque embaínhado com a ponta para baixo [1].

A figura do Infante Santo D. Fernando está situada *atrás* de D. Diogo seu sobrinho e num espaço pouco desafogado, o que demonstra que não fazia parte da composição inicial do painel, tendo sido pois ali «encaixada».

O Infante Santo tem na cabeça um elmo em cuja superfície se vê reflectida a luz solar passada através de uma janela geminada.

---

[1] Luís de Ortigão Burnay, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, n.º 1, 1950.

Numa gravura representando o Paço de Alcáçova no séc. XVI (1) encontramos várias janelas geminadas o que nos leva a admitir que este painel foi pintado numa sala daquele paço, possìvelmente a «sala grande», para onde o políptico seria destinado.

FIGURA 48

É o retrato do Infante D. Pedro. Como ordenador da execução do Tríptico, figura no primeiro plano, de joelhos.

A sua fisionamia mostra um carácter obstinado.

Os cabelos são louros, «como de inglês».

Nasceu em 1392 e, por isso, em 1448, tinha aproximadamente 56 anos, idade que a figura aparenta.

Veste um saio sem mangas, de cor arroxeada, sobre uma cota de malha de que se vêem as meias mangas, e esta sobre um perpunto de cor azul de que se vêem as mangas.

Os membros superiores são protegidos por finas réguas de metal dourado seguras com cordões de que se vêem os laços e por uma rodela do mesmo metal para a articulação do cotovelo.

O saio e a cor azul e ouro correspondem ao traje das cavaleiros da jarreteira, ordem a que D. Pedro pertencia.

A espada que sustenta, ornada com placas de ouro, deve representar a que o Infante recebeu de sua mãe D. Filipa de Lencastre para combater na tomada de Ceuta pois, para ser retratado, não deixaria de a usar.

Pende-lhe do pescoço, de um cordão, a placa da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos, cuja identificação se deve ao Dr. Belard da Fonseca. De tal se deduz ter D. Pedro recebido essa condecoração do imperador da Alemanha Segismundo por heròicamente o ter servido, defendendo a Fé de Cristo, lutando contra os turcos.

Comparando a figura do Políptico com a existente no livro «*Retratos e Elogios dos Varões e Donas...*», notamos identidade de feições atendendo à grande diferença de idade revelada por essas figuras.

FIGURA 49

É o retrato do Infante D. João falecido em 1442 com 42 anos de idade, o que corresponde à idade aparente da figura.

Comparando a face da figura com a do Infante D. João existente na árvore genealógica do 3.º conde da Feira (2) notamos grande semelhança de feições.

---

(1) A. Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, pág. 102.

(2) Afonso de Dornelas, *Elucidário Nobiliárquico*, vol. I, pág. 65.

Está vestido com um saio sem mangas, de cor verde, colocado sobre um perpunto vermelho, cujas golas e extremedida da manga esquerda, se vêem saindo do saio.

A cabeça está coberta com uma caraminhola a que se deu a forma de mitra talvez por o prior-mor da Ordem de Santiago da Espada ser dignidade prelatícia, usando mitra.

Segura com a mão esquerda enluvada a espada da qual está pendurada uma espora dourada.

Usa no pescoço uma larga cadeia de ouro de fuzis em forma de *H*, tendo à frente um fecho de forma tringular, constituído por três peças em forma de «*E*» estilizado, de que pende uma grande pérola.

Nos fuzis colocados de cada lado deste fecho vêem-se, em cada um, um buraco, vestígio de que aí esteve encastoada uma jóia.

Ora, o rei de Inglaterra Henrique VI ofereceu a D. João, cavaleiro de Portugal, «um colar de oiro com um nó do mesmo metal, em forma de triângulo, guarnecido de um rubim e de um grande diamante e de uma grande pérola» (1).

Identificamos assim esta cadeia como sendo esse colar e o «cavaleiro de Portugal» como o Infante D. João, que era primo do Rei Henrique VI. Os «*H*» dos fuzis são pois a letra inicial do nome do dador do colar e os «*E*» do fecho são a inicial de England (Inglaterra).

Descobriu o Dr. Belard da Fonseca que havia letras nos elos do colar (2). De facto encontramos num deles um «*V*» com um pequeno «*o*» em cima e à direita e, no elo seguinte, um «*A*». Pôde assim o autor do presente trabalho deduzir que o que à primeira vista parece um «*V*» é um *Y*, sendo assim o grupo *Y*º, a abreviatura de João que encontramos, por exemplo, na assinatura do pintor João Henriques (3); e que o «*A*» é a abreviatura de Anrique, tal como se vê pela citada assinatura (4), pois que em Porugal, no século XV, se dizia e escrevia «Anrique» (5).

Compreende-se que Nuno Gonçalves não tivesse pintado no colar o rubim e o diamante, jóias de cor viva, por D. João já ter falecido aquando da feitura do painel; conservou, porém, a pérola devido ao seu tom baço e mortiço.

Do Infante D. João descendeu a maior parte dos soberanos da Europa, por sua filha D. Isabel que foi rainha de Castela, mulher

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo XIV, pág. 187.

(2) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — As Personagens e a Armaria*, pág. 106.

(3) Vergílio Correia, *Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI*, pág. 10.

(4) «Anriques» significa «filho de Anrique».

(5) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. Afonso V*, e Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 320.

de D. João II, pais de Isabel a Católica, da qual procedeu a família imperial da Áustria que se pode considerar como tronco de várias famílias reais (1).

FIGURA 50

É o retrato de D. Diogo, filho do Infante D. João.

Veste um jaque de veludo carmesim que talvez seja um corsalete, vendo-se a escarcela de malha e as peças para a protecção dos braços (finas réguas metálicas e cotoveleira constituída por uma rodela de aço).

Usa à cinta o estoque de condestável e calça luvas de pelica branca. Usa também «umas polainas de couro que chegam à frente até por cima dos joelhos e por detrás até às curvas» (2).

Note-se que segura a espada pela ponta como se fazia nas cerimónias para se armarem os cavaleiros.

D. Diogo faleceu em 1443, com 19 anos, idade que a figura aparenta.

FIGURA 51

É o retrato do Infante D. Fernando, filho do Rei D. João I.

Está armado com uma cota de malha e com um elmo de forma cónica arredondada, idêntica à do que usa o Rei D. João I numa estampa existente no Museu de Aveiro (3).

Notou o Dr. José de Figueiredo que a pele da face desta figura está «tisnada pelo sol» (4). Ora, num códice existente no Vaticano refere-se que ao Infante Santo «o correr das lágrimas em o fervor das suas orações lhe crestara as faces de tal maneira que a todos parecia que lhe tinham queimado o rosto» (5).

D. Fernando tinha a idade de 35 anos, em 1437, aquando da tentativa da conquista de Tânger. A figura aparenta essa idade.

Se a compararmos com a figura do Infante Santo nas *Anacephaleoses*, notaremos identidade de feições (6).

---

(1) Inácio de Vilhena Barbosa, *Monumentos de Portugal*, pág. 35.

(2) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — As Personagens e a Armaria*, pág. 113.

(3) Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, vol. III, pág. 65.

(4) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 56.

(5) Adelino de Almeida Calado, *Frei João Álvares*, pág. 183.

(6) Padre António de Vasconcelos, *Anacephaleoses*, Coimbra, 1793, pág. 294.

FIGURA 52

É retrato de D. Álvaro de Almada, conde de Avranches.

Da cor preta do barrete que usa se deduz ter a sua cor primitiva sido «actualizada», depois da morte do conde em Alfarrobeira, em 1449.

D. Álvaro de Almada era de mais idade que o seu amigo íntimo, o Infante D. Pedro (1). Tinha, portanto, mais de 56 anos em 1448, o que condiz com os cabelos grisalhos da figura.

Comparando-a com a gravura que representa o conde de Avranches dos «*Retratos e Elogios dos Varões e Donas...*», nota-se identidade de feições.

FIGURA 53

É o retrato do cavaleiro Aires Gomes da Silva que nasceu em 1399 e que tinha, portanto, a idade de 49 anos em 1448, a qual corresponde ao aspecto da figura. Se o compararmos com o rosto da estátua jacente do túmulo deste cavaleiro em São Marcos de Tentúgal, notaremos identidade de feições.

Foi Aires Gomes da Silva filho de João Gomes da Silva, alferes-mor do Rei D. João I, o qual pronunciou a célebre frase de incitamento à conquista de Ceuta: «Ruços, além!».

FIGURA 54

É o retrato de Martim de Távora, meirinho-mor da corte e um dos capitães do condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, na sua expedição a Castela a favor de D. Álvaro de Luna. Havia sido escudeiro do Infante Santo D. Fernando.

FIGURA 55

É o retrato do cavaleiro Fernão Lopes de Azevedo, intrépido guerreador dos mouros em Ceuta e na tentativa da conquista de Tânger. Foi embaixador do rei D. Duarte e do regente D. Pedro ao Paça Eugénio IV.

---

(1) J. P. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, pág. 82.

ICONOGRAFIA DO PAINEL DA SANTA GLÓRIA

Encontram-se neste painel cinco figuras, estando o seu ângulo superior esquerdo ocupado por um ataúde a que se tirou a tampa, vendo-se no fundo degraus duma escada de madeira ([1]).

A figura do defunto Infante D. Pedro está coberta com um manto de cor carmesim, tal como as figuras de São João pintadas por Robert Campin e Van der Weyden. O seu cabelo, de cor loura, está cortado «à chamorro». Apresenta, sobre uma dobra do manto, um fragmento de osso occipital.

A figura de Frei João Alvares está vestida com uma esclavina, tem uma correia a tiracolo e apoia-se a um bordão atributos que pertencem às imagens de Sant'Iago.

A figura do bispo D. Álvaro Afonso está revestida com um roquete e usa uma loba de cor carmesim.

A figura do Doutor João Fernandes da Silveira apresenta-se com um manto branco de cavaleiro e tem na cabeça um barrete de cor vermelha.

O ataúde representa aquele em que estavam guardados os ossos do Infante D. Pedro antes de serem recebidos no túmulo da Igreja da Batalha.

A escada simboliza aquela em que o cadáver do mesmo Infante foi levado de Alfarrobeira para a igreja de Alverca ([2]).

FIGURA 56

Representa o Infante D. Pedro «na glória do paraíso», na «companhia dos bem-aventurados mártires» ([3]).

A figura «amostra ao povo» a relíquia de Santo António — parte do casco ainda com cercilho — trazida de Pádua pelo mesmo Infante ([4]), segundo o Dr. Belard da Fonseca descobriu.

([1]) A. de Sousa Gomes, *O Simbolismo no Políptico de Nuno Gonçalves*, pág. 26.

([2]) Esta dedução pertence ao engenheiro agrónomo Leonel Câmara.

([3]) ...e dos outros bons cavaleiros fiéis e católicos que por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo com tantos e tão grandes trabalhos e com tão grande espalhamento de seu sangue passaram sua vida. Ou em que lugar alojaremos suas almas segundo nossas piedosas crenças, senão na companhia dos bem-aventurados mártires, ca posto que eles não morressem ante as setas dos príncipes infiéis, como muitos daqueles santos faziam, não era porque o seu desejo se afastasse daquele propósito, por nenhum receio nem temor, antes com mui grande fortaleza, armados da santa fé, cometiam ardidamente os inimigos em tal guisa que rindo esperaram a derradeira hora em meio daqueles trabalhos. (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Academia das Sciências de Lisboa, págs. 35 e 36.

([4]) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, ápg. 54.

Não é de admirar o não ter sido pintado o cabelo do cercilho, visto que o osso se apresenta pela face endocraniana e, ainda, porque certamente foi tirado todo ou parte do couro cabeludo para o Infante D. Fernando possuir essa preciosa relíquia.

A relíquia está colocada sobre um saco com borlas nos cantos.

Não poderá haver dúvidas de que se trata de um fragmento de osso occipital visto a identificação anatómica ser evidente conforme demonstrou o que foi ilustre professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, o Dr. Henrique de Vilhena.

Confirmam a dedução de o pintor ter querido representar o Infante D. Pedro no paraíso, não só o facto de ele já ter morrido à data da feitura do painel, mas também as seguintes palavras do «*Prólogo que fez o Doutor Vasco Fernandes de Lucena, à Oração que trasladou do Deão de Vergy, Embaixador do Duque Filipe de Borgonha, à Morte do Infante D. Pedro*», por mandado do Rei D. Afonso V: «*Vive certamente vosso padre (sogro) em os altos céus, entre os santos príncipes em seguro repouso; e, porém, afora a natural piedade que lhe devemos, afora o desejo da sua presença, que esquecer não podemos, outra cousa não seria doer-nos do seu passamento, senão havermos inveja da bem-aventurança sua. Em verdade, singular graça recebeu de Deus, que em idade já madura, em tão alta dignidade colocado, tão grandes cousas primeiro virtuosamente administradas, leixados tão claros sucessores, levado fosse da presente luz. Não chorarei eu a morte daqueles, como eu de vosso padre piedosamente creio são alojados, e entre nós por gloriosa fama para sempre vivem*» (1).

O vestuário da figura é todo do mesmo veludo carmesim e constituído por uma roupeta, uma jórnea e um mantão. Lembremo-nos de que o Infante D. Pedro usava, quando morreu em Alfarrobeira, uma roupeta e uma jórnea, ambas de cor carmesim.

Não é de estranhar o serem todas as peças do vestuário do mesmo pano, pois vemos uma figura vestida desta maneira, toda de azul, no primeiro plano e à esquerda do observador, no painel central do políptico do «*Cordeiro Místico*» de Van Eyck.

O mantão, pela sua cor carmesim e por estar dobrado sobre o ombro é semelhante aos que cobrem a figura do apóstolo São João no retábulo de Werl, do Museu do Prado, da autoria de Roberto Campin, e da «Descida da Cruz», do mesmo museu, da «Pietá» da capela real de Granada, do «Calvário» do Museu de Viena, e da «Virgem com São João Baptista, São Pedro e São Cosme e São Damião» do Instituto Staedel de Francfort, todos executados por Van der Weyden.

---

(1) Joseph M. Piel, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Cicerom o qual tornou em linguqgem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Coimbra, por Ordem da Universidade, págs. XLVIII, XLIX e L.

Na figura de São Pedro do tríptico da Adoração dos Magos de Jerónimo Bosch existente no Museu do Prado, todas as peças do vestuário são da mesma cor carmesim, igual à do traje da figura do falecido D. Pedro que estamos estudando.

Note-se que a relíquia está colocada sobre uma dobra do mantão feita com a mão colocada na parte interior deste, exactamente do mesmo modo que o São João do retábulo de Werl sustenta o livro com o Cordeiro e da que o São João do retábulo de Francfort segura o livro. Diga-se, de passagem, que este São João Baptista de Van der Weyden, é inteiramente inspirado no do retábulo de Werl, da autoria do seu mestre Robert Campin, como acima se disse.

O mantão corresponde à *clâmide*, manto militar romano com que os artistas vestiam, às vezes, os santos cavaleiros ou os santos seculares como soldados de Cristo (1).

FIGURA 57

É o retrato de Frei João Álvares, o secretário do Infante Santo D. Fernando e portador das suas relíquias (coração, pulmões e intestinos) de Fez para Portugal, as quais vinham metidas numa caixa que tinha uma «forcadura preta», isto é, uma correia para a pendurar ao pescoço.

João Álvares foi companheiro de cativeiro do Infante Santo, por outras palavras, foi escravo dos mouros. Por isso o pintor o vestiu com a «esclavina» traje comum aos escravos, aos romeiros de Santiago de Compostela e ao próprio São Tiago.

A figura representa pois, ao mesmo tempo, um escravo, um romeiro e o apóstolo São Tiago correspondendo a caixa com as relíquias ao bornal de peregrino que é atributo constante das imagens deste santo.

Frei João Álvares nasceu cerca de 1406-1408 (2), e por isso tinha, em 1468, 60 a 62 anos, idade que a figura aparenta.

Em 1467 Frei João Álvares estava na Borgonha aonde o chamou a Duquesa D. Isabel para tratar da instituição duma capela em Lisboa, dedicada à memória do Infante Santo D. Fernando. Daí seguiu para Roma e voltou à pátria em 1470 (3).

---

(1) Juan Ferrando Roig, *Iconografia de los Santos*, pág. 277.

(2) Adelino de Almeida Calado, *Frei João Álvares, Obras*, Coimbra, 1960, pág. IX.

(3) Ibidem, pág. X.

FIGURA 58

Foi identificada pelo Dr. Belard da Fonseca como o «*pannetier*» e cronista dos duques de Borgonha Filipe-o-Bom e Carlos-o-Temerário, Olivier de la Marche (1).

Nasceu cerca de 1426, (2) tendo portanto 42 anos, em 1468, idade que a figura aparenta, atendendo a que é obesa.

Veste uma loba verde escura e um barrete da mesma cor, traje este que talvez fosse a libré dos «pannetiers» da casa de Borgonha, não só por a cor ser a usada por esses servidores dos duques (3) mas também por o distintivo deles, a cruz de Santo André (4), estar colocada sobre ela, conforme se demonstrou pela radiografia do sinal de seis pontas, a qual mostrou ser sòmente uma cruz em aspa, não sendo pois da pintura original o traço vertical desse sinal que ainda hoje se lá vê.

Olivier de La Marche sustenta nas mãos um livro aberto cuja escrita foi maravilhosamente decifrada pelo Dr. Belard da Fonseca (5).

A sua leitura foi a seguinte (6): *Rogando Intonium Cardinalis Jacobus Infantis Domini Petri Portugaliae filius corpus patris sui sepultura facta in Ecclezyam S. Mariae S. Antonius fecit virtuosa et piissima sua sancta vita sacra ossa Infantis Domini Petri portugalensi quo sepulta sint in Ecclezyam S. Mariae mense Julii MCCCCLV.*

A tradução feita pelo Dr. Belard da Fonseca e levemente modificada pelo Padre Dr. António Leite (7) é a seguinte: «*O Cardeal Jaime filho do Infante D. Pedro de Portugal rogou a Santo António que ao corpo de seu pai fosse feita sepultura na Igreja de Santa Maria. Santo António, graças à sua virtuosa e piíssima e santa vida, fez com que os sagrados ossos do Infante D. Pedro de Portugal fossem sepultados na Igreja de Santa Maria, no mês de Julho de* 1455».

Estudou o Dr. Belard da Fonseca as várias pistas que poderiam levar à descoberta do livro cujas duas páginas se vêem no painel (8).

A hipótese mais provável das feitas por aquele distintíssimo investigador é, na opinião do autor, a de que o livro seja uma das obras do Papa Pio II, o escritor Eneas Silvio Piccolomini.

---

(1) António Belard da Fonseca, *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, págs. 4 e seg.

(2) *Grand Larousse Encyclopédique.*

(3) Michèle Beaulieu et Jeanne Baylé, ob. cit. pág. 126.

(4) António Belard da Fonseca, *O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, pág. 23.

(5) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal*, págs. 160 e seg.

(6) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis—Os Pintores*, pág. 111.

(7) «Brotéria», vol. LXVIII, n.º 6, 1959, pág. 691.

(8) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — O «Judeu», o seu Livro e a Crítica*, págs. 24 e seg.

Examinando o texto decifrado pelo Dr. Belard da Fonseca vemos que nele consta o Cardeal sòmente uma vez, ao passo que Santo António aparece duas vezes e no princípio das frases. Daqui se pode deduzir que é dedicado principalmente a Santo António tendo sido aproveitado pela referência ao Cardeal D. Jaime.

Por ter sido Santo António, o santo da particular devoção do rei D. Afonso V, um dos varões mais ilustres da Idade Média talvez figure no livro «*De Viris Illustribus*» do Papa Pio II. O trecho viria pois no fim da parte deste livro dedicado à glória universal, Santo António, onde se falasse nos seus milagres.

Não pôde o autor consultá-lo pois não existe na Biblioteca Nacional.

Um livro «*De Viris Illustribus*» foi encontrado no espólio do rei de Aragão D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, sendo o único entre os 96 ou 97 volumes da biblioteca desse rei que era escrito «em letra antiga». É mais uma achega a favor desta hipótese.

Sendo o livro da autoria de um Papa e manuscrito, teria extraordinário valor e, por isso, sòmente pessoas excepcionalmente privilegiadas o poderiam possuir. Uma delas seria a duquesa D. Isabel de Borgonha a qual o conseguiria obter em Roma por se referir ao seu irmão o Infante D. Pedro e ao sobrinho o cardeal D. Jaime.

José de Bragança descobriu na folha dobrada do livro, a abreviatura do nome de Vasco Fernandes [1].

Poderemos supor que esta assinatura é a do pintor português Vasco Fernandes, homónimo de Grão-Vasco, que se encontrava em 1459 na cidade de Barcelona [2].

A existência do livro neste Painel da Santa Glória, *aberto para se poder ler*, resultou da necessidade de o pintor documentar a santa vida do Cardeal D. Jaime, a figura do «Santo» no painel maior dos três mandados executar pelo Rei D. Afonso V e, a sepultura condigna dada aos ossos do Infante D. Pedro pela qual D. Isabel tanto se havia empenhado.

Poder-se-á verificar na *Libreria Piccolomini* da Catedral de Siena se a caligrafia das obras do futuro Papa Pio II é semelhante à do livro apresentado por Olivier de la Marche.

FIGURA 59

É o retrato de D. Álvaro Afonso, bispo de Silves. As suas vestes são da cor carmesim privativa das dignidades pontifícias, visto ser legado do Papa em Portugal.

---

[1] «Diário Popular», Edição para o Ultramar, de 22 de Janeiro de 1962.
[2] Adriano de Gusmão, *Os Primitivos e a Renascença*, pág. 152.

Álvaro Afonso era cónego regrante de Santo Agostinho no convento de Grijó e foi escolhido pelo Regente D. Pedro para Mestre dos seus filhos, D. Jaime e D. João (1).

Morto o Infante, em Alfarrobeira, acompanhou os seus pupilos à Flandres e, depois, seguiu com D. Jaime para a Itália.

Foi nomeado Bispo de Silves em 1455.

A 12 de Março de 1456, o Papa Calisto III expediu uma bula pela qual o mandou a Portugal como legado *a latere* da Santa Sé, para tratar de importantes negócios e principalmente para pedir socorro contra o turco (2).

Os «negócios importantes» consistiam em o Bispo cobrar do clero português o dízimo ou décima do rendimento dos bens eclesiásticos com o qual o Papa planeara financiar a Cruzada (3).

Chegou a Portugal em 1457, tendo sido recebido com grandes honras e demonstrações de alegria, não só pelo Rei como também por muito povo de Lisboa que se juntou para lhe desejar as boas-vindas.

Porém, o Papa Calisto III morreu em 6 de Agosto de 1458 e D. Álvaro certamente não chegou a levar-lhe o dinheiro da colecta para a Cruzada. Em Agosto de 1459 morreu o Cardeal D. Jaime o que obrigou o Bispo a seguir para Florença, como executor do seu testamento. Não voltou a Portugal, tendo falecido em Ferrara em Agosto de 1473 (4).

Note-se que a figura do Bispo de Silves está revestida com um manto com a forma do dos cavaleiros, mas feito em tecido bordado como o dos roquetes dos bispos.

FIGURA 60

É o retrato do Doutor João Fernandes da Silveira que havia sido nomeado Regedor da Casa da Suplicação em 12 de Setembro de 1463 (5).

Era quarto neto do Rei D. Afonso III, foi dez vezes embaixador de Portugal ao Santo Padre e a diversas cortes e veio a ser, por carta de D. Afonso V, de 1475, o 1.º barão de Alvito.

Usa um barrete redondo e de cor vermelha, igual ao que tem na cabeça o Doutor Nuno Gonçalves, no Painel do Voto da Cruzada (25),

---

(1) P. Francisco da Fonseca, *Évora Gloriosa*, pág. 290.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo X, pág. 62.

(3) Frederick Hartt, Gino Corti, Clarence Kennedy, *The Chapel of the Cardinal of Portugal at San Miniato in Florence*, 1964, págs. 44.

(4) Ibidem, pág. 46.

(5) Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Terceiro dos Brasões da Sala de Sintra*, pág. 301.

próprio dos doutores em leis, e cobre-se com o manto branco dos cavaleiros.

Em Agosto de 1451 era chanceler da Casa do Cível [1].

Em Outubro deste mesmo ano seguiu no séquito que acompanhou a Infanta D. Leonor a Itália para ir casar com o imperador Frederico III da Alemanha.

Em 1463, o Rei D. Afonso V mandou uma embaixada a Castela, sendo embaixador João Fernandes da Silveira, cujo objecto era tratar o casamento daquele Rei com a Infanta D. Isabel, depois Rainha Católica [2].

Fez parte da expedição a Arzila e foi o autor do Regimento da Casa da Suplicação.

---

[1] Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais Relativos a Marrocos* tomo II, pág. 81.

[2] Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, tomo I, pág. 362 e tomo III, pág. 99.

SIMBOLISMO
DO
POLÍPTICO

SIMBOLISMO DO TRÍPTICO
DO VOTO DA SALVAÇÃO DAS ALMAS

É evidente o paralelismo entre a cena representada neste tríptico e a «Anunciação».

Nas representações do mistério da Encarnação, o Arcanjo Gabriel, enviado por Deus à Virgem Maria, vai ao Seu encontro, saúda-A e diz-Lhe que conceberá um filho, Jesus, e nada tema pois o Espírito Santo descerá sobre Ela. Maria responde: «Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra».

Assim, em pinturas e esculturas dos séculos XV e XVI vemos (1) um anjo a dirigir-se a Nossa Senhora, com uma vara na mão esquerda e a mão direita apontando para Ela. A Virgem mostra a sua aquiescência à vontade divina colocando a mão direita sobre o coração.

No Tríptico, o anjo, com uma vara na mão esquerda e apontando com a direita para o Rei D. Afonso V, *está em movimento* e *vem chegando* (2) ao encontro do povo português reunido, os três estados dos Oradores, Defensores e Mantedores, o que simboliza também a Igreja, a comunidade dos cristãos portugueses (3). O Rei coloca a mão direita sobre o coração.

Simboliza-se pois no Tríptico o mistério pelo qual Deus convida para uma dada acção, o povo português, por intermédio do anjo custódio do reino São Miguel, que envia ao seu rei, demonstrando este a aceitação da vontade divina pelo gesto de colocar a mão direita sobre o coração. Na Anunciação, a Virgem recebe a mensagem, de joelhos; da mesma forma a recebe o Rei, semi-ajoelhado como o faziam os cavaleiros.

Qual seria o mistério anunciado ao povo português? Vemos que o anjo encosta ao coração um livro que só pode ser o dos Evangelhos, isto é, a Lei de Cristo; porém esse livro está fechado e metido numa funda que o envolve. Isto simboliza que o Evangelho estava

(1) Exemplos: Painéis de Robert Campin e de Van der Weyden no Museu Metropolitano de New York; de Vasco Fernandes (Grão Vasco) no retábulo da Igreja de Freixo-de-Espada-à-Cinta; retábulo da «Anunciação» em Torres Vedras; escultura da Virgem da Anunciação no Museu Machado de Castro.

(2) Afonso Botelho, *Estética e Enigmática dos Painéis*, pág. 26.

(3) Ecclesia: Assembleia (do povo). *Dicionário Escolar Latino-Portuguêes*, Rio de Janeiro, 1956.

encoberto. Para quem? «Se o nosso Evangelho ainda estiver encoberto, está encoberto para aqueles que se perdem...» [1] E quem se perdia? Os pagãos do mundo desconhecido por a palavra de Deus lhes não ter sido revelada. «Sou seu ministro (de Cristo) em virtude da dispensação divina que a mim me foi confiada... para poder realizar a pregação da palavra de Deus, o mistério escondido aos séculos e às gerações e que agora se manifestou aos seus santos, aos quais dentre os gentios quis Deus dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério» [2].

Podemos agora reconstituir o simbolismo deste tríptico.

Nas terras desconhecidas encontram-se pagãos cujas almas se perdem por não conhecerem a Lei de Cristo nem receberem o baptismo.

Por isso Deus, por intermédio do arcanjo São Miguel, inspira o povo português por Si escolhido para essa missão, «alumiando-o com a graça do Espírito Santo» [3], para que embarque, vá descobrir essas terras ignotas e pregue o Evangelho aos pagãos seus habitantes, para salvação das suas almas, pois «a fé é pela pregação e a pregação é pela palavra de Cristo» [4]. Assim, «o arquétipo litúrgico deste quadro da raça e da acção lusitana está próximo da representação do Pentecostes» [5].

A nação portuguesa é escolhida por Deus para evangelizar o mundo desconhecido: «Estabeleci-te como luz das nações, para levares a salvação até aos confins da terra» [6]. «Eu hei-de enviar-te aos pagãos, lá ao longe» [7]; «Precisamente para isto Eu te exaltei, para manifestar em ti o meu poder e fazer conhecer o meu nome em toda a terra» [8].

O povo português aceita a divina missão: «Deus escolheu-me desde os primeiros dias para que os pagãos ouvissem da minha boca a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé» [9]; «Eu fui constituído pregão e apóstolo e mestre dos pagãos na fé e na verdade» [10]; «Pregar o Evangelho não é para mim um título de glória; é uma obrigação que me incumbe. Sim, ai de mim se eu não pregasse o Evangelho» [11].

---

[1] São Paulo *Segunda Carta aos Coríntios*, 4, 3.
[2] São Paulo, *Carta aos Colossenses*, 1, 25-27.
[3] Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, pág. 14.
[4] São Paulo, *Carta aos Romanos*, 10, 17.
[5] Afonso Botelho, *Estética e Enigmática dos Painéis*, pág. 30.
[6] *Actos dos Apóstolos*, 14, 47.
[7] *Actos dos Apóstolos*, 22, 21.
[8] São Paulo, *Carta aos Romanos*, 9, 17.
[9] *Actos dos Apóstolos*, 15,7.
[10] São Paulo, *I Carta a Timóteo*, 2, 7.
[11] São Paulo, *I Carta aos Coríntios*, 9, 16.

Concluimos que este tríptico representa um voto da nação portuguesa «ardendo em zelo de salvação das almas» (1). Por isso o autor conjecturou-lhe a designação de *Tríptico do Voto da Salvação das Almas.*

SIMBOLISMO DO PAINEL DA PREGAÇÃO DO EVANGELHO

Adivinham-se neste painel um triângulo equilátero inscrito no círculo de uma porta de estilo muçulmano e uma âncora.

A porta, envolvendo a figura do Infante Santo, representa «a porta de Fez da qual o seu corpo estava dependurado» (2).

A porta é uma imagem de Cristo Salvador, visto Ele assim, se ter designado a Si próprio: «Eu sou a porta. Se alguém entrar por Mim será salvo» (3). É, também, um símbolo de Nossa Senhora, a «Janua coeli», a porta do céu, a «bem-aventurada Virgem gloriosa Santa Maria, madre de Deus« (4).

As ombreiras da porta são constituídas pelos corpos do Rei D. Afonso V e do Príncipe D. Fernando, os quais são assim simbolizados como apóstolos, as colunas da Igreja.

Ainda, esta porta é de estilo muçulmano, correspondendo ao portal duma mesquita. Porém, *dentro dela*, está a figura de um anjo segurando o livro dos Evangelhos. Isto simboliza que a Fé de Cristo se encontra dentro dos templos dos mouros sendo, portanto, uma imagem da *conversão dos infiéis.* Lembremo-nos que a mesquita de Alcácer do Sal e a mesquita principal de Ceuta foram adaptadas a igrejas católicas logo a seguir à tomada destas terras pelos portugueses.

O triângulo de lados iguais simboliza o verdadeiro Deus, que é Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas em uma só substância» (5).

A âncora, símbolo da cruz, representa a firme esperança da salvação das almas (6). É, pois, uma imagem da esperança da salvação das almas dos infiéis e pagãos pela pregação e ensinança do Evangelho pelos portugueses, os quais desta maneira salvarão também as suas. Simboliza também, como ainda hoje, a navegação marítima.

---

(1) Bula do Papa Sixto IV (Etuni regis) de 21 de Junho de 1481, in Costa Lobo, *A Acção Diplomática dos Portugueses nos Séculos XV e XVI, Destinada à Realização de Descobertas e Conquistas*, pág. 114.

(2) Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Lisboa, 1926, pág. 254.

(3) *Evangelho de São João*, 10, 9.

(4) *Testamento de el-Rei D. João I*, «Monumenta Henricina», vol. III pág. 131.

(5) Ibidem.

(6) São Paulo, *Carta aos Hebreus*, 6, 17-19.

O cabo solteiro que está enrolado sobre o pavimento, simboliza as navegações dos descobrimentos, união [1] e conversão.

Simboliza as *navegações marítimas*, por ser uma corda usada nas embarcações à vela; e navegação dos descobrimentos, porque eram elas as que mais interessavam então aos portugueses.

A união simbolizada, é a unidade de todos os fiéis com Cristo: «porque todos sois uma unidade em Cristo Jesus» [2]. É, também, a unidade de todos os portugueses para cumprirem a divina missão de levar o Evangelho aos pagãos habitantes do mundo desconhecido: «Eu, Paulo, exorto-vos a caminhar de uma maneira digna da vocação a que fostes chamados... a serdes solícitos em conservar a unidade de espírito mediante o vínculo da paz. Um só corpo e um só espírito temos, assim como também uma só esperança, a da vossa vocação» [3]. Na corda podemos ver também a faculdade de os apóstolos perdoarem os pecados: «Tudo quanto ligardes na terra, será ligado no Céu» [4].

Na corda está ainda simbolizada a *conversão dos infiéis*, pois as cordas fabricam-se por *conversão* ou torção do cânhamo.

Vemos mais neste painel que a figura do Infante Santo segurando o livro dos Evangelhos é ladeada por cavaleiros armados. Estes cavaleiros ou defensores estão pois de guarda ao Evangelho. O pintor simbolizou assim a *defensão da fé* pelos portugueses.

A figura principal representa um anjo pois é a de um «fremoso e esplandecente mancebo, com clara e resplandecente cara e ledo gesto» [5], revestido de uma dalmática por ser um diácono de Deus.

A figura *está em movimento* [6] e *vem chegando* «porque, embora lhe tolde o olhar um fundo de ausência, exprime-se na face, incontidamente, a alegria da chegada, do reencontro com os seus amados» [7].

Nas figuras mais próximas do centro do painel, reflecte-se também este sentimento, exprimindo-se até a (do rei D. Afonso V) por uma atitude de surpresa e enlevo irreprimíveis. Não obstante o acordo com o forte realismo de Nuno Gonçalves, esta figura é, sem dúvida, a que se abandona mais ao arroubo místico e a que é colocada em atitude mais dramática. Há também o mesmo eco de alegria no olhar dos dois cavaleiros de lança de avantagem [8] *que fecham este primeiro circulo da chegada* [9].

---

(1) Afonso de Dornelas, *Os Painéis do Mosteiro de S. Vicente, Elementos para a sua Identificação e Vida*, pág. 21.

(2) São Paulo, *Carta aos Gálatas*, 3, 28.

(3) São Paulo, *Carta aos Efésios*, 4, 1-4.

(4) *Evangelho de São Mateus*, 16, 19.

(5) *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Leitura de António Gomes da Rocha Madahil, pág. 132.

(6) Afonso Botelho, *Estética e Enigmática dos Painéis*, pág. 26.

(7) Ibidem, pág. 29.

(8) Condestável D. Pedro e D. Jaime *(Nota do Autor)*.

(9) Afonso Botelho, *Estética e Enigmática dos Painéis*, pág. 26.

Que se trata de um ser espiritual superior, não deixa dúvidas, nem a riqueza da dalmática que o cobre, nem o resplendor que aureola a sua cabeça... O tratamento da face, não obstante as observações que lhe possam fazer com base em possível repintagem, é intencionalmente diverso das outras figuras vivas e cheias de contraste que se multiplicam, na diversidade das suas maneiras de ser, por toda a obra. Quero dizer que a face e a atitude desta figura central significa um ser em estado glorioso.

Conjugada esta afirmação, deduzida das formas sensíveis iniciais, com a certeza plástica de que o movimento é de chegada, de volta, deverá concluir-se que a figura central existe estèticamente como alguém que volta em estado glorioso, isto é, depois de abandonar o corpo mortal e de possuir a beatitude eterna (1).

Não se trata nos painéis duma glorificação dos Portugueses ao Santo mas de uma glorificação que o Santo traz para a companhia dos seus irmãos portugueses, no simples motivo da sua presença gloriosa(2).

A situação de dádiva que «chega» e se infunde na alma da comunidade presente é o segredo íntimo ou a essência profunda destes painéis.

O arquétipo litúrgico deste quadro da raça e da acção lusitana está próximo da representação do Pentecostes. Acentua-se apenas nele um sentimento, ou melhor, um estado de alma: a graça, que vem e que se infunde, encontra nos portugueses um anterior conhecimento e provoca a sensação de reencontro. O próprio movimento gratuito trazido pela figura central dos painéis encontrou as outras figuras completas na sua individualidade. Não as altera nem as esvazia — liga-as pelo que têm de comum e de universal(3).

Notamos ainda neste painel que a figura principal, sendo a figura de um anjo, é representada por um ser humano pois as vestes de anjo estão colocadas *por cima* do traje de um cavaleiro do qual vemos a gola e a caraminhola. Esse cavaleiro, conforme a dedução do Dr. Afonso Botelho estava morto à data da feitura do painel e portanto era o Infante Santo conforme o Dr. José Saraiva foi o primeiro a afirmar. A cor negra da gola também simboliza que o cavaleiro estava morto.

As vestes com que se pintavam os anjos, *sendo com dalmática de cor vermelha*, eram idênticas às dos diáconos mártires como por exemplo, Santo Estêvão ou São Vicente. Portanto, a vestimenta com que a figura central está paramentada neste painel convinha perfeitamente ao falecido Infante Santo Dom Fernando, porque «as vidas imoladas na guerra pela propagação da fé cristã, por serem consagradas ao serviço da Igreja, davam direito às honras de diácono. Deve talvez ser esta a razão canónica porque o povo chamou Santo

---

(1) Afonso Botelho, *Estética e Enigmática dos Painéis*, págs. 29 e 30.
(2) Ibidem, pág. 30.
(3) Ibidem, pág. 31.

ao Infante D. Fernando que entre os mouros acabou seus dias, para se não resgatar a sua vida em troca de Ceuta, conquistada para propagação da Fé» [1].

A cor vermelha da dalmática, símbolo de amor e sacrifício [2] corresponde inteiramente ao amor e sacrifício do Infante por Deus e pela Pátria.

No painel está também simbolizado o aumento da propagação da Fé pelo meio providencial do cativeiro do Infante Santo, porque: «Quero que saibais, irmãos, que a minha situação contribuiu para expansão do Evangelho, pois é notado ... como eu levo as minhas cadeias por Cristo, e a maior parte dos meus irmãos, alentados com as minhas cadeias sentem mais ânimo para anunciar sem temor a palavra de Deus [3]». «E tanto nas minhas prisões, como na defesa e confirmação do Evangelho, todos vós participais da minha graça» [4].

A vara que a figura principal segura na mão esquerda é um ráquis de folha de palmeira das tâmaras.

Como folha de palmeira, simboliza o martírio do Infante Santo, pois que ele quando seguia de Arzila para Fez, meteram-lhe «por escárneo» uma vara na mão. E essa vara seria, provàvelmente, uma nervura de folha de tamareira, a árvore mais frequente em Marrocos.

O resplendor que envolve a cabeça da figura principal convém tanto a um anjo como ao Infante D. Fernando «em santa glória» porque «a Santa Igreja tem por santos os que morrem pela sua Santa Fé» [5].

A vara corresponde também a um atributo de São Gabriel, pois se vê nos anjos de anunciação de quase todos os painéis que representam esta cena. Vêmo-la, ainda, nas figuras de São Rafael, ao conduzir Tobias.

Porém, o Arcanjo São Miguel, além de anjo custódio de Portugal, era o santo de maior devoção do Infante D. Pedro e do Infante Santo e, portanto, o pintor não deixaria de o eleger para figura principal do Tríptico. De facto vemos, no Painel da Pregação do Evangelho, um anjo dentro duma porta. Ora, São Miguel era considerado na Idade Média como o guarda por excelência da porta dos santuários, encarregado de impedir com a sua espada a entrada ao demónio [6].

Deste modo se deduz que o anjo deste Painel da Pregação do Evangelho participa das especiais funções divinas dos arcanjos

---

(1) Henrique Loureiro, *O Políptico do Convento de Santo Elói*, pág. 77,

(2) Dom António Coelho, O. S. B., *Curso de Liturgia Romana*, tomo II. pág. 248.

(3) São Paulo, *Carta aos Filipenses*, I, 12.

(4) Ibidem, I, 7.

(5) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 438.

(6) Louis Réau, *Iconographie de L'Art Crhétien, Nouveau Testament*, pág. 46.

São Miguel, São Gabriel e São Rafael. É, pois, o «Alferes da cruz», o «príncipe da milícia celeste», qualidade que convinha ao Infante D. Fernando, guerreiro da Fé, em Tânger; o mensageiro de Deus à nação portuguesa; e o companheiro e guia seguro dos mareantes — «Eu conduzirei são o teu filho e são to reconduzirei» e «Fazei boa jornada, e Deus seja convosco no vosso caminho, e o seu anjo vos acompanhe» (1).

Neste painel representou o pintor eclesiásticos, oradores e letrados.

Com efeito, as personagens ou são sacerdotes ou embaixadores (oradores) de Portugal aos Papas ou a concílios ou letrados famosos na arte oratória ou mestres de universidades, ou professores dos príncipes.

Aos oradores sagrados cabia, pois, a obrigação de pregar e ensinar a fé (2) aos infiéis e pagãos do mundo desconhecido a descobrir pelos mareantes que, de pescadores de peixes passavam a pescadores de homens.

Assim, tudo se conjuga para levar à dedução de que este painel foi destinado a simbolizar a salvação das almas dos pagãos do mundo desconhecido pela âncora da pregação do Evangelho lançada pelos portugueses, os quais, sob inspiração divina, se meteram ao mar tenebroso para descobrir essas terras ignotas, protegidos pela Virgem Santíssima Nossa Senhora, a *Stella maris* (Estrela do mar), celestial padroeira dos mareantes e pescadores (3), e acompanhados e guiados pelos anjos.

Por isso o autor conjecturou para este painel e designação de Painel da Pregação do Evangelho.

SIMBOLISMO DO PAINEL DA DILATAÇÃO DA FÉ

A figura prostrada no primeiro plano simboliza Portugal, apóstolo dos pagãos.

Com efeito, a face com nariz torcido, olhos remelentos, barba comprida e crâneo rapado, corresponde à fisionomia de São Paulo, o apóstolo dos pagãos.

E, por estar a figura situada no primeiro plano, mas em posição que nenhuma personagem importante aceitaria, e por vestir uma

---

(1) Livro de Tobias, 5, 26 e 21.
(2) São Paulo, *Primeira Carta a Timóteo*, 5, 17.
(3) Louis Réau, *Iconographie de la Bible*, *Nouveau Testament*, pág. 66.

capucha de burel apisoado que ainda hoje encontramos nos povos serranos da Beira Alta, por exemplo, leva-nos a concluir que se trata de uma figura representando o povo português. Mas a capucha de burel era usada também pelos pescadores pois, ainda hoje, se vê como capa dos varinos. Então a figura representa o povo português, mareante. Porém a capucha é também o manto dos frades franciscanos. Por isso a figura corresponde ao povo português, mareante dos descobrimentos e com o espírito missionário de São Francisco de ir converter os infiéis e de São Paulo para salvar a alma dos pagãos.

As vértebras de peixe que constituem as contas da camáldula que a figura segura nas mãos representam os cristãos feitos pela obra missionária dos mareantes.

A posição prostrada simboliza que o povo português recebeu o Espírito Santo e faz o voto de se empenhar na obra da salvação dos pagãos pois é assim a atitude em que se colocam os ordenandos ao receber as ordens sacras quando se canta o *Veni Creator Spiritus* e fazem os seus votos.

Vemos, a seguir, três figuras envolvidas numa rede.

Esta rede simboliza a escolha, feita por Deus, dos mareantes e cavaleiros-mereadores, como os da companhia de pescarias de Lagos, para evangelizar os pagãos do mundo desconhecido, transformados de pescadores de peixes em pescadores de almas. E significa que foram escolhidos porque Jesus Cristo disse: «O reino de Deus é semelhante a uma rede que, lançada ao mar, apanha toda a espécie de peixes. Logo que ela se enche, os pescadores tiram-na para a praia, sentam-se e escolhem os bons para as canastras e os ruins deitam-nos fora» (1).

E porque apóstolos? Porque vestem um manto sobre uma túnica tal como os apóstolos são, sempre, representados.

O vestuário de seda era usado pelos cavaleiros-mercadores. Assim, Diogo de Azambuja «saiu em terra vestido de seda e brocado» quando foi pedir ao Caramansa autorização para fundar a fortaleza da Mina (2) e os fidalgos portugueses, mareantes dos descobrimentos, vestiam-se com um gibão de damasco, posto sobre uma camisa de lã, e cobriam-se com um fino manto de seda (3).

Tentemos agora identificar cada um dos três apóstolos.

Em primeiro lugar, notamos que as duas figuras colocadas no segundo plano devem representar apóstolos de maior categoria hierárquica que a situada na última fila de personagens deste painel.

---

(1) *Evangelho de S. Mateus*, 13, 47-48.

(2) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. João II*, cap. II.

(3) Rev. Sidney Welch, *O Descobrimento da África do Sul pela Europa*, Lourenço Marques, 1937, pág. 168.

Examinando as duas figuras colocadas no segundo plano notamos que uma delas é muito mais nova que a outra e tem a cabeça inclinada, por torção do pescoço, para o lado da outra.

Identificamos assim o apóstolo mais novo como sendo São João Evangelista, aquele que reclinou a cabeça no peito de Jesus na Última Ceia. Confirmaremos esta dedução se compararmos a figura com a de São João, no Apostolado pintado no altar-mor da igreja matriz de Monsaraz, a qual está precisamente com a mesma atitude.

Nesta mesma pintura, verificamos que a figura de São Tiago Menor veste uma túnica idêntica à que se vê nas figuras dos apóstolos do Painel da Dilatação da Fé.

A figura do apóstolo velho poderia corresponder a São Pedro ou a Santo André. Ora, o Dr. Sousa Gomes já a havia identificado como sendo Santo André, visto não se lhe ver a mão direita, ocupada em segurar a cruz em aspa, símbolo do seu martírio [1]. Mais se nos radicará no espírito esta ideia, lembrando-nos que Santo André, segundo a legenda, foi mandado por Deus à *Etiópia* para acudir a São Mateus. O pintor representou então no painel a figura de Santo André para simbolizar o apostolado dos portugueses na África, a Etiópia de então.

O apóstolo colocado no último plano tem pois que ser São Tomé, cuja categoria é inferior à dos outros apóstolos, por ter duvidado da ressurreição de Cristo. Adquirimos a certeza desta hipótese lembrando-nos que São Tomé foi supliciado às lançadas e que Vicente Dias, a personagem que figura este apóstolo, foi ferido na face por uma azagaia, isto é, pelo arremesso de uma lança dos indígenas africanos.

Além disso, São Tomé tinha evangelizado a Índia, segundo os portugueses dessa época criam e, portanto, convinha a sua figuração no painel, para simbolizar o desejo de eles irem procurar na Índia os cristãos que ainda aí possìvelmente existiriam.

A túnica branca que Lançarote da Franca e Soeira da Costa vestem, corresponde à camisa branca com que eles tinham sido armados cavaleiros.

Do até agora exposto se deduz que este painel cuja simbólica estamos analisando foi executado para simbolizar a obra da propagação da fé de Cristo entre os pagãos do mundo desconhecido pelos cavaleiros-mercadores portugueses. Por isso o autor reconstituiu a sua designação como a de *Painel da Dilatação da Fé*.

---

[1] A. Sousa Gomes, *Nuno Gonçalves e a Pintura Abstracta*, Lisboa, 1963, pág. 15.

SIMBOLISMO DO PAINEL DA DEFENSÃO DA FÉ

Neste painel vemos sòmente cavaleiros, isto é, representantes do estado do reino dos Defensores.

O painel está, no Políptico, e também o estava no Tríptico da Salvação das Almas, situado ao lado do Painel da Pregação do Evangelho cujo centro é ocupado pela figura do Infante Santo segurando contra o peito o livro dos Evangelhos. Os cavaleiros estão, pois, a fazer a guarda ao livro dos Evangelhos que simboliza a Fé. Por isso o autor conjecturou para este painel a designação de Painel da Defensão da Fé.

A espora de ouro dos cavaleiros que o Infante D. João segura sobre a espada, com a mão esquerda, simboliza o seu cargo de governador e administrador da Ordem de Cavalaria de Santiago da Espada.

Esta mesma qualidade é simbolizada na figura de D. Diogo, o qual segura a espada pela ponta.

Não vemos no colar ostentado por D. João o diamante e o rubi que aí existiam. Isto simboliza que o Infante estava morto aquando da feitura do painel.

A figura do Infante D. Henrique apresenta-se com um elmo de forma cónica semelhante ao que usavam os Cruzados, o que simboliza a sua qualidade de guerreador dos mouros, inimigos da Fé.

A figura do Infante D. Pedro, no primeiro plano, está com a cabeça descoberta ao passo que os seus irmãos, D. João e D. Fernando, não o estão, nem o seu sobrinho D. Diogo. Isto significa que, de todos estes, sòmente D. Pedro havia sido armado cavaleiro. A condecoração que D. Pedro usa ao peito, ganha a combater os turcos, simboliza-o como cavaleiro defensor da Fé e guerreador dos seus inimigos.

SIMBOLISMO DO PAINEL DO VOTO DA CRUZADA

A figura central está revestida com alva, amicto, dalmática e manípulo, o que corresponde aos paramentos dum diácono ou subdiácono.

Dá a beijar o Evangelho ao Rei, tal como pertencia fazer ao subdiácono na missa solene em presença dum príncipe.

Está aureolada pelo resplendor da glória.

Destes atributos se deduz que representa um subdiácono ou diácono falecido em cheiro de santidade. Corresponde pois, perfeitamente, ao cardeal-diácono D. Jaime de Portugal.

O facto de o Evangelho ser de São João simboliza a especial devoção que D. Afonso V e a Rainha D. Leonor tinham por aquele santo evangelista.

A tradução do texto, como atrás se disse, é a seguinte: «Já não falarei muito convosco, porque se aproxima o príncipe deste mundo e em mim não tem parte alguma. Mas para que o mundo saiba que amo o Pai, e que faço o que ele me manda...»

Vejamos agora quais teriam sido as ideias para cuja simbolização se aproveitou esta parte do Evangelho de São João.

O primeiro período refere-se a promessa que D. Afonso V fizera, desde que morrera a Rainha D. Isabel, de se dedicar a Deus logo que o Príncipe D. João pudesse reinar (1).

O segundo período simboliza o cumprimento por D. Afonso V das obrigações a ele impostas pelo Papa (Santo Padre) para a comutação do seu voto de participar na cruzada contra os turcos, se nos lembrarmos que naqueles tempos se dizia «padre» e não «pai».

As palavras, «para que o mundo saiba que amo o padre», simbolizam também a veneração que D. Afonso V quis demonstrar pela memória do seu tio e padre (sogro) o falecido Infante D. Pedro.

A cor vermelha da dalmática e o Evangelho de São João simbolizam a inspiração pelo Espírito Santo do voto de D. Afonso V, porque são próprios das missas votivas do Espírito Santo.

A figura da Rainha D. Isabal não ostenta as jóias que lhe vemos no seu retrato do Museu de Aveiro, ou sejam o anel de rubi, o bracelete de ouro e a riquíssima crespina, sendo esta substituída por um toucado em forma de mitra. Além disso, os seus vestidos não são do brocado rico com que se pintavam as rainhas, mas sim talhados em simples veludo liso. Tudo isto simboliza ter a Rainha falecido antes da feitura do painel, pois se apresenta perante Deus «honestamente, com recato e modéstia, sem tranças nos cabelos, sem ouro, nem pérolas, nem vestidos caros (2)»

Também se deduz o anterior falecimento da Rainha pelo facto de ela não segurar o saltério com os dedos convenientemente flectidos sobre ele e de não ter a mão à altura do peito, tal como a sua tia D. Isabel, mas pendente e inerte.

O cacto do toucado simboliza o amor ao seu marido, pois vemos uma planta desta família junto a um par de namorados e na

---

(1) Conde de Sabugosa, *Gente D'Algo*, 3.ª ed., pág. 156.
(2) São Paulo, *Primeira Carta a Timóteo*, 2, 9.

«corte do amor» representados em reversos de espelhos existentes nos museus do Louvre e de Cluny (1)

Da mesma maneira, a manga postiça também representa esse amor, pois na Idade Média as damas davam como prenda aos cavaleiros seus amados uma manga do seu vestido, a qual eles usavam dobrada e presa num braço ou num ombro (2).

O Rei contempla tristemente a figura daquela que sempre lhe tivera «muito grande e leal amor», a qual «jamais» (3) tornaria a ver. O seu olhar expressa as palavras por ele ditadas: «...Nós a amámos sempre mui muito em sua vida e agora amamos muito mais sua alma...».

A figura da duquesa de Borgonha D. Isabel segura, na mão direita, um saltério cujas contas está passando. Reza, portanto.

Assim reconhecemos a simbolização do seu estado de viúva: «Aquela que verdadeiramente é viúva e está desamparada, confie em Deus e peça contìnuamente, noite e dia, por meio de súplicas e orações» (4).

O pintor Nuno Gonçalves, ao contrário das restantes figuras do painel, usa uma loba de cor preta. Deduzimos pois que ele quis simbolizar o estar de luto e, por isso, poder-se-á conjecturar que o Pedro Gonçalves, secretário do Rei D. Afonso V e morto pelos mouros em Benacofú fosse seu filho, no que o pintor teria muita honra por ele morrer na cruzada contra os infiéis, defendendo a vida do Rei.

O duque de Bragança, D. Fernando, apresenta-se de cabeça descoberta, por ter sido armado cavaleiro. O argau de burel que o cobre simboliza o «dó» pelo falecimento do seu pai D. Afonso. A armadura de que está revestido simboliza o facto de ter sido um esforçadíssimo guerreador dos mouros.

A figura do conde de Viana D. Duarte de Meneses está de cabeça descoberta, por ter sido armado cavaleiro, e usa trajes de cor muito escura o que simboliza o seu anterior falecimento.

SIMBOLISMO DO PAINEL DA VIDA ETERNAL

As cogulas brancas de freires regulares das Ordens Militares de que estão revestidos D. Duarte, D. Afonso e D. Fernando simbolizam que eles haviam sido cavaleiros da fé de Cristo e estavam mortos (amortalhados no hábito).

---

(1) Léon Gautier, *Chivalry*, Londres, Phoenix House, págs. 89 e 104.
(2) Ibidem, pág. 155.
(3) «Jamais», era a divisa de D. Afonso V.
(4) São Paulo, *Primeira Carta a Timóteo*, 5, 5.

D. Duarte e D. Fernando têm na cabeça o capelo com que os cavaleiros das ordens militares dormiam, o que também simboliza que haviam falecido, isto é, tinham adormecido no Senhor.

As vestes brancas simbolizam que eles se haviam apresentado perante Deus, «santos, imaculados e irrepreensíveis» (1), por terem «perseverado, firmemente fundados e incomovíveis na Fé».

Nuno Gonçalves teve o cuidado de pintar as golas dos trajes civis vestidos por baixo das cogulas e com cor preta para indicar que as personagens já haviam falecido.

O Infante Santo apoia sobre o ombro esquerdo um grosso madeiro a que encosta a mão direita espalmada. A inclinação do madeiro e a maneira como ele está sobre o ombro e é apoiado pela mão, indicam ter o pintor querido mostrar que se trata duma cruz, aquela que os expedicionários a Tânger «puseram sobre seus ombros, para seguir o caminho da santa conquista, dispondo-se a todo o perigo e trabalho pela santa fé, sob guarda do alferes de Jesus Cristo, São Miguel (2). Assim, o pintor deu à figura do Santo Infante um atributo como símbolo do seu voluntário e pesadíssimo martírio pela fé de Cristo. «Se alguém quer vir após Mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, dia após dia, e siga-Me. Pois quem quiser perder a vida perdê-la-á, mas quem perder a sua vida por minha causa, salvá-la-á!» (3).

As figuras do Rei D. Duarte, do Infante Santo e do Prior do Crato D. Nuno de Góis, estão dispostas de maneira a formarem uma coluna. Se nos lembrarmos que o Rei D. João I dizia serem as ordens militares as quatro colunas do esplendor e florescência do reino, poderemos deduzir que o pintor quis simbolizar as três ordens militares que ainda não tinham representação do Políptico, visto a de Santiago da Espada já constar do Painel da Defensão da Fé: a de Avis, a de Cristo e a do Hospital.

Todas as personagens pintadas neste painel já haviam falecido na altura da sua feitura, tendo, portanto, recebido de «Nosso Senhor Deus a remuneração e o galardão da vida eternal» (4), destinados aos defensores da Fé. Foi este o motivo de o autor conjecturar para o painel a designação de Painel da Vida Eternal.

---

(1) São Paulo, *Carta aos Colossenses*, 1, 22.
(2) Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo Dom Fernando*, Ed. de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, pág. 24.
(3) São Lucas, 9, 23-24. Negar-se a si mesmo = Renunciar à própria vontade (Grande Dicionário da Língua Portuguesa).
(4) António Gomes da Rocha Madahil, *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana, Filha del-Rei D. Afonso V*, pág. 64.

A luz que banha as figuras simboliza «os resplendores da luz perpétua» entre os quais os bem-aventurados têm o seu «eterno descanso».

O tronco de árvore, conforme o sonho de Nabucodonosor (1), simboliza a descida de um santo do céu, ou seja, o Cardeal D. Jaime há anos falecido e figura principal do Painel do Voto da Cruzada.

SIMBOLISMO DO PAINEL DA SANTA GLÓRIA

Neste painel encontra-se referência a três portugueses falecidos em aura de santidade: Santo António, o Infante Santo D. Fernando e o Cardeal D. Jaime.

Santo António, o missionário dos sarracenos, da particular devoção de D. Afonso V e da Rainha D. Isabel, está representado pela sua relíquia então existente na igreja deste santo em Lisboa.

O Infante Santo é lembrado pelas suas relíquias, cuja caixa Frei João Álvares tem suspensa ao pescoço.

A santa vida do cardeal D. Jaime é documentada na página do livro apresentado por Olivier de la Marche, e a presença deste simboliza os esforços do duque de Borgonha para que fosse dada condigna sepultura aos restos mortais de D. Pedro.

A escada que se vê no fundo do ataúde simboliza, como descobriu o Dr. Sousa Gomes (2), a escada do sonho de Jacob, pela qual subiam e desciam anjos. Mostra pois a ida para o céu destes fiéis defuntos a quem Deus tinha dado «el galardon, santa glória do paraíso» (3). Por isso o autor denominou o painel como o Painel da Santa Glória.

O feitio e a cor vermelha do manto da figura do defunto D. Pedro, indicam estar ela a representar um apóstolo e mártir. A qualidade de apóstolo convinha ao Infante por ele ter dado em 1420 aos frades franciscanos um eremitério em Ceuta, para nele instalarem um convento, «para defensão da fé católica e para conversão dos infiéis e povos circundantes, que viviam no erro». A qualidade de mártir também convinha a D. Pedro, «o mártir de Alfarrobeira».

O corte do cabelo «à chamorro» corresponde à representação da tonsura de São Pedro e, por ser semelhante à dos frades menores,

---

(1) A. Sousa Gomes, *O Simbolismo no Políptico de Nuno Gonçalves*, pág. 20.
(2) Armando de Sousa Gomes, *O Simbolismo no Políptico de Nuno Gonçalves* pág. 26.
(3) *Testamento de D. Afonso IV.*

à simbolização do espírito missionário franciscano do Infante. O apóstolo representado é, portanto, São Pedro.

O ataúde que se vê no ângulo superior esquerdo do painel representa o caixão onde estavam os ossos do Infante D. Pedro. O facto de estar aberto e vasio simboliza que os restos mortais do Infante já haviam recebido condigna sepultura, tal como o Dr. Belard da Fonseca decifrou na página direita do livro apresentado por Olivier de la Marche.

O comprido manto que se vê na figura, era usado pelos cavaleiros, e por isso foi nela colocado para simbolizar o Infante D. Pedro como cavaleiro da Fé.

SIMBOLISMO GERAL DO POLIPTICO

O Políptico representa uma cena de teatro de mistérios em que os figurantes são os membros mais importantes da Nação Portuguesa.

As personagens nele figuradas encostam-se umas às outras, estão em atitudes de respeito e oração e a sua expressão, um pouco triste, revela uma vontade inabalável.

Não se sabe de nenhuma outra composição que se lhe possa comparar em força e concentração de sentimento (1).

O conjunto impõe-se-nos, mas não esmaga: é a medida do homem — do homem livre que livremente fala em Cortes. Uma convicção incontestável que santifica, torna religiosa a unidade nacional livremente consentida (2).

Temos então no Políptico a nação portuguesa ,«todos sendo uma unidade em Jesus Cristo (3), «orando... para que Deus abra a porta à palavra para o mistério de Cristo ser anunciado» (4), «unânimes no mesmo sentir» (5), «num só corpo e um só espírito» (6) «entristecidos para a penitência» (7), «firmes na fé» (8), e com «a fortaleza segura no homem interior concedida pelo Pai por meio do seu Espírito» (9).

---

(1) Reinaldo dos Santos, *Um Século de Pintura* (1450-1550).

(2) Vitorino de Magalhães Godinho, *Os Painéis de Nuno Gonçalves. Caminhos de Pesquisa e Hipóteses de Trabalho*, «Revista de História», vol. 37, São Paulo, 1959, pág. 153.

(3) São Paulo, *Carta aos Gálatas*, 3, 28.

(4) São Paulo, *Carta aos Colossenses*, 4, 4.

(5) São Paulo, *II Carta aos Coríntios*, 13, 11.

(6) São Paulo, *Carta aos Efésios*, 4, 4.

(7) São Paulo, *II Carta aos Coríntios*, 7, 9.

(8) São Paulo, *I Carta aos Coríntios*, 16, 13.

(9) São Paulo, *Carta aos Efésios*, 3, 14-16.

Cristo está com a nação portuguesa, «Pois onde estiverem reunidos, em meu nome, dois ou três, Eu estou no meio deles» [1].

Assim, o povo português «alumiado da graça do Espírito Santo e movido por divinal mistério» [2], inteiramente unido, está firmemente disposto a defender, pregar, ensinar e propagar a fé de Cristo, a guerrear e a converter os infiéis e a — guiado do Espírito Santo [3] —, descobrir os caminhos para o Evangelho ser levado aos pagãos do mundo desconhecido para haver esperança da salvação das suas almas.

Do até agora deduzido, conjecturou o autor a seguinte designação para o Políptico:

«PORTUGAL, DEFENSOR E APÓSTOLO DA FÉ»

---

(1) *Evangelho de São Mateus*, 18, 20.
(2) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, pág. 14.
(3) Rui de Pina, *Crónica del-Rei D. João II*, Cap. II.

RECONSTITUIÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DE NUNO GONÇALVES

RECONSTITUIÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DE NUNO GONÇALVES

Nasceu perto de 1403 pois no seu retrato do Painel do Voto da Cruzada (executado cerca de 1468), aparenta a idade de 65 anos.

Aprendeu pintura em Portugal visto que tendo depois trabalhado na Flandres não copiou os mestres pintores flamengos, mostrando a sua obra grande independência artística.

Pelo patronímico Gonçalves (filho de Gonçalo) e pela sua aprendizagem da arte da pintura em Portugal, é de deduzir que tenha sido filho do pintor do Rei D. João I, Gonçalo Eanes. Assim, teria sido criado na corte com o Infante D. Fernando (nascido em 1402) que o menciona no seu testamento (1): «Nuno Gonçalves que foi escrivão da Câmara».

Em fins de 1429 seguiu para a Flandres no séquito da duquesa de Borgonha D. Isabel.

Teve assim oportunidade de se aperfeiçoar na arte da pintura, pois que na Flandres se encontravam os maiores mestres pintores desses tempos: Jean van Eyck e Robert Campin.

Porém, Jean van Eyck era pintor do duque Filipe-o-Bom e, por isso, não teria oficina para execução de encomendas para particulares e, ainda menos, se poderia dedicar a ensinar a arte.

Nuno Gonçalves encaminhou-se então para Tournai, indo praticar na oficina de Robert Campin, onde encontrou os futuros mestres pintores, Roger van der Weyden que aí entrara havia quatro anos e Jacques Daret que lá estava há três anos.

Ora, segundo afirmou P. Roland, «a escultura e a pintura formam em Tournai um todo coeso, indivisível ... unido, aliás, numa só e mesma confraria» (2). Nuno Gonçalves deve pois ter aprendido em Tournai escultura e ter-se aperfeiçoado na pintura, seguindo nesta, «uma visão sintética, modelando por planos como um escultor e abrindo sulcos nas faces como talhadas à goiva» (3).

---

(1) *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, ed. de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, pág. 151.

(2) P. Rolland, *La Double École de Tournai — Peinture et Sculture.* Mélanges Hulin de Loo, 1931, citado por Erik Larsen, in *Les Primitifs Flamands au Musée Métropolitain de New York*, pág. 45.

(3) Reinaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Volume 1.º pág, 38.

De *René Huyghe* tira o autor os seguintes períodos [1].

«O realismo flamengo equivale à natureza e parece ser o seu espelho — o espelho que, aliás, como um símbolo, está presente na obra de tantos primitivos do Norte. O realismo português, por sua vez, ultrapassa a natureza e parece tender para aquilo a que chamarei a mais-do-que natureza. Dir-se-ia que, inebriado pela sua conquista da ilusão de óptica, o artista já não se contenta com figurar fàcilmente as coisas, com dar a simulação da sua forma, do seu relevo, da sua matéria; mas que, decidido a forçar a planura do painel, quer dar à forma mais densidade do que ela tem; ao relevo mais saliência; à matéria mais consistência. A ilusão transcende-se a si mesma e confia à presença das coisas uma concentração e uma violência que fazem com que esta imitação seja mais acentuada que o original. Isto leva, muito naturalmente, a pintura a adoptar a técnica em que este acréscimo se acha de facto realizado — a da escultura. A densidade, o volume e a consistência que a escultura possui por natureza, são aqui sugeridos pela supressão dos modelados e por aquilo a que poderia chamar-se uma aceleração de passagens. Ao modelado contínuo dos volumes substitui-se a justaposição ousada e sem transição dos planos de sombra e de luz, a qual elimina as meias tintas. Deste choque de valores ressalta a ilusão de um volume brutalmente talhado na pedra ou na madeira».

Naquele tempo a cidade de Tournai era um importantíssimo centro da indústria da tapeçaria. Para a fabricar, os artistas tapeceiros interpretavam os cartões executados pelos pintores aos quais pertencia, portanto, o carácter artístico das composições [2].

Como nas oficinas de Robert Campin se executavam cartões para a fabricação de tapeçarias [3], Nuno Gonçalves teve a oportunidade de aprender a respectiva técnica.

Quanto tempo esteve o pintor na Flandres?

Por uma carta de privilégio passada por D. Afonso V a favor de Nuno Gonçalves, «pedreiro (escultor em pedra) que foi del-Rei meu Senhor e padre» [4], sabe-se que ele tinha sido nomeado pelo Rei D. Duarte, em 30 de Agosto de 1436, «nosso pedreiro para nos

---

[1] René Huighe, A Arte e a Alma, pág. 282.

[2] Reinaldo dos Santos, *As Tapeçarias da Tomada de Arzila*, págs. 58 e seg.

[3] Robert Campin pintou os cartões para a tapeçaria da *Vida e Paixão do Senhor São Pedro* executada em 1443 por Henri de Beaumentiel e destinada à capela de São Pedro em Tournai. O seu discípulo Jacques Daret foi o autor dos cartões para a tapeçaria da *Ressurreição*, tecida em 1449. Vide Roger-Armand-Weigert, *La Tapisserie et le Tapis en France*, Presses Universitaires de Frances, 1964, págs. 28 e 44.

[4] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 19, folha 9 (Vide Apêndice). Comte A. Rackzynsky, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, pág. 120.

haver de lavrar nossas obras quando lhe for da nossa parte mandado e requerido».

Assim, é de deduzir que ele tivesse estado na Flandres desde 1430 a meados de 1436, ou seja perto de cinco anos e meio.

Durante esse período, poderia ter executado a *Pietà* de Avinhão, pintura que lhe foi atribuída por J. B. Ford e G. S. Vickers (1), e na qual René Huyghe nota os efeitos «mais próximos dos de Nuno Gonçalves» (2).

Então, como acima se disse, Nuno Gonçalves entrou para o serviço real em Agosto de 1436 mas deve ter trabalhado não como escultor mas como pintor pois que no Políptico se vêm retratos póstumos como, por exemplo, o do Infante D. Fernando que só pode ter sido tirado de um pintado antes da partida dele para Tânger (donde não voltou) em 22 de Agosto de 1437.

Do mesmo modo, durante a regência do Infante D. Pedro, continuou a executar retratos de personagens da Corte, pois vemos no Políptico, por exemplo: o bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu, falecido em 1440; o Infante D. João, falecido em 1442; o condestável D. Diogo, falecido em 1443; o conde de Vila Real D. Fernando de Noronha, falecido em 1445, etc.

Seria cerca do ano de 1446, que o Infante D. Pedro ordenou a Nuno Gonçalves a execução do Tríptico do Voto da Salvação das Almas, tendo-o ele concluido antes de 20 de Maio de 1449 (data do recontro de Alfarrobeira) visto nessas três pinturas nada se ver que demonstre conhecimentos posteriores a essa data.

Nuno Gonçalves aparece contratado para pintor do Rei D. Afonso V, *ora novamente*, em 20 de Julho de 1450, ficando a ganhar mil reais brancos por mês (doze mil reais por ano).

Em Agosto de 1451 deve ter aproveitado a ocasião da vinda do Infante D. Henrique a Lisboa para assistir aos esponsais da sua sobrinha D. Leonor com o imperador da Alemanha Frederico III, para lhe pintar o retrato, do qual viria a ser tirado o que hoje vemos no Painel do Voto da Cruzada.

Por carta de 6 de Abril de 1452 o Rei D. Afonso V aumentou o mantimento (ordenado) de Nuno Gonçalves com 3432 reais brancos, por cada ano, e uma peça de pano de Bristol «para seu vestir», também anualmente.

Depois de 17 de Julho de 1454 deve ter executado o retrato do conde de Monsanto D. Álvaro de Castro (o Cavaleiro Desconhecido do Museu de Vaduz) em cooperação com o pintor João Anes. Isto, porque este último foi contratado para pintor do rei

(1) René Huyghe, *A Arte e a Alma*, pág. 285, e Michel Laclotte, *L'École d'Avignon*, Paris, 1960, pág. 122.
(2) René Huyhe, *A Arte e a Alma*, pág. 285.

D. Afonso V naquela data e a sua assinatura figura naquele painel ao lado da de Nuno Gonçalves.

Em 1465 encontrava-se Nuno Gonçalves em Barcelona, tendo-o então recompensado com a dádiva de um cavalo, presente muito valioso naquele tempo, o Rei de Aragão, D. Pedro, filho do Infante D. Pedro de Portugal (1). Como em Barcelona não existem pinturas atribuíveis a Nuno Gonçalves, será de supor que ele aí pintou para o Rei D. Pedro a «Nossa Senhora da Conceição» que hoje se encontra em New York. De facto, a devoção profunda à Virgem era tradição na casa real portuguesa, pelo menos desde o tempo do Rei D. João I, por influência dos frades franciscanos, grandes devotos de Maria Santíssima.

Em 1466 ou 1467 teria D. Afonso V ordenado a Nuno Gonçalves a execução dos três painéis para complemento do Tríptico do Voto da Salvação das Almas.

Em 1470 o cavaleiro da casa real e pintor do Rei D. Afonso V, Nuno Gonçalves, recebeu do Rei 18 130 reais, por conta dos 23 000 reais que ele lhe devia «pelo feitio e custos» do retábulo que fez para a capela real de Sintra, dedicada ao Espírito Santo (2).

Em 1471 o Rei D. Afonso V mandou a Nuno Gonçalves que pintasse «as obras da cidade» em substituição do pintor João Eanes. Segundo deduziu o Dr. Adriano de Gusmão (3) eram obras da cidade as do primitivo retábulo de S. Vicente no seu altar da capela-mor da Sé de Lisboa, sendo feitas «à custa da Câmara Municipal, por S. Vicente ser o padroeiro da capital, pelo que lhe competiria tal encargo». Foi pois no ano de 1471 ou pouco depois que Nuno Gonçalves executou os «dois magníficos painéis quatrocentistas, figurando dois passos dos *Martírios de S. Vicente*, que tudo leva a crer sejam os restos do antigo retábulo da Sé» e se guardam actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga (4).

No mesmo ano de 1471 os portugueses comandados pelo rei D. Afonso V tomaram, no mês de Agosto, a cidade de Arzila.

De volta a Portugal, D. Afonso V teria ordenado ao seu pintor Nuno Gonçalves que pintasse tão glorioso feito. Este, porém, haveria sugerido que em painéis não se poderia reproduzir a massa dos combatentes, as casas das cidades de Arzila e Tânger, os navios da frota, etc., mas que o Rei poderia documentar a sua extraordinária façanha, com toda a grandiosidade, em tapeçarias, tal como já se

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, págs. 64 e seg.

(2) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, Ed. Artis, pág. 7.

(3) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, «Colecção Saber», pág. 73 e *Nuno Gonçalves*, «Artis», pág. 15.

(4) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, Ed. «Artis», pág. 9.

tinham feito as de César, Aníbal, Alexandre, Trajano, etc., que eram então muito comuns [1]. Quanto à execução dessas tapeçarias, não haveria dificuldades, porque ele saberia perfeitamente pintar os respectivos cartões e estes seriam fàcilmente transportados em navio para a Flandres onde, em Tournai, existiam as competentes oficinas de Pasquier Garnier, tapeceiro dos duques de Borgonha.

Deste modo teriam sido fabricadas as maravilhosas tapeçarias que hoje existem em Pastrana, localidade próxima de Madrid, as quais aí teriam ido parar, segundo dedução do autor do presente trabalho, por o Rei D. João III as ter oferecido ao português Rui Gomes da Silva, o grande valido de Filipe II de Espanha que o fez duque de Pastrana, quando veio a Portugal tratar do casamento do então Príncipe Filipe com a Infanta D. Maria irmã do Rei de Portugal.

Em 1472 teria o pintor cerca de 69 anos e estaria portanto nas proximidades do fim da sua carreira artística.

Não se sabe quando morreu, porém, sem dúvida alguma, já não era vivo em 26 de Junho de 1492, o que se prova por um documento descoberto pelo Dr. Virgílio Correia.

Pelo retrato do doutor Nuno Gonçalves no Painel do Voto da Cruzada se deduz ter ele sido filho do pintor de D. Afonso V, Nuno Gonçalves e, pelo nome próprio, o filho mais velho.

O pintor João Gonçalves que fez testamento em 1493 e para quem o autor do presente trabalho propõe a designação de «o Moço», pode ter sido filho de Nuno Gonçalves além de seu discípulo. Admitindo que ele na ocasião de fazer o testamento tivesse cerca de 70 anos, isso dar-lhe-ia uma diferença de perto de 20 anos para Nuno Gonçalves o qual, se fosse vivo, teria nesse ano a idade de cerca de 90 anos. Assim, Nuno Gonçalves ter-se-ia casado com idade à roda dos 20 anos.

Não será de estranhar a probabilidade de Nuno Gonçalves ter sido simultâneamente pintor e escultor pois foram-no, pelo menos, os seus contemporâneos Konrad Witz e Paolo Uccello e André Beauneveu, pintor do século XIV.

Deste último diz Paul Fierens [2]: «Na corte de Carlos V trabalhou *de taille et de peinture* André Beauneveu, nascido provàvelmente em Valenciennes, que Froissart colocou entre os primeiros dos artistas da sua época. Os seus retratos esculturados (de Filipe VI, de João II e de Carlos V em Saint-Denis) mantêm a nobreza tradicional da arte funerária francesa, verdadeiramente da estatuária

---

[1] João Martins da Silva Marques, in *Congresso do Mundo Português*, «Publicações», vol. V, págs. 562 e 563.

[2] Paul Fierens, *L'Art Flamand*, Librairie Larousse, págs. 40 e 41.

monumental do século XIII. Às figuras de Beauneveu dá todo o valor uma plasticidade clássica.

Como se disse no início do presente capítulo é possível que o pai de Nuno Gonçalves tivesse sido Gonçalo Anes, pintor do Rei D. João I, que ainda vivia em 15 de Junho de 1450 porque, nesta data, o Rei D. Afonso V lhe outorgou a tença anual de quatro mil reais e meia peça de pano de Bristol (1).

Gonçalo Anes poderia ter aprendido a arte de pintura com o Mestre António Florentim, o qual veio de Florença para Portugal «a requerimento de D. João I, na qualidade de seu pintor», indicando-nos este facto a influência da escola italiana em Portugal naquela época (2). A assinatura de Gonçalo Anes no Políptico prova que foi colaborador na sua execução.

Irmãos de Nuno Gonçalves seriam: o pintor João Gonçalves, que trabalhou no mosteiro da Badia em Florença; o pintor Afonso Gonçalves, companheiro do Infante D. Pedro em Alfarrobeira; e o pintor Álvaro Gonçalves que executou retábulos para D. Vasco, bispo de Évora.

---

(1) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, Primeira Memória, pág. 32.
(2) Ibidem, pág. 67.

RECONSTITUIÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DE VIDA DE JOÃO ANES

RECONSTITUIÇÃO DE ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DE JOÃO ANES

João Anes ou Eanes nasceu posteriormente a Setembro de 1401, porque no mesmo mês do ano de 1471, quando foi aposentado pelo Rei D. Afonso V, ainda não tinha a idade de setenta anos (1).

Pode ter sido irmão do pintor Francisco Anes de Leiria e, portanto, filho do pintor João Afonso.

Segundo investigações do Dr. Belard da Fonseca (2) seguiu para a Flandres, sendo já pintor, no séquito da Duquesa de Borgonha, a Infanta D. Isabel.

Vem a propósito dizer-se que *a rica* e poderosa Senhora Gonçalves a que se faz referência no mesmo documento em que se menciona o pintor «Ajuan», por ser tão rica que ornamentou o seu palácio em Bruges com móveis orientais, tapeçarias esplêndidas e belos quadros — estes últimos trazidos de Portugal e devidos a pincéis de artistas portugueses — talvez fosse filha de Luís Gonçalves o cavaleiro que tomou aos mouros «uma grande e poderosa carraca» e «foi achada nela mui grande riqueza de que este cavaleiro levou fundamento de viver sempre abastado» (3).

Na Flandres se teria mantido João Anes, pois ainda em 1454 aí se encontrava exercendo a profissão (4).

Porém nesse mesmo ano regressou a Portugal visto que a 17 de Julho, o rei D. Afonso V o «filhava» para seu pintor para o servir «de seu ofício» no armazém da cidade de Lisboa.

Pouco tempo depois da sua nomeação trabalhou, em colaboração com Nuno Gonçalves, no retrato do conde de Monsanto, D. Álvaro de Castro (O cavaleiro desconhecido do Museu de Vaduz, no Liechtenstein) datado de 1456.

A João Anes poderá ser atribuído o retrato da Rainha D. Isabel, do Museu de Aveiro, pois «não pode em caso algum ser obra de

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 23.

(2) Ibidem, pág. 43.

(3) Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pág. 519.

(4) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 42.

Nuno Gonçalves» ([1]) e a Rainha morreu em 1455, um ano depois da nomeação de João Anes para pintor das obras da cidade.

Em 12 de Abril de 1471, João Anes estava, possìvelmente, incapacitado para o trabalho porque foi substituído nessa data por Nuno Gonçalves na pintura das referidas obras.

Sabe-se isto por um dos documentos, o número 7, constantes do Livro Vermelho do Rei D. Afonso V ([2]).

Esse documento tem o seguinte cabeçalho: «*Traslado da determinação e Regimento que El-Rei nosso Senhor deu à Cidade de Lisboa, acerca da maneira que os oficiais houvessem de ter na despesa das rendas da dita Cidade*».

O preâmbulo da *Determinação e Regimento* diz: «Nós El-Rei fazemos saber a quantos este Alvará de Regimento nosso virem, que pelas contas que ora mandámos tomar e prover dos anos passados de quatrocentos e sessenta e sete, e sessenta e oito, e sessenta e nove aos oficiais da nossa mui nobre e sempre leal Cidade de Lisboa, se mostrou se fazerem algumas despesas das rendas da dita Cidade como não deviam; e querendo a elo prover como a serviço nosso e bem da dita cidade convem, para indevidamente por semelhante maneira não despenderem as rendas da dita Cidade, determinamos que acerca das despesas que se ao diante houverem de fazer, se tenha esta maneira que se segue.

Item. Primeiramente mandamos, etc., etc....».

São assim determinados vários «Itens» sendo o que mais nos interessa o seguinte: «Queremos e mandamos isso mesmo que Joane Anes Pintor não haja mais daqui em diante mantimento algum, salvo Nuno Gonçalves haverá o que lhe é ordenado, e pinte por ele as obras da Cidade».

Outro dos itens diz: «Queremos e mandamos que as obras da Cidade se façam por empreitada, tendo os oficiais tal maneira que no começo do ano, como entrarem, todos juntamente com o Veador e Escrivão delas vão ver pela dita Cidade, e fora dela as obras que são para fazer assim de muros, como calçadas, fontes, canos, e quaisquer outras que se houverem de fazer; e levem consigo os mesteirais, e talhem com eles a dita empreitada, e as escrevam assim o Escrivão delas, declarando em que lugares são, e como se hão de fazer, e o que por elas hão de haver. E o Escrivão e Vedor das ditas obras tenham carrego de as ver, e andarem ali com os mesteirais, vendo se as fazem bem e como devem, dando trigança que se acabem aos tempos que com eles for talhado».

([1]) José de Figueiredo, Introdução ao vol. I dos *Documentos* do «Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes».

([2]) *Livro Vermelho do Senhor Rei D. Afonso V*, in *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*, tomo III, pág. 424.

O primeiro item especifica os mantimentos (ordenados) dos oficiais (funcionários) da Câmara de Lisboa, «por cada um ano». Assim, os três vereadores, o procurador da Cidade e quatro juizes, dois do cível e dois do crime, ganhavam, cada um, dois mil reis e dois moios de trigo; o juiz dos órfãos, dois mil réis; o escrivão da Câmara, quatro mil e quinhentos e cinquenta e três réis e três moios de trigo; o escrivão dos contos, sete mil réis e dois moios de trigo; o vereador das obras, dois mil e quinhentos e oitenta e dois réis e dois moios de trigo; um físico (médico) da Cidade, um cirurgião, um mestre de pedraria, etc., cada um mil e cinquenta réis e dois moios de trigo, etc., etc.

Deste documento se depreende que João Anes era funcionário da Câmara de Lisboa, recebendo ordenado para pintar as obras que ela lhe mandasse fazer.

D. Afonso V teria determinado que a Câmara deixasse de lhe pagar o mantimento por ele já não poder trabalhar, mas com a intenção de lhe dar uma pensão de aposentação, o que fez passados meses, como o Dr. Belard da Fonseca descobriu.

Devido ao afastamento do serviço da Câmara de João Anes, o pintor do Rei, Nuno Gonçalves, passaria a acumular este ofício com o de pintor das obras da cidade de Lisboa, recebendo dois ordenados, um do Rei e outro da Câmara de Lisboa.

A coincidência de serem artistas contemporâneos e terem o mesmo patronímico leva a supor que os pintores João Anes, Vasco Anes e Francisco Anes de Leiria e o iluminador Gonçalo Eanes fossem irmãos, e filhos do pintor João Afonso.

O primeiro item especifica os mantimentos (ordenados) dos oficiais (funcionários) da Câmara de Lisboa, «por cada um anno». Assim, os três vereadores, o procurador da Cidade e quatro juízes, dois do cível e dois do crime, ganhavam, cada um, dois mil reis e dois moios de trigo; o juiz dos órfãos, dois mil reis; o escrivão da Câmara, quatro mil e quinhentos e cinquenta e três reis e três moios de trigo; o escrivão dos contos, sete mil reis e dois moios de trigo; o vereador das obras, dois mil e quinhentos e oitenta e dois mil e dois moios de trigo; um físico (médico) da Cidade, um cirurgião, um mestre de pedraria, etc., cada um mil e cinquenta reis e dois moios de trigo, etc., etc.

Deste documento se depreende que João Anes era funcionário da Câmara de Lisboa, recebendo ordenado para pintar as obras que ela lhe mandasse fazer.

D. Afonso V teria determinado que a Câmara deixasse de lhe pagar o mantimento por ele já não poder trabalhar, mas com a intenção de lhe dar uma pensão de aposentação, o que fez passados meses, como o Dr. Belard da Fonseca descobriu.

Devido ao afastamento do serviço da Câmara de João Anes, o pintor do Rei, Nuno Gonçalves, passaria a acumular este ofício com o de pintor das obras da cidade de Lisboa, recebendo dois ordenados, um do Rei e outro da Câmara de Lisboa.

A coincidência de serem artistas contemporâneos e terem o mesmo patronímico leva a supor que os pintores João Anes, Vasco Anes e Francisco Anes de Leiria e o iluminador Gonçalo Eanes fossem irmãos, e filhos do pintor João Afonso.

RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO POLÍPTICO

RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DO POLÍPTICO

Em fins de Junho de 1448 foi resgatado, por intercessão do Infante D. Pedro, o secretário do Infante Santo D. Fernando e seu companheiro de cativeiro João Álvares (1).

Chegado a Portugal, certamente logo contou àquele Infante, o qual ainda era regente do reino, os pormenores da imensa tragédia passada pelo seu irmão, «o qual entre os mouros nestes dias por exalçamento da santa fé católica fez seu acabamento» (2), «onde em lugar de pão se comeu amargura» (3).

Jorge Cardoso (4), refere no *Agiológio Lusitano* que pelos insultos da mourama ao cadáver do Infante açoutado pelos irreverências e ultrajes da canalha permitiu «o Senhor que tivesse na terra depois de morto, este género de martírio, para no Céu lhe aumentar os graus de glória, deixando aos príncipes cristãos, raros exemplos de paciência e sofrimento que imitar.»

Emocionado D. Pedro pelo relato do heróico sacrifício do seu irmão, imediatamente resolveu encomendar ou ordenar a Nuno Gonçalves uma pintura em que se figurasse «uma grande homenagem de toda a Nação Portuguesa ao Infante Santo, Mártir da Pátria, representado na figura dominante da composição» (5)

O pintor resolveu o problema que se lhe punha, de modo genial. Visto os estados do reino serem três — oradores,defensores e mantedores — planeou a execução dum tríptico, conforme os que vira na Flandres, constituido por um painel de maiores dimensões, ao meio, e dois mais estreitos, nos lados. Na execução deste trabalho teria sido ajudado por seu pai o pintor Gonçalo Anes.

Por o espaço ser muito reduzido para nele pintar trinta figuras, Nuno Gonçalves foi obrigado a desprezar na composição do tríptico os aspectos fundamentais da perspectiva, ficando as figuras colocadas nos diferentes planos com tamanho quase igual ao das situadas à

---

(1) Adelino de Almeida Calado, *Frei João Álvares*, Coimbra, 1964, pág. 36.
(2) Mendes dos Remédios, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, 1911, pág. 3.
(3) Ibidem, pág. 4.
(4) José Saraiva, *Os Painéis do Infante Santo*, pág. 104.
(5) Ibidem, pág. 166.

frente e não havendo um ponto de vista comum nem linha de horizonte.

Porém, trinta figuras dispostas em três painéis constituiriam uma manta de retalhos se não se lhes desse um elo que as ligasse num aspecto comum. Imaginou então o pintor fazê-las desempenhar o papel de actores num quadro vivo de teatro de mistérios. E o mistério seria aquele pelo qual Deus havia escolhido o reino de Portugal como seu apóstolo viajante, para ir salvar as almas dos infiéis, convertendo-os pela pregação ou pelas armas, e dos pagãos do mundo desconhecido levando-lhes a âncora da salvação da ensinança da Fé e da redenção pelo baptismo.

Para representantes de cada um dos três estados da nação foi forçoso, evidentemente, escolher amigos, partidários políticos ou colaboradores do Infante D. Pedro. Assim, não houve lugar para a figura do Infante D. Henrique, por ele não ter dado o apoio incondicional que aquele Infante desejaria para a sua elevação a regente do reino [1]. A explicação desta ausência seria dada porém pela atribuição a D. Henrique das culpas do tremendo desastre nacional da tentativa da conquista de Tânger, da qual resultou o cativeiro e morte entre os infiéis do Infante D. Fernando, a figura principal do Tríptico.

O problema de maior relevância que surgiu ao pintor foi o da escolha da figura a colocar no primeiro plano do painel destinado ao Estado dos Mantedores, pois nenhuma personagem pertencente a esse braço da nação teria categoria para figurar no plano do Rei.

A solução foi, mais uma vez, genial. O pintor colocou aí uma figura alegórica representando o Povo Português, ao qual D. Pedro devia a sua situação de regente do reino, pois foram os burgueses e os mesteirais de Lisboa que fizeram a revolução que tirou o governo à rainha D. Leonor.

Passados cerca de vinte anos sobre a feitura do Tríptico do Voto da Salvação das Almas, o Rei D. Afonso V desejou completar a representação dos membros da sua família nos Painéis e, ao mesmo tempo, documentar a sua obra de cruzada contra os sarracenos tal como mais tarde faria, depois da tomada de Arzila, mandando executar as célebres tapeçarias existentes na igreja da colegiada de Pastrana, em Espanha.

Assim, ordenou ao mesmo Nuno Gonçalves que havia executado o tríptico para o regente D. Pedro, o qual ele tinha ao seu serviço como pintor desde 1450, que pintasse novos painéis e os juntasse aos do tríptico de modo a no políptico resultante figurarem, além

---

[1] ...alguns tiveram que ele (o Infante D. Henrique) fora sempre mais inclinado à parte da Rainha que à do Infante (D. Pedro). Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, Lisboa, 1901, vol. I, pág. 34.

dos seus principais colaboradores e heróis da Cruzada, os amigos da rainha D. Leonor, sua mãe, que não constavam da representação nacional no tríptico por serem inimigos do Infante D. Pedro.

Ordenou ainda ao seu pintor que o mais ilustre cruzado português contra os sarracenos, o Infante Santo D. Fernando, fosse figurado nos painéis como um guerreiro, pois a sua figura como um anjo não o representava com aspecto viril.

Nuno Gonçalves resolveu estes problemas também duma maneira genial.

Desta vez, o grupo dos fidalgos era o mais numeroso e importante. Por isso, para o representar, o pintor escolheu um painel de tamanho igual ao do painel maior do Tríptico do Voto da Salvação das Almas, o qual, mesmo assim, não bastava para conter todas as personagens a figurar e, portanto, teve que pintar mais dois painéis de tamanho aproximado ao dos painéis laterais do Tríptico.

Deste modo ficava salva a simetria: dois painéis iguais centrais e dois painéis mais estreitos de cada lado.

Porém, a figura do anjo avultava no painel central do Tríptico e a simetria só poderia ser respeitada de uma maneira: repetindo-se essa figura.

Afortunadamente, essa repetição resolvia outro problema que surgia: o de um lugar de honra, junto à figura principal, para o infante D. Henrique e para a infanta D. Isabel, duquesa de Borgonha.

Mas, como salientou Kaftal, era contra todas as regras iconográficas repetir a figura principal (1). Também esta dificuldade foi brilhantemente afastada. Para a simetria, o que interessava, era que a nova figura central fosse «aproximadamente» igual à primeira. Então o pintor viu que podia nela figurar um diácono morto em fama de santidade e logo encontrou a figura do cardeal D. Jaime. Porém, para que no futuro não houvesse dúvidas de que se tratava de figuras diferentes, pintou um desenho para o tecido da dalmática do cardeal D. Jaime diverso do da dalmática do arcanjo São Miguel figurado pelo Infante Santo.

Como a perspectiva dos ladrilhos do pavimento no Tríptico da Anunciação agora já não se ajustava à do conjunto do Políptico, o pintor teve que refazer o pavimento nos painéis da Pregação do Evangelho, da Defensão da Fé e da Dilatação da Fé.

Mais verificou Nuno Gonçalves que algumas das personagens a figurar eram já falecidas. Por isso pintou num dos novos painéis laterais — o da Vida Eternal — sòmente defuntos, não tendo dificuldade na escolha da figura para o primeiro plano visto o Rei D. Duarte, pai de D. Afonso V, haver já morrido. Este painel

---

(1) Adriano de Gusmão, *O Nuno Gonçalves da Phaydon*, pág. 28.

foi colocado do lado externo dos outros para que o paraíso envolvesse a terra. Deste modo, o seu painel simétrico — o da Santa Glória, deveria ter, também, pelo menos algumas pessoas falecidas ou a sua representação.

A dificuldade da escolha da figura para colocar no primeiro plano deste último painel foi resolvida sendo aí pintada a figura do falecido Infante D. Pedro, mártir de Alfarrobeira e cavaleiro de Cristo contra os infiéis.

A figura do Infante Santo, como guerreiro, tinha, evidentemente de ser pintada no painel do Tríptico do Voto da Salvação das Almas em que figuravam os cavaleiros. Houve pois que se aproveitar o único espaço livre existente neste painel onde fosse possível pintar uma figura: o então ocupado pelos mantos brancos dos cavaleiros do último plano.

Havia ainda o problema de a Infanta D. Isabel, Frei João Álvares e o bispo D. Álvaro Afonso não se encontrarem em Portugal, pois a primeira há muitos anos tinha ido para a Borgonha, o segundo também estava junto dela nessa ocasião e o terceiro se encontrava em Florença desde a morte do cardeal D. Jaime. É de conjecturar que essas dificuldades fossem resolvidas pelo envio à Flandres e à Itália do pintor Vasco Fernandes que seria o escrivão do Rei D. Afonso V que lhe fez uma Carta em 3 de Junho de 1460 [1].

A Duquesa D. Isabel teria sugerido a este pintor que pintasse também o livro (que ela possuiria) com a referência à nova figura principal do Políptico, o seu falecido sobrinho, o cardeal D. Jaime. Como o livro teria que ser segurado por alguém, Vasco Fernandes pintou, para esse efeito, a figura do cronista dos duques de Borgonha, Olivier de la Marche.

Esta hipótese da actuação de Vasco Fernandes surgiu ao autor do presente trabalho por a sua assinatura estar no livro e por lhe parecer que os retratos do Painel da Santa Glória, com excepção da figura do falecido Infante D. Pedro são inferiores aos restantes do Políptico.

Desta maneira foi levado a pensar que, talvez, o Doutor João Fernandes da Silveira não estivesse também então em Portugal, visto ser embaixador.

Nuno Gonçalves quando, cerca de 1468, ultimou os painéis mandados fazer pelo Rei D. Afonso V, também «actualizou» algumas das figuras do Tríptico do Voto da Salvação das Almas. Assim, às faces de D. Pedro, de D. Jaime e de D. João, filhos do Infante D. Pedro, deu-lhes o aspecto das idades respectivas, que então tinha

---

[1] João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemente ao vol. I, pág. 364.

o primeiro, e à data da sua morte, o segundo e o terceiro, não se esquecendo de pintar de negro, a cor do traje eclesiástico, a gola do perpunto do cardeal D. Jaime.

Outro problema a resolver foi o de a figura de D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, ainda ter à cinta o estoque de condestável, cargo de que ele havia sido destituído em 1448. O pintor solucionou-o pintando por cima do corsalete vermelho que ela primitivamente vestia, *o que se reconhece examinando nesse ponto o estalado da tinta* (1), o peitoral duma armadura que iria encobrir o estoque. Para ser respeitada a simetria, houve que fazer o mesmo à figura de D. Jaime.

O Políptico cuja feitura até agora reconstituimos teria permanecido, sem mais modificações, no Paço da Alcáçova até que em 1483 o Príncipe D. Afonso, filho do Rei D. João II, voltou para a companhia de seus pais, por terem findado as terçarias de Moura.

Tempos após a chegada do Príncipe a Lisboa, o Rei seu pai ter-se-ia lembrado de o fazer figurar no Políptico completando-se nele, assim, a representação da família real. Chamaria então o seu pintor Afonso Gomes para resolver este problema. O pintor solucionou-o, aproveitando o facto de existirem duas figuras do Rei D. Afonso V no Políptico, uma no Painel do Voto da Cruzada e outra no Painel da Pregação do Evangelho podendo, portanto, apagar uma delas.

Assim, a face do Rei D. João II foi pintada sobre a do seu pai D. Afonso V, no Painel da Pregação do Evangelho, e a face de D. João, quando menino, no Painel do Voto da Cruzada, cedeu o lugar à do Príncipe D. Afonso seu filho que então tinha oito anos de idade ou um pouco mais.

Alguns anos mais tarde, em 1491, um brutal desastre roubou a vida ao Príncipe D. Afonso que então tinha 16 anos de idade, e seu pai, o Rei D. João II, quereria representá-lo no Políptico depois de morto, anàlogamente às figuras do Infante Santo e do Cardeal D. Jaime. Houve pois que pintar a sua face sobre a do Cardeal, o que se deduz da radiografia da face da figura principal no Painel do Voto da Cruzada, estudada pelo Dr. João Couto, assim como pelo documento encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo Dr. Artur da Mota Alves.

D. João II teria mandado pintar a face do seu filho sobre a figura central dos painéis maiores, com o fim de poder tê-lo nos altares, pois poderia fàcilmente ser apresentada como figurando S. Vicente, um jovem diácono.

---

(1) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 92.

Assim, os painéis teriam sido enviados à Sé de Lisboa pelo Rei, por representarem uma adoração a S. Vicente pela Nação, sendo pois apropriada a sua colocação sobre o altar do santo situado na capela-mor do lado da epístola.

Na Sé, os painéis teriam sido separados (se é que estavam unidos em políptico) pois sòmente os dois maiores cabiam sobre a banqueta do altar de S. Vicente aí ficando encostadas e portanto em posição inclinada, do que resultou terem caído sobre eles pingos de cera das tochas do altar.

Pelo documento do Rio de Janeiro sabe-se que em fins do século XVI, começos do século XVII, os dois painéis ainda estavam no altar de S. Vicente, na Sé, e que, pouco depois, foram daí tirados.

No ano de 1742, o primeiro patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida, ordenou que várias pinturas antigas existentes na Sé fossem transferidas para o palácio da Mitra, em Marvila, o qual havia reedificado e aumentado (1) — e que nada sofreu com o terramoto de 1755. Entre essas pinturas estavam, por certo, as do Políptico.

Em 1834 o paço patriarcal foi instalado no antigo convento de S. Vicente de Fora, para onde, muito provàvelmente, se transferiu tudo o que então havia no palácio da Mitra, incólume ao terramoto (2).

Em 1882 o pintor Columbano, visitando o paço, aí encontrou os Painéis, tendo imediàtamente reconhecido a figura do Infante D. Henrique.

Os Painéis estavam ligados, os mais estreitos, dois a dois — o da Vida Eternal reunido ao da Santa Glória, o da Defensão da Fé ao da Dilatação da Fé, do que resultava, com os dois painéis mais largos, o do Voto da Cruzada e o da Pregação do Evangelho, um total de quatro pinturas (3).

As tábuas na sua quase totalidade tinham sido repintadas. Depois de limpas do pó, a tinta apresentava um tom sujo, ordinário, bem longe da finura e transparência que caracteriza as tintas da época, e o vandalismo era mais evidente olhando os quadros de través. Os empastamentos eram então fàcilmente visíveis. As únicas cabeças que não tinham sido repintadas eram as dos dois monges que ocupam o segundo e terceiro plano do Painel da Vida Eternal (Duque de Bragança D. Afonso e Infante Santo). Mas só estas tinham escapado. As mãos dessas personagens tinham também sido vítimas das fúrias dos retocadores (4).

---

(1) João Bautista de Castro, *Mapa de Portugal*, 3.ª ed., tomo III, pág. 93.
(2) Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, «Colecção Saber», pág. 162.
(3) Ibidem, pág. 20.
(4) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 25.

No ano de 1909 o Cardeal Patriarca de Lisboa D. António Mendes Belo autorizou que os «Painéis» fossem reintegrados pelo pintor Luciano Freire na Academia Real de Belas Artes.

Os «Painéis» foram fotografados antes de o pintor começar o seu tratamento.

A pintura primitiva desaparecia sob os vernizes escurecidos e as repintadelas que, em mais duma época, lhe tinham sido aplicadas (1).

Pela limpeza dos painéis apurou-se o seguinte: algumas boas dezenas de anos depois de concluídas, as tábuas, tendo-se deteriorado, ou por causa dos terramotos ou por qualquer outra razão, foram restauradas por pessoa ainda educada na escola chamada primitiva. E esses restauros foram feitos com certo cuidado e critério. O fito é que seria hoje inaceitável, pois a preocupação de quem os realizou era indubitàvelmente, consertar, iludindo. E não pode dizer-se que, por vezes, não tivesse conseguido o seu fim, porque, passado tanto tempo, a tinta ainda não se alterou. Os seus consertos, feitos sobre um preparo de cola e cré, são sobretudo reconhecíveis pela demasiada espessura e ainda pelas rugosidades que a tinta, nesses pontos, apresenta. Passando-lhes a mão, sente-se uma maior aspereza. Essa pintura, não tem, de resto, a firmeza e transparência da de Nuno Gonçalves (2).

Luciano Freire não tocou nesses restauros. Deixou-os tais quais. Todos pequenos em extensão, são apenas os seguintes: no Painel do Voto da Cruzada, toda a boca e o olho direito da figura de mulher que ajoelha no primeiro plano, em frente de D. Afonso V (a Rainha D. Isabel), e a parte central da boca do Infante D. Henrique. No Painel da Pregação do Evangelho a parte média do punho do báculo e parte dos saios da cota de malha dos dois personagens que poisam no primeiro plano dessa tábua (o Rei D. Afonso V e o Príncipe D. Fernando). E é tudo o que resta deste primeiro e cuidadoso restauro (3).

Mais tarde, e sem lhe fazerem a menor limpeza, o que foi talvez a sua salvação, pois os quadros certamente teriam saído muito maltratados desta perigosíssima prova, deram-lhes um verniz grosso, ordinário, cor de alcatrão, e isto feito tão inconscientemente, que, por baixo deste verniz, se encontraram grandes pingos de cera, o que é também prova de os quadros terem tido velas acesas, perto. Ora, este verniz escureceu no fim de pouco tempo e os quadros deviam, na verdade, apresentar, poucos anos depois, um aspecto

---

(1) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 31.
(2) Ibidem, pág. 37.
(3) Ibidem, pág. 38.

bem desagradável, como se verificou quando se arrancaram as duas camadas de tinta que cobriam este arranjo [1].

Então (e isto devia ter sido ainda no século XVII), para os aproveitarem, entregaram-nos a outro restaurador, mas este, de pouco valor e, sobretudo, com o espírito mau da época, não compreendendo o sentimento especial das tábuas que era chamado a tratar, foi verdadeiramente desastrado, embora não vandálico, porque a pintura primitiva, defendida por uma dupla camada de verniz, continuou intacta. Achando um horror o que lhe era entregue, emendou e compôs a seu talante, retocando todas as caras e mãos e repintando por completo carnes, armaduras e trajes [2].

Dessa época data também a transformação das quatro meias portas em dois quadros, o que é prova de que este segundo restauro foi feito posteriormente ao desmancho do retábulo, estando as tábuas já deslocadas das suas antigas molduras, quando foram entregues aos *cuidados* do restaurador. É isto o que explica o ele ter podido ver, naqueles quatro quadros, quatro metades de dois painéis idênticos aos dois maiores. Fez ligar, por isso, duas a duas, as quatro meias portas, com grossas cavilhas de ferro, que as seguravam, e isto em contraste com a ligação das outras travessas destas mesmas meias portas, todas cuidadosamente cavilhadas, da primitiva, com tornos de madeira. Nesta ocasião, foram ainda as tábuas, primitivamente de uma grande espessura, mondadas em metade [3].

O último barbarismo que sofreram os quadros deve datar do começo do século XIX e foi, certamente, obra de um curioso que, nas pinturas de Nuno Gonçalves, talvez sem fito algum, entreteve os seus ócios. Pintou de um extremo ao outro, brochando as partes cheias e as partes vazias, com o mesmo calor e entusiasmo [4].

Reintegrados os «Painéis» ficaram em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga dispostos, por opinião do Dr. José de Figueiredo, em dois trípticos, sendo um deles constituído pelos painéis da Dilatação da Fé, da Pregação do Evangelho e da Defensão da Fé, ou seja o Tríptico do Voto da Salvação das Almas, e o outro pelos painéis da Vida Eternal, do Voto da Cruzada e da Santa Glória.

Na Exposição do Mundo Português, em 1940, os «Painéis», por determinação do Dr. Reinaldo dos Santos baseada na descoberta de Almada Negreiros e José de Bragança, foram dispostos lado a lado, em políptico, tal como hoje os vemos no Museu Nacional de Arte Antiga.

---

(1) José de Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pág. 39.
(2) Ibidem.
(3) Ibidem.
(4) Ibidem, pág. 41.

A COMPOSIÇÃO DO POLÍPTICO

Compor é a arte de organizar com sentido de unidade e ordem os diferentes factores de um conjunto para conseguir deste o maior efeito de atracção, beleza e emoção (1).

Nas obras dos grandes mestres adivinham-se estruturas lineares e centros focais onde convergem linhas. É indiscutível que nenhum grande artista teve conhecimento dessas estruturas lineares e pontos focais. Todas essas qualidades geométricas foram ditadas instintivamente. Aqueles mestres situaram os seus elementos guiando-se por impulsos subconscientes que lhes marcavam uma ordem. As linhas construtivas que agora descobrimos e analisamos não foram nunca base nos estudos prévios, nem nos panos ou tábuas de que se serviram para plasmar as suas grandes obras (2).

É indiscutível que nenhum mestre traçou, antes de pintar o seu quadro, o entrelaçamento linear das suas relações e que foi algo instintivo que as ditou. Mas como conheciam à perfeição a ciência da sua arte, foi o subconsciente que ordenou todos os elementos da sua obra, sem evidenciar os artifícios da sua formação. Se esta saltasse à vista, o quadro estaria mal composto. A máxima aparência de naturalidade e expontaneidade é o maior expoente de perfeição num conjunto bem ordenado (3).

Tendo o autor do presente trabalho estudado a obra de S'Agaró que vem citando, procurou encontrar em reprodução fotográfica do Políptico, as linhas principais do seu conjunto.

Com grande espanto verificou que as linhas de composição são evidentes e foram certamente traçadas por Nuno Gonçalves, *antes* da pintura dos painéis, visto passarem por pontos bem determinados, em regra os olhos ou a boca das figuras.

Traçadas as linhas sobre a reprodução fotográfica do Políptico e prolongando-as no sentido da sua convergência verifica-se que provêm de dois pontos focais situados para cima e para fora dos ângulos superiores e extremos do Políptico e de outros dois pontos focais situados no prolongamento da linha média longitudinal dos dois painéis maiores.

Dos dois primeiros pontos referidos irradiam para os painéis sete linhas; dos dois pontos restantes irradiam onze linhas.

Escreveu o Dr. José de Figueiredo que os quadros de Nuno Gonçalves «pecam apenas por má perspectiva aérea, e, num ou noutro ponto, por deficiente perspectiva linear».

---

(1) J. de S'Agaró, *Composicion Artistica*, «Las Ediciones de Arte», Barcelona, 3.ª ed., pág. 7.
(2) Ibidem, págs. 38 e 39.
(3) Ibidem, pág. 42.

Se nos recordarmos que este ilustríssimo crítico de arte estudou o Políptico ainda dividido em dois trípticos compreendemos a sua anotação de deficiências de perspectiva linear.

Se, também, conforme o mesmo autor observou, dermos ao fundo dos painéis a cor azul que tinha primitivamente, logo se evidenciará o grupo de personagens com o devido relevo, destacando-se sobre o azul do céu.

Defeitos, se os há, resultaram sòmente da dificuldade de pintar tantas figuras em espaço relativamente apertado e não de erros de técnica do pintor.

IMPORTÂNCIA DO POLÍPTICO

Do esclarecimento do significado do Políptico e da identificação das personagens nele representadas resultaram muitos conhecimentos de especial relevância para a história de Portugal e alguns mesmo para a história da cultura mundial.

O Políptico constitui um documento de valor inestimável sobre a motivação dos Descobrimentos, factor que, mais que qualquer outro, contribuiu para o progresso cultural da humanidade.

Nenhuma nação, Portugal exceptuado, possui uma galeria de maravilhosos retratos dos seus antepassados do século XV.

Sòmente a este pequeno país deu a providência divina o galardão de poder venerar aquele estupendo conjunto de figuras de apóstolos e defensores da Fé, doutores e mareantes descobridores do mundo ignoto, que há cinco séculos viveram e nos olham como se agora existissem.

Sendo inúmeras as deduções tiradas do estudo do Políptico, o autor limitar-se-á a esboçar, a seguir, um apanhado das mais importantes segundo o seu parecer, ordenando-o quanto às histórias da civilização, de Portugal e da arte.

CONSEQUÊNCIAS PARA A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

A motivação dos descobrimentos das terras desconhecidas residiu, principalmente, na profunda religiosidade dos portugueses do século XV, a qual os levou a procurar os pagãos, habitantes do mundo ignoto, para lhes salvar as almas pelo baptismo e na tentativa de enfraquecer o poderio dos turcos otomanos, formidável ameaça para a Cristandade, pela eliminação dos lucros provenientes

do seu monopólio do comércio das especiarias e sedas feito por via terrestre.

A descoberta de um caminho marítimo para a India, contornando a África, destruiria o monopólio comercial das especiarias que estava nas mãos dos turcos, pois elas assim poderiam vir directamente para a Europa, sem intermediários, depois de negociadas nos locais de origem.

Deste modo, o poder económico dos inimigos da Fé seria transferido para os cristãos dela defensores.

CONSEQUÊNCIAS PARA A HISTÓRIA DE PORTUGAL

Os Descobrimentos Portugueses foram obra de toda a nação firmemente unida pela Fé de Cristo.

A planificação desta empresa, sobre-humana para tão pequeno país, só poderia ser concebida por alguém que possuisse especiais conhecimentos adquiridos em viagens de estudo que lhe dessem uma visão global razoável dos problemas a solucionar para manter a vida da nação. Essa visão, evidentemente, não poderia ser adquirida no âmbito extraordinàriamente restrito do Portugal de então.

Não será pois forçado o admitir-se que o Infante D. Pedro, culto viajante e minucioso observador das riquezas das repúblicas italianas conseguidas através do comércio com os infiéis e, por outro lado, conhecedor por experiência própria do poderio militar destes, fosse o cérebro planeador e a vontade incentivadora da obra dos descobrimentos, cabendo ao Infante D. Henrique a responsabilidade da organização e direcção da execução deste arrojadíssimo plano.

Assim, D. Pedro pretendeu conseguir a expansão territorial e económica de Portugal através da descoberta de novas terras, do seu povoamento quando não eram habitadas e do comércio com os seus habitantes, no caso contrário.

De facto, no Tríptico do Voto da Salvação das Almas, o painel lateral colocado no lugar de honra, isto é, à direita do painel maior, estão representados os cavaleiros-mercadores, «mantedores» da nação, e os povoadores das ilhas da Madeira e dos Açores, não menos úteis para a economia do reino.

O Infante D. Henrique dedicou-se, sobretudo, à obra de expansão pela conquista dos territórios ocupados pelos sarracenos.

Assim, no Tríptico do Voto da Salvação das Almas, que principalmente simboliza a expansão pelos descobrimentos marítimos, não figura o Infante D. Henrique, o qual vem a aparecer no Painel do Voto da Cruzada inteiramente dedicado a perpetuar os feitos guerreiros dos portugueses na cruzada contra os mouros.

Pelos documentos que nos restaram vemos que as navegações dos descobrimentos, até à Guiné, foram na sua maioria organizadas pelo Infante D. Henrique, mas pararam, pràticamente, depois da saída do governo da nação do Infante D. Pedro, só sendo retomadas, com intensidade, no reinado de D. João II.

É de pensar pois que ao Infante D. Henrique as navegações interessavam especialmente para atingir os lugares em que se comerciava o ouro porque este precioso metal vinha então para a Europa transportado em caravanas até ao norte de África, onde os venezianos o compravam aos muçulmanos.

Ora, como o Infante sabia por informações que tinha tirado serem os lugares próximos das origens do rio Nilo aqueles em que havia ouro, as suas empresas de navegações pararam ao ser atingido o rio Senegal pois então se julgou ser ele um braço do Nilo.

Desejava D. Henrique riquezas para seu proveito? Não. Morreu com dívidas tendo feito uma vida muito simples e até desconfortável pois não há memória de qualquer alojamento mais que modesto onde se saiba ter vivido.

D. Henrique ambicionava o ouro por ele ser «o nervo da guerra» que lhe permitiria aniquilar os inimigos da Fé de Cristo.

O Políptico vem pois dar razão ao que José de Bragança já havia deduzido pela análise da «Crónica da Guiné»: D. Pedro fez uma política de expansão baseada numa mentalidade comercial-marítima ao passo que D. Henrique, seguiu uma política guerreira-territorial (1).

É incalculável o valor do Políptico como documento iconográfico para a história de Portugal do século XV.

Com efeito estão nele as 56 figuras de maior relevância na vida da nação, nos segundo e terceiro quartéis desse século, não faltando uma só.

Aí vemos os reis D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, todos os filhos do Rei D. João I (a Inclita Geração), os três primeiros duques de Bragança e as personagens mais representativas do clero e da nobreza, letrados e cidadãos — mareantes dos descobrimentos, guerreiros, doutores, clérigos, altos dignitários.

Lá está a verdadeira efígie do Infante D. Henrique, agora seguramente identificada, não havendo possibilidade de se poder ver nela outras personagens.

Lá está a prova de que o povoador da ilha da Madeira se chamava João Gonçalves, tendo adoptado o glorioso apelido de «Zargo» depois de ter perdido a vista do olho esquerdo devido a

---

(1) Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, pág. 133.

um ferimento sofrido em combate na tentativa da conquista de Tânger.

Pela presença de Gonçalo Velho se deduz que foi o seu feito de ultrapassar o Cabo Não que teve toda a retumbância nos descobrimentos e não o de Gil Eanes ao passar o Cabo Bojador. Seria um nunca acabar se o autor tentasse no presente trabalho lembrar o interesse da representação dessas personagens no Políptico, para as localidades onde nasceram, viveram ou morreram ou de que foram senhores ou prelados, para as famílias que com elas têm parentesco e para a história dos feitos em que participaram.

Falemos, pois, sòmente em algumas das figuras.

Para a história da Igreja encontramos: dois cardeais (D. Jaime de Portugal e D. Jorge da Costa); quatro arcebispos de Lisboa (D. Pedro de Noronha, D. Afonso Nogueira, D. Jaime e D. Jorge da Costa); cinco bispos (D. Álvaro de Abreu, D. João Vicente, D. João Manuel, D. Rodrigo de Noronha e D. Álvaro Afonso); e dois dos fundadores da primeira congregação inteiramente nacional, isto é, sem sujeição a ordens estrangeiras (os sacerdotes João Vicente e Afonso Nogueira).

Para a história das casas reais da Europa e das famílias de Portugal encontramos: os reis D. Duarte, D. Afonso V e D. João II; o Infante D. João; os três primeiros duques de Bragança (D. Afonso, D. Fernando I e D. Fernando II); o marquês de Valença D. Afonso; o conde de Avranches D. Álvaro de Almada; os segundo e terceiro condes de Vila Real (D. Fernando de Noronha e D. Pedro de Meneses); o conde de Odemira D. Sancho de Noronha; o primeiro conde de Atouguia D. Álvaro de Ataíde; o conde de Viana D. Duarte de Meneses; o conde de Valença D. Henrique de Meneses; o primeiro barão de Alvito D. João da Silveira; e Gonçalo Velho, Martim de Távora, Aires Gomes da Silva, etc.

Para a história da cultura em Portugal no século XV encontramos: o professor de medicina na universidade de Lisboa e primeiro físico-mor do reino Mestre João (futuro bispo D. João Vicente); o que foi reitor e mestre de leis na mesma universidade, o doutor «in utroque jure» Diogo Afonso, por alcunha o «Manga-Ancha», o qual era o maior teólogo e orador daquele século [1]; o Mestre de cânones na universidade de Salamanca, Vasco Rodrigues; o licenciado em teologia, Jorge da Costa; o mestre da cadeira de prima de teologia da universidade de Lisboa, D. João Manuel; o doutor «in utroque jure» pela universidade de Bolonha, Afonso Nogueira; o mestre em leis pela mesma universidade, doutor Nuno Gonçalves;

---

[1] Francisco José Freire, *Memórias para a História de D. João I*, Livro I. pág. 275.

o doutor em leis, João Fernandes da Silveira; o pintor Nuno Gonçalves equiparado por Francisco de Holanda, a Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci e a Rafael; os escritores, Rei D. Duarte, Infante D. Pedro e o seu filho D. Pedro; o Rei D. Afonso V que mandou organizar uma biblioteca no seu paço da alcáçova; o Infante D. Henrique e D. Rodrigo de Noronha, protectores da universidade de Lisboa, etc.

CONSEQUÊNCIAS PARA A HISTÓRIA DA ARTE

Conforme se depreende do retrato de Nuno Gonçalves no Painel do Voto da Cruzada, ele nasceu cerca de 1403 sendo, portanto, contemporâneo de Van der Weyden nascido cerca de 1400.

Nuno Gonçalves teria pois à roda de 27 anos, em 1430, quando a Infanta D. Isabel partiu para a Borgonha. Já tinha idade, portanto, para ter adquirido uma técnica razoável da arte da pintura.

Na Flandres teria todas as possibilidades de estudar os processos de pintura aí praticados, colhendo ensinamentos preciosos para aperfeiçoar a sua técnica.

As afinidades que lhe têm sido notadas com Van der Weyden não resultaram pois de ter sido seu discípulo visto que, além de serem contemporâneos, este pintor só obteve o título de mestre em Agosto de 1432.

Assim, somos levados a supor que Van der Weyden e Nuno Gonçalves se encontraram na oficina de Robert Campin, em Tournai, onde se aperfeiçoaram na arte.

Se ainda houvesse dúvidas acerca da afirmação de Tolnay de que Robert Campin foi o verdadeiro fundador da escola flamenga (1), a identificação de Nuno Gonçalves como seu discípulo e colega de Van der Weyden e de Jacques Daret bastaria para as dissipar, tanto mais que várias obras de Campin precedem as de Jean Van Eyck, sobre as quais exerceram uma influência certa (2).

Do até agora exposto se deduz que Nuno Gonçalves não pode ter sofrido influência artística de Van der Weyden, nem de Konrad Witz, recebido na corporação de pintores de Basileia, em 1434 (3), e muito menos de Thierry Bouts (nascido em 1420) ou de Antonello da Messina (nascido cerca de 1430), ou de Memling (nascido cerca de 1433) ou de Van der Goes, que obteve o título de mestre em 1467, ou de Luca Signorelli (nascido em 1450).

---

(1) Jacques Lassaigne, *De Van Eyck a Boticcelli;* «Edições Skira», 1955, pág. 37.
(2) Ibidem.
(3) René Huyghe, *A Arte e a Alma*, pág. 285.

Notou o Dr. João Couto a semelhança de várias cabeças pintadas no painel da «Madona del Rosário» por Jacobello da Messina, filho e discípulo de Antonello da Messina, com algumas do «Políptico» (1)

O Dr. Belard da Fonseca também encontrou semelhança no desenho do «*Condottiere*» de Antonello da Messina, executado em 1475, com duas personagens do «Políptico» (2).

Mas, o que mais impressiona no painel da «Madona del Rosário», é a sua composição, com as cabeças dispostas em linhas oblíquas, tal como no «Políptico».

Assim, não será de afastar a hipótese de Antonello da Messina ter sido discípulo de Nuno Gonçalves dentro do período decorrido de Abril de 1457 a Janeiro de 1460, em que esteve ausente da sua cidade natal.

Poderemos conjecturar que Antonello tivesse sido recomendado ao rei D. Afonso V de Portugal pelo seu tio e homónimo o Rei de Aragão, Nápoles e Sicília, o qual faleceu em 1458 e foi «mecenas de todos os artistas e literatos» (3), merecendo o cognome de «Magnânimo».

---

(1) António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis — Os Pintores*, pág. 5.

(2) Ibidem, pág. 7.

(3) Augustin Blánquez Fraile, *Historia de España*, Barcelona, 1943, pág. 173.

APÊNDICE

CARTA DE NOMEAÇÃO DE NUNO GONÇALVES PARA PEDREIRO DAS OBRAS REAIS

Dom Afomso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nuno gonsalluez pedreiro que foy del Rej meu senhor e padre cuja alma deus aja nos mostrou hũ privyllegio que tynha do dicto Senhor do qual o teeor tal he. Dom Eduarte etc. A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos tomamos ora por nosso pedreiro nuno gonsalluez morador em a çidade de lixboa pera nos auer de laurar nossas obras quando lhe for da nossa parte / mandado e Requerido. / E queremos e mandamos / que elle seja escusado daquy en diante de pagar em nhũus nossos pididos nem peitas nem em fintas nem em talhas nem seruyços nem emprestidos nem em outros nhũus encarregos que per nos nem per os concelhos sam ou forem lançados per qualquer guisa. / Nem seja tetor nem curador de nhũas pesoas / nem aja nhũu encarrego nosso nem dos concelhos / contra seu tallante. / Nem seja beesteiro do conto nem posto em vyntena do mar. / E sse o for que seja logo tirado nem tenha cauallo nem armas nem beesta de garrucha posto que tenha contia per que o aja de teer. Nem outrosy pousem com ell em suas casas de morada nem adegas nem cauallariças / nem lhe tomem pam nem vinho nem lenha nem Roupa nem palha nem gallinhas nem gaados nem beestas de scella nem dalbarda / nem outra nhũa cousa de seu contra sua uontade nem sirua nem uaa servyr per mar nem per terra a nhũas partees que sejam / saluo comnosco per pessoa / ou cada hũus de meus Irmaãos. / E nom com outra nhũua pessoa / E porem mandamos / A todollos corregedores e Juizes e Justiças E alcaides e meerinhos E apousentadores nossos E da Rainha mynha molher E dos Ifantes meus filhos e de meus Irmaãos E aos que esto pertençer que lhe comprem e guardem e façam comprir e guardar esta nossa carta em todo pella guisa que em ella he contheudo / Se nom sejam çertos os que contra ello forem que lho estranharemos grauemente nos corpos e nos aueres como aquelles que nom fazem mandado de seu Rej e Senhor. Outrosy nossa merçee he quell aja de teença

em cada hũ ano des primeiro dia de Janeiro que vem da Era de iiijc e xxxbij anos em diante noue mil libras E porem mandamos ao n(o)sso thesoureiro moor da dita çidade de lixboa E aos escripuaaes do dicto ofiçio E a outros quaeesquer que depos veerem per nossos thesoureiros moores que dos dinheiros das Rendas que por nos Reçebestes ou Receberdes lhe dem e paguem em cada hũ ano desto dicto primeiro dia de Janeiro en diante as dictas noue myll libras que asy de nos ham dauer da dicta teença E como lhe pagardes os dictos dinheiros cobraae o trellado desta carta E estromento de confisom E mandamos aos nossos contadores que nollos Reçebam asy em despesa E ell tenhaa pera sua guarda Umde all nom façades dada em torres uedras xxx dias dagosto diego lopez de Rijo a fez Era de mil e iiijc e xxxbj anos. A qual carta asy apresentada o dicto nuno gonçalluez nos pidio por merçee que lha confirmasemos E mandasemos guardar E visto seu Requerimento / nos praz dello. / E Porem mandamos a todollos corregedores juizes e Justiças a que esta carta for mostrada que lha compraaes e aguardees e façaaes comprir e guardar como em ella he contheudo E aasy he nossa merçee de lha confirmarmos E em outro nhũu embargo que hũus e outros a ello ponhades Unde all nom façades dada em a çidade de lixboa xxiij dias de feuereiro El Rej o mandou com autoridade da Senhora Rainha sua madre como sua tetor e curador que he E com acordo do Ifante dom pedro seu tyo defensor por ell de seus Regnos e Senhorio afomso esteuez de beja a fez Era de myl e iiijc e xxxix anos.

A. N. T. T. — *D. Afonso V* — L. 19, fl. 9.

«ACHADOS», NÃO RELACIONADOS DIRECTAMENTE COM O POLÍPTICO, RESULTANTES DO PRESENTE ESTUDO

A ABÓBADA DOS NÓS DA SÉ DE VISEU

O significado simbólico da belíssima abóbada dos nós da Sé de Viseu deduz-se do capítulo XIV da «Crónica de D. Duarte» (1).

«Com a licença que o Infante teve d'El-Rei para passar, foi mui alegre, ca depois que foi no primeiro descerco de Ceuta, em que o Infante D. João seu irmão foi com ele, sempre seu coração foi guerreado do desejo de tornar em África, e ainda por este propósito que ele atou em sua alma com firmes nós de muita fé, afirmou que mudaria seu acostumado sinal em três letras, que diziam I. D. A.; porque, por parte significassem seu nome, a saber, Infante D. Anrique, e todas juntas declarassem a ida em África que sempre desejava».

Os nós da abóbada da catedral de Viseu não são pois o produto da fantasia de quem a arquitectou. Simbolizam a Fé atada na alma por firmes nós, ou seja, a Fé profunda e bem segura.

A DIVISA DO MARQUÊS DE VALENÇA

No topo fundeiro da arca tumular do marquês de Valença D. Afonso existente na cripta da igreja da colegiada da Vila Velha de Ourém — diz Vieira Guimarães (2) — «salienta-se a tenção ou empresa do morto que dois enigmáticos guindastes, levantando uma torcida fita gravada de quatro letras, formam. Não podemos, é certo,

---

(1) Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Duarte*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901, pág. 66.

(2) Vieira Guimarães, *Três Mestres da Ordem de Cristo*, pág. 227.

hoje saber o pensamento que levou D. Afonso a escolher o guindaste para sua empresa, pois ele não o deixou esclarecido...»

O «Guia de Portugal» (1) refere-se à estátua jacente nos seguintes termos: «Repousa-lhe a cabeça, de cabeleira longa e barrete mole, segundo a moda da segunda metade do século xv, sobre duas almofadas. Enverga uma longa opa, que o envolve todo até aos pés. A tampa sepulcral sobre que o vulto assenta dir-se-ia uma colcha rica, toda bordada a rosas. Os pés da afilada calçadura assentam sobre lavrada mísula. E a face glabra, envolta nas madeixas, sàbiamente esculpidas, respira nobreza, finura e orgulho satisfeito. O túmulo ostenta ainda na cabeceira os escudos de armas do marquês e no topo fundeiro a sua misteriosa divisa formada por dois guindastes».

Quem visitar o castelo de Ourém verificará que os seus portais se fechavam com duas portas de madeira, uma de gonzos e outra de guilhotina, o que se deduz por existirem, por cima dos portais, as fendas em que deslizavam as portas de guilhotina.

Julga o autor do presente trabalho que este facto é único em todos os castelos de Portugal e, portanto, seria sòmente no de Ourém que havia guindastes destinados a movimentar as suas portas de guilhotina, dois para cada porta.

As quatro letras gravadas na fita que está presa às cordas dos guindastes lêem-se, à primeira vista, como sendo as da palavra AUIZ (com um *u* e não com um *v* como hoje se escreve).

Assim podemos interpretar a empresa do marquês de Valença D. Afonso como a simbolização da sua *tenção* de exalçar a família de Avis.

O PAINEL DE «SANTA CATARINA E UM DOADOR» DO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

O conde de Raczynski (2) identificou, em 1846, as duas figuras deste pequeno painel como uma princesa de Portugal e o Cardeal de Alpedrinha. A princesa não poderia ser outra senão a Infanta D. Catarina, pois tem os atributos da santa desse nome.

Desconhecia-se quem tinha pintado este painel, sendo verosímil para o Professor Reinaldo dos Santos (3), que nele tivesse intervindo, como parceiro de Cristóvão de Figueiredo, o pintor Garcia Fernandes.

---

(1) *Guia de Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa, tomo II, pág. 501.

(2) Comte A. Raczynski, *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, págs. 152. (nota 227).

(3) Reinaldo dos Santos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, vol. I, pág. 108.

Grande prazer teve pois o autor do presente trabalho quando encontrou numa petição de Garcia Fernandes dirigida ao Rei D. João III a referência de que este rei lhe havia mandado fazer obras em Coimbra, em São Francisco de Évora, em Leiria, em Montemor, para a Índia, *e no retábulo de Santo Elói* de Lisboa (1).

O retábulo de Santo Elói era, certamente, o existente na capela da Senhora da Glória da igreja do convento de Santo Elói e da qual o Padre Francisco de Santa Maria diz o seguinte (2): «A outra capela ... é dedicada à Senhora da Glória, que se festeja em dia da Assunção ... O retábulo dela é de pintura antiga e excelente. Ali, se estão vendo retratados ao natural a Infante D. Catarina e o Cardeal D. Jorge. Sobre o altar se vê embebido no retábulo o trânsito da Senhora e os Apóstolos assistindo, tudo de talha e muito bem obrado. No altar se vê a imagem da Senhora subindo ao Céu, mui formosa e perfeita».

No prólogo do livro traduzido do latim pela Infanta D. Catarina (3), na página 7 da edição de 1791, lê-se: «O retrato desta Infanta ao natural se vê ainda hoje na figura de Santa Catarina, Virgem e Mártir que está pintado no banco da capela da Assunção».

Henrique Loureiro explica-nos (4) que o *banco* ou *banqueta* de altar é aquele ressalto onde se colocam os castiçais com o crucifixo ao centro. Ora, as dimensões do painel do Museu Nacional de Arte Antiga correspondem à frente duma banqueta de altar.

Sobre a banqueta assentava o retábulo (5).

Assim se deduz que o painel era uma predela do painel da Assunção e como tal o classifica Luís Reis Santos (6). Foi pintado por Garcia Fernandes durante o reinado de D. João III (depois de 1521) e as figuras que nele se vêem são os retratos da Infanta D. Catarina e do cardeal D. Jorge da Costa.

A AUTORIA DOS PAINÉIS DE MONTEMOR-O-VELHO

Ao ler a petição de Garcia Fernandes acima mencionada notou o autor o facto de ele ter executado obras para Montemor.

Ora, Luís Reis Santos (7) havia descoberto as letras *M* e *N* nuns painéis existentes em Montemor-o-Velho atribuindo-os, por isso, ao pintor Miguel Nunes.

---

(1) Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, 1.ª Memória, pág. 59.
(2) Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo Aberto na Terra*, Lisboa, 1697, pág. 437.
(3) Henrique Loureiro, *O Políptico do Convento de Santo Elói*, pág. 58.
(4) Ibidem.
(5) Ibidem.
(6) Luís Reis Santos, *Estudos de Pintura Antiga*, pág. 72.
(7) Ibidem, págs. 3 e seg.

Teve então o autor do presente trabalho a ideia de procurar outras letras na figura número 7 do magnífico livro de Reis Santos, examinando-a com uma lente.

Assim encontrou os dois monogramas seguintes:

Decomposto o monograma mostra as letras e (*A* e *V*).

O monograma decompõe-se nas letras (*r*), (*G*), (*f*) e *s*, que dão o nome de Garcia Fernandes (G. frs.).

Os painéis de Montemor-o-Velho poderão ser pois atribuídos a Garcia Fernandes tendo como colaboradores os pintores Miguel Nunes e Álvaro Vieira que morava em Lisboa em 1520 na Rua das Esteiras (1) ou António Vaz (2), de que há referências em documentos datados de 1537 a 1563.

---

(1) Vergílio Correia, *Pintores Portugueses dos Séculos XV e XVI*, pág. 90.

(2) Luís Reis Santos, *Vasco Fernandes e os Pintores de Viseu do Século XVI*, pág. 29.

ALGUNS LIVROS EXISTENTES NO MERCADO ÚTEIS PARA O ESTUDO DO POLÍPTICO

J. DE S'Agaró — *Composicion Artistica.* Las Ediciones de Arte — Barcelona,

FREI JOÃO ÁLVARES — *Trautado da Vida e Feitos do Muito Vertuoso S.or Infante D. Fernando.* Coimbra. Por ordem da Universidade.

AFONSO BOTELHO — *Estética e Enigmática dos Painéis.* Ed. «Cidade Nova».

P.e ANTÓNIO BRÁSIO — *A Acção Missionária no Período Henriquino.* «Colecção Henriquina».

COSTA BROCHADO — *Infante D. Henrique.* Editorial Império.

MÁRIO DOMINGUES — *O Infante D. Henrique.* Ed. Romano Torres.

MÁRIO DOMINGUES — *O Regente D. Pedro, Príncipe Europeu.* Empresa Naciona de Publicidade. 1

ANTÓNIO BELARD DA FONSECA — *O Mistério dos Painéis — O Cardeal D. Jaime de Portugal.* Livraria Bertrand.

VITORINO MAGALHÃES GODINHO — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* 3 vols. Ed. «Cosmos».

VITORINO MAGALHÃES GODINHO — *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos.* Livraria Sá da Costa.

ADRIANO DE GUSMÃO — *Nuno Gonçalves.* Col. «Saber».

JOHAN HUIZINGA — *O Declínio da Idade Média.* Livros Pelicano.

MYRON MALKIEL JIRMOUNSKY — *Pintura à Sombra dos Mosteiros.* Ed. Ática.

FRANCISCO FERNANDES LOPES — *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique.* Portugália Editora.

DR. NEWTON DE MACEDO — *História de Portugal,* II vol. Lello & Irmão.

J. T. MONTALVÃO MACHADO — *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança.* Livraria Portugal.

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES — *A Sociedade Medieval Portuguesa.* Livraria Sá da Costa.

J. P. OLIVEIRA MARTINS — *Os Filhos de D. João I.* Guimarães & C.a Editores. Lisboa.

VITORINO NEMÉSIO — *Vida e Obra do Infante D. Henrique.* «Colecção Henriquina».

P.e MIGUEL DE OLIVEIRA — *História Eclesiástica de Portugal.* União Gráfica. Lisboa.

DAMIÃO PERES — *História dos Descobrimentos Portugueses.* «Colecção Henriquina».

ELAINE SANCEAU — *Castelos em África.* Companhia Editora do Minho. Barcelos.

ELAINE SANCEAU — *D. Henrique, o Navegador.* Livraria Civilização.

ELAINE SANCEAU — *D. João II.* Livraria Civilização.

FREI CARLOS DE VILLAPADIERNA — *Os Quatro Evangelhos e Actos dos Apóstolos.* Difusora Bíblica.

FREI CARLOS DE VILLAPADIERNA — *Cartas de S. Paulo.* Difusora Bíblica.

Nenhum país possui em pintura uma síntese mais nacional, mais poderosa e mais bela do que esta que os painéis de S. Vicente representam para nós. Por uma dessas coincidências que o destino poucas vezes prepara, no momento em que a alma portuguesa, vibrante de unidade, pródiga de esforço, isenta de cansaço e de crimes, desabrochava na sua mais alta floração, um mestre de génio, um retratista dotado com as mais altas qualidades que formam um pintor, fixou-a na sua mais grave, mais simples, mais portuguesa atitude de modo que nós contemplamos a mais bela imagem da Pátria quando contemplamos estas tábuas sagradas.

É preciso impor ao espírito nacional estes painéis como uns novos «Lusíadas», menos deslumbrantes do sol mitológico da renascença, mas mais próximos por isso do coração palpitante da grei; um evocador e maravilhoso poema composto com figuras humanas — avós que nos enchem de orgulho e nos concedem ainda um pouco da sua calma contida e fremente; belos antepassados que nos olham com tristeza, mas também com alguma daquela esperança com que pela Pátria sofreram e amaram.

AFONSO LOPES VIEIRA

...E a Vós sobreexcelente Senhora, misericordiosa rainha dos céus e imperial princesa do mundo, a que oram as puras criaturas, levanto meu entender com afeição humildosa, porque sou certo da obrigação em que Vos sou teúdo mui singularmente. E pois de Vós recebi avondança porque se cumpriu aqueste trabalho, a Vós ofereço desejosamente aquelas graças em que sou devedor.

O Livro da Virtuosa Bemfeitoria, do Infante D. Pedro

ESTAMPAS

O nome de Gonçalo Anes, no Painel de S. Miguel do Museu do Prado: G. Anes.

Os nomes de Nuno Gonçalves e do Infante D. Pedro, no Painel de S. Miguel do Museu do Prado: no G(onçalves) P(edro)

Fig. 1 — O Rei D. Duarte no Políptico.

Fig. 2 — Busto do Rei D. Duarte no Palácio Fronteira.

Fig. 3 — O 1.º Duque de Bragança no Políptico.

Fig. 4 — O 1.º Duque de Bragança na «Iconografia lusitana»

Fig. 5 — O Infante Santo no Painel da Vida Eternal.

Fig. 6 — O Infante Santo num códice do Vaticano.

Fig. 7 — Retrato de João Gonçalves Zargo existente no palácio de S. Lourenço no Funchal.

Fig. 8 — João Gonçalves Zargo no Políptico.

Fig. 9 — A Rainha D. Isabel no Políptico (antes do restauro).

Fig. 10 — A Rainha D. Isabel numa gravura.

Fig. 11 — O Rei D. Afonso V no Painel do Voto da Cruzada.

Fig. 12 — Busto do Rei D. Afonso V no Palácio Fronteira.

Fig. 13 — O Infante D. Henrique no Políptico.

Fig. 14 — O Infante D. Henrique numa gravura inglesa.

Fig. 15 — A face da estátua jacente do Infante D. Henrique no mosteiro da Batalha, pintada por Louis Dumont.

Fig. 16 — Radiografia da cabeça da fig. (19) do Políptico.

Fig. 17 — O Marquês de Valença no Políptico.

Fig. 18 — Cabeça da estátua jacente do Marquês de Valença na Vila Velha de Ourém.

Fig. 19 — D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, no Políptico.

Fig. 20 — D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, numa gravura.

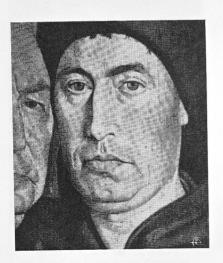



Fig. 21 — D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, no Políptico.

Fig. 22 — D. Fernando, 3.º Duque de Bragança, numa gravura.

Fig. 23 — A face de D. João II na fig. (31) do Políptico.

Fig. 24 — D. João II, nas «Anacephaleoses».

Fig. 25 — A face de D. João II no Painel da Pregação do Evangelho.

Fig. 26 — A face do S. Brás de Évora, inclinada para cofronto.

Fig. 27 — A Rainha D. Leonor de Aragão, mãe do Príncipe D. Fernando. Obs.: Notar a forma inestética do nariz.

Fig. 28 — Condestável e Mestre de Aviz, D. Pedro.

Fig. 29 — D. Pedro no retábulo da Adoração dos Magos, em Barcelona.

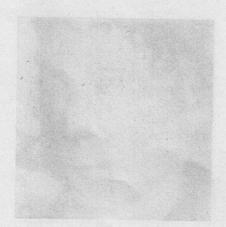



Fig. 30 — D. Jaime, filho do Infante D. Pedro.

Fig. 31 — Retrato de D. Jaime, existente em Upton House (Inglaterra), identificado pelo arquitecto José Cortez.

Fig. 32 — Medalha do Cardeal D. Jorge da Costa.

Fig. 33 — A face da estátua jacente do túmulo do Cardeal D. Jorge da Costa.

Fig. 34 — O Cónego Jorge da Costa no Políptico.

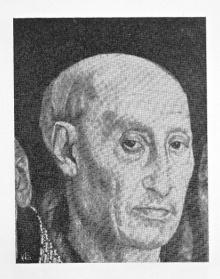



Fig. 35 — O bispo de Viseu D. João Vicente, no Políptico.

Fig. 36 — O bispo de Viseu D. João Vicente num painel de azulejos em Arraiolos.

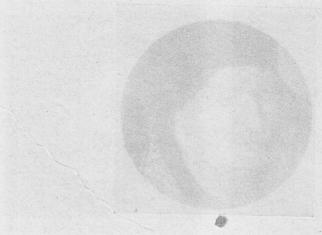
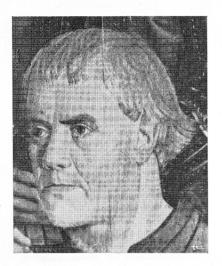



Fig. 37 — O Infante D. Pedro, no Políptico.

Fig. 38 — O Infante D. Pedro (Retratos e Elogios dos Varões...)

Fig. 39 — O Infante D. João, no Políptico.

Fig. 40 — O Infante D. João, na árvore genealógica do 3.º Conde da Feira.

Fig. 41 — O Infante D. Fernando (o Infante Santo), no Painel da Defensão da Fé.

Fig. 42 — O Infante D. Fernando nas «Anacephaleoses».

Fig. 43 — O Rei D. João I numa estampa do Museu de Aveiro.

Fig. 44 — O Conde de Avranches, D. Alvaro de Almada, no Políptico.

Fig. 45 — O Conde de Avranches nos «Retratos e Elogios dos Varões e Donas...»

Fig. 46 — Retrato de Aires Gomes da Silva, no Políptico.

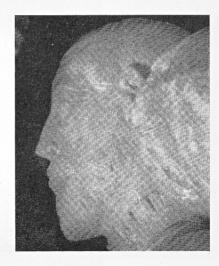
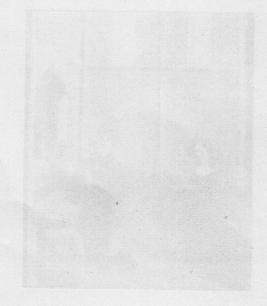



Fig. 47 — Cabeça da estátua de Aires Gomes da Silva em S. Marcos de Tentúgal.

Fig. 48 — Nossa Senhora da Conceição (Museu Metropolitano de New York).

Fig. 49 — Pintura de um museu de Marselha (cerca de 1460-1470). Obs.: Notar a existência de uma porta e três frestas na abside.

ÍNDICE

O POLÍPTICO DE «PORTUGAL, DEFENSOR E APÓSTOLO DA FÉ»

Págs.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO POLÍPTICO DE SÃO VICENTE DE FORA

I — HISTÓRIA

II — Iconografia

III — História de Arte

PERSONAGENS REPRESENTADAS NO POLÍPTICO

SIMBOLISMO DO POLÍPTICO

ADENDA E CORRIGENDA

Pág. 239

Eliminar, na linha 22.ª, a palavra «cada».

Pág. 264

Eliminar a frase: «A espada que sustenta, ornada com placas de ouro, deve representar a que o Infante recebeu de sua mãe D. Filipa de Lencastre para combater na tomada de Ceuta pois, para ser retratado, não deixaria de a usar».

Substituir a frase eliminada pela seguinte: «O estoque que tem à cinta é a insígnia do seu cargo de geral-capitão da guerra» (1).

Pág. 279

Acrescentar, a seguir a (5): «O triângulo simboliza também a fé de Cristo, no qual existem a verdadeira carne, alma e divindade» (2).

Pág. 300

Eliminar a frase: «A assinatura de Gonçalo Anes no Políptico prova que foi colaborador na sua execução».

Pág. 309

Eliminar a frase: «Na execução deste trabalho teria sido ajudado por seu pai o pintor Gonçalo Anes».

Pág. 331

Acrescentar: «José Moreira de Campos, *O Infante D. Henrique e os Descobrimentos Portugueses*».

---

(1) Artur Moreira de Sá, *Alguns Documentos Referentes ao Infante D. Pedro*, Lisboa, 1956, pág. 35.

(2) Frei Alvaro Pais, *Espelho dos Reis*, estabelecimento do texto e tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1955, Vol. I, pág. 7.